

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Luscelma Oliveira Cinachi Craice

Manuel da Nóbrega e a Companhia de Jesus
na Sistematização Pedagógica
no Brasil do Século XVI

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Luscelma Oliveira Cinachi Craice

Manuel da Nóbrega e a Companhia de Jesus
na Sistematização Pedagógica
no Brasil do Século XVI

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Professora Doutora Leonor Lopes Fávero.

SÃO PAULO
2008

Banca Examinadora

Agradecimentos

Professora Doutora Leonor Lopes Fávero

Professores do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo PUCSP

Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo PUCSP

Secretaria de Estado da Educação – Projeto Bolsa Mestrado

Diretoria de Ensino da Região de São Vicente SP

Lusinete Oliveira Cinachi

João Eurides Cinachi

Professora Doutora Kátia Lais F. Patella Couto

e

Fernando Craice.

*Para aqueles que acalentam a
alma por meio da perpétua
instrução.*

RESUMO

Esta dissertação é vinculada ao grupo de História das Idéias Lingüísticas, da linha de pesquisa História e Descrição da Língua, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP e estuda Manuel da Nóbrega e a Companhia de Jesus na sistematização pedagógica no Brasil do século XVI. Este período, chamado por Alves de Mattos (1958) de Período Heróico, que se estendeu da chegada dos primeiros missionários e educadores, em 1549, até a morte de Manuel da Nóbrega, no Rio de Janeiro, em 1570, é retratado em Cartas escritas por Nóbrega.

Nóbrega manteve, desde sua chegada à *Baía de Todos os Santos* a 29 de Março de 1549, uma extensa correspondência com os superiores da Ordem em Portugal e Roma e relatou, em detalhes, as primeiras tentativas educacionais no Brasil quinhentista, ações animadas pela experiência de unir ao ensino da doutrina cristã (catequese) uma escola de ler e escrever (instrução). Era a missão de propagar a fé nos extensos domínios portugueses e introduzir a escola de ler e escrever como veículo ao ensino da doutrina cristã.

Assim sendo, o trabalho principia com o embasamento teórico proporcionado pela História das Idéias Lingüísticas que orienta a condução do trabalho, segue considerando, no Segundo Capítulo, os Companheiros de Jesus e a Ordem Missionária. No Terceiro Capítulo é apresentado Manuel da Nóbrega, o Humanista e Jesuíta encarregado em empreender a obra missionária de *conversão do gentio* e apresenta o Brasil, *a representação do Jardim do Édem*. E, por fim, no Quarto Capítulo, são consideradas as disposições sobre correspondências, meio de informação da Companhia de Jesus sobre o andamento da catequese e do ensino em todas as missões; o *ensino publico das sciencias e letras*; e a articulação educacional no Brasil no século XVI exposta nas Cartas do Padre Manuel da Nóbrega.

O resultado desta pesquisa foi o diálogo da atualidade com o passado, como comunicação entre os indivíduos no grande tempo e Nóbrega, ao deixar seu testemunho, abriu caminho a um enfoque conjunto e abrangente dos aspectos da história em que viveu.

Palavras-chave: História das Idéias Lingüísticas - Companhia de Jesus - Manuel da Nóbrega - cartas jesuíticas e plano educacional no Brasil do século XVI.

ABSTRACT

This essay is bonded to the group of Linguistic Ideas History, of the History and Language Description research line, making part of the Graduate Studies Program in Portuguese Language of PUC-SP (Pontifical Catholic University of Sao Paulo), and studies Father Manuel da Nóbrega and Society of Jesus in the pedagogical systematization in Brazil during 16th Century. Such period, called by Alves de Mattos (1958) of Heroic Period, which goes from the arrival of the first missionaries and educators in 1549 up to Manuel da Nóbrega's death in Rio de Janeiro in 1570, is depicted in Letters written by Nóbrega.

Nóbrega exchanged, since his arrival to *Baía de Todos os Santos*, Brazil on March 29th, 1549, numerous letters with his Ordination superiors both in Portugal and Rome, and reported, in details, the first educational attempts in Brazil during 16th Century. Such actions were fostered by the experience of associating the Christian doctrine teaching (catechetical instruction) with literacy, i.e., reading and writing (regular instruction). The mission consisted of disseminating Christian faith over the extensive Portuguese dominions, while introducing the reading and writing school as a vehicle to teach the Christian doctrine.

Therefore, this paper starts with the theoretical grounds provided by the Linguistic Ideas History that guides this work, and goes on, considering, in Chapter Two, the members of Society of Jesus and the Missionary Order. Chapter Three introduces Manuel da Nóbrega, who was the Humanist and Jesuit responsible for endeavoring the missionary work of *conversion of heathen*, and presents Brazil, which is the *representation of Garden of Eden*. And, finally, Chapter Four considers the provisions on letters, which were the means of communication of the Society of Jesus about the progress both of catechesis and regular teaching in all missions; the *public teaching of sciences and letters*; and the educational articulation in Brazil in the 16th Century contained in Father Manuel da Nóbrega's letters.

The result of this research was the dialogue of nowadays with the past, as communications that took place amongst people along time, and Nóbrega, having left his testimony, opened the way to a joint and wide approach of history aspects in which he lived.

Keywords: History of Linguistic Ideas; Society of Jesus; Manuel da Nóbrega; Jesuitical letters, and teaching plan in Brazil during 16th Century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS	5
1.1 Movimento de mudança: novos historiadores.....	6
1.2 A Revista dos <i>Annales</i> e as Mentalidades.....	12
1.3 A História das Idéias Lingüísticas.....	18
CAPÍTULO II – COMPANHEIROS DE JESUS E A ORDEM MISSIONÁRIA	20
2.1 Cortes no tempo.....	21
2.1.1 Humanismo.....	24
2.1.2 Sinais anunciadores da reforma.....	28
2.2 O soldado de Jesus.....	36
2.3 A Ordem.....	41
CAPÍTULO III – MANUEL DA NÓBREGA E O PAPEL BRANCO DO BRASIL	51
3.1 Nóbrega, “o estadista número um do Estado do Brasil, Província da Monarquia Portuguesa”.....	52
3.2 Onde “nunca se sente frio, nem quentura excessiva”.....	73
CAPÍTULO IV – A CARTA JESUÍTICA E A ARTICULAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XVI EXPOSTA NAS CARTAS DO PADRE MANUEL DA NÓBREGA	84
4.1 AS Cartas Jesuíticas do século XVI, meio de informação da Companhia de Jesus sobre o andamento da catequese e do ensino em todas as missões.....	94
4.2 O “ensino publico das sciencias e letras”.....	100
4.3 As Cartas de Nóbrega.....	111
CONCLUSÃO	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
ANEXOS	163

SUMÁRIO DOS ANEXOS

1549

Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa BAÍA [10? DE ABRIL] DE 1549.....	164
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa BAÍA 15 DE ABRIL DE 1549.....	165
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa BAÍA 9 DE AGOSTO DE 1549.....	165
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro, Coimbra SALVADOR [BAÍA] 10 DE AGOSTO DE 1549.....	167
Informações das Terras do Brasil do P. Manuel da Nóbrega [aos Padres e Irmãos de Coimbra] BAÍA AGOSTO? DE 1549.....	169

1550

Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa PORTO SEGURO 6 DE JANEIRO DE 1550.....	169
---	-----

1551

Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues PERNAMBUCO 11 DE AGOSTO DE 1551.....	170
Carta do P. Manuel da Nóbrega aos Padres e Irmãos de Coimbra PERNAMBUCO, 13 DE SETEMBRO DE 1551.....	172
Carta do P. Manuel da Nóbrega a D. João III Rei de Portugal OLINDA [PERNAMBUCO] 14 DE SETEMBRO DE 1551.....	173

1552

Carta do P. Manuel da Nóbrega aos Moradores de Pernambuco BAÍA 5 DE JUNHO DE 1552.....	175
Carta do P. Manuel da Nóbrega a D. João III Rei de Portugal BAÍA PRINCÍPIOS DE JULHO DE 1552.....	175
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa BAÍA 10 DE JULHO DE 1552.....	176
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa BAÍA FINS DE JULHO DE 1552.....	178

Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa BAÍA FINS DE AGOSTO DE 1552.....	179
<i>1553</i>	
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa S. VICENTE 12 DE FEVEREIRO DE 1553.....	181
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa SÃO VICENTE [10 DE MARÇO?] 1553.....	182
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Luís Gonçalves da Câmara, Lisboa S. VICENTE 15 DE JUNHO E 1553.....	184
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Luís Gonçalves da Câmara, Lisboa DO SERTÃO DE S. VICENTE, ÚLTIMO DE AGOSTO DE 1553.....	186
Carta do P. Manuel da Nóbrega a D. João III Rei de Portugal CAPITANIA DE SÃO VICENTE (PIRATININGA?) OUTUBRO DE 1553..	186
<i>1555</i>	
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Inácio de Loyola, Roma SÃO VICENTE 25 DE MARÇO DE 1555.....	187
<i>1556</i>	
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Inácio de Loyola, Roma SÃO VICENTE MAIO DE 1556.....	190
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Lisboa SÃO VICENTE MAIO DE 1556.....	190
<i>1556-1557</i>	
Diálogo sobre a Conversão do Gentio do Padre Manuel da Nóbrega BAÍA 1556-1557.....	195
<i>1557</i>	
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Lisboa BAÍA (RIO VERMELHO) AGOSTO DE 1557.....	198
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Lisboa BAÍA, 2 DE SETEMBRO DE 1557.....	199
<i>1558</i>	
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Lisboa BAÍA 8 DE MAIO DE 1558.....	204

1559

Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres e Padres e Irmãos de Portugal BAÍA 5 DE JULHO DE 1559.....	208
Carta do P. Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa Antigo Governador do Brasil, Lisboa BAÍA 5 DE JULHO DE 1559.....	210
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Diogo Laynes, Roma BAÍA 30 DE JULHO DE 1559.....	212

1560

Carta do P. Manuel da Nóbrega ao Cardeal Infante D. Henrique de Portugal S. VICENTE 1 DE JUNHO DE 1560.....	214
--	-----

1561

Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Lisboa S. VICENTE 14 DE ABRIL DE 1561.....	215
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Francisco Henriques, Lisboa S. VICENTE 12 DE JUNHO DE 1561.....	215
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Francisco Henriques, Lisboa S. VICENTE 12 DE JUNHO DE 1561.....	216
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Francisco Henriques, Lisboa S. VICENTE 12 DE JUNHO DE 1561.....	216
Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Diogo Laynes, Roma S. VICENTE 12 DE JUNHO DE 1561.....	217

INTRODUÇÃO

Nóbrega foi o responsável pela primeira missão da Companhia de Jesus na América, que aportou à *Baía de Todos os Santos* a 29 de Março de 1549.

A Missão do Brasil pertenceu à Província de Portugal até 1553, ano em que se tornou Província da Companhia, a qual não foi só a primeira da América, mas também entre as primeiras de todo o mundo, incluindo a Europa. Importa salientar que, as missões ultramarinas da Companhia de Jesus são de origem portuguesa, e Santo Inácio, o fundador da Companhia de Jesus, um dos homens de maior influência espiritual no mundo moderno.

Pouco depois de chegar, Nóbrega inaugurou, com a ajuda de cinco companheiros, a primeira escola brasileira na Bahia, o germe positivo de quase toda a história missionária, que uniu ao ensino da doutrina cristã (catequese) uma escola de ler e escrever (instrução), enquanto Portugal ainda mergulhava na atmosfera medieval do analfabetismo.

A atuação educadora de Nóbrega baseou-se, presumivelmente, no sistema escolar português que era embrionário. As Constituições, primeiras normas de estudos da Companhia, só chegaram ao Brasil em 1556 e o primeiro esboço do célebre *Ratio Studiorum*, verdadeiro código pedagógico dos Jesuítas, ficou pronto em 1586 e promulgado em 1599, vinte e nove anos após o falecimento de Nóbrega.

Saberá V. P. como a estas partes me mandarão os Padres e Irmãos que viemos, e até agora vivemos sem lei nem regra, mais que trabalharemos de nos conformar com ho que aviamos visto no Collegio e, como nelle aviamos estado pouco, sabemos pouco. (Carta de Nóbrega ao P. Miguel Torres, Lisboa, de S. Vicente Maio de 1556, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 280)

Em 1549, o ensino primário português ainda não tinha feição própria, nem aparecia como estrutura definida dentro do sistema escolar. Eram chamadas *escolas de ler e escrever*, preparatórias para as escolas de gramática, como estas o eram também para a Universidade. O ensino superior, desde 1537, centralizava-se na universidade de Coimbra, principal foco de irradiação da cultura e das letras em Portugal. A situação não era diferente em outros países europeus, o ideal de uma ampla rede escolar para toda a massa da população ainda não começava a materializar-se. A gestação de um verdadeiro sistema escolar veio como um recurso estratégico por ocasião das lutas religiosas reformistas.

Nesse clima veio Nóbrega ao Brasil, *a propagar a fé nos extensos domínios portugueses de então* e introduziu a escola de ler e escrever como veículo ao ensino da doutrina cristã. A Nóbrega *estavam ligadas, por isso mesmo, as primeiras tentativas educacionais no Brasil quinhentista* (Alves de Mattos, 1958, p. 340), ações animadas pela experiência.

(...)

Començamos a visitar sus aldeas quatro compañeros que somos; y conversar com ellos familiarmente, presentándole el reyno del cielo si hizieren lo que le enseñáremos. Estos son acá nuestros pregones adonde nos hallamos, conbidando a los muchachos a leer y escribir, y desta maneira les enseñamos la doctrina y les predicamos, porque com la misma arte com que el enemigo de la humana generación venció al hombre, cin esa misma sea vencido; (...). Spántanse ellos mucho de saber nosotros leer y escribir, de lo qual tienen grande imbidia y deseo de aprender, y desean ser christianos como nosotros, (...). Adonde llegamos somos recibidos com mucho amor, mayormente de los niños a quien enseñamos. Ya sabem muchos las oraciones y las enseñan unos a otros, de manera que os que halamos más seguros bautizamos ya cien personas poço más o menos, (...). Y avrá bien seiscentos o setecientos catecúminos para bautizar presto, los quales aprendem todo muy bien, y algunos andam ya trás nosotros por los caminos preguntándonos cuándo loa vemos de bautizar com grande deseo, prometiendo de bivar como nosotros le dezimos. (...). Carta de Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín Azpilcueta Navarro, Coimbra, de Salvador Baía 10 de Agosto de 1549, in: Serafím Leite, 1954, I, p. 132.

O graduado em Direito Canônico e Filosofia que, há pouco, *tomara o rumo de missionário jesuíta*, tornou-se a alma dos primeiros colégios da Companhia de Jesus, *grandes focos de irradiação de cultura no Brasil colonial* (Freyre, 1998, p. 412). Colaborou, também, pela sua cultura e dotes pessoais e pelo jogo das circunstâncias, na criação do Governo Geral do novo Estado do Brasil. Porém, adverte Holanda (2001, p. 71), *a figura que na imaginação popular ficou simbolizando todos os esforços e todas as glórias da evangelização do Brasil é a de José de Anchieta*.

Esta dissertação é vinculada ao grupo da História das Idéias Lingüísticas, da Linha de Pesquisa História e Descrição da Língua, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa e possui *uma espessura temporal, um horizonte de retrospeção*, a fim de organizar a construção cognitiva contemporânea¹ do período da

¹ Auroux em sua obra *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992, p. 11, escreve que “não faltam trabalhos consagrados à história dos conhecimentos lingüísticos” e “podemos classificá-los com efeito em três categorias: i. os que visam a constituir uma base documentária para a pesquisa empírica; ii. Os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam (por exemplo, trabalho de um filólogo das línguas clássicas sobre a gramática, a filologia ou a lógica grega); iii. Os que têm um papel fundador, queremos dizer, os que se voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea. Este conhecimento histórico, manifesto na maior parte dos capítulos introdutórios das obras de síntese, consagrados a este ou aquele aspecto das ciências da linguagem, não deve surpreender. Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do

implantação da primeira etapa de nossa história educacional. Este período, que se chama Período Heróico, estendeu-se da chegada dos primeiros missionários e educadores, em 1549, até a morte do P. Manuel da Nóbrega, no Rio de Janeiro, em 1570.

E, seguindo o ângulo de visão que a História das Idéias lingüísticas proporciona, a pesquisa não poderia deixar de considerar, também, a cultura e a tradição, a linguagem, a imagem da vida e da religiosidade, a mentalidade *da maior cabeça política da colônia, o conselheiro de maior relevo do governo de Mem de Sá, Manuel da Nóbrega.*

A época em que vive o indivíduo imprime marca indelével em sua percepção do mundo, faculta-lhe determinadas formas de reações psíquicas e de comportamento, e essas particularidades do instrumental se revelam na *consciência coletiva* dos grupos sociais e das multidões e na consciência individual dos representantes notáveis da época. (Febvre apud Guriêvitch, 2003, p. 30)

A história é criada por homens pertencentes à sua sociedade, esta sociedade lhe fornece os critérios de julgamento (Febvre apud Guriêvitch, 2003, p. 29). Esta é a concepção mentalista da história, que corresponde à manifestação do pensamento comum do indivíduo pertencente à determinada sociedade e cultura. Desta feita, o estudo proposto nesse trabalho considera Manuel da Nóbrega como um representante de sua geração, em dada circunstância real e contexto histórico, sem nenhuma censura em relação à sua atitude evangelizadora.

Para atingir o objetivo geral que é pesquisar a articulação educacional no Brasil no século XVI, exposta nas cartas de Manuel da Nóbrega, procurou-se organizar o trabalho de maneira que um capítulo possa dar os subsídios necessários para que o próximo seja compreendido. Mas note-se, a escolha da seqüência temática dos capítulos justifica-se na tentativa de favorecer a reflexão quando *nós* fizermos a leitura dos *dizeres* escritos nas Cartas do Jesuíta do século XVI.

O Primeiro Capítulo apresenta a fundamentação teórica e a metodologia que orienta a condução do trabalho.

O Segundo Capítulo considera a disposição de espírito, a diretriz mental, as representações coletivas, o imaginário, o modo de pensar dos Companheiros de Jesus e descreve como se originou a Ordem dos Inacianos. Para isso, um corte no tempo

verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão (Auroux, 1987b), assim como um horizonte de projeção.”

cronológico é verificado: o cristianismo e os sinais anunciadores da Reforma; os Humanistas e a tentativa de encontrar a *perfeição primeira*; os Companheiros de Jesus e o verdadeiro espírito da Companhia - um exército religioso encarregado de comandar o tipo de educação que consideravam mais eficaz para encorajar a busca da virtude espiritual.

O Terceiro Capítulo apresenta Manuel da Nóbrega, o Humanista e Jesuíta encarregado em empreender a obra missionária de *conversão do gentio*; a ação da Companhia de Jesus; por último, apresenta o Brasil, *a representação do Jardim do Édem*.

O Quarto Capítulo considera as disposições sobre correspondências, meio de informação da Companhia de Jesus sobre o andamento da catequese e do ensino em todas as missões; o *ensino publico das sciencias e letras*; as cartas de Manuel da Nóbrega e sua disposição em relatar o movimento iniciado de unir à catequese a escola de ler e escrever português. Por fim, apresenta-se a conclusão do estudo.

Seguem os anexos, fragmentos extraídos da correspondência de Nóbrega, tal como escreveu, desde 1549 até 1561, que evidenciam, com clareza, a articulação educacional dos colégios fundados no Brasil do século XVI.

As Cartas Jesuítas, aqui estudadas, incluem-se na grande obra de Serafim Leite, que realizou inigualável pesquisa e reunião das *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, em três volumes, dispostas em ordem cronológica, organizadas e, quando preciso, traduzidas e anotadas pelo historiador. Serafim Leite extraiu as cartas dos *documentos-fontes com respectiva qualidade, a começar pelos autógrafos, originais e registros tais quais se conservam hoje nos Arquivos de Roma, Lisboa, Évora, Rio de Janeiro e Madrid*. É uma série de documentos, na sua maior parte inéditos, que descrevem não só a vida econômica brasileira, mas a introdução da educação no Brasil.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a História das Idéias Lingüísticas. Conhecer e explicar o enfoque que a Nova História dá aos Conhecimentos Lingüísticos. É a questão da interdisciplinaridade, atualmente abordada nos meios acadêmicos, que discute novos objetos de pesquisa na comunicação humana. Segundo Burke (1992), a Nova História é a história escrita como uma reação deliberada contra o *paradigma* tradicional.

Essa intenção se justifica porque, ao longo do trabalho, será estendido um diálogo da atualidade com o passado, como comunicação entre os indivíduos no grande tempo. No dizer de Orlandi (2001, p. 7), o próprio dessas práticas é relacionar *o dito em outro lugar, com o que poderia ser dito, o dizer com o não dizer. São novos gestos de leitura que percorrem caminhos de sentido. É a escuta particular do sensível das relações de sentido: seja pelo trabalho da memória (o interdiscurso) seja pela menção (a intertextualidade).*

E a história será entendida de outra maneira, não como os historiadores positivistas de anos atrás, cultuando os fatos, mas deslocada do interesse das construções teóricas e doutrinárias para uma visão de mundo escondida em outro plano da realidade enraizada na consciência do homem.

Assim, *o homem estudará os escritos do homem*, Padre Manuel da Nóbrega. A história será construída quando *nós* reconstruirmos os dizeres escritos nas Cartas do Jesuíta do século XVI. É a diretriz mentalista da história, que A História das Idéias Lingüísticas segue, nas

composições de história manifesta nitidamente, quanto implícita, como que “diluídas” em um dado meio social, e nesse enfoque a análise das composições de história (e também de outros textos os mais diversos) é capaz de revelar a relação com o tempo e a história, relação própria dos homens da época estudada, a concepção de mundo desses homens. (Guriêvitch, 2003, p. XXI)

1.1 MOVIMENTO DE MUDANÇA: NOVOS HISTORIADORES

Ser historiador é se colocar a questão global da mudança (porquê, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade *em si e para si*. (Auroux, 2001, p.12)

Foi por insatisfação que jovens historiadores, nas primeiras décadas do século XX, não viram mais a possibilidade de continuar a fazer um tipo de historiografia que, há muito, consolidara o privilégio dos fatos episódicos. *No âmago de disciplina tão velha – história, palavra ambígua e perigosa, quase tão idosa quanto a vida dos homens nas cidades, e que justapõe, num falso conjunto, tantos domínios* (Chaunu, 1988, p. 40) – nascia uma abordagem jovem e revolucionária. Era a transformação historiográfica.

Quando ainda o positivismo – ramo de saber preocupado em descobrir e formular leis - partia da presunção de unidade metodológica científica independentemente de sua aplicabilidade às ciências naturais ou às ciências dos homens, e o marxismo acalentava a pretensão de haver descoberto as leis do desenvolvimento social pelo critério da prática, Lucien Febvre e Marc Bloch, na França, ignorando as forças estruturais dos eventos situados no tempo, romperam com o passado e lançaram suas análises históricas em direção aos anseios de uma humanidade que mudava seu discurso, considerando os destinos do plural e as civilizações múltiplas, a fim de redescobrir a plenitude do homem e suas realizações.

Foi uma época de grandes transformações, guerras e, como consequência, diluição de conceitos. Na origem desse novo discurso histórico havia o traumatismo e os efeitos de milhões de mortos, a falência do credo de uma juventude num mundo unificado pelo capitalismo europeu, a falência do olhar dos aspectos políticos, as incertezas posteriores à guerra, o questionamento e a rejeição do aspecto político manifestado: *a economia torna-se o aspecto pelo qual a sociedade dos anos 20 e 30 se pensa* (Dosse, 1994, p. 22). O discurso histórico repensa o social. A abordagem histórica, eminentemente política, lança-se às variáveis econômicas. Lança-se às variáveis da história-problema. Esclarecendo, Segundo Mendes (1992, p. 170-171) a *mobilidade*, sob a perspectiva da história social, pode ser econômica, social ou, mais frequentemente, socioeconômica e mesmo cultural. Assim, na maioria das vezes, o social, o econômico e o cultural encontram-se intimamente ligados, pelo que, mais do que *mobilidade*

social, deveria falar-se de *mobilidade socioeconômica e cultural*. Mobilidade social significa mutação, movimento, transição.

Então, fruto desse processo e desse contexto de acontecimentos originou-se, da França, *La nouvelle histoire* (ou Escola dos Anais) movimento de realizações de políticos acadêmicos que não mais desejavam seguir a tradicional narrativa de acontecimentos e passaram a evidenciar a história-problema, a história das atividades humanas e não apenas a política, visando a completar esse objetivo com a colaboração de outras áreas de estudo, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e outras.

Esse período é marcado pelas novas ciências sociais, como a lingüística, a psicanálise, a antropologia e, sobretudo, por essa ciência que tem por objeto a sociedade: a sociologia. Daí para as ciências das linguagens, conforme Auroux (2001), só foi em data recente que os filósofos e historiadores especializados começaram a estudar, em seu conjunto, o desenvolvimento das ciências da linguagem. Embora desde o início do século XIX, não falem trabalhos consagrados à história dos acontecimentos lingüísticos.

Quando falamos de origem, não se trata evidentemente de um acontecimento, mas de um processo que podemos delimitar num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo. (Auroux, 2001, p.21)

É certo que o processo evolutivo da abordagem histórica fora lenta e cumulativa até chegar à revolução da historiografia, a escola dos *Annales*. Desde finais do século XVII se foram aperfeiçoando novas ciências, ciências humanas e sociais como também científico-naturais, e a história do homem apenas as auxiliava.

Nos séculos XVII e XVIII, o homem já se tornara completamente consciente do mundo à sua volta e de suas leis, leis não mais misteriosas, mas acessíveis à razão. Passara pela revolução social nos séculos XV e XVI, marcada pela ascensão ao poder de uma nova classe baseada nas finanças e no comércio e, mais tarde, pela industrialização. A mudança no mundo moderno, que consistiu no estabelecimento da posição do homem como um ser que pode não apenas pensar, mas que pode observar-se nesse ato, sujeito e objeto do pensamento juntos começou com Descartes.

Nos finais do século XVIII, Rosseau deu uma nova maneira de encarar o mundo. O homem moderno encontrava um resto de luz capaz de iluminar a obscuridade do que estava à sua frente. E sob a influência do iluminismo, por sua vez racionalista, a história

se movimentou na sua *Encyclopédie*, fundando a historiografia moderna e alcançando outros domínios dentro do método e da estatística. Isto é, assere Carr (1978, p. 94-95) que os *racionalistas da Ilustração foram os fundadores da historiografia moderna*, mantiveram a *visão teleológica judaico-cristã*, mas secularizaram o objetivo de restaurar o caráter racional do próprio processo histórico. *A história tornou-se progresso para a meta de perfeição da situação humana na terra.*

Desta feita, historiadores começaram, vacilante e esporadicamente, a avançar no sentido de uma visão da história, em geral, como a história da comunidade nacional inteira.

A transição do século XVIII para o mundo moderno foi longa e gradual, com filósofos representativos: Hegel (*1770 +1831) e, depois, Marx (*1818 +1883). Segundo Carr (1978, p.115) Hegel foi o filósofo da Revolução Francesa, o primeiro a ver a essência da realidade na transformação histórica e no desenvolvimento da consciência de si mesmo pelo homem. Marx, discípulo deste e de Adam Smith como Hegel, partiu da concepção de um mundo ordenado por leis que se desenvolviam por meio de um processo racional em resposta à iniciativa revolucionária do homem.

Verificaram-se, então, depois dos oitocentos, os progressos mais significativos registrados. A ciência histórica assentou-se em três pilares: fontes, metodologia e construção histórica. Era o predomínio da história factual, política e militar. O século XIX foi uma grande época para os fatos. Os positivistas, ansiosos por sustentar sua afirmação da história, como uma ciência, contribuíram com o peso de sua influência para este culto dos fatos.

A histórica consistia num corpo de fatos verificados. Cabia ao historiador reunir, examinar e seguir com exatidão, como condição necessária ao seu trabalho. O historiador era um selecionador de fatos do passado e um transformador desses fatos em história. Revela Carr (1978: 18 e 20) que o fetichismo dos fatos do século XIX era completado e justificado por um fetichismo de documentos. Os documentos eram sacrário do templo dos fatos. O historiador respeitoso aproximava-se deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Por causa do olhar, os fatos eram em conjunto satisfatórios.

E esses fatos selecionados por meio de um longo processo e acreditados como possivelmente evidentes, construíram uma imagem determinando o consciente e o inconsciente de gerações.

A mão morta de gerações de historiadores que desapareceram, escribas e cronistas, determinou, sem possibilidade de apelação o padrão do passado (Carr, 1978, p.16 e 17).

Ainda no começo do século XX, a escritura da história confinava-se ao ídolo político, ou seja, ao estudo dominante, ou pelo menos à preocupação perpétua de conceber a história como a história dos indivíduos, do ídolo cronológico.

A ciência histórica deslocou-se para a renovação por meio do desafio dirigido pelos sociólogos, que intimaram os historiadores a se renderem aos argumentos deles, a se submeterem à sua problemática e a tornarem-se coletores empíricos dos materiais interpretáveis pela ciência social. Marc Bloch reconhecia-se devedor do sociólogo Émile Durkheim, pois o havia ensinado *a analisar mais profundamente, a cingir mais de perto os problemas, a pensar, digamos assim, menos ligeiramente*. (Marc Bloch apud Dosse, 1994, p. 29).

A paixão pela verdade desencadeou a necessidade do alargamento da visão racionalista e do lendário excessivamente tradicional. A história e a análise dessas (re) visões desenvolveram um caminho mental na tentativa de resposta, sem disfarce, no âmago dessa disciplina tão velha. Afinal, desde o grande Heródoto, sempre a história chegou a um sistema implícito da sociedade (Chaunu, 1988).

É necessário acrescentar que nas grandes histórias nacionais do final do século XIX, já começava, timidamente, a afirmar-se o esboço do pensamento da sociedade. O setor historiográfico apareceu ligado ao desenvolvimento do pensamento econômico das sociedades industriais na época da tomada de consciência da importância econômica e social da crise. Como esclarece Chaunu (1988), sempre houve correspondências entre a história que se escreve e a história que se vive, entre o sistema de civilização da historiografia e a organização do passado no discurso histórico.

Aliás, a história tem início quando os homens começam a pensar na passagem do tempo, não em termos de processos naturais – o ciclo das estações do ano, a duração da vida humana -, mas de uma série de acontecimentos específicos em que os homens estão conscientemente envolvidos e que podem ser conscientemente influenciados pelos homens. (Carr, 1978, p.114)

Mas a transformação da ciência histórica vem, mesmo, dos anos da Primeira Guerra Mundial. De um lado a *radioatividade, a relatividade; de outro, (...) a cibernética, o antibiótico. Acresce, na ordem do saber, Freud...* (Chaunu, 1988, p. 43). Freud acrescentou uma nova amplitude à razão, abrindo os motivos inconscientes do

comportamento humano para o exame consciente e racional e encorajou o historiador a examinar a sua própria posição na história, os motivos que o levaram à sua seleção e interpretação dos fatos, ao seu ângulo de visão, e à sua concepção do futuro que modela a concepção de passado.

Os anos que se seguiram, o pós-guerra, foram favoráveis à inovação intelectual e facilitaram o intercâmbio de idéias das fronteiras disciplinares nas principais universidades. A escola metódica - qualificada, de maneira imprópria, como *positivista* - confrontou-se com a contestação que provinha de vários horizontes. Os geógrafos atravessaram o contingente de acidente² e estudaram a relação do homem com o meio, reconhecendo que não era o ambiente físico que determinava a opção coletiva. O progresso da abordagem socialista da história valorizou os conflitos sociais, as flutuações econômicas.

Depois da Primeira guerra mundial e a paz abortada revelaram a bancarrota do liberalismo, a reação somente poderia vir numa de duas formas – o socialismo ou o conservadorismo. Nos anos 20, entramos num período em que a mudança começava a ser associada ao medo do futuro e podia ser considerada como mudança para pior – período esse de renascimento do pensamento conservador. Entre meados do século passado e 1914, o historiador praticamente só concebia a mudança histórica como mudança para melhor. (Carr, 1978, p. 36)

O estudo da história econômica penetrou no templo universitário da Sorbonne com cadeias de teses que marcariam a ruptura e evocariam o deslocamento dos lugares de observação dos historiadores. Havia a concepção de que leis econômicas objetivas regiam o comportamento econômico de homens e nações. Em 1930, quando se instalou a grande depressão, as coisas mudaram significando que o homem é capaz de controlar seu destino econômico pela ação consciente – mas esse é outro assunto.

Em Estrasburgo, considerada *antecâmara da Sorbonne* à época, havia excitação intelectual e estímulo à renovação por meio de infindáveis discussões entre historiadores, geógrafos, antropólogos, juristas e sociólogos. Havia muita tensão criativa, fascinação pelos indivíduos e preocupação com grupos sociais.

Em 1900, a *Revue de synthèse historique*, de Henry Berr, antecipou o discurso dos *Annales*. Henry era professor de literatura e filósofo que, já em 1898, defendera sua

² Sobre a escola metódica, Carr (1879, p. 86-87) trata que “Os planetas receberam o nome de planetas – que quer dizer *errantes* – quando se supunha que eles vagavam ao acaso pelo céu e não se compreendia a regularidade de seus movimentos. Descrever algo como uma fatalidade é a maneira favorita de isentar-se da obrigação cansativa de investigar a sua causa; quando alguém me diz que a história é um capítulo de acidentes, logo suspeito de sua preguiça mental ou baixa capacidade intelectual.”

tese de doutorado de natureza filosófica e combativa ao considerar a história como a ciência das ciências cuja essência é de natureza psicológica. Febvre e Bloch estrearam nessa revista.

Assim, um Movimento inovador foi fundado. A revolução científica modificou a perspectiva do historiador na medida em que a utilizavam como argumento contra a história historicizante que fetichiza o documento escrito a ponto de fazer dele a explicação histórica. Febvre e Bloch substituíram a história geral tradicional por uma história experimental e imediata por muitos estudos de caso.

A época em que vive o indivíduo imprime marca indelével em sua percepção do mundo, facultando determinadas formas de reações psíquicas e de comportamento, e essas particularidades do instrumental se revelam na “consciência coletiva” dos grupos sociais e das multidões e na consciência individual dos representantes notáveis da época. (Guriêvitch, 2003, p. 30)

A nova história está associada aos que fundaram a revista *Annales*, em 1929, para divulgar sua abordagem, e à geração seguinte, a Fernand Braudel. Embora não se possa negar que, em outros poucos países adiantados, em importantes centros universitários, a consciência social, política e histórica começava a ampliar-se, alargando os horizontes da historiografia, não se limitando a guerras e à política, mas reconstruindo comportamentos e valores do passado.

Na Grã-Bretanha dos anos 30, Lewis Namier e R.H. Tawney rejeitaram ambos a narrativa dos acontecimentos para alguns tipos de história estrutural. Na Alemanha, por volta de 1900, Karl Lamprecht tornou-se impopular, expressando seu desafio ao paradigma tradicional. (...) Mesmo a expressão “a nova história” (...) data de 1912, quando o estudioso americano James Harvey Robinson publicou um livro com este título. (...) Em 1867, o grande historiador holandês Robert Fruin publicou um ensaio chamado “A Nova Historiografia”, uma defesa da história científica, rankeana. (Burke, 1992, p.19)

Os fundadores, apesar das diferenças, trabalharam juntos, entre as duas grandes guerras, para expandir e divulgar as idéias de *estudiosos concentrados em torno do grande sociólogo francês Émile Durkheim e sua revista Année Sociologique, publicação que ajudou a inspirar os Annales* (Burke, 1997, p. 17). O comitê editorial da revista, cujo primeiro número surgiu em 15 de janeiro de 1929, incluía não somente esses historiadores, mas outros antigos e modernos, um geógrafo (Albert Demangeon), um sociólogo (Maurice Halbwachs), um economista (Charls Rist), um cientista político (André Siegfried).

A revolução das idéias estava feita. De fato, *a ambição de realizar uma síntese pluridisciplinar é, desde então, reivindicada ao mesmo tempo pela escola durkheimiana, pela escola geográfica e pela Revue de synthèse historique* (Dosse, 1994, p. 45). O lançamento dos *Annales* resulta mais da maneira de afirmar o programa proposto anteriormente.

Foi uma estratégia ofensiva de espaços enfraquecidos pelo desaparecimento do mestre Durkheim e de ocupação das cátedras universitárias que Berr preferiu recusar. Henri Berr não quis construir uma escola ao seu redor - e os próprios *annalenses* protestam energicamente contra sua classificação como *escola*, preferindo falar de uma tendência comum do movimento ou de *estratégia*, de *espírito* dos Anais (Guriêvitch, 2003, p. XV).

O projeto dos *Annales* é, portanto, ideológico, estratégico, ligado à Universidade de Estaburgo, universidade francesa desde 1920 com a reconquista de Alsácia. Cada número da revista é uma peça nova deslocando as fontes do historiador. São as bases de uma história renovada, que se alimenta mais dos fatos da vida cotidiana do que das obras teóricas.

1.2 A REVISTA DOS ANNALES E AS MENTALIDADES

A revista, que primeiro se chamou *Annales d'histoire économique et sociale*, consagrou-se por meio do discurso planejado de seus fundadores, adquirindo mais tarde a possibilidade de exercer uma influência mais direta e intensiva na orientação e no espírito das pesquisas em história. Os historiadores econômicos predominaram nos primeiros números. A abordagem era nova e interdisciplinar e objetivavam uma liderança cultural nos campos da história social e econômica. Febvre e Bloch tornaram-se editores principais.

A primeira geração da Revista propunha o alargamento do campo da história, o desmoronamento da história política, ampliação de seus métodos, os quais deveriam incluir a estatística, a lingüística, a psicologia, a numismática e a arqueologia. Criticavam o fetichismo dos fatos entre os passivos historiadores tradicionais, que não confrontavam suas hipóteses com os documentos coletados. Os *Annales não se contentavam somente com a aliança com outras especialidades, integraram também*

seus métodos e conceitos (Dosse, 1994, p.57). Era necessário descobrir na história outra parte, as mentalidades, a parte e o consciente, e a tomada de consciência dessa história.

Mas a história das mentalidades não se define somente pelo contato com as outras ciências humanas e pela emergência de um domínio repellido pela história tradicional. (...) Não pode ser feita sem estar estreitamente ligada à história dos sistemas culturais, sistemas de crenças, de valores, de equipamento intelectual no seio dos quais as mentalidades são elaboradas, viveram e evoluíram. (Le Goff, 1976, p. 71-78)

Febvre compreendia que o método de trabalho do historiador é o de considerar a *história total* ou *global*. E a *história total* não é *universal*. Abrange a história dos homens que vivem num espaço e num tempo concretos. História que é vista de um número máximo possível de pontos de observação, em diferentes perspectivas, com o fim de restabelecer os aspectos da atividade vital desses homens, acessíveis ao historiador, compreendendo as suas atitudes, os acontecimentos de sua vida em sua grande complexidade, no entrelaçamento das mais diversas circunstâncias e causas motivadoras.

Para isso, inventariava aquilo que chamou de *ouillage mental: vocabulário, sintaxe, lugares comuns, concepção de espaço e do tempo, quadros lógicos* (Chaunu, 1988, p. 76). Considerava que as mentalidades mantêm com as estruturas sociais relações complexas, porém não desligadas delas. Não separava a análise das mentalidades das heranças culturais, da estratificação social, da periodização. Febvre era um historiador da civilização.

Nos primeiros vinte anos de existência da revista, Febvre publicou quase mil artigos, resenhas críticas, notas e impressões de livros, programas científicos e outros materiais, nos quais defendia coerentemente uma nova concepção de Ciência da História. (Guriévitch, 2003, p.6)

Para Bloch, componente inalienável era a consciência humana, a mentalidade, e só por meio desta se torna compreensível e, ademais, adquire um verdadeiro sentido para o historiador. É o conteúdo humano da história. Segundo sua convicção, o objeto da história no sentido preciso e último era a consciência dos homens. O particular, o individual estava no centro de sua atenção, era ditado pela própria natureza do conhecimento histórico, mas no historicamente concreto revelavam-se os traços recorrentes, as identidades tipológicas. Estava ciente das diferenças de mentalidades das diversas camadas e grupos sociais.

Bloch acreditava que, por meio de um procedimento exato e objetivo de elaboração de material das fontes, o historiador atingiria o pensamento humano dos homens de outra época. Pensamento que não está separado dos modos de comportamento dos homens, mas se insere organicamente neles e por isso pode ser descoberto pela análise da semântica histórica. Por exemplo, a análise da linguagem dos monumentos escritos, a língua em que escreviam e falavam os homens da sociedade estudada apreende o seu mundo. Bloch era um historiador social e econômico.

Os trabalhos de Marc Bloch, suas monografias, os inúmeros artigos investigatórios, os apanhados e resenhas em que ele enfocava vivamente os novos fenômenos da Ciência Histórica promoveram-no a um dos primeiros lugares tanto nos estudos medievais franceses quanto mundiais. (Guriêvitch, 2003, p. 50)

A situação do grupo dos historiadores dos *Annales*, após o término da Segunda Guerra Mundial, começou a mudar radicalmente e a geração seguinte não teve a continuidade dos trabalhos dos fundadores caso se considere a essência da metodologia de Marc Bloch e Lucien Fabvre quanto ao estudo das mentalidades dos homens. Deveu-se ao trabalho científico e organizacional de Braudel, *que fora influenciado pelo medievalista Henri Pirenne* (Burke, 1997, p. 51) e que preferiu outra problemática e métodos de estudo da história. Braudel foi responsável por uma etapa do desenvolvimento da Ciência Histórica francesa.

Trabalhador incansável, pesquisador de arquivos e materiais e seguido por uma parte dos historiadores dos Anais, asseverava que a história estava seccionada em diferentes planos, de acordo com os próprios ritmos temporais inerentes a cada um dos planos, que os diferentes aspectos a vida dos homens se subordinavam ao fluxo diverso de tempo e deveriam ser estudados em três níveis que traduziam três diferentes concepções de tempo – o tempo geográfico-natural, o tempo social e o tempo individual. É a lição da geo-história.

Braudel preocupava-se em situar indivíduos e eventos num contexto, em seu meio, pois considerava que a história se movimentava a um ritmo mais lento do que a dos eventos. As mudanças ocorriam no tempo de gerações, mesmo de séculos, e os contemporâneos sem se aperceberem disso, eram carregados pela corrente. Conforme Burke (1997, p. 49) a verdadeira matéria de estudo, de Braudel, era a história do homem em relação ao seu meio, uma espécie de geografia-histórica e ignorava de modo lógico

o que foi introduzido na profissão de historiador por seus antecessores – a história das mentalidades.

O objetivo de Braudel era demonstrar, em sua obra, que todas as características geográficas teriam a sua história ou seriam parte da história, e que tanto a história dos acontecimentos quanto a história das tendências gerais não podem ser compreendidas sem elas. Acreditava que no fim das contas em história vence invariavelmente a duração, *a liberdade do indivíduo é limitada, o papel do acaso é insignificante e o homem não é mais que um ator que desempenha um papel a ele atribuído por um cenário que ele não compôs* (Guriêvitch, 2003, p. 92).

A dupla inovação, a história econômica dos anos 30 e 40 e a dinâmica conjuntural, é incorporada às análises da relação tempo-espço pelo esforço e impulso de Ernest Labrousse e de Ferdinand Braudel.

Labrousse era historiador com concepções marxistas e assim influenciou o grupo dos *Annales*. Extremamente técnico, escreveu sobre as crises econômicas e seus métodos eram os estatísticos, tabelas e gráficos, para esclarecer a importância da crise econômica – de curta e longa duração – determinando o grande mercado rural e industrial.

Nessa mesma geração de 40 e, depois, 50 e 60, vieram os estudos de Chaunu, Jean Meuvret, Goubert, Mousnier e Le Roy Ladurie. Este compartilhou com Braudel um grande interesse pelo meio físico.

É preciso mencionar o medievalista Georges Duby, que não integrou a escola dos Anais, mas foi seguidor de Febvre e Bloch discutindo os problemas da história das mentalidades, fundamentando a necessidade de estudá-los pelo enfoque total da história. Duby não negava a importância da cronologia e o fluxo linear do tempo em história, sustentava a necessidade de o historiador manter do modo mais rigoroso possível o âmbito cronológico, verificando a sucessão dos acontecimentos, pois as explicações que não levam em conta o fluxo do tempo histórico podem perfeitamente ser errôneas. Isto é, a fonte, a sua forma, a linguagem em que *fala*, são historicamente condicionadas e dependem do lugar por elas ocupado na série temporal, do contexto histórico e cultural concreto. Dava importância ao tempo *curto*, do acontecimento, ou seja, ao tempo humano.

Voltando a Braudel, o método de estudo da história, como ele o concebia, não teve herdeiros. Distanciou-se da Revista reconhecendo a grande ruptura que veio a seguir e afirmou isso em 1985. Reprovou, nos seus discípulos, o fato de eles

abandonarem as ambições de uma história total e de se acantonarem no domínio das mentalidades sem anexar esse último ao conjunto. Dizia que a história perdia aí sua vocação essencial, a de reunir em torno de si todas as ciências sociais, contribuindo, ao contrário, para o esfacelamento da história segundo um recorte redefinido pelos diversos objetos estudados. Conforme Dosse (1994, p. 161), o método de Braudel foi o último vestígio do enciclopedismo.

A terceira geração, nos anos que se seguiram a 1968, com André Burguière, Marc Ferro, Emmanuel Le Roy Ladurie, Jacques Revel e Jacques Le Goff, estendeu os projetos às interrogações do presente, mudando os rumos de seu discurso ao desenvolver a antropologia estética.

Esse estudo histórico, com abordagem etnográfica ou antropológica - mais tarde, Le Goff preveniu contra a excessiva aproximação da história com a etnologia, ambas as ciências, outrora únicas, tornaram-se disciplinas *sui generis* nos métodos e procedimentos (Guriêvitch, 2003, p. 207) – acentuou a desaceleração da duração operada por Ferdinand Braudel, a respeito do tempo do espaço. O historiador dos *Annales* tornou-se o especialista do tempo imóvel em um presente congelado e o percurso etnográfico da história teve, por efeito, a promoção da civilização (ou cultura) material.

Os historiadores procuraram no espaço, no presente, as seqüelas e os traços de um passado sempre visível. A história econômica e social cedeu o lugar à história cultural. Não é a ampliação do social para o cultural, mas se traduz na substituição de um pelo outro. O domínio cultural, criador do social, tornou-se o lugar central dos conflitos, contradições de uma sociedade. *A clivagem cultural erudita/popular torna-se, pois, o lugar de recuperação das sociedades do passado* (Dosse, 1994, p. 177)

Os *Annales* respondem àqueles que relegam a história à simples descrição dos fenômenos conscientes, com a constituição da história das mentalidades, que tem por fundamento o nível inconsciente do pensamento coletivo de uma época ou de um grupo social. É a descrição da vida cotidiana tanto material quanto mental das pessoas comuns do passado, os costumes, as habilidades e a arte de alto a baixo da sociedade.

Tudo se torna objeto de curiosidade, o olhar é deslocado *para as margens, para o avesso dos valores estabelecidos, para os loucos, para as feiticeiras, para os transgressores...* (Dosse, 1994, p. 168). Isso se dá a partir dos anos 70, quando o crescimento sufocado por muito tempo é substituído por uma crise mundial que mergulha o mundo industrializado na recessão, no desemprego e na inflação.

Assim a crise modifica a perspectiva. Enquanto, nos anos 50, o olhar se dirigia aos fundamentos do crescimento, aos avanços técnicos, às ultrapassagens dos limites espaciais, já nos anos 70 o olhar social se desloca para os bloqueios, as inércias e as permanências dos sistemas sociais (Dosse, 1984, p. 171). Le Goff foi um dos iniciadores das edições *Faire de l'histoire* e *La Nouvelle Histoire*, nas quais generaliza a experiência da Nova História e em seus trabalhos coloca com uma constância invejável e sem precedentes novos problemas do conhecimento histórico.

Segundo Guriêvitch (2003, p. 115), dividiu-se, o enfoque da história, em duas tendências: a primeira é cheia de entusiasmo em relação aos cálculos e à modelagem matemática e constrói sua metodologia com base em princípios do enfoque quantitativo de fontes amplas e seriadas, negando a significação dos fatos individuais, representada por historiadores como Pierre Chaunu e Françoise Furet; a segunda corrente, representada por Georges Duby e Jacques Le Goff, não se recusa ao individual e ao *sui generis* em história, transforma os meios de conhecimento científico numa concentração entre o pesquisador e o objeto de pesquisa.

Hoje, a escola dos *Annales* operou a decomposição da história, é a *história em migalhas, eclética, ampliada em direção às curiosidades* (Dosse, 1984, 182). É a multiplicação dos objetos novos, é o expansionismo do discurso do historiador que avança com a relatividade dos valores, a singularidade que se desenvolve numa história fragmentária. Isto é, este historiador não procura mais perceber a totalidade do real, mas a totalidade da história por meio do objeto.

A história interessa-se pela fragmentação dos saberes, pela análise das transformações múltiplas, pela descentralização do sujeito. Eliminam toda forma de evolucionismo, rompem com a pesquisa de um sistema de causalidade. O discurso do historiador deve confinar-se à descrição do objeto, tornando-se não mais objetivo. Recolhe-se no parcial, local e individual.

Concluindo, Dosse (1994, p. 186) cita que a figura do historiador dos tempos novos, segundo Michel Foucault, é a do vagabundo que busca, nas margens do social, os fantasmas do passado e o discurso dos mortos.

1.3 A HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS

Este breve itinerário foi traçado para servir como guia aos leitores não habituados às novas abordagens dos historiadores que lançam pontes em direção à lingüística, ou, melhor dizendo, aos lingüistas que se utilizam da história das mentalidades para construir, em torno de uma língua, todo o saber de uma atividade reflexiva metalingüística. Auroux (2001) esclarece que não deve surpreender porque o saber é um produto histórico, ou seja, resulta da interação entre tradições e contexto e que o valor dos conhecimentos também é uma causa em sua história.

Como nos *Annales*, a história abordada, aqui, não pretende se restringir à simples descrição dos fatos. Os fatos são utilizados para se encontrar noções de comportamento ou de atitude. A espessura temporal é um horizonte de retrospectão que tem por fundamento o nível inconsciente do pensamento coletivo de uma época ou de um grupo social.

A mentalidade de um indivíduo histórico, sendo esse um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo. Esclarece Le Goff (1976) que o pensamento de César revela o do último soldado de suas legiões, Cristóvão Colombo, o do marinheiro de suas caravelas, Santo Agostinho, o dos que reagem à peste como castigo divino.

Então, quando se entra em contato com as palavras de Nóbrega, nas cartas que escreveu no século XVI, o que se revela, com a visão mentalista da história, é o pensamento das expedições evangelizadoras, as concepções sobre a morte e o outro mundo, as reações dos índios, nas praias brasileiras, à chegada do europeu que fundaria e organizaria a Educação dos Meninos do Brasil. O tempo sepulta intimidades, olhares apertados, desejos ocultos, mas faz ressurgir marcas poderosas da subjetividade em Cartas, Regimentos, determinações políticas, religiosas e até desabafos – como por exemplo, quando Serafim Leite (1938, II, p. 8) cita, em sua obra, o desabafo de Anchieta no que se refere à Catequese e a autoridade necessária como condição da sua eficácia.

Esta dissertação procura no passado os elementos que se enquadram nas percepções definidas por um ponto de vista datado, levando em conta formas de pensamento de uma civilização situada no espaço e no tempo concreto. É a história dos homens que viveram em determinada época, em específica sociedade do mundo e, em particular, num quadro próprio da história. O *ferramentário mental* (Febvre apud

Guriêvitch, 2003, p. 29), inerente a cada civilização, corresponde às demandas de uma dada época e é patrimônio de um determinado indivíduo. Todo sujeito está preso ao sistema de representações que domina em seu meio. Por isso os lingüistas se utilizam da História das Mentalidades para construir os Conhecimentos Lingüísticos.

O grupo de pesquisa da História das Idéias Lingüistas utiliza-se da história das mentalidades para abrir caminho para a análise dos escritos de um homem do passado, com respeito e tentativa de compreensão daquela mentalidade, a despeito de toda vagueza e indefinição.

Para finalizar, seguindo as considerações de Auroux (2001, p. 19), *se a palavra faz coisas, ela não o deve a uma performatividade qualquer, mas à sua estrutura material. As palavras são, de fato, coisas entre coisas.*

As Cartas Jesuíticas são, de fato, *coisas entre as coisas*, são documentos que retratam a fisionomia espiritual do Brasil em tempos heróicos, confeioam as primeiras manifestações artísticas, literárias e científicas, as primeiras entradas ao sertão, os primeiros choques de raças, as primeiras batalhas para moldar, em formas elevadas, a moralidade individual e pública do Brasil.

São documentos da mais alta importância para a formação histórica da nação brasileira que *retratam os portugueses que tinham ido antes e chegavam de novo*, o Governo Geral, iniciado no Brasil em 1549, e a Companhia de Jesus no Brasil. Expõe a idéia preciosa das

ditas terras e povoações do Brasil, de algumas pessoas que têm navios e caravelões, e andam neles de umas capitánias pèra outras e que, por todalas vias e maneiras que podem, salteiam e roubam os gentios, que estão em paz, e enganosamente os metem nos ditos navios e os levam a vender a seus inimigos e a outras partes, e que, por isso, os ditos gentios se alevantam e fazem guerra aos cristãos, e que esta foi a principal causa dos danos que até agora são feitos; e porque cumpre muito, a serviço de Deus e meu, prover nisto de maneira que se evite, (...) (Regimento de Tomé de Sousa, dado por D. João III, apud Serafim Leite, 1954, I, p. 6)

Deixou-nos, esse homem de época, um pormenor precioso sobre os índios da costa brasileira e *dos portugueses que cá vieram para assegurar*

o serviço de Deus e exalçamento da nossa santa fé; o serviço meu e proveito dos meus reinos e senhorios; o enobrecimento das Capitánias e povoações das Terras do Brasil e o proveito natural delas. (Regimento de Tomé de Sousa, dado por D. João III, apud Serafim Leite, 1954, I, p. 5)

CAPÍTULO II

COMPANHEIROS DE JESUS E A ORDEM MISSIONÁRIA

Quando se lê, em alguns livros de certa idade, a história daquele que fundou a Companhia de Jesus, já no princípio há menção de ter sido contada essa história mais de mil vezes (Nemésio, 1971). Mas é assim que aqui vai ser: a história contada novamente, quiçá a mil e uma vez. Porque falar de Santo Inácio é falar da Companhia de Jesus, do século XVI e de homens da *Ordem de clérigos e leigos que os tempos pediam – única viável numa era de viragem do ponto de vista teocêntrico para o da confiança universal do homem natural e hipercrítico* (id., p.3).

Considerar-se-á a disposição do espírito, a diretriz mental, as representações coletivas, o imaginário, o modo de pensar. Por isso a história será recontada com dúvidas, incertezas e com a convicção de que o homem em diferentes épocas pensa de maneiras diferentes e por isso se comporta a seu modo. É provável encontrar vestígios do pensamento e da atividade humana no diálogo que se trava entre o pesquisador e o homem de uma época distante, mas nunca admitir que seja exata a reconstrução da história pretendida. *O historiador não é aquele que sabe. O historiador é aquele que busca* (Febvre apud Guriêvitch, 2003, p. 9).

Assim sendo, seguindo essa abordagem diferente e menos animada por preconceitos de cientistas anteriores, remontar-se-á a história, muito revisitada é verdade, mas não estéril. História do remoto embrião, guerreiro fundador da Companhia de Jesus.

Inácio foi homem de repto e de guerra, antes de o ser da mansidão (id., ibid.), fez a história e os fatos só servem para corroborar, certificar a legitimidade. Mas foi se tornando difícil, para os historiadores, falar do homem Inácio por causa do véu hagiográfico (O' Malley, 2004).

O Concílio de Trento iniciou nova fase de rejuvenescimento no espírito eclesiástico, e na confusão geral, o farol da verdadeira fé, que Cristo legara à sua Espôsa, brilhou mais intenso. Eis a época em que Deus Nosso Senhor colocou Sto Inácio. Concorreu grandemente, qual gigante, na solução dos difíceis problemas, que a Igreja então procurou resolver. (Braun, 1937, p.14).

Mais uma vez, o objetivo é aclarar que *um grande homem é filho da sua própria época e o representante melhor e mais completo da sua cultura, dos modos de conhecimento do mundo próprios dessa época* (Fevbre apud Guriêvitch, 2003, p. 9). *Os homens se parecem mais com o seu tempo do que com os seus pais* - provérbio árabe citado por Bloch (apud Guriêvitch, 2003, p. 54).

2.1 CORTES NO TEMPO

Passemos ao ano de 1492. Cristóvão Colombo descobre a América. A Espanha cristã derrota os muçumanos em Granada e completa assim sua *reconquista*. Como disse Alphonse Allais: o homem de 1492 sabia, ao deitar-se para dormir no dia 31 de dezembro na noite da Idade Média, que acordaria no dia seguinte, 1º de janeiro de 1493, na manhã do Renascimento? Já tenho dito que, no meu modo de ver, um fato histórico é sempre constituído por um historiador. Da mesma forma o são os períodos – e estes ainda. Não há nada a nos assinalar que se entra numa época, nem que se sai de outra. Como historiador, herdo uma periodização, modelada pelo passado – mas devo também me interrogar sobre esses cortes artificiais do tempo, às vezes nocivos à boa percepção dos fenômenos. (...) A história transcorre de modo contínuo. (Le Goff, 2006, p. 54)

Pelo tempo cronológico, a Idade era a Moderna, época histórica que abrangeu desde o Renascimento (meados do século XIV e finais do século XVI) até o início da Revolução Francesa. Moderna porque o universal se dispôs como meta, a época trazia a consciência opositora do passado, e o resultado era a transição do velho ao novo. Haja vista o que considerava Descartes (*1596 +1650) - fundador da filosofia moderna e pai da matemática moderna - como condição *sine qua nom* para favorecer a universalização do sujeito moderno: *a crítica da finitude antropológica, instituída como aparato de saber e de domínio; aparato que pode projetar-se mais propriamente em um saber-fazer autônomo, auto-produzido, de infinito auto-progresso* (Thayer, 2002, p. 69). Mas esses são pensamentos do século XVII e XVIII, pensamentos investigativos científicos difundidos na Europa, perseguidos pela Igreja, condenados pela Inquisição, construtores do mundo lingüístico do seu tempo e fruto de um milagre dos instrumentos de medida e dos multiplicadores de sentido.

Considerações desse tipo à parte, tema relevante de outros trabalhos de importância: Descartes, Isaac Beeckman, Leibniz, Kepler, Newton, Galileu... Sublinhe-se, aqui, que a época era da erudição Humanista - *bons divulgadores dos pensamentos dos outros* (Chaunu, 1987, p. 32) – recente, imperfeita, com raciocínio medieval e

decadente. Os pensamentos no século XVI estavam arquejantes, enredados no passado, tímidos e freqüentemente retrógrados, *como que fatigados pelos verdadeiros atrevimentos da última escolástica medieval.*

Le Goff (2006) ressalta que a grande questão é saber quando a Idade Média verdadeiramente acaba, porque o pensamento medieval perdura. Não existe o fim da Idade Média, importa falar do século XVI, do grande Renascimento medieval, do predomínio, no campo católico, de uma visão otimista do homem devida ao estímulo do humanismo e da Renascença. *Tempo do pessimismo de Lutero, da doutrina da predestinação de Calvino e da antropologia otimista dos jesuítas.*

Lembrando que, já no século XII, o mundo é chamado a reformar-se. Dois poderes se afrontavam para assegurar a preeminência de um sobre o outro, de um lado a Igreja, de outro, os poderes leigos, especialmente o do Império Romano-Germânico, herdeiro parcial de Carlos Magno. Também a aspiração à *reforma* da Igreja responde a uma velha exigência: *livrar a Igreja de seu enfeudamento ao temporal, a fim de que o Papado exercesse plenamente o poder espiritual.* Esse movimento assumiu uma importância excepcional com a *reforma gregoriana*, simbolizada em Gregório VII, papa de 1073 a 1085. *Falar em Reformas não é só falar dos luteranos. Uma série de concílios reformadores mexeram com a vida cotidiana e espiritual dos leigos abrindo as portas ao grande impulso da cristandade e as portas da repressão* (Le Goff, 2006, p. 74).

Continuando, sobre o século XVI, importa falar que era um tempo em que Roma, apesar de suas pretensões, era uma realidade longínqua; de um tempo em que os príncipes e os bispos fixavam certo número de usos; tempo de reinos excomungados, de guerras contra o papa e do homem medieval separado por dois grupos: os Reformados e os Romanos. Apareceu nesse momento a palavra religião, absolutamente estranha à Idade Média. Tudo era religião, mas o termo era restrito à significação de ordem religiosa: entrar na religião significava professar os votos monásticos.

A expressão e a noção de *Idade Média*, (ibid.), surgiu no século XVI, baseada no trabalho de Petrarca (*1304 +1374), *pai do humanismo*, e nos humanistas italianos que julgavam que estavam saindo de um período sem nome, de um intermédio. Como muitos humanistas, ele pretendeu reencontrar a Antigüidade em toda a pureza, uma vez que a Antigüidade era a idade *alta*, da qual os homens não deixaram de se afastar. Petrarca tinha a impressão de que um verdadeiro Renascimento estava surgindo, livre do peso do passado, livre das críticas acumuladas ao longo do tempo. Era a reforma por

meio de um retorno às fontes não corrompidas das escrituras. Era a relação da Antigüidade, por um lado, e o futuro, por outro lado.

O cristianismo nesse tempo tentou encontrar a sua perfeição primeira, com os humanistas que se voltaram à Antigüidade e elevaram a um lugar de honra as personalidades de Cícero e depois Aristóteles. O grande Renascimento é compreendido como um dos renascimentos medievais. O mesmo em relação a essa reforma que foi a Reforma protestante.

Os séculos XIV e XV foram de recessão, *o século XVI é um século de maré alta religiosa*, o que é negativo para *a passagem do cosmos fechado ao universo infinito da ciência moderna*, e, *no século XVII, século da revolução, tudo ainda girava à volta de Deus, de Suas exigências e da Salvação*. Tudo apelava à brutal solidão do homem. Não se alterava impunemente de modo tão radical a ordem dos pensamentos, o drama da vida cotidiana era suficiente. Só no final do século XVII, começo do próximo, que mudanças viriam (Chaunu, 1987, p. 46-65).

O céu do século XVII sofreu a transformação mais radical que o espírito humano possa conceber. Entre o cosmos da astronomia ptolemaica e da física aristotélica, que prevalecem até cerca de 1620-1630 e para os menos actualizados até cerca de 1680, e o de Descartes, infinito e pleno, ou ainda o dualista Newton, infinito como o espaço *Sensorium Dei* e o vazio... a transformação da natureza é total. O drama dá-se nela entre 1620 e 1690, quando tudo se destrói e renasce em dimensões monstruosas para o homem do pensamento moderno. (Chaunu, 1987, p. 47- 48)

Como visão de mundo, a Idade Média persiste, *só se desfaz com o impulso do espírito científico, a partir de Copérnico (*1473 +1543) até Newton (*1642 +1727)*. *Se se considerar, por fim, a tecnologia e a vida social, a Idade Média dura até o século XVIII* (Le Goff, 2006, p. 78). Só no século XVIII, encontra-se a tomada de consciência de fenômenos especificamente econômicos que anunciam uma reviravolta. Chaunu (1987, p. 37) também lembra que, não se verifica qualquer reação imediata em relação à revolução copernicana, pelo menos na Europa católica, *por uma verdadeira aberração, o cosmo herético de Aristóteles seria considerado pelo teólogo da Inquisição romana como necessário à Revelação*.

Após essas considerações, *um olhar lúcido impede-nos de nos deter na modernidade do século XVI* (Chaunu, 1987, p. 31). Para o desenvolvimento do pensamento moderno, *um novo saber implicou uma restauração de todo o método de ensino, um renascer do estudo das línguas e uma esplêndida aproximação da*

civilização sem par do mundo antigo (Rabelais, *Gargântua*, p. 194, apud Skinner, 1996, p. 213).

2.1.1 Humanismo

O movimento humanista, por volta da metade do século XVI, estendeu-se até pelo norte da Europa. Pode ser definido como *o estudo assíduo dos clássicos greco-latinos (mais latinos que gregos), com o objetivo de aprender deles, junto com a elegância do estilo, a sabedoria antiga no que ela tem de racional e de humano e, por isso, de assimilável por todos os cristãos* (Zagheni, 1999, p. 47). Sua característica específica foi *a compreensão da pessoa humana*, bela e educável, tal como ela se encontrou na história e na literatura clássica greco-latina. Foi um movimento de cultura, formação, erudição, centrado na literatura (filologia, gramática, retórica, lógica) e na moral.

O momento em que o *novo saber humanista* apareceu na Universidade de Paris pode datar-se quando o primeiro estudioso tentou conjugar o ensino de latim e grego com o estudo das humanidades, *Gregório de Tiferna, vindo de Nápoles em 1458 para assumir a primeira cátedra de grego* (Skinner, 1996, p. 213). Logo, outros humanistas italianos se seguiram desejosos de contestar o tradicional currículo escolástico da universidade. Lecionavam sobre as artes da poesia e os *studia humanitatis*, a revelar a íntima conexão que essa espécie de estudo mantém com a filosofia, e a explicar em que medida o estudo da filosofia pode beneficiar-se dessa ligação.

Para essa difusão da cultura renascentista, contribuiu o fato de que, na segunda metade do século XV, a época viu nascer o livro impresso. A invenção chegara da Alemanha e o primeiro prelo a funcionar na França foi instalado no subsolo da Sorbonne, em 1470.

É certo que as doutrinas e os expositores dos *studia humanitatis* começaram a se infiltrar por vários canais, e que grande número de estudantes da França, Inglaterra e Alemanha se dirigiu à Itália, no curso da Idade Média, especialmente para alcançar um título em direito ou medicina, dois cursos de reputação. Eram os indícios de um novo espírito, vindo de Veneza e Florença, e a maior parte desses estudiosos retornou para lecionar em universidades de origem, assim contribuindo para o desencadeamento de uma revolução intelectual que acabaria levando à derrubada da escolástica.

A escolástica se caracterizou pelo conjunto de doutrinas filosóficas e teológicas desenvolvidas em escolas eclesiásticas e universidades da Europa entre o século XI e o Renascimento. Foi tentativa de conciliar a fé cristã com a razão, representada pelos princípios da filosofia clássica grega, em especial os ensinamentos de Platão e Aristóteles. Desenvolveu-se a partir da filosofia patrística (elaborada pelos padres da Igreja Católica), que faz a primeira aproximação entre o cristianismo e uma forma racional de organizar a fé e seus princípios, baseada no platonismo. Com a escolástica, a filosofia medieval continuou ligada à religião, uma vez que são as questões teológicas que suscitam discussão filosófica. O período mais importante da escolástica corresponde ao do desenvolvimento do tomismo, doutrina cristã criada no século XIII por São Tomás de Aquino com base na filosofia aristotélica. Para ele e para seus seguidores, há duas ordens de conhecimento: o sensível e o intelectual, sendo que o intelectual pressupõe o sensível. A impressão que um objeto deixa na alma é chamada de conhecimento sensível. O conhecimento intelectual considera apenas as características comuns entre os objetos e elabora o conceito.

Então, desde as origens do Renascimento, a idéia do renascer, do nascer para uma vida nova, acompanhou, como um programa e um mito, vários aspectos do próprio movimento, considerado por Le Goff (2006) como *um* dos renascimentos medievais.

O despertar cultural, que caracterizou o Renascimento, desde o início, foi, sobretudo, uma afirmação renovada do homem, dos valores humanos nos vários domínios: desde as artes à vida diária (Garin, 1991). Era o *renascimento das bone litterae* e a *critica ao barbarismo lingüístico da escolástica medieval* (Zagheni, 1999, p. 47).

A atenção se centrou no homem com uma intensidade sem igual, para descrever, exaltar, colocar no centro do universo. Foi o desenvolvimento de uma filosofia do homem, que implicou uma teoria da sua formação, da sua educação. Outra coisa, porém, foi a manifestação, num momento de crise e de transformação de uma sociedade, de uma riqueza singular de tipos relacionados com novas formas e especificações de atividades.

E se o humanismo pôde constituir uma espécie de referência comum para o homem do Renascimento, também é verdade que se intitulavam humanistas mesmo os pequenos mestres-escola, os professores de Gramática e de Retórica. Foram esses mestres que prepararam os jovens para os primeiros contatos com os clássicos, que substituíram finalmente os *auctores octo* – velhos livros - medievais (Garin, 1991).

Um aspecto da cultura renascentista italiana, que despertou cada vez mais interesse por parte dos humanistas, no começo do século XVI, foi o cerne técnico do humanismo – o empenho em aplicar técnicas detalhadas de crítica filológica e histórica aos textos do mundo antigo.

Começaram voltando a atenção para os textos do direito romano, com o fim de elucidar seu sentido exato, e o texto antigo de elevada relevância ideológica, a Bíblia, começou a ser traduzido com precisão e interpretado com nova abordagem e comentários, sem associações e lições genéricas ou artigo de fé (Skinner, 1996) – até então, era comum os exegetas medievais buscarem, sem duvidar, o sentido primeiro, literal, como um documento informativo; os pontos obscuros, as elipses e contradições não traziam problemas como narrativa da Criação porque *cada episódio da vida de Jesus, cada um de seus ensinamentos, oferecia um modelo que cada homem, cada mulher deveria imitar* (Le Goff, 2006, p. 126).

Embora o grande salto do renascimento da cultura só fosse dado, mesmo, no fim do século XIX, quando outros livros – mais antigos que a Bíblia – foram descobertos e quando os eruditos deixaram de ver nas Escrituras uma base de dados. *Antes que fossem conhecidos os primeiros avanços da egiptologia persistia um acordo geral: a Bíblia é o livro mais verdadeiro, uma vez que o antigo por definição parece ser mais confiável que o presente* (Le Goff, 2006, p. 127).

A discussão e a reflexão política desempenharam um papel crucial, já no final do século XVI, na formação das ideologias revolucionárias: a história tornou-se ideologia e tal como no direito romano, a aplicação de técnicas humanísticas à Bíblia teve profundo impacto no desenvolvimento do pensamento político do século XVI. A proposta erasmiana de uma Bíblia acessível em vernáculo foi realizada num curto espaço de tempo e em vários países. O clímax dos estudos bíblicos de Erasmo ocorreu em 1516, junto com a tradução latina do Novo Testamento ³.

³ Segundo Zagheni, na obra *A Idade Moderna: curso de história da Igreja – III*. Trad. José Maria de Almeida, São Paulo: Paulus, 1999, p.48-49, “no humanismo pode-se identificar uma corrente mais destacadamente cristã que quer estudar a Bíblia e os Padres da Igreja com métodos humanistas e que apresenta um problema de renovação cristã. O método para esse estudo é o *retorno às fontes*, a ser realizado no contexto histórico e gramatical original; daí a necessidade de conhecer as três línguas bíblicas, particularmente o grego. A finalidade desse estudo são a *pitas fidei* e o *cultus morum*. O contato direto com o texto bíblico na sua redação original deve suscitar no leitor uma atitude espiritual de amor a Cristo. Na Itália, os representantes mais significativos do humanismo bíblico são Lourenço Valla (1405-1457) e Marsílio Ficino (1433-1499), promotor da unidade fundamental da sabedoria, tanto antiga quanto cristã. Na Inglaterra, encontramos John Colet (1466-1519), que influi de modo decisivo sobre Erasmo e se dedica à exegese de Paulo (cartas aos Romanos e aos Coríntios), e Tomás Moro (1477-1535), que escreve a *Utopia*. Na França, destaca-se o Círculo de Meaux, reunido em torno do bispo Guilherme de

Além de desenvolver os aspectos técnicos do humanismo italiano, os humanistas tinham a convicção de que as ligações entre o conhecimento e o governo sadios eram muito próximas. Assim produziram tratados educacionais bem sistematizados nos quais articulavam a educação dos governantes com os princípios do governo virtuoso. Numerosos humanistas também escreveram livros de aconselhamento destinados já não apenas a reis e príncipes, mas a outros, ao corpo inteiro dos cidadãos. Compartilhavam um idêntico estilo de reflexão dos teóricos da política na vida do Estado.

Era comum que as reflexões culminassem em debates e, estes, em denúncias daquilo que *todo conhecimento deve ter algum uso e, portanto, o fim de toda doutrina e estudo deve consistir no bom conselho, onde há de encontrar a virtude*. Recorrendo à autoridade de Cícero, argumentavam que, toda vez que nossos governantes descaram o *estado geral e universal do bem público* a fim de promover alguma *comodidade particular*, isso sempre serve para introduzir uma *coisa perniciosíssima*, a saber, *a sedição e discórdia*, que por sua vez precipitam a República num estado de *extrema dissolução e declínio* (Skinner, 1996, p. 237- 241).

Enquanto faziam tais ameaças, os humanistas tratavam de encontrar culpados a quem censurar por esse colapso generalizado da responsabilidade cívica. Foi essa a principal razão que os autorizou a apresentar uma série de caricaturas tradicionais de advogados extorsionários, de monges preguiçosos e padres ambiciosos – uma literatura de ataques que logo viria a florescer com os protagonistas da Reforma Luterana.

As idéias, segundo Skinner (1996, p. 244), encontram um paralelo bastante próximo nos sermões de vários pregadores radicais que alcançaram destaque nesse período. Eram os protestantes radicais que também tendiam a ser humanistas convictos em sua educação e lealdade – *o que constitui uma prova adicional das íntimas conexões espirituais que houve entre o humanismo e o movimento puritano*.

Le Goff (2006, p. 180) enfatiza que

o Deus da primeira Idade Média não era mais o mesmo do século XII, nem dos séculos XIV-XV. Dá-se, primeiro, ênfase maior no Pai, depois o Filho que é mais concreto, enquanto o Espírito é objeto de um trabalho considerável à medida que se aproximam as Reformas, luteranas e calvinistas.

Briçonnet, com um elemento insigne como Le Fèvre d'Étaples (Faber Stapulensis, 1455-1536), editor de textos antigos (Aristóteles), patristicos, filosóficos: *Quintuple Psalterium*. Na Alemanha, encontramos João Reuchlin (1455-1552), promotor dos estudos bíblicos (*De Rudimentis Hebraicis*) e da Cabala. Ficou célebre a controvérsia sobre a conservação e o uso dos escritos judaicos. Enfim, na Espanha, distingue-se Francisco Jiménez de Cisneros (1436-1517), organizador de uma edição poliglota da Bíblia para Alcalá (*Polyglotta Complutensis*), com texto hebraico e *Vulgata* latina.”

Alguns dos mais radicais insistiram na necessidade de o corpo inteiro da cidadania adquirir e praticar as virtudes, como uma precondição do *bem ordenado*, disposição de fazer bem a outrem, como se todos conspirassem em conjunto com toda a virtude e honestidade. A proposta defendida de forma bem sistemática estava nas contribuições mais específicas dos humanistas para a filosofia da educação.

A boa formação, o tipo de educação que consideravam mais eficaz para encorajar a busca da virtude resultava de um currículo de estudos tipicamente humanista que começava pela gramática e a retórica para culminar na filosofia, *fonte nascente de todas as virtudes* (Le Goff, 2006, p. 259). Além dos textos clássicos da retórica e filosofia moral antigas, recomendavam-se, com insistência, *vários autores modernos que enfatizavam a íntima relação existente entre o estudo das humanidades e a prática do governo*.

Está claro que repeliam o conceito de que a profissão das armas deveria ser considerada a única ocupação digna e honrada de um fidalgo. O ideal cavaleiresco – com noções de honra, glória e fama – não se encontrava nos horrores da guerra, nem em mandar seus próprios cidadãos ao campo de batalha, a desperdiçar as vidas dos seus. Embora alguns considerassem que era preferível um bom combate à paga mercenária e contratação de tropas.

2.1.2 Sinais anunciadores de reforma

Todavia, no século XVI crescia a violência. Período de conflitos interestatais, que do século XII ao XV opõem reis, príncipes, repúblicas cidadinas, numa sucessão ininterrupta (em sentido geográfico e cronológico) de episódios bélicos, *pode ser definido como o período de formação do sistema dos Estados europeus* (Zagheni, 1999, p. 12) ⁴. Nem sempre pela leitura das histórias, uma sabedoria singular poderia ser alcançada, reconhece-se, hoje, que *as mesmas fontes podem com igual facilidade*

⁴ “Um dos aspectos da travessia da Idade Média à Idade Moderna é a substituição do ideal da *respublica christiniana* pela idéia de uma comunidade política na qual os interesses de um País surgem, se mantêm e se desenvolvem em relação recíproca com os outros. A ação do império pode ser equiparada à dos outros Estados. Dessa situação nascem conflitos contínuos e intensos.” Mas “o processo de formação do Estado moderno realiza-se sem que se modifiquem outras estruturas políticas tradicionais, sem eliminar as imunidades e os privilégios feudais eclesiásticos e citadinos, sem renovar adequadamente as antigas organizações sociais e políticas: desde anacronismo institucional nascerá a necessidade daquelas reformas que os soberanos absolutistas “luminados” realizarão so séc. XVIII” (Zagheni, 1999, p. 12-13).

tornar-nos peritos na loucura ou na maldade do gênero humano (Skinner, 1996, p. 240). Havia um duplo movimento do humanismo: abertura, porém controle.

Antes, é importante ressaltar que a civilização do Ocidente medieval foi profundamente, intimamente, marcada pela noção de criação. Os homens queriam saber mais, no entanto, a noção de criação ligada a uma concepção de Deus, da natureza e do homem foi mantida, pensada, ordenada, reordenada, por um organismo coerente ele próprio: a Igreja.

Os homens e as mulheres da Idade Média⁵ criam no Deus do Gênesis. O mundo e a humanidade existiam porque Deus quis assim, por meio de um ato generoso. E mesmo que um cônego da Igreja católica, Copérnico, mudasse a concepção do universo geocêntrico de Aristóteles e Ptolomeu, e Deus se tornasse objeto de estudo, não só mais a partir da Revelação de textos bíblicos, mas também da experiência humana, a percepção do espaço e do tempo ainda era mergulhada nos manuais de confissão, à época dos humanistas, percorrendo os numerosos sermões dos pregadores, que a Idade Média havia modelado

Em sua vontade de manter a ordem e a pureza no interior da Cristandade, a Igreja por muitas vezes desencaminhou as conquistas de seu humanismo. Para estender a paz ao interior, sustentava guerras no exterior. Para enquadrar os excessos, definiu não conformistas e estranhos à Igreja a serem marginalizados ou excluídos. Um movimento de perseguição (bem identificado por Robert Moore) se forma, preocupado em guardar uma Cristandade que se pretende tornar ideal, perfeita, limpa de qualquer mancha. Nesse caminho, a Espanha sairá na frente nos séculos XV e XVI com a teoria da “pureza do sangue”, precursora do que no século XIX virá a ser o racismo. Paralelamente um movimento de conversão forçada (dos judeus, dos hereges) prepara os excessos missionários que acompanharão o colonialismo a partir do século XVI. (Le Goff, 2006, p. 187-188)

Mas, os expoentes de força e da fraude iam espezinhando os defensores da virtude e os próprios humanistas começaram a considerar difícil manter essa sua elevada devoção ao ideal de justiça. Precisavam de equidade. A elite religiosa era a elite

⁵ Pouthier salienta (apud Le Goff, 2007, p. 17) que “a Idade Média é um longo período de um milênio, que os historiadores situam tradicionalmente entre o fim do Império Romano no Ocidente (476) e a tomada de Constantinopla pelos turcos (1453).” Para Le Goff (2007, p. 17-18-24), uma exatidão semântica em primeiro lugar: “prefiro” a expressão “Antigüidade tardia a falar em Baixo Império ou em alta Idade Média”. “A expressão que parece corresponder melhor à ótica da longa duração da Idade Média” é a Antigüidade tardia. “A Antigüidade tardia é o período em que o Deus dos cristãos se torna o Deus único do Império romano.” “O novo Deus se impõe, e a crença nele se difunde, por meio de uma rede de lugares de culto onde os servidores de Deus, os santos, sob a forma de relíquias, tomam posse de um local para render-lhe homenagens.”

intelectual e escandalizava-se, ao tomar consciência por toda a Europa, com a deterioração da Igreja, a degradação do clero e o paganismo dos campos.

Na vida religiosa eram muitos os sinais e as causas da crise: mudanças sociais, econômicas e políticas, guerras, pestes, insegurança, despovoamento do campo, urbanização; cisma da Igreja ocidental e conseqüências negativas que daí derivaram (*entre as quais é bastante significativa a divisão das obediências: em muitas dioceses houve, ao mesmo tempo, dois bispos e duas cúrias, isto é, duas estruturas eclesiais contrapostas; em muitos mosteiros houve dois abades*); controvérsias, rivalidades e invejas entre sacerdotes seculares e religiosos, entre as diversas ordens, a respeito de problemas de competência, privilégios, benefícios e procedência, sobretudo nas pequenas cidades com muitos conventos; no relaxamento da disciplina religiosa e da pobreza, por causa dos privilégios e das dispensas de regras (regime da dupla obediência); e, *recrutamento pouco cuidadoso de noviços e na formação insuficiente, tanto do ponto de vista cultural quanto espiritual: às vezes, os conventos tornavam-se mero refúgio para crianças pobres* ((Zagheni, 1999, p. 40).

As instituições e ordens religiosas já existentes também estavam em crise e exigiram reforma: o instituto das cartuxas, mesmo quando vivia um período de grande expansão no tempo anterior à reforma, com 200 conventos em 1520; os beneditinos, para remediar o sistema pelo qual a renda da abadia era concedida a uma figura estranha à abadia causando a constante subtração das rendas - a reforma beneditina inspirou as outras reformas -; e as ordens mendicantes, no início de 1400, quando da crise provocada pelo relaxamento da pobreza estrita, aceitação, pelos frades, de benefícios pessoais, reservas de territórios onde se podia mendigar, e a substituição da mendicidade pelo enriquecimento. Aliado a isso, grandes conventos, ricas doações de benfeitores, facilidades derivadas de dispensas pontificias, indulgências, relaxamento da vida claustral, vagabundagem, recrutamento vocacional superficial.

A reforma local se baseava no retorno à vida das origens e dentro da clausura, na igualdade fraterna, inclusive nas vestes e nas celas, na pobreza estrita, com a renúncia a todas as dispensas papais acumuladas. A reforma local foi obstaculizada. Criaram-se tensões, sem rupturas duradouras. Ruptura duradoura aconteceu entre os franciscanos espirituais (os que queriam permanecer fiéis ao ministério da pregação), conventuais (que exerciam seu ministério pastoral nas cidades), e os observantes (congregações autônomas).

Ao lado da obra de reforma realizada entre as antigas ordens e instituições, a exigência de mudança levou também à criação de novas realidades religiosas, propostas de vida cristã e amplo movimento de renovação espiritual a ser cultivada com um programa prático e metódico de uma intensa vida de oração, para se afastar do pecado, acompanhada de uma vida simples, sincera, cercada de muita moderação. As novas expressões de vida religiosa queriam apresentar o modelo do padre reformado, que vivia em comunidade, sob as ordens de um superior, tendo feito os votos (embora não sendo nem monge nem frade).

Novas ordens de clérigos regulares floresceram durante o século XVI ⁶:

em 1524, Caetano de Thiene funda os teatinos; em 1533, Antonio Maria Zaccaria funda os barnabitas; em 1540, Inácio de Loyola dá vida à Companhia de Jesus; em 1540, também, Jerônimo Emiliani funda os somasco, isto é, a Companhia dos servos dos pobres; em 1548, são criados os camilianos, clérigos regulares ministros dos enfermos; em 1572, os fatebenefratelli ou enfermeiros de São João de Deus. (Zagheni, 1999, p. 45)

Numa situação análoga, encontravam-se as ordens religiosas femininas (beneditas, cónegas, dominicanas, clarissas), que serviam de refúgio, muitas vezes, para senhoras da sociedade sem vocação e viúvas sem recurso. A reforma realizava-se sob a égide das ordens masculinas. Novas ordens foram abertas, com novas perspectivas à vida pastoral e educativa: Companhia da Santa Úrsula, em 1535, por Ângela Merici; a Sociedade das Angélicas de São Paulo, em 1535.

Havia uma evidente crise de integridade e Lutero rejeitou a idéia otimista de um homem apto a intuir e seguir as leis de Deus. Rejeitou de forma implacável a tese central e tipicamente humanística de Erasmo, *segundo a qual o homem tem à sua frente a possibilidade de utilizar seus poderes racionais para descobrir como Deus quer que ele aja*. Skinner (1996) escreve que Erasmo chegou a ler as *noventa e cinco teses* e tentado impedir a condenação de Lutero. Após a excomunhão deste, distanciou-se e chegou a negar ter lido, ter sido um simpatizante da reforma.

Para Erasmo e seus simpatizantes, a busca da virtude assim se tornou uma questão da maior significação religiosa e, ao mesmo tempo, moral. Se quem

⁶ E também depois, decorrentes dessas mesmas crises religiosas do século XVI, novas ordens floresceram. Na França e Bélgica, no século XVII, com centro espiritual deslocado para a Holanda, surgiu, o jansenismo, espécie de união sagrada, e que nasceu “de um problema teológico ao abordar a relação entre Deus e o homem procurando a conciliação entre elementos que parecem contrapor-se de maneira insanável: como conceber a verdade sobre a transcendência absoluta de Deus e a gratuidade perfeita da graça?” (Zagheni, 1999, p. 288).

abraça as virtudes é com toda a evidência cristão, segue-se que um príncipe e um povo que colaborem para constituir uma república autenticamente virtuosa estarão atuando no rumo da maior de todas as realizações – a instituição de um modo de vida genuinamente cristão. Essa é a formidável esperança subjacente à exigência que Erasmo tantas vezes reitera, em especial no *Príncipe cristão*, de que todos os governantes e magistrados “sejam íntegros em todas as virtudes” e se considerem “nascidos para o bem público” (p.162). Se o príncipe atingir a plena virtude, isso fará que ele seja, plenamente, cristão; e, se se tornar cristão por inteiro, isso o capacitará a assentar os fundamentos de uma perfeita república. (Skinner, 1996, p. 251)

O Deus revelado no Verbo e Outro Escondido na *vontade imutável, eterna e inescrutável* (Skinner, 1996, p. 287) tomaram os estudos daquele que foi o responsável pela Reforma. Na base da Reforma estava a descoberta libertadora do medo diante de Deus. *Deus age frente ao homem que peca: um Deus que intervém e que pune quem não se emenda* (Zagheni, 1999, p.70).

Reconhecia Lutero, num contexto de controvérsia sobre as indulgências e pelo particular clima religioso da Alemanha, e após crescente desespero, *que o homem era impotente de tal ordem que jamais poderia nutrir a esperança de salvar-se mediante seus próprios esforços*. Haveria um destino imutável, e o homem estaria condenado, sem socorro. Os Salmos passaram a fazer parte de um ciclo de palestras, com interpretações tão importantes que ousaram *justificar* uma teologia inteiramente nova: *pela fé somente* (Skinner, 1996, p. 290). *Era a Salvação pela Fé dada, não adquirida – centro da Revelação*.

A intuição de Lutero mostrou-se capaz de expor, de forma consistente, um motivo para a Contra-Reforma da Igreja católica. O reformador depôs contra as autoridades de seu tempo, de maneira fundamentada, radical e os simpatizantes, com brutalidade, em pouco tempo, aderiram à nova teologia. Os *cristãos* estavam descontentes com a *perversidade intrínseca à Igreja católica*. O papado insistiu na reação. E Lutero estendeu as promessas, *todos pecaram, estão privados da glória de Deus e são gratuitamente justificados pelo seu perdão por meio da redenção de Jesus Cristo* (Chaunu, 1987, p. 46).

Os humanistas sentiram-se afins, quando Lutero começou a atacar as indulgências em 1517, mesmo os humanistas mais respeitados se mostraram bastante atraídos pela posição, isto foi um fator importante para o fortalecimento das bases intelectuais da Reforma e para sua difusão pela Europa.

Desenrolou-se entre 1520 e 1540 uma primeira fase de Reforma – principalmente em França - que correspondeu a uma fase evangélica que não se esgotou

na ruptura, antes, correspondeu à difusão de correntes alimentadas por impulsos individuais e de inspiração luterana. A segunda fase liderou a futura preocupação da igreja que se queria próxima da Igreja apostólica e correspondeu à tensão da verdadeira e da falsa Igreja. Justificação para a ruptura necessária pela escolha: a Salvação pela Fé era tida como eixo central da Revelação. Esse período foi o da implantação das Igrejas reformadas em França e em toda a Europa Central. Os adeptos de Lutero fundaram universidades protestantes em Viena, Malburgo e Heidelberg. Foi também o triunfo da *Church of England*, a toda poderosa protestante da Europa.

Os luteranos insistiram na Salvação pela Fé, os calvinistas acentuaram a Reforma com o tema da predestinação para a Salvação, os católicos agostinianos falaram da Graça eficaz. A originalidade do protestantismo foi a afirmação da Soberana Liberdade de Deus e a gratuidade da Salvação pela Graça. A Santa Sé assistiu impotente ao desenvolvimento de um mal contra o qual tentou opor-se, tentando manter a integridade da fé, dos dogmas, da vida sacramental, da liturgia e o prestígio que ainda desfrutava como sociedade universal do Sacro Império.

Com Calvino, os homens eram destinados à salvação por Deus no plano da eternidade. Deus elegeria, antes da criação do mundo, o seu próprio povo, tirando-o da massa de pecados. Deus estabeleceria quem era destinado à salvação e quem era destinado à perdição. Calvino via a Igreja invisível e visível mediante a pregação da palavra, dos sacramentos, da obediência da fé (disciplina e profissão imposta pela Igreja), que se realizavam por meio dos ministérios. Nada modestos, seus discípulos prepararam as armas, no fim do século XVI, e envolveram-se em batalhas. O objetivo da redenção, na obra calvinista, era a reconstrução da imagem de Deus no homem, destruída pelo pecado, a partir do modelo de Cristo, perfeita imagem do Pai. Com essa reconstrução, o homem poderia conhecer e adorar perfeitamente a Deus e servir à sua glória.

Na realidade, conseqüência lógica desses movimentos intelectuais que precederam a época de crise, de convulsões religiosas, de profundas transformações econômicas e da ascensão social da burguesia, é o cenário da institucionalização do mecanismo político em que se opera a síntese do Império e da Cúria numa afirmação do Estado: *o encaminhamento do dado religioso apresenta-se ontologicamente averso ao dado político* – assim afirma Sousa Montenegro (1972, p. 14).

O pecado, a relação entre o homem e Deus, a revelação dos mandamentos de Deus, a natureza, a ordem de Deus e os acontecimentos do mundo, a natureza decaída e

a ação do homem, as conclusões sugeridas pelos reformadores e por Lutero, Calvino e tantos outros que protestaram, a impotência do homem diante do anseio à salvação eterna, a atitude dos monarcas frente ao protestantismo e ao catolicismo, as transformações inevitáveis na Igreja Católica, a desesperança no presente e a espera que uma nova história estivesse para começar marcaram a complexa teia da Idade Moderna.

A cisão operada na cristandade desde o início do século XVI – na qual a divulgação das 95 Teses de Lutero, em 1517, foi um marco decisivo – espalhou por toda a Europa um rastro de insegurança e expectativa (...). O berço da Reforma Protestante foi palco de violentos embates e de grandiosos projetos milenaristas, dos quais o de Thomas Müntzer foi o mais conhecido. Discípulo e contemporâneo de Lutero, divulgou que Deus se comunicava diretamente com ele e anunciava que os Últimos Dias estavam próximos, ao que se seguirá um tempo breve do Anticristo, interrompido pela chegada do Eleito. O fim de todas as heresias daria lugar, então, à vinda do Messias e ao início do Milênio. Müntzer, ou o “Mensajeiro de Cristo”, como passou a ser identificar, acabaria derrotado em 1525, decapitado, e sem ter visto a chegada do Messias. Mas o movimento que liderou deu corpo, por exemplo, aos anabatistas e inspirou outros tantos líderes heréticos. (Hermann, 2000, p. 28).

E

A Reforma quebrou a hegemonia espiritual de Roma. Irrompe a crise, intensificada pela Revolução Comercial. A integridade da fé, dos dogmas, da vida sacramental, da liturgia, insta por nova cruzada, na qual a Igreja valer-se-ia não apenas da reafirmação enérgica do acervo doutrinário e da disciplina, mas também do instrumental político encarnado no Império. Este era convocado para prestar-lhe auxílio, resguardando-lhe a sobrevivência histórica e eliminando as confissões concorrentes. E graças ao prestígio incomensurável que ainda desfrutava a Igreja como sociedade universal, ainda que desfêita a universalidade do Sacro Império. (Sousa Montenegro, 1972, p. 14)

Temendo a expansão protestante com evidente ameaça ao poderio da Igreja, a Cúria e o Império elaboraram uma fórmula política original na qual o dualismo representado por ambas as entidades tomou nova configuração em face de acontecimentos-chave: quebra da hegemonia espiritual de Roma; crise intensificada pela Revolução Comercial; reafirmação enérgica do acervo doutrinário e da disciplina também encarnada no Império.

A terceira fase de Reforma foi a da Reforma católica. Um concílio fora convocado, na cidade de Trento, para traçar a unidade religiosa, a reforma da Igreja e a cruzada contra os turcos. Esse movimento foi a Contra-Reforma que correspondeu à contra-ofensiva do antropocentrismo católico e as formas renovadas do humanismo cristão. O concílio de Trento foi o mais longo da história, tendo durado 18 anos, encerrou-se em 1563. Ao final, produziu uma verdadeira *síntese católica sobre três*

temas fundamentais: o pecado e a justificação; a Bíblia e a Tradição; a doutrina sobre os sacramentos (Zagheni, 1999, p. 179).

O conteúdo da reforma católica adotou uma orientação geral, dando força de lei às exigências que deram forma e orientação à Igreja moderna:

o concílio decretou a instituição de uma cadeira de Sagrada Escritura em todas as igrejas catedrais e todos os conventos, proibiu o acúmulo de benefícios curados, impôs a residência a bispos e párocos e instituiu seus deveres pastorais, estabeleceu normas para a vida dos prelados, que deveria ser marcada pela simplicidade e pela modéstia, decretou a ereção de seminários para a formação dos sacerdotes, prescreveu aos bispos a obrigação da convocação de sínodos diocesanos anuais e de concílios provinciais a cada três anos, a obrigação da pregação e da instrução religiosa do povo, fixou normas para a reforma dos religiosos, estabelecendo a clausura e a observância dos vãos monásticos (Zagheni, 1999, p. 182).

A Europa católica tinha superioridade e uma forte estrutura institucional e eclesiástica. O catolicismo do século XVII e da primeira metade do século XVIII rejeitou mais facilmente que reteve. A Inquisição impediu, a partir dos anos 1600, qualquer pensamento religioso original. A consequência para a Europa protestante, que a Europa católica impôs ao marcar limites, foi a condenação e a prática da retratação: retratar-se-iam ou emigrariam.

À Companhia de Jesus cabe o mérito de ter sabido resistir, sozinha, contra todos, nessa atmosfera infernal. Mas impotente, teve de se limitar a uma desaprovação silenciosa; ela pagará, em Portugal, no século XVIII, em 1755, sob o Governo de Pombal e em Espanha em 1767, depois do motim de Esquilache (a sublevação que fez estremecer Madrid e a maior parte das cidades espanholas em 1766), os juros de ódio que lhe valeu a sua corajosa atitude. O melhor da actividade da Igreja espanhola e portuguesa refugia-se no silêncio dos claustros ou na acção missionária. Os jesuítas ascendem, enquanto as ordens tradicionais, agostinhos, dominicanos e franciscanos, estagnam. Entre 1600 e 1750, a maior parte do clero missionário é da Península Ibérica. (Chaunu, 1987, p. 81).

Martins Fernandes (1980) escreve que os Jesuítas, nas missões populares e nas missões estrangeiras, na educação e instrução dos jovens, no estudo das ciências teológicas - pois sabiam que, se quisessem ter condições para lutar de igual para igual, teriam de se fazerem exímios conhecedores do classicismo e do humanismo - levaram a Companhia a se tornar o mais forte adversário do luteranismo germânico e também do calvinismo latino. A comunicação cultural dos missionários inicianos, europeia, clássica, dinâmica do processo de formação cultural foi o instrumento responsável pela sobrevivência e a continuidade de uma cultura no tempo e no espaço. *A luta começou*

através da educação no próprio coração da Reforma, na Alemanha, a partir de 1548 (Martins Fernandes, 1980, p. 12)

2.2 O SOLDADO DE JESUS

O comportamento social de Inácio de Loyola - o indivíduo em grupo – determinou o poderoso impacto das estruturas mentais da Companhia de Jesus, e, por conseguinte, a Educação dos Meninos do Brasil. Para ele, como Erasmo, ser íntegro em todas as virtudes era tornar-se cristão por inteiro.

De soldado *ignorante, desgarrado e travesso*, apenas medindo 158 cm, educado na corte, bem inteirado nas tortuosas veredas das intrigas, *quando enfurecido, as mãos tremiam e os olhos chispavam fogo, um cavaleiro de armadura a serviço do Vice-Rei de Navarra, Dom Antônio Manrique, duque de Nájera* (Braun, 1937, p. 19) – ano de 1520 - a fundador da Companhia dos Soldados de Jesus – 1521, ano de sua conversão. Idealizador religioso que conseguiu transformar em norma, em estratégia, em política de pessoal, o trabalho de conversão e salvação para *a maior glória de Deus*.

Inácio realizou três coisas que foram fundamentais para o avanço da Companhia: primeiro escreveu o livro de base da instituição, os *Exercícios*; segundo, elaborou as *Constituições* com seus colaboradores, instrumento de governo da Ordem; terceiro, no momento apropriado, tomou a decisão sobre os colégios - em 1550, os jesuítas viram as vantagens dos trabalhos mantidos nos colégios e conciliaram a manutenção de instituições permanentes e a necessidade da continuidade de seu pessoal. A Companhia de Jesus tornou-se a primeira ordem religiosa da Igreja Católica a se lançar na educação formal. Os colégios redefiniram a Companhia. O'Malley (2004, p. 36) escreve que em 1773, quando houve a supressão da Companhia por um edital, os jesuítas estavam operando em mais de 800 universidades, seminários e especialmente colégios de segundo grau em quase todo o globo. O mundo nunca tinha visto antes nem viu desde então tão imensa rede de instituições educacionais operando em base internacional.

O jesuíta soube se adaptar à transformação que a Companhia sofreu ao longo dos anos, às modificações do ideal do ministério itinerante, às estreitas relações com as elites socioeconômicas sob o aspecto da pobreza jesuítica, ao aprendizado constante para poder ensinar. Os jesuítas tornaram-se profissionais no ensino dos clássicos pagãos, nas ciências naturais, nas artes teatrais.

A tradição jesuítica de investigação nas matemáticas e nas ciências naturais remonta aos primeiros anos da Companhia de Jesus, no século XVI. Essa tradição continuou até o século XX e sua história nesse século permanece por escrever. (...) Desde os primeiros tempos da Companhia viu-se esse tipo de trabalho como uma parte integral do trabalho educacional dos jesuítas. (...) Algumas das razões para esta particular dedicação dos jesuítas ao trabalho científico tem raízes profundas na espiritualidade: uma tradição que nasce dos Exercícios Espirituais que leva a ver Deus presente em toda a criação e a “achar Deus em todas as coisas”. O jesuíta define-se como um “contemplativo na ação” que sabe unir uma grande estima pelas ciências com a apreciação da santidade de todo o esforço mundano, atitude que está em consonância com a dedicação ao trabalho científico. Também há razões apostólicas, nomeadamente ser testemunhas da fé num campo secular, com frequência reclamada como ateu, e em fomentar um diálogo necessário e frutífero entre a teologia e as ciências. Finalmente há razões de caridade relacionadas com a ajuda humanitária que caracterizou sempre a ciência, no seu melhor sentido, desde as origens. (Fernández Rdz; di Vita, 2004: 305)

Mas, antes, o caminho da Companhia esbarra no processo pelo qual Inácio chegou à decisão de uma nova meta para a sua vida, abandonando a espada e a adaga, pelo bastão de peregrino e a roupa de mendigo. *Eis porque todas as fibras de Dom Íñigo refletem marcialidade!* Braun (1937, p. 15) relata que no batismo foi chamado *Íñigo, forma popular de Hénneco, que foi santo e abade beneditino de Oño em Burgos. Até o ano de 1546 se assinava Íñigo; ao depois, assinava Inácio, nome esse que passou para a literatura hagiográfica.*

Ferido em batalha em 1521 para defender, como capitão, Navarra das tropas francesas que haviam se apossado da cidadela – *Carlos V, desde 1516 rei da Espanha, aceitando a coroa do império romano, abandonara a Espanha para fixar residência nos novos domínios germânicos. As cidades espanholas se rebelam. Reclamam a presença do rei* (Braun, 1937, p.17-18) –, socorrido pelos franceses após ser atingido por um canhão que lhe despedaçara a perna direita abaixo do joelho e machucara a outra, e após, no castelo dos Loyola, enquanto se recuperava lentamente em meio a muita dor e operações dolorosas, Inácio descobriu que deveria trilhar uma vida nova e moldá-la à maneira de Cristo, dos Santos. Foram as leituras e as consultas de suas experiências interiores que o levaram a governar a si mesmo. A experiência espiritual que teve tornou-se um paradigma do que ensinaria a outros.

A história conta-nos da deformidade, da perna encurtada pelo tempo, das dores, das sucessivas operações; do aborrecimento do jovem cavaleiro por não mais poder lutar e cavalgar; das horas longas demais em sua recuperação. Conta-nos do passado de batalhas que se tornara distante; das reflexões sobre si mesmo; do começo de sua conversão. Da aparição da Virgem Santíssima com o Infante Divino nos braços, certa

noite, quando acordado, e de tornar-se cavaleiro da Virgem – a sua conversão está intimamente ligada a *Maria Ssma*. Da intenção de ser um monge Cartuxo. Da desgraça em todo o castelo quando resolveu ser peregrino.

Dom Ínigo agora é todo outro, a sua psique está transformada. A sua conversão foi renovação, foi verdadeira regeneração, nova individualização. O homem do mundo, fez-se de uma hora para outra, o homem de Deus. (Braun, 1937, p. 27)

Conta-nos da vida de mendigo e dos jejuns; da ida a Montserrat; dos planos de cruzar a Espanha, passar por Veneza, Roma e chegar a Jerusalém apenas com esmolas; da estada na escola de Manresa, em 1522; das visões e tentações do demônio. Das enfermidades e da fraqueza de seu corpo. Das rezas constantes, abstinência, autoflagelação e outras austeridades; da guerra interior descrita nas normas dos Exercícios Espirituais, *modo de examinar a consciência, de meditar, de contemplar, de orar vocal e mentalmente, e de outras operações espirituais...* Conforme Braun (1937), o livrinho que traz as normas espirituais foi concluído em 1541, vinte anos após a conversão de Inácio.

Porque, assim como passear, caminhar e correr são exercícios corporais, da mesma maneira se chamam exercícios espirituais todo o modo de preparar e dispor a alma para tirar de si todas as afeições desordenadas, e depois de tiradas, para buscar e achar a divina vontade na reta orientação da sua vida para a salvação da alma. Eis o que querem os exercício espirituais: 1º - que o homem se vença a si mesmo; que por meio da oração, meditação, reflexão tire de si todas as afeições desordenadas. 2º - que o homem ordene a sua vida, livre do influxo de qualquer afeição desordenada; que busque e ache a divina vontade, dispondo conforme ela a sua vida, de modo que venha a salvar a sua alma. (Braun, 1937, p. 46)

Conta-nos do caminho percorrido por Inácio até Jerusalém; dos tempos de cidades isoladas pela peste e de atestados de saúde necessários para entrar nessas cidades; rudezas; penosos caminhos a pé, em naus, em cavalgadas, em velhos galeões; precárias travessias, sem provisões de água e de carne suficientes, água fétida misturada com vinagre; ventos adversos; marinheiros ladrões; gananciosos mercadores; naufrágios certos; não reconhecimento da costa e volta ao porto falhado; ataques dos muçulmanos fanáticos – *era preciso contratar com o Emir de Ramleh uma escolta que protegessem os cristãos das investidas dos turcos em território próximo à Terra Santa*; e de peregrinos favorecidos pela sorte.

Dos tempos de Missas; de fervorosos sermões; absolvições e *condenações em fétidas e sujas masmorras*; confissões, rezas na via dolorosa, na Igreja do Santo Sepulcro, no *monte da tentação do Senhor*; e da precária mas providencial acolhida dos franciscanos em Jerusalém.

Conta-nos das muitas frustrações, e que retornou a Barcelona em 1524, desistindo de fixar moradia em Jerusalém ou entrar em outra ordem decaída. Começou a estudar os rudimentos do latim, assistiu a aulas na recém fundada Universidade de Alcalá, fortemente influenciada pela Universidade de Paris e por certos aspectos do movimento humanista da Renascença italiana e pelos escritos de Erasmo. Escreve Le Goff (2006, p. 37) que *uma nova ordem, uma nova regulamentação, chega com os humanistas dos séculos XV e XVI, especialmente com Erasmo. Prova de que há mudança de época, não de civilização*. Em suas horas livres, mendigava e orientava algumas pessoas por meio dos *Exercícios Espirituais*. Um grupo se formou em torno de Inácio. Procuravam, os *homens de saco*, a perfeição espiritual por meio da iluminação interna. Foram perseguidos pela Inquisição, *admoestados a se vestirem como os outros estudantes e a não falar em público sobre assuntos religiosos* (O'Malley, 2004, p. 51). E absolvidos após cansativos esclarecimentos e exames do manuscrito dos *Exercícios Espirituais*. Mais tarde, a Igreja Católica aprovaria o *livrinho*, pois estava preocupada com a cisão operada na cristandade desde o início do século XVI – a divulgação das 95 Teses de Lutero, em 1517, foi um marco decisivo – que espalhou por toda a Europa um rastro de insegurança e expectativa.

Acabou os estudos em Paris, no Colégio de Montaigu e de Santa Bárbara. Recebeu o grau de Mestre em Artes em 1534, e, ainda, Teologia. Associou-se a outros companheiros Fabro e Xavier. Depois, em 1533, Diego Laines e Alfonso Salmeron que gozavam de maior respeito por sua boa formação em filosofia escolástica e em teologia. Em 1535, dois outros estudantes a esses cinco – Nicolau de Bobadilha, teólogo, filósofo e professor de lógica e o português ,Simão Rodrigues. Eram os *amigos do senhor*.

Também, passaram

por heréticos, por vis traidores, por luteranos embuçados, as portas das casas fecharam-se; os amigos retiravam-se dele; os seus sermões eram desatendidos. O povo, falto de instrução, se ia retirando aos poucos dos padres. Mas a fama de tanta abnegação e tão extremada caridade ecoou por toda Roma, pela Itália, e até em Portugal se contavam com admiração estes prodígios de amor cristão. (Braun, 1937, p. 133, 135 e 142)

E

Os três últimos meses da sua estadia em Paris foram agitadíssimos. Cenas de sangue, fogueiras, desterros! Era o longínquo troar da tempestade que se desencadearia sobre a Europa católica! A hidra da heresia, nascida na Alemanha, proliferava dragões por toda a parte. João Calvino se achava em 1532 em Paris, morando na casa de um rico comerciante. Como êle, assim também muitos emissários de Lutero invadiam Paris, fazendo prosélitos (...). Foi o início de processos. Muitos fanáticos inovadores foram proscritos e queimados, entre eles os empregados do rei.(...) Calvino, seis professores da Sourbona (...) expatriaram-se voluntariamente. (...) Houve quem acoimasse Ínigo de herético. (...) Denunciaram-no à inquisição (...). (...) Concluído o processo, deixou Paris na Primavera de 1535. Pretendeu restabelecer a sua saúde combalida nos ares pátrios, para continuar depois os seus estudos em Bolonha. (Braun, 1937, p. 38-39)

Depois, mais companheiros, os novatos Borja e Canísio; outros, Ribadeneira, Loarte, Possevino, Doménech, Araoz, Bustamante, Toledo, Ledesma, Nóbrega e Anchieta. Pedro Codacio associou-se aos companheiros e ajudou a efetivar a transferência da igreja de Santa Maria della Strada para a Companhia, a primeira igreja mantida pelos jesuítas, bem como o terreno da futura Igreja de Gesù no centro de Roma.

Os que se sobressaíram muito foram Polanco, Nadal, além de Inácio, aquele que possuía um grau incomum de dons naturais e energia em empreender e promover tarefas difíceis, liderar, conhecer e utilizar talentos que completavam os seus próprios.

Diego Laínes foi companheiro dos primeiros dias e ocupou o cargo de segundo superior geral. Também contou com a ajuda de pesquisa, composição, sugestão e tradução latina oficial dos documentos originais em espanhol de seu secretário João Alfonso de Polanco. Jerônimo Nadal, assistente de Inácio, atribuiu força significativa ao propósito do inspirador, ensinando o significado de ser um jesuíta nas duas primeiras gerações. Nadal ocupou importantes cargos em Roma e, viajando pela Europa em negócios oficiais da ordem, lançou bases financeiras para os colégios jesuítas. Conheceu e influenciou diretamente um número maior de membros da Companhia do que o próprio Inácio.

Quem eram Sto Inácio e os seus companheiros? Pessoas isoladas, ligadas tão somente pelos laços dum mesmo ideal, sem votos de Ordem Religiosa, sem vínculo jurídico que os estreitasse. Sto Inácio era o pai espiritual, que os conquistara para Cristo e os educara; não era o seu superior, apenas conselheiro sempre ouvido e obedecido pelo ascendente moral da sua virtude e consumada prudência. Agiam e deliberavam sempre em comum acordo. Desde que trabalhavam na cura de almas, costumavam responder à pergunta: a que Ordem ou Congregação pertenciam? Quem eram? *Somos da Companhia de Jesús*. (Braun, 1937, p. 143)

Trabalharam isolados e, depois, em esquadrão, em companhia *sob a bandeira de Cristo*. Houve calúnias, acusações de heresia dos seus adversários que depuseram em juízo quando começaram a esmolar, a percorrer as ruas da cidade a doutrinar já na Companhia em 1539.

A opinião pública mudou quando o movimento de caridade atraiu ricos e pobres. Esses doutores em filosofia e teologia, paupérrimos, já em Roma, atenderam aos indigentes e angariaram fundos de nobres e cardeais para o sustento de hospitais que tomaram como abrigo. Era o esquadrão que a Igreja esperava. Novos combatentes que regularizaram a mendicância ao elaborarem um plano perpétuo dos indigentes.

2.3 A ORDEM

A Companhia de Jesus nasceu numa Europa agitada por efervescências reformadoras, quando o mundo já se desvendara todo nos seus contornos geográficos, graças aos descobrimentos marítimos iniciados no século XV pelos Portugueses, movimento em que o Mediterrâneo cedia o passo ao Atlântico e, com o Atlântico, a outros oceanos. (Serafim Leite, 1965, p. IX)

Inácio, superior eleito da Companhia de Jesus, não tomou providências sistemáticas sozinho para estabelecer as bases da nova organização. A existência da Companhia girava em torno do elemento humano. *Fôra juntando à sua volta um grupo de homens notáveis, Pedro Fabro, Francisco Xavier, Diogo Laines, Afonso Salmeron, Simão Rodrigues e Nicolau Bobadilha* (Serafim Leite, 1938, I, p. 4). Ordenaram em comum acordo, dispuseram refletindo para a melhor conservação da Companhia de Jesus, sem ter obediência a um superior, nos primeiros tempos. Embora O'Malley (2004, p. 358) cite *a disciplina supostamente militarista da Companhia de Jesus, ordens emitidas sob a santa obediência, isto é, em virtude do voto, eram extraordinariamente raras*. Os jesuítas eram *fiéis à sua imposição*.

O movimento nasceu humanista⁷ embora estivessem, seus recrutas, imbuídos da tradição escolástica da Idade Média - tradição da ciência de Deus que se vale da razão,

⁷ Skinner (1996, p. 228-229-230) menciona que grande texto antigo de elevada relevância ideológica, a cujo estudo os humanistas começaram a aplicar suas novas técnicas filológicas, foi a Bíblia. Isso significou, em primeiro lugar, que eles precisariam adotar uma nova abordagem da exegese e comentários bíblicos. O método escolástico tradicional de comentários da Bíblia geralmente procedia associando uma seqüência de passagens com a finalidade de extrair alguma lição genérica ou artigo de fé. Os humanistas, ao contrário, procuravam recuperar o exato contexto histórico de cada doutrina ou argumento em particular. Uma segunda inovação que os humanistas introduziram na erudição bíblica e que em última

do esforço intelectual, da fé como aspiração a Deus pela inteligência, introduzido com a gradual redescoberta do *corpus* central das obras de Aristóteles. Considerável número de textos aristotélicos, muitas vezes conservados em traduções árabes, passou a ingressar na Europa, por intermédio do califado de Córdoba, em inícios do século XII (Skinner, 1996).

Le Goff (2007, p. 111-112) afirma que *é possível falar de humanismo medieval, humanismo que combina os dois sentidos: valor do homem na criação e cultura da civilização antiga*. O homem se torna de certa maneira o centro do mundo, criado por Deus e prometido à salvação. De outro lado, *o homem em si mesmo não é fonte de nenhum valor, todos os valores vêm de Deus e só pela obediência e pelo amor a Deus o homem fará seu destino crescer num sentido positivo e será salvo*.

Desse modo, os Jesuítas concebiam-se *apóstolos* que iam de lugar em lugar difundindo o Evangelho.

Organizaram a sua vida espiritual de maneira a dar eficácia aos seus propósitos: voto de castidade, voto de pobreza, voto de ir em peregrinação a Jerusalém e ocupar a vida e forças na salvação do próximo, administração dos sacramentos da confissão e comunhão, pregação e celebração da missa, tudo sem estipêndio. (Serafim Leite, 1938, I, p. 5)

Em 1534 fizeram voto dessa resolução na Capela de Nossa Senhora, edificada na Colina de Montmartre, na capital da França - os que fizeram os votos em 15-8-1534 foram Pedro Fabro, Francisco Xavier, Diogo Laines, Afonso Salmeron, Simão Rodrigues e Nicolau Bobadilha e eram eles apelidados de *Înguistas*, sendo evidente que o cabeça do novo movimento era Dom Ínigo de Loyola. Essa união estreita que agora reinava entre eles, atraiu as atenções dos estudantes - e a cada ano haveria a renovação desses votos.

Conforme Braun (1937) o voto de ir a Jerusalém vinha com a cláusula de executá-lo acabados os estudos e o voto de pobreza entendiam-no assim, que não se despojariam dos bens enquanto estudantes.

instância se revelaria da maior importância, foi a aplicação das técnicas de filológicas típicas da Renascença com a finalidade de se chegar a traduções novas e mais precisas dos antigos textos gregos e hebraicos. Essas técnicas foram retomadas e aprimoradas, em começos do século XVI, pelos humanistas do Norte. O mais importante de todos os humanistas do Norte a esposar a causa da erudição bíblica foi, sem possibilidade de comparação, Erasmo. O clímax dos estudos bíblicos de Erasmo ocorreu em 1516, quando finalmente produziu sua esperada edição do Novo Testamento grego, junto com uma nova tradução latina na qual os erros de Vulgata eram corrigidos pela primeira vez numa versão impressa. Tal como no direito romano, a aplicação de técnicas humanísticas à Bíblia teve profundo impacto no desenvolvimento do pensamento político do século XVI. Como disso resultasse um aumento de interesse no conhecimento detalhado do Novo Testamento, uma consequência de grande impacto político pôde ser percebida: que tanto a organização existente como as pretensões temporais do papado estavam fora de sincronia com os ideais e instituições originais da Igreja primitiva.

Depois, tratando de pôr em prática o voto de irem à Terra Santa, Inácio deu volta por Espanha (1535) e alguns companheiros dirigiram-se directamente a Veneza em 1536, aonde também foi ter Santo Inácio. A seguir, o Santo fica em Veneza, os mais vão a Roma, onde os favorece o Papa Paulo III. Voltando a Veneza, ali ficaram todos em mistérios, até que, verificando a impossibilidade de embarcar para a Palestina, Santo Inácio e os seus resolveram, enfim, tomar o caminho da Cidade Eterna (1537). Perseguições os aguardavam em Roma durante o ano de 1538. Decidem então fundar a *Companhia de Jesus* (1539) e logram a sua aprovação, nesse mesmo ano, e depois, definitivamente, na bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, de 27 de setembro de 1540. (Serafim Leite, 1938, I, p. 5)

Antes, em 1538, os companheiros haviam se reunido em Roma, a fim de porem-se à disposição do Santo Pontífice e deliberar sobre o futuro; incorporaram-se ao papa, para que ele dispusesse discricionariamente dos seus serviços. *De Portugal vinham pedidos de que Dom Íñigo mandasse alguns dos seus para as Índias. Era preciso acelerar a decisão sobre o futuro.* Mas não convinha ao papa que esses homens saíssem de Roma. *Mandou-lhes catequizessem em Roma* (Braun, 1937, p.143).

A carta fundamental da ordem *Formula do Instituto*, documento pouco conhecido, resultou de deliberações em Roma, em 1539, dos primeiros companheiros que tinham o objetivo de construir a aprovação papal dos elementos básicos da nova associação que eles esperavam fundar. Esse documento foi revisado posteriormente e a *Formula* de 1540 mencionou como propósito da Companhia a *propagação da fé e o progresso das almas na vida e doutrina cristãs.*

Depois, veio a elaboração das *Constituições* dos jesuítas, documento iniciado em 1547, que articulou os princípios gerais segundo os quais a Companhia esperava alcançar suas metas. Até a sua morte em 31 de Julho de 1556, *Santo Inácio não cessou de as retocar e rever* (Serafim Leite, 1938, I, p. 10).

Lá vinham (...) os Cinco Capítulos saídos da meditação de Inácio. Logo no primeiro – a nota do ‘soldado de Deus debaixo da bandeira da cruz’ com que o antigo capitão de Pamplona, simplesmente passado a outro exército, marcava para sempre o jesuíta. O senhor a servir era o do Céu, e o ‘Romano Pontífice’ como ‘Vigário seu na terra’. Perpétuamente casto, quem assim quisesse ‘militar’ assentasse ‘consigo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para de um modo principal procurar o proveito das almas na vida e doutrina cristã, propagar a fé pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obra de caridade, e nomeadamente ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo, e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão’. (...) O segundo Capítulo acentuava que todos os membros da Companhia ‘militam por Deus sob a fiel obediência do Santíssimo Papa’ (...) ‘voto especial’, ‘sem nenhuma tergiversação nem desculpa’, ‘para maior humildade de nossa Companhia e perfeita mortificação de cada um e abnegação de nossas vontades’. Mandasse o Papa onde os mandasse, - ‘quer nos mande para os Turcos, quer para as terras de outros infiéis, ainda para as partes que chamam da Índia’, ‘como também para países de hereges ou cismáticos ou quaisquer nações de fiéis’ –

‘sem delongas’ iriam. – Ordem do dia perene; corpo de ‘Exército sem tréguas’, ‘para ser enviado a esta ou àquela missão, a não ser com o conselho da Companhia’. Terceiro Capítulo: Voto de obediência ao Prepósito, o dever de este ordenar ‘o que lhe parecer oportuno’, ‘mas em seu governo recorde-se continuamente da benignidade de Cristo e da norma que deixaram Pedro e Paulo’. ‘De um modo particular’ ‘a instrução dos meninos e rudes na doutrina cristã’, ‘já que nos próximos não o de levantar-se o edifício da fundação sem fundamento’(...). O Quarto Capítulo, partia da experiência inaciana de que ‘a vida é mais aprazível’, ‘mais pura’ e exemplar ‘para o próximo quando se afasta da mais pequena sombra de avareza, e se assemelha na maior perfeição à pobreza evangélica’. Daqui decorria a necessidade do ‘voto de perpétua pobreza’, ‘nem sequer em comum’ podendo ‘adquirir’ bens ou rendas ‘para manutenção e uso da Companhia’, contentando-se ‘do só uso das coisas doadas’. Poderiam contudo ter colégios universitários com meios para os ‘gastos’ dos jovens, competindo ao Prepósito fazer com que ‘nem os estudantes possam abusar desses bens, nem a Companhia convertê-los em utilidade própria’. Assim Inácio criava o viveiro da nova vinha. Enfim, o Capítulo Quinto resumia-se em obrigar os companheiros ‘que tiverem ordens sacras’ (pois o pão ali rompia-se entre clérigos e leigos: tudo um) ‘a rezar, não em comum mas só em particular’ (e aqui estava a grande originalidade formal da nova Regra, nem coral nem claustral) ‘o ofício divino, segundo o rito da Igreja’. (Nemésio, 1971, p. 94-95-96)

Mas *o modo de proceder*, projeto e referência básica para se manter na rota e guiar outros, como meio de motivação de seus primeiros discípulos, composto desde 1521 por Inácio, ocasião de sua conversão, e só publicado em Roma em 1548, estabeleceu os paradigmas e as metas de todos os ministérios nos quais a Companhia se engajou. Eram os *Exercícios Espirituais*, obra destinada aos jesuítas e àqueles que deveriam supostamente ser, e que trata

sobre o grande e único negócio necessário, a salvação da própria alma. Mas como poderei salvar a minha alma? Respondem os exercícios espirituais: Afastar o pecado, e evitá-lo para o futuro. Para isso devemos depois de livres do pecado, depois de desarraigadas as afeições mal ordenadas, achar um modo de vida, que nos permita viver assim como Deus o quer, sem pecado, tendo sempre em vista a maior glória de Deus. (Braun, 1937, p. 47)

Era o sonho da salvação conjugado de projetos. Os *Exercícios Espirituais* não eram para qualquer um, admitia Inácio - como bem trata O'Malley (2004, p. 66), quando analisa os textos jesuítas utilizados como *corpus* em seu trabalho - *o texto admite, todavia, que nem todos são capazes, por várias razões, de fazer esse exercício ou estar em condições de fazer uma mudança radical nas circunstâncias externas de sua vida (...)*.

Os *Exercícios* habilitavam aquele que fazia a escolha com objetividade e liberdade de espírito e boa vontade. O processo duraria um mês, às vezes reduziam a oito, a cinco e mesmo a três dias, numa situação em que a pessoa se devotaria

exclusivamente a seu propósito, afastada de ocupações usuais, ocupado exclusivamente na salvação a sua alma. Mas não excluía quem não se afastasse completamente aos exercícios, nem *infiéis*, *pagãos*, nem *protestantes*.

Os *Exercícios* acomodam-se a todo gênero de pessoas. Mas para os que seguem ou escolhem a perfeição religiosa, Santo Inácio dá-lhes dela um conceito novo. Até então a vida religiosa considerava-se como afastamento do mundo. Santo Inácio integra a sua Ordem no mundo e faz dela uma campanha para a conquista do mundo. (Serafim Leite, 1938, I, p. 15)

O exercitante compenetrava-se na grande verdade do *fundamento* – *Deus é tudo... o homem nada, é mera criatura de Deus* - em seguida, sempre em meditação profunda, e, após terem lhe mostrado como era só pecados e maldades, era levado ao lugar do castigo do pecado, ao inferno, isto para fortalecê-lo no serviço divino e para que o temor das penas o retenha do pecado quando o amor de Deus já não for suficiente para vencer a força da tentação.

Para que as sérias contemplações não falhem o efeito, davam regras e preceitos sobre o modo de examinar a consciência, de fazer o exame particular etc. O homem saia purificado, compenetrado do alto fim que Deus o destinou, arrependido dos próprios erros e pecados, purgado por sincera confissão geral, e firme resolução: serei todo de Deus (Braun, 1937, p.47-48).

E, segundo Serafim Leite (1938, I, p. 15):

Escritos por Santo Inácio de Loyola, em Manresa, os *Exercícios Espirituais* são um pequeno livro, donde deriva toda a espiritualidade própria da Companhia de Jesus. Assenta em dois princípios: um, como *fundamento*, na razão esclarecida pela fé, a criação do homem e o fim para que foi criado; outro fundado na fé, - a Encarnação do filho de Deus, cuja imitação deve ser a maior ambição humana. Supõe-se o pecado: e, portanto, a reacção contra o prazer. A mortificação é a grande lição de Jesus. E ela, dada por amor dos homens, pede ao homem a correspondência da imitação e do amor. Cristo apresenta-se como Rei à conquista do mundo sobrenatural, e convida todos os homens de boa vontade a participar da conquista.

Ideais e atitudes caracterizavam a vida e o ministério dos jesuítas, que eram diferentes dos membros de ordens religiosas já existentes. O objetivo da Companhia era *a defesa e propagação da fé pelo progresso das almas na vida e doutrina cristãs, para a maior glória de Deus*. A missão catequética acentuava a necessidade de dar uma instrução básica ao povo, e queria dar um novo impulso à reevangelização. O pressuposto de onde partiam os missionários era de que a decadência religiosa decorria

menos da má vontade e mais da ignorância: daí a catequese, a criação da associação da Doutrina Cristã, a abertura de escolas nos vilarejos, mantidas pela comunidade.

O método educacional e cultural aplicado nos colégios dos jesuítas estava descrito no documento *Ratio studiorum*, depois modificado diante das exigências da nova realidade cultural da Europa moderna e do grande progresso das ciências físico-matemáticas, que redimensionaram o valor real da física de Aristóteles, à qual davam um apoio extracientífico às intervenções pontifícias, sobretudo a partir das condenações de Galileu e Descartes. O documento vigorou até a supressão da Companhia, em 1773. Conforme Zagheni (1999), o título original do texto era *Método e organização dos estudos nos colégios da Companhia de Jesus*.

A ordem religiosa, como descrita em *Chronicon*⁸ pelo próprio Polanco (apud O'Malley, 2004, p. 30) *não tinha disciplina estritamente militar*, cada membro não atuava como um peão unicamente sob as ordens de seu superior,

eram indivíduos empreendedores que, mantendo estreita comunicação com seus superiores e recebendo orientação e “consolação” deles, adaptam-se às necessidades locais e tentam aproveitar as oportunidades como se apresentam. Os jesuítas se engajavam e suas atividades diferiam de um lugar para outro – Brasil não era Alemanha, Itália não era França.

Os primeiros jesuítas estavam engajados numa grande amplitude de atividades:

Lidavam com reis e pobres, com devotos e pecadores públicos, com papas e preladados, com o baixo clero e conventos de freiras. Não excluíam de seu ministério nenhuma categoria do laicado. Por volta de 1565, estavam ativos em muitos países da Europa Ocidental, mas também no Brasil, na Índia, no Japão e em outros lugares. Pregaram, ensinaram o catecismo, propuseram novas práticas sacramentais e ajudaram órfãos, prostitutas e prisioneiros cárceres. Desenvolveram padrões de piedade que lhe foram peculiares, embora alguns elementos que utilizaram fossem tradicionais. Eles se apropriaram dos ensinamentos escolásticos e dos humanistas, tentando relacionar estas duas culturas entre si. Envolveram-se em polêmicas com os protestantes e, para seu espanto, encontraram-se envolvidos em controvérsias entre católicos. Apoiaram várias inquisições, todavia se deram conta, algumas vezes, de que eles próprios eram objetos de um minucioso exame inquisitorial e de censuras. Ensinaram em universidades. Sete ou oito anos

⁸ O'Malley (2004, p. 29) ressalta que o trabalho mais longo da autoria de Polanco é *Chronicon Societatis Jesu*, ditado a um ou mais secretários no período final de sua vida, 1573-74. Trata-se de uma crônica detalhada das atividades dos membros da Companhia, casa por casa, província por província, país por país, ano por ano, desde 1537 até a morte de Inácio. É evidente que, acrescenta O'Malley, dá mais ênfase às vitórias do que às derrotas, mas oferece os dados deste período para responder à questão em que medida os Jesuítas possuíam uma estratégia claramente formulada para seu ministério numa dada área. E sabe-se que os membros da Companhia eram obrigados a manter correspondência regular com cada um dos companheiros e especialmente com os superiores em Roma. A quantidade de documentação, oficial e extra-oficial, conforme acrescenta O'Malley, é esmagadora. Dessa forma, o autor, assim ele diz, pôde executar a tarefa de escrever o livro (ibid., p.18).

após a aprovação papal da Companhia, fundaram e administraram seus colégios.

Viam-se como professores da *crístandade*, e tinham a missão de *ajudar as almas* por intermédio de seus ministérios. A forma com que eles desempenhavam, provendo alimento para o corpo e para o espírito, não tinha limites. Há aspectos incoerentes e comprometedores encontrados por estudiosos, como a aceitação por parte dos jesuítas dos vários tribunais eclesiásticos, a Inquisição - os próprios jesuítas denunciaram Molina à Inquisição e o assunto não chegou a nenhum resultado para não enfraquecer a Companhia.

Sabe-se que a política, nessa época, final da sociedade medieval, início dos Estados absolutistas da Idade Moderna, refletia, ainda, a soberania incontestada do papado sobre reinos e principados. Enroscava-se na trama complexa dos compromissos mundanos, o contraditório da imposição religiosa violenta.

Os Companheiros de Jesus consideravam-se mediadores de uma experiência imediata com Deus – o que não cabe analisar nesse trabalho –, eram os do ministério da consolação, movimento do coração que vinha de Deus e trazia a pessoa para mais perto Dele. Eram líderes que pertenciam a uma associação voluntária, sem poder direto, mas com amigos poderosos, benfeitores de seus colégios e outras obras, e assim foram capazes de impor sua maneira de agir, exercer pressão e apresentar à sua clientela opções mais atrativas do que as alternativas.

A Companhia tinha metas, os homens deveriam ser de ação. O exercitante, *chaga putrefata cheia de maldades e pecados*, tinha um caminho a seguir, o do homem ideal, o homem-Deus. Deveria meditar sobre a morte, o juízo final, arrepender-se dos próprios erros e pecados, purgar-se em sincera confissão geral e firme resolução: “*serei todo de Deus*, e seguir uma luta necessária, em peregrinação, *para acender e inflamar outros corações para os grandes ideais: Tudo pela maior glória de Deus e pela salvação das almas*.”

Novos membros eram recrutados num ritmo acelerado, os jesuítas queriam crescer e não esperavam passivamente os jovens. Cada comunidade tinha um *promotor* especialmente encarregado em procurar e orientar aqueles que viessem ocupar a ordem. A vocação deveria ser fomentada e o candidato deveria ter talento para aprender.

A Companhia deveria ser poupada de trabalho e distração, tanto quanto possível, no que dizia respeito a questões administrativas, por isso o esboço básico da Companhia era simples ao extremo. O exército religioso, cujos membros atuavam apenas sob as

ordens de seus comandantes, foi consistente com a primazia organizacional do ministério originalmente diáspora. Províncias já funcionavam em Portugal, Espanha e Índia, em 1550, e cada superior provincial era responsável diretamente a Inácio – Simão Rodrigues, Antônio de Araoz e Francisco Xavier. Inácio governava diretamente o resto dos lugares: Itália, Sicília, Alemanha e França.

A estrutura básica administrativa da Companhia estabelecia uma casa em cada local e esta tinha *um superior ou reitor, que respondia ao provincial ou, se o provincial faltasse, ao Geral* (O'Malley, 2004, p. 87). Os provinciais eram escolhidos pelo Geral e os superiores locais, pelo provincial ou pelo Geral. As *Constituições* deliberavam a respeito.

Em 1549 os jesuítas viviam em 22 metrópoles e cidades, mas havia casas próprias deles (*proprium domicilium*) em somente sete: Goa, Lisboa, Coimbra, Gandía, Roma, Pádua e Messina. Um número de casas foi acrescentado no ano seguinte, especialmente na Espanha, e os jesuítas tinham desembarcado tanto no Japão como no Brasil. Somente em 1552, onze novos colégios foram abertos, incluindo um no norte dos Alpes, em Viena. Inácio continuou a governar de Roma. E lá morreu em 31 de julho de 1556, após ataques de febre - *desde os tempos de Manresa nunca mais recuperou Inácio toda a saúde, coxeava, os olhos ficaram encovados, as pálpebras encolhidas e enrugadas, o nariz alto e adunco, uma calva que lhe dava um aspecto veneráve* (Braun, 1937, p. 192-193).

O sucesso inicial dos Jesuítas, segundo O'Malley (2004, p. 352-353), deveu-se às seguintes características: os colégios não cobravam matrícula; pelo menos em princípio recebiam de bom grado os estudantes de todas as classes sociais; especialmente os colégios de letras humanas identificavam-se com o consenso emergente da época no programa curricular, na importância dada à formação do caráter e a matérias similares; os jesuítas postulavam compatibilidade entre uma educação em letras humanas, por um lado, uma compatibilidade vagamente pressagiada pelas Regras para pensar com a Igreja dos Exercícios; a partir do *modus parisiensis*⁹ eles implementaram a divisão em classes (cada uma com seu próprio professor), ordenavam a progressão de aula para aula conforme metas curriculares claras e provisões similares; do método parisiense eles tomaram emprestada a insistência sobre a apropriação ativa

⁹ O *modus parisiensis* é o conjunto de normas pedagógicas que caracterizavam o ensino parisiense: a distribuição dos alunos em classes, uma atividade constante dos alunos por meio dos exercícios escolares, um regime de incentivos ao trabalho escolar, e a união da piedade, dos bons costumes com as letras. O objetivo da educação era o ideal cristão, formar homens cristãos e cristãos letrados.

das idéias e habilidades – *exercitium* –, que consistia não somente em composições escritas e repetições orais em sala de aula, mas também em peças, disputas e outros espetáculos abertos ao público; patrocinavam um programa religioso simples, claro e coerente, adaptável aos estudantes de diferentes idades e experiências – um programa que buscava levar o estudante além da prática piedosa para uma apropriação interna de valores éticos e religiosos; mediante suas Congregações Marianas ofereciam mais articulação ao programa religioso, adotando e adaptando uma das mais populares instituições do dia: a confraternidade; estavam a caminho de criar uma rede de colégios sob uma única égide, que o mundo nunca tinha visto, na qual a informação era compartilhada acerca do que funcionava e não funcionava; e, o ensinamento era vindo dos melhores educadores, e tentavam influenciar seus estudantes mais com seus exemplos que com suas palavras. Também, inculcavam uns aos outros a importância de amar seus alunos, de conhecê-los como indivíduos, de gozar de uma *familiaritas* respeitosa com eles.

Evidentemente, houve falhas. Os Superiores da Ordem temiam que a Companhia estivesse sendo arruinada porque os colégios eram um peso; os jesuítas escolásticos eram enviados a ensinar pagando o preço de reduzir seus próprios estudos; aceitavam candidatos ineptos a fim de assegurar a demanda de professores; toleraram, em seu meio, indivíduos embusteiros que corrompiam a paz e o verdadeiro espírito da Companhia; os problemas financeiros dos colégios levaram-nos à aceitação de benefícios eclesiásticos. Havia reclamações de freqüente troca de professores, menos competentes porque eram mandados para lugares distantes.

Somam-se a isso as dificuldades para abrir novos colégios; em alguns internatos, era constrangedor o fato de não poderem alimentá-los; jesuítas abandonavam sua vocação na Companhia; *alguns estudantes causavam problemas de disciplina, carregavam armas ou ocasionalmente não compareciam às aulas* (O'Malley, 2004, p. 357), *revoltavam-se contra seus disciplinadores*. Inácio era intransigente quanto a determinações de não punir, de não administrar golpes. Então, quando a situação ficou insustentável, contrataram *auxiliar para a punição*, mas alguns colégios eram muito pobres e não podiam contratar.

A aventura educacional jesuíta originou-se do interesse pelo treinamento dos membros mais jovens da Companhia, cuja educação seria pelo menos equivalente à sua própria. Desde o início, sua situação financeira era precária, mas assim eles fizeram antes do decreto sobre os seminários do Concílio de Trento, em 1563. E continuaram a

fazê-lo posteriormente, influenciados pelo Concílio, sem perder o paradigma de sua instituição mais típica, uma instituição autônoma programaticamente, reservada exclusivamente ao clero diocesano futuro sob a jurisdição direta do bispo local. Treinavam seus próprios jovens membros, educavam estudantes leigos, em colégios administrados por eles próprios, às vezes com residências anexas. E, assim,

quando da morte de Inácio de Loyola, em 1556, a Companhia já contava com mil membros e administrava uma centena de fundações (residências, noviciados, casas professas, colégios); cem anos depois, contavam-se mais de quinze mil jesuítas e 550 fundações; seus colégios recolhiam 150 mil alunos; em 1773, no ato de supressão da ordem pronunciada por Clemente XIV, os jesuítas eram 23 mil, divididos em 39 províncias; suas fundações chegavam a 1.600, com oitocentos colégios, nos quais prestavam serviço quinze mil professores. Confessores dos príncipes da Europa, astrônomos dos imperadores e dos reis, missionários e professores de notável valor, no período de 1550-1650, os jesuítas foram o elemento mais dinâmico da Igreja. (Zagheni, 1999, p. 188)

CAPÍTULO III

MANUEL¹⁰ DA NÓBREGA E O PAPEL BRANCO DO BRASIL¹¹

A razão deste capítulo é Nóbrega, *Vigário interino e pregador dos Portugueses fundadores da nova cidade* (Serafim Leite, 1954, I, Índice Geral) e a obra missionária de conversão do gentio, mas simultaneamente o de atender aos Portugueses, que tinham ido antes e chegavam de novo (só a armada, em que foi, levava mais de mil homens).

Para tanto, apresentar-se-á a Igreja do Brasil no século XVI¹², a *acção da Companhia que começou a alargar-se pela costa*, a forma de evangelização e propagação da Igreja de Cristo em terras brasileiras e o *método de trabalho: atender aos Brancos, visitar e atrair os Índios, reunir e educar meninos, sem distinção entre eles* (ibd., p. 8). Também, a política da monarquia portuguesa do século XVI e a definição desta como arte cristã que mantinha a unidade e a segurança do reino contra inimigos internos e externos. Considerando que,

a tarefa não é fácil, pois você, leitor, se aqui esteve antes de Cabral, não nos deixou nenhum escrito. Para conhecer os índios antes do Brasil temos que recorrer às evidências fornecidas pela arqueologia e pela lingüística histórica, conhecer as descrições legadas pelos colonizadores e missionários dos séculos XVI e XVII e estudar as populações indígenas contemporâneas. Mas nem assim estamos em terreno seguro. As áreas tropicais colocam obstáculos consideráveis à arqueologia. Os solos ácidos e as intempéries naturais destroem boa parte dos registros da presença humana. (...) Tampouco

¹⁰ Serafim Leite (1955, p. 23) escreve Manuel da Nóbrega com “u” e não Manoel da Nóbrega, como Tito Lívio (1970, p. 47) e outros autores. Também, Nemésio (1971, p. 188) escreve Manuel da Nóbrega e traz na página seguinte a esta citada, a reprodução da assinatura do Padre em 1551 e 1559 com “o”: Manoel da Nóbrega. Tito Lívio (1970, p. 40) escreve: “nascido embora sob o signo do esplendor manoelino, num desconhecido recanto de Portugal, Manoel da Nóbrega recebe o nome de seu rei, para mais tarde, honrá-lo e enobrecê-lo com a fidalguia do talento e do caráter, porque da outra nobreza feita de cortesias e brasões, êle sempre se esquivava.”

¹¹ “‘Papel em branco’ no qual, em matéria de fé, se poderia ‘escrever à vontade’: assim Manuel da Nóbrega, os jesuítas em geral e os cronistas do século XVI viam os tupinambás, grupo que ocupava o litoral pela altura do ano de 1549, data de chegada da Companhia de Jesus ao Brasil. Grupo anômico em matéria religiosa, não conheciam Deus, não adoravam ídolos nem cultuavam o Diabo, asseveravam nossos primeiros soldados de Cristo’, baseando-se, na verdade, em princípios que orientavam uma maneira muito própria de lidar com o desconhecido em matéria de fé”(J. Hermann, *1580-1600: o sonho da salvação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 74).

¹² “Com certeza, aquelas igrejas que se formaram no Brasil do século 16 exprimiam aquela antiga, primitiva, e atualmente já superada forma de evangelizar e propagar a Igreja de Cristo. Os pioneiros daquela primitiva evangelização realizada na primeira metade o século 16 estavam ainda sujeitos às contingências históricas e culturais da época, intimamente ligados aos elementos e às características de uma igreja medieval” (Kuhnen, 2005, p. 14-15).

podemos esperar respostas seguras da lingüística, pois estamos longe de esgotar as tarefas de descrição, comparação e classificação das línguas indígenas, que são básicas à reconstrução histórica. Quanto aos escritos dos primeiros séculos de colonização, além de lacunares, devem ser lidos com cuidado. É preciso interpretá-los criticamente, pois neles misturam-se os medos e os desejos dos conquistadores, que buscam descobrir ouro, catequizar os gentios, ocupar a terra, escravizar os nativos. Ademais, nenhum texto baseado em permanência prolongada entre os nativos pode ser considerado fora do contexto colonial – o Brasil de Anchieta, ao menos no litoral, já não era mais o mesmo daquele de Cabral. (...) Tudo somado, é possível dizer que vivemos em uma ilha de conhecimento rodeada por um oceano de ignorância. (Fausto, 2005, p. 7-8)

3.1 NÓBREGA, O ESTADISTA NÚMERO UM DO ESTADO DO BRASIL, PROVÍNCIA DA MONARQUIA PORTUGUESA ¹³

Em 29 de março de 1549, chegaram à *Baía*,

400 degredados, e mais de 600 que o não eram (note-se), mas funcionários da administração civil e militar, soldados e os diversos ofícios indispensáveis ao enorme trabalho de erigir, e prover, uma cidade no mato: um ‘físico cirurgião’, um arquitecto, um mestre de obras, numerosos pedreiros, carpinteiros, serradores, tanoeiros, ferreiros, serralheiros, caldeireiros, cabouqueiros, carvoeiros, fabricantes de cal, oleiros, carreiros, pescadores, construtores de bergantins, canoeiros e até um barbeiro e um encadernador (Serafim Leite, 1955, p. 52)¹⁴

em três naus, duas caravelas, um bergantim, e ainda duas naus ou caravelas. Chegou também o P. Manuel da Nóbrega. O indicado a vir em missão era o Provincial ¹⁵ de Portugal Simão Rodrigues. D. João III já havia dado a ele licença por três anos, mas os planos foram modificados devido a morte, em Roma, daquele que ficaria em seu lugar,

¹³ Expressão de Tito Lívio, *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970, p. 57.

¹⁴ Sobre o mesmo fato escreveu Capistrano de Abreu (1969, p. 82-83) de outra maneira: “Acompanhado por quatrocentos soldados, seiscentos degradados, muitos mecânicos pagos pelo erário, partiu de Lisboa em Fevereiro o primeiro governador, Tomé de Sousa, com Pero Borges, ouvidor-geral, Antonio Cardoso de Barros, procurador mor da fazenda, e aportou à baía de Todos-os-Santos em fins de Março de 1549. (...) Em companhia do capitão-mor vieram seis jesuítas, os primeiros mandados a este continente, sobre cujos destinos tanto deveriam mais tarde pesar. Completaram harmonicamente a administração, pois tanto como Tomé de Sousa ou Pero Borges, o Padre Manuel da Nóbrega obedecia ao sentimento coletivo, trabalhava pela unidade da colônia, e no ardor de seus trinta e dois anos achava ainda pequeno o cenário em que se iniciava uma obra sem exemplo na história.”

¹⁵ Segundo O’Malley, (2004, p. 86), “a unidade administrativa básica da Companhia foi a província.” “Portugal, Espanha e Índia” tinham cada qual, “seu próprio superior ou provincial, responsável diretamente a Inácio – Simão Rodrigues, Antônio de Araoz e Francisco Xavier, respectivamente.”

P. Martinho de Santa Cruz. Assim, P. Manuel da Nóbrega foi designado Superior da nova Missão do Brasil.

Alves de Mattos (1958, p. 33) lembra que as missões ultramarinas da Companhia de Jesus são de origem portuguesa, *iniciativa do Dr. Diogo de Gouveia, O Velho, antigo reitor da Universidade de Paris e principal do Colégio de Santa Bárbara*, da mesma cidade, onde tinha estudado o grupo de *clérigos reformado*. Dr. Diogo de Gouveia, *O Velho*, escreveu a D. João III, Rei de Portugal, de Paris a 17 de Fevereiro de 1538, recomendando o grupo de graduados para as terras brasileiras, antes, mesmo, da fundação da Companhia de Jesus:

V. A. me spreveo que lhe mandasse a ordenança dos graduados de França. Hahi nom ha outra ordenaçã senam essa, que se chama pramatica censio, e na fim vai o concordado.

Grande bem seria se vós, Senhor, podesseis alcançar isso que certo cumpre muito à cristandade, e principalmente por os tempos d'agora. Se concilio se faz, bem me parecee que outros requiriroim isto também, mas V. A. tem mais razam que nenhum outro polla grandissima terra que tem descuberta e necessidade que os taes tem de letrados, (...). Por amor de Nosso Senhor que spreva ao consul da nossa naçam, que está em Veneza, e a quem por V. A. faz os negocios em Roma que lhe falle, porque vendo elles carta de V. A. tanto mais se moveram. (Serafim Leite, 1954, I, p. 87)

A Primeira Missa da companhia ¹⁶, na América Portuguesa, abriu *a história da Companhia em todo o continente americano, desde o Canadá ao estreito de Magalhães*. Era o início da Missão brasileira e, segundo Serafim Leite (1965, p. 2), também importa anotar, desde já, *que a mesma significação assume o que se refere a escolas, igrejas, aldeias, catecúmenos* ¹⁷, *liberdade dos Índios, administração dos sacramentos e outras actividades da Companhia de Jesus, porque Nóbrega, com a do Brasil, inaugurou de facto a missão jesuítica da América*, conseqüência da expansão europeia dos séculos XV e XVI, da qual a incorporação do Brasil foi um dos frutos. *A 20 de junho já se celebra o Corpo de Deus. Festas de igreja e de arraial, procissão solene, salvas de artilharia, ruas enramadas e danças e invenções à maneira de Portugal* (ibd., p. 3).

O empreendedor responsável era homem de cultura e homem de administração, *aluno da Universidade de Salamanca e formado em Direito Canônico pela*

¹⁶ Desnecessário lembrar que “a Igreja católica, instituição e religião oficial do Estado português, chegou ao Brasil em 1500 com Pedro Álvares Cabral e daqui não mais saiu. Quando as caravelas de Cabral ancoraram em Porto Seguro, parte da tripulação desembarcou para assistir a uma missa rezada para celebrar o achamento de novas terras, no dia 26 de abril. Em 1º de maio ergueu-se uma grande cruz de madeira, que veio dar nome ao Brasil: Terra de Santa Cruz” (Priore, M. D., 2004, p. 7).

¹⁷ “**Catecúmeno** s.m. aquele que se prepara para receber o batismo / XVII, *cathecumyna* f. XIV”, conforme Cunha, 1982, p. 165.

Universidade de Coimbra, político de gênio, o estadista número um do Estado do Brasil, Província da Monarquia Portuguesa (Tito Lívio, 1970, p. 57). Político inflexível, planejador de povoamentos, *animador de pazes* que, do nada e aos 32 anos de idade, instalou o ensino oficial no Brasil.

A expansão marítima europeia permitiu a esse cristão o contato com as mais diversas formas de religiosidade. E, no além-mar, o português Nóbrega conheceu uma multiplicidade de costumes nunca imaginados, experimentou o confronto entre credos, transformou o seu cotidiano europeu, conturbado por perseguição aos judeus e reforma luterana, intolerância responsável pelas guerras no coração da cristandade, *e tornou-se zelante reformador dos costumes* (Kuhnen, 2005, p. 350), condição indispensável para o sucesso da conquista espiritual daqueles gentios, *homens desprovidos de boa doutrina e lei*, que eram *potencialmente cristãos, pois não se recusavam a ouvir os missionários, aceitando a conversão e o batismo* (Raminelli, 2001, p. 230). Dessa forma, Nóbrega foi responsável pela formação das fronteiras imperiais, segundo o projeto missionário, que se deu pela difusão do cristianismo, pela defesa da fé capaz de unir, sob um mesmo propósito, povos tão diversos (p. 246).

Nóbrega nasceu em 18 de outubro de 1517, em Portugal, estudou por conta régia, por ser filho do Desembargador Baltasar da Nóbrega, *ao Desembargador Baltasar da Nóbrega muito o estimava D. João III* (Serafim Leite, 1955, p. 25). Graduou-se em *Direito Canônico aos 24 anos incompletos* (p. 26), não conseguiu ser professor Universitário, o episódio dos concursos fora-lhe desalentador, *por ser gago, deram sentença contra ele*.

Depois, continuou em Coimbra os estudos em Teologia, requeridos para ser padre, *tomou ordens de missa* (p. 28). *O insucesso repetiu-lhe quando, já padre de missa, opôs a uma colegiatura vacante no Mosteiro de Santa Cruz. A reincidência na aspiração ao magistério, sem injunção alheia que conste, leva a suspeitar que Nóbrega vivesse uma crise de ambição doutrinal* (Nemésio, 1971, p. 189). Então, *postergado e desiludido, estimulado pelo nascente espírito apostólico da Companhia* (p. 190), aos 27 anos, em 1544, apresentou-se para ser Companheiro de Jesus.

Falava-se muito em Coimbra duma nova corporação religiosa (...), e chegava àquela cidade o P. Mestre Simão Rodrigues, companheiro de S. Inácio e de S. Francisco Xavier nos Estudos de Paris e na fundação da Companhia de Jesus, que ia lançar as bases do famoso Colégio de Coimbra (Serafim Leite, 1955, p. 29).

É por demais conhecido que a educação sob orientação jesuítica havia entrado em Lisboa a pedido de D. João III a Loyola, em 1539, para educar os filhos dos nobres, antes mesmo do reconhecimento da Companhia de Jesus pelo Papa, ocorrida em 1540. *O Rei cria o Real Colégio de Santo Antão em Lisboa e entrega-o a Simão Rodrigues. A seguir, funda o Real Colégio das Artes, junto à Universidade, em Coimbra, e confia-o a Francisco Xavier* (Tito Lívio, 1969, p. 67-68). D. João III, o Rei Humanista, mandara trazer os jesuítas, por conta régia, e assim faria, também, enviando jesuítas ao Brasil, e à Ásia (p. 71). Da mesma forma que *ninguém serviu a Companhia de Jesus como Rei de Portugal, D. João III, o Humanista, igualmente, a Companhia de Jesus serviu a Portugal e ao Mundo* (p. 71). Os jesuítas foram *professores públicos pagos pela Coroa Portuguesa*, também *Manoel da Nóbrega* e aqueles que ensinaram nos *Reais Colégios do Estado do Brasil* (p. 70).

Tito Lívio (1969, p. 66) prefere ressaltar que o *Rei Humanista era, por excelência, o mecenas da cultura, porque, para ele, governar era distribuir cultura*. Inácio de Loyola estudou no Colégio de Santa Bárbara, da Universidade de Paris, como pensionista do Rei de Portugal que lhe concedera uma bolsa em 1528. À custa de D. João III, estudaram também Francisco Jassu (depois São Francisco Xavier), Diogo Laynes, Pedro Fabro (Le Faivre) e Simão Rodrigues de Azevedo, os fundadores da Companhia de Jesus (p. 67). Havia uma evidente relação de gratidão – expressa em várias cartas de Loyola “dirigidas a D. João III de Portugal – e singular carinho (p. 69).

A penetração rápida dos jesuítas em Portugal deve também ser vista em função de uma vida religiosa desregrada, praticada pelo clero secular e pelo insuficiente conhecimento que este possuía dos dogmas e práticas cristãs. Aliado a este aspecto, havia um desejo da Coroa portuguesa de reordenação religiosa, após um longo período de negligência e convivência com outras religiões, o que revelava um posicionamento dúbio quanto à religião em terras lusitanas. (Assunção, 2000, p. 67)

Não havia ainda a Companhia traçado suas Constituições nem regras e, em Coimbra, Nóbrega e *seis da Companhia foram mandados pelas ruas com uma campanha; e um deles, ora num ponto ora noutra, lembrava em altos brados o inferno para todos os que estavam em pecado mortal* (Serafim Leite, 1955, p. 30). Começou, assim, o caminho de peregrinação de Nóbrega, de *competência jurídica, rectidão, humildade e coragem*, foi o primeiro da Companhia que teve o cargo de *Procurador dos Pobres* – defensor dos enfermos, dos desamparados e presos da cadeia, viúvas, órfãos, pobres que não podiam contratar advogados próprios (p. 44-45).

Ainda noviço, mostrou-se capaz da confiança de seus superiores, *Nóbrega todo se entrega à mortificação e à humildade*. A Companhia mal começava a arrecadar meios normais de subsistência e a *sua fama conimbricense ia dos claustros escolares ao apostolado entre os leigos. Já tinha pregão de voga: uma alcunha de contraste – o Gago. Mas o Gago, falando, não só comovia os rebanhos como convencia os pretórios* (Nemésio, 1971, p. 191).

Em 1546 fez os votos religiosos e se dedicou às primeiras missões rurais. Em 1547 foi responsável por inúmeras conversões. O humanista, influenciado pelas utopias da época, aspirava a construir uma sociedade na qual a liberdade cristã, alcançada por meio da graça era trazida pelo batismo. *Chegava a ameaçar os padres luxuriosos e os adúlteros com ir-lhes pelas portas deprecar a cólera de Deus (...) Talvez até que o milagre estivesse mais no exemplo da viva pobreza que nas objurgatórias de cátedra* (Nemésio, 1971, p. 193).

Dormia no Hospital que também era Misericórdia, e portanto depósito de tumbas e túnicas dos que faleciam (Serafim Leite, 1955, p. 39). Incorporou-se ao Colégio de Coimbra, o Mosteiro de Sanfins, e, em 1548, ajudou a resolver problemas de rendas e demais demandas, como jurisconsulto, estabelecendo um programa de ética e de governo, sempre perguntando aos superiores e a Inácio de Loyola, o que podia permitir e adotar. A preocupação do jesuíta Nóbrega era *a formação do carácter individual*, pois nascera justamente no tempo da mais violenta revolução religiosa; *nasceu, pois, para a lucta e forçoso é reconhecer que os acontecimentos e as circunstancias se prestaram, evidentemente, para o destino que lhe deu a Providencia e para o exercicio de suas qualidades militantes* (Madureira, 1927, p. 347).

Em junho do mesmo ano de 1548, foi avisado que deveria ficar à espera, a nova Missão estava aprovada por S. Inácio, *D. João III de Portugal queria que no Brasil houvesse Padres da Companhia de Jesus consagrados à Conversão do Gentio* (Serafim Leite, 1955, p. 51). *Desde os tempos do descobrimento, já existia uma vaga intenção dos portugueses de conquistar os gentios das terras do Brasil para torná-los cristãos e sujeitá-los ao seu domínio* (Kuhnen, 2005, p. 311).

O principal advogado e protetor do plano educacional de Nóbrega na Metrópole era o Padre Mestre Simão Rodrigues, fundador e primeiro provincial da Companhia de Jesus em Portugal e confessor predileto de Dom João III. A missão do Brasil era-lhe especialmente cara, porquanto empenhara-se ele próprio em obter de Santo Inácio e de Dom João III autorização para chefia-la pessoalmente em 1549. Sonhando rivalizar com

São Francisco Xavier no zelo do apostolado, chegou a dizer: “quero eu ser o primeiro no Brasil, pois não mereci ser o segundo na Índia”. Imprevistos de última hora obrigaram-no a desistir de seu projeto, enviando em seu lugar Manuel da Nóbrega; mas de longe, com sua solicitude, acompanhou sempre e favoreceu por todos os meios a atuação fecunda de seu substituto, dando-lhe o mais franco e caloroso apoio (Alves de Mattos, 1958, p. 103).

Recortando, é interessante notar que a época trouxera fundamentos morais e espirituais para a ação das grandes descobertas geográficas, fruto de interesses econômicos, do gosto pela aventura e de exigências de poder. E o papado, guia espiritual da Europa, sob o signo da evangelização, alegou direitos de soberania sobre as regiões recém-descobertas, direitos baseados na *tese teológico-canonista da Idade Média a respeito do poder do papa sobre os infiéis*¹⁸.

Em 1493, o pontífice Alexandre VI, com a bula *Inter cetera*, legitimou as conquistas espanholas e portuguesas na América, reconhecendo o direito dessas potências sobre as terras descobertas ou a descobrir (Zagheni, 1999, p. 275), dividiu entre os portugueses e espanhóis¹⁹, as novas terras, por meio de uma nova linha imaginária de demarcação, e imprimiu, também, num dever aos beneficiários: deveriam enviar pessoas de “virtude e tementes a Deus” a fim de instruir, na fé católica, os habitantes conquistados. O ardor missionário, assim, justificou-se.

O projeto de evangelização da Igreja veio, desse modo, orientado para o anúncio da salvação do homem. *O que a Igreja católica havia perdido na Europa com a reforma protestante, conquistou no campo missionário* (ibid., p. 283). Nos primeiros tempos, o entusiasmo missionário manifestou-se através da rápida administração dos sacramentos, precedida de uma catequese sumária (*São Francisco Xavier batizava centenas de indianos, de uma só vez*); mas depois seguiu-se um período de mais prudência (p. 279).

Em relação ao Brasil, o padroeiro régio, rei D. Manuel – *Mestre da Ordem de Cristo, chefe padroeiro de todas as igrejas nas possessões portuguesas ultramarinas, com responsabilidades eclesiásticas* - demonstrou desmotivação e omissão em seus compromissos religiosos (Kuhnem, 2005, p. 20). Havia dificuldades em estabelecer

¹⁸ “Baseando-se na tese teológico-canonista da Idade Média a respeito do poder do papa sobre os infiéis, o papado alega direitos de soberania sobre as regiões recém-descobertas; direitos que, ao menos formalmente, são reconhecidas por diversos promotores das descobertas e das conquistas, e que, no curso dos séculos, são reafirmados através de documentos oficiais, como as bulas de Martinho V, em 1430, e de Nicolau V, em 1452” (Zagheni, 1999, p. 274).

¹⁹ Assinado o Tratado de Tordesilhas, na povoação castelhana de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494 pela Castela e por Portugal, dividia o mundo em duas partes: de um meridiano 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, as terras pertenciam a Portugal e as terras ao oeste da linha pertenciam à Espanha.

relações comerciais com os indígenas e a aparente pobreza mercantil da Terra de Santa Cruz não conseguiu atrair a atenção da Coroa. Os esforços e os investimentos estavam direcionados ao Oriente, a Índia consumia todas as despesas. Só com a decisão régia de D. João III de colonizar a costa brasileira, a presença cristã fez-se consistente.

Era o momento da conversão, do batismo e da atração para a *vida eclesial* nas comunidades cristãs dos colonizadores. O Regime de Padroado, instituto complexo que teve sua origem no antigo Direito Romano e que mais tarde adquiriu configuração canônica (ibid., p.29), assumido pela Igreja Católica, era um bem espiritual útil e vantajoso, do qual o possuidor era reconhecido e desfrutava de privilégios de padroado sobre as igrejas episcopais. Isto é, essa fórmula jurídica concedia a intervenção dos reis no provimento das sés episcopais, em seus respectivos reinos, como o privilégio de influenciar a eleição dos bispos dessas sés. Assim, aos reis cabia o direito aos dízimos das Igrejas no Novo Mundo e os reinos tiveram dimensão religiosa e político - administrativa, como sucedeu no reinado de Castela. As funções do poder político tinham características da Igreja.

Em Portugal fora diferente, durante o processo de reconquista e formação do reino, os reis não tiveram sobre as antigas dioceses qualquer direito de padroado ou apresentação dos bispos titulares, como salienta Kuhnen (2005). No tempo de D. Manuel, não tinham direitos de padroado sobre nenhuma igreja ou abadias episcopais situadas no reino, *só benefícios menores de igrejas, capelanias e comendas, e sobre algumas dioceses novas que tinham sido criadas na África* (p. 43). O que acontecia nesses tempos era o atendimento das súplicas do soberano português em favor de alguns clérigos que fossem apresentados para as sés episcopais ²⁰.

²⁰ “Porém, não tendo o direito de padroado sobre as igrejas do reino, do mesmo modo como era com seu sogro, D. Fernando, no reino de Castela, o rei D. Manuel sentia-se diminuído em seu prestígio perante a Santa Sé e cerceado em sua soberania sobre o clero do reino de Portugal. E, por outro lado, o padroado sobre as igrejas na África (Ceuta, Tânger e Safim) rendiam pouco lustre à Coroa e eram dioceses minúsculas e altamente dispendiosas. D. Manuel percebendo as grandes vantagens que os Reis Católicos colhiam com os direitos do padroado régio dentro do reino da Espanha e nas possessões do Novo Mundo, negociou com a Santa Sé os mesmos direitos para o seu reino de Portugal. Não sendo possível provar qualquer costume antigo de padroado régio sobre as antigas igrejas catedrais do reino, aceitou, de bom grado, transformar os privilégios da Ordem de Cristo – a jurisdição espiritual sobre as possessões ultramarinas – em padroado universal. O Padroado Português Ultramarino pertencente à Ordem de Cristo, antes de ser instituído canonicamente pelo Papa Leão X, em 1514, como um padroado eclesiástico – conformando-se aos contornos jurídicos do *jus patronatus* -, apareceu em Portugal como uma inusitada doação régia e um privilégio pontifício sem precedentes. Foi concedida às Ordens de Cristo a espiritualidade, o melhor, as jurisdições espirituais, eclesiásticas e ordinárias; e ao Mestre D. Henrique foi cedido, pelos pontífices romanos, o direito de governar essa jurisdição e de administrar os bens e rendimentos das igrejas, castelos e mosteiros que estivessem sob a jurisdição de sua Ordem Militar” (Kuhnen, 2005, p.44-45). Ainda, a “Ordem Militar de Jesus Cristo surgiu das reminiscências da Ordem dos Templários, quando o rei D. Dinis preferiu que ela tivesse autonomia na administração de seus bens,

Assim, o regime de padroado régio despertava um fascínio especial sobre os monarcas da Península Ibérica e *os primeiros colonizadores* que se instalaram ao longo da costa do Brasil, antes da vinda de Nóbrega²¹, *embora tenham feito a seu modo o proselitismo religioso, não demonstraram suficiente interesse em realizar um intenso trabalho missionário de evangelização e conversão dos nativos*. Essa ação missionária só foi feita com toda a propriedade pelos padres e irmãos da Companhia de Jesus. Estes foram enviados por D. João III em 1549 - (*1521 +1557), filho de D. Manuel, e que muito antes de assumir o trono de Portugal demonstrara maior solicitude em relação às terras do Brasil - *e deram início a um verdadeiro trabalho missionário para converter os nativos à fé cristã* (Kuhnen, 2005, p. 156). A propagação da Igreja e da fé católica aconteceu, empreendido pelo padroeiro régio, investido de seus direitos de padroado e conforme o complexo processo de colonização. Ainda lembrando que

os reis portugueses resgataram a autoridade espiritual do cristianismo, colocando-a ao seu serviço, pondo fim à verdadeira *babilônia* religiosa em que se tornara Lisboa no século XV. O passo marcante, nesse sentido, foi o estabelecimento da Inquisição em Portugal a 23 de maio de 1536 pelo Papa Paulo III, pela bula *Cum ad nihil magis* com aquiescência do próprio D. João III, que permite a ação dos tribunais de Inquisição em Évora, Lisboa e

fosse livremente instituída pelo Papa e tivesse pleno domicílio em terras portuguesas.” A origem, em Portugal, da Ordem se encontra nas “ordens militares por volta do século 11, no tempo da fundação do reino, auxiliando os príncipes cristãos nas lutas contra os mouros (muçulmanos do norte da África e da Península Ibérica), p. 45-46. “Depois que D. Henrique, o duque de Viseu, recebera de seu pai, D. João I, a incumbência de intervir na Ordem de Cristo, ele começou a destinar toda a fortuna da Ordem a seus membros nas atividades cruzadistas que passou a exercer nas viagens marítimas, a começar na conquista de Ceuta, no norte da África” (p. 50).

²¹ Mas não se podem esquecer “os primeiros lampejos da fé cristã, depois da esplendorosa semana da descoberta de 1500” que “foram levados a efeito por dois humildes sacerdotes que se aventuraram em se estabelecer na terra como capelães de um grupo de cristãos que foram deixados em Porto Seguro e que se aproveitaram dessa estadia para evangelizar os nativos” (Kuhnen, 2005, p. 223). “Segundo Pe. Nóbrega”, referindo-se aos religiosos, os padres protomártires, que foram enviados pelo rei D. Manuel durante o período imediatamente após o descobrimento, “eles fizeram um trabalho de evangelização e de conversão dos nativos, conseguindo batizar uns 20 a 30 nativos, dos quais alguns ainda estavam vivos no tempo dele, pois foi da boca desses cristãos que Nóbrega ouviu tal história. (...) Na carta de Américo Vespúcio, onde ele relata a terceira viagem, a de 1501-1502, ele confirma que a bordo do navio viajavam sacerdotes que celebraram solenemente a Santa Missa. E, na carta onde o mesmo autor redigiu a sua quarta viagem em 1503-1504, dizia ter navegado até chegar numa altura que provavelmente era Porto Seguro. (...) Na verdade, não existe qualquer registro em arquivos ou em crônicas civis ou eclesiásticas contemporâneas que falasse desses personagens. (...) Contudo, nem por isso deixaram de aparecer no século 18 algumas crônicas, sobretudo a de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, da Ordem Seráfica da Província de Santo Antônio do Brasil com magníficas narrativas a respeito desses homens. (...) Foram apenas duas as fontes documentais mais próximas dos fatos que falavam explicitamente desses primeiros padres e frades que estiveram no Brasil, e tais documentos foram, em todo o caso, a origem de todas as informações que puderam ser obtidas sobre esses pioneiros: a carta de Pe. Manuel da Nóbrega enviada ao Pe. Simão Rodrigues a 6 de janeiro de 1550, e as *informações do Brasil* do Pe. José de Anchieta, publicadas em 1584. (...) O texto nos permite identificá-los simplesmente assim: *certos padres*. (...) Depois de passarem por algumas vicissitudes, devem ter sido exterminados junto com todos os outros portugueses que ficaram em Porto Seguro. (...) O texto da carta de Nóbrega simplesmente dizia que ‘foram mortos por culpa dos mesmos cristãos’.” (Kuhnen, 2005, p. 223 a 235)

Coimbra. Essa reordenação estrutural visava a atender à política centralizadora da Coroa lusitana bem como os crescentes interesses expansionistas. (Assunção, 2000, p. 67)

Madureira (1927, p. 351) escreve que, quanto a Nóbrega, o jesuíta acreditava que as grandes empresas são sempre o resultado de uma visão definida no seu amplo objetivo, mas nem sempre precisamente traçadas quanto aos meios de execução, *os quaes vão sendo delineados pouco a pouco, á medida que as circunstancias apparecem e favorecem á intelligencia superior com os meios de que ella sabe aproveitar;* e que, pela sua organização e direção, a Companhia de Jesus no Brasil *seria uma sociedade estritamente religiosa que utilizaria o ensino e a ciência como força excepcionalmente poderosa para promover a verdadeira religião.* Afinal, *a instrução, na pedagogia da Companhia, é meio de educação, como esta é meio de salvação das almas para a glória de Deus,* quando procurada e dirigida no sentido de aperfeiçoar as faculdades dos educandos, segundo as exigências da natureza racional e de conformidade com a lei eterna, *que é a norma racional suprema das acções humanas* (p. 352).

Por essa medida chegou Nóbrega ao Brasil, guiado pela consolação de *Santo Inácio*, devotado à *educação religiosa da Companhia*²². *Evitou sempre, por meio de equilibrada piedade, o exagero do mysticismo de máu quilate* (p. 449), buscou ser um homem equilibrado no exercício de suas faculdades. Mas nem sempre as industriosas iniciativas podiam impedir todas as faltas e seus limites foram ultrapassados no *Paraíso*, só lhe restavam *os Exercícios espirituaes para vencer o homem a si mesmo e ordenar a sua vida sem se determinar por qualquer affeição desregrada* (p. 353).

Ainda, segundo Madureira (1927, p. 351-352), o fato é que Nóbrega queria introduzir o ensino no Brasil como o fundador da Companhia afirmara tempos atrás:

como meio de regeneração e elevação da humanidade, reformando as idéias para melhorar os costumes, allumiando o entendimento para dirigir a vontade e modelar o coração para a virtude, formando sábios para tornal-os homens de character e aproximal-os tanto quanto possivel do modelo que elle estudára, conhecera e tanto arrebatára, o Homem-Deus, exemplar ideal da mais alta perfeição humana.

²² Quando Nóbrega veio ao Brasil, não havia ainda as *Constituições* para se guiar. Santo Inácio começou a escrevê-las em 1547, “mostrou-as aos Padres mais competentes; e assim corrigidas e aperfeiçoadas por êle próprio, se promulgaram nas diversas Províncias da Companhia, a partir de 1552. Mas até à sua morte, a 31 de Julho de 1556, Santo Inácio não cessou de as retocar e rever” (Serafim Leite, 1938, I, p. 10). Em Carta de S. Vicente, em 25 de Abril de 1555, a Inácio de Loyola, Nóbrega diz esperar “por las Constitutiones y quien nos reforme en mejor proceder en el servitio del Señor” (Serafim Leite, 1954, II, p. 167).

Entretanto, o seu programa foi pouco a pouco se modificando. Suportou até a cessação do apoio do novo provincial de Portugal, Diogo Mirão, à política de recolhimentos - *perante o novo provincial Diogo Mirão toda a obra educacional realizada por Nóbrega no Brasil, sob inspiração e com o apoio de Simão Rodrigues, estava comprometida, com suspeita por vício de origem* (Alves de Mattos, 1958, p. 104-105) - consequência das dissensões internas da Companhia de Jesus na Europa.²³ Nóbrega ficaria *21 anos de sua vida, tão fecundos em grandes realizações e tão meritórios pelas doenças, contrariedades e dissabores que teve de enfrentar* (ibid., p. 80).

Desde meado do século XVI, a Companhia inseriu-se marcadamente em todos os aspectos de nosso sistema colonial. O apossamento da terra pelos discípulos de Santo Inácio deu certas inflexões à vida colonial brasileira. Em contrapartida, as dificuldades que tiveram de enfrentar no contato com uma nova realidade, física e humana, teriam marcado também a Companhia de Jesus. Em que medida a Ordem Inaciana em sua atuação no Brasil conseguiu conservar sua espiritualidade? (Bom Meihy, 1975, p. Introdução)

E

O português vinha encontrar na América tropical uma terra aparentemente fácil; na verdade difícil para quem quisesse aqui organizar qualquer forma permanente ou adiantada de economia e de sociedade. Se é certo que nos países de clima quente o homem pode viver sem esforço da abundância de produtos espontâneos, convém, por outro lado, não esquecer que igualmente exuberantes são, nesses países, as formas perniciosas de vida vegetal e animal, inimigas de toda cultura agrícola organizada e de todo trabalho regular e sistemático. (Freyre, 1998, p. 16)

Mas a *medida sapientissima de disciplina moral* foi perseguida até o último dia de vida de Nóbrega. Vigia a Companhia de Jesus no Brasil e cuidava das almas para *penetral-as e embebel-as do espirito christão* (Madureira, 1927, p. 509). Nos colégios, cuidava também para que o tempo fosse tomado pela arte da disciplina preventiva, ocupando a inteligência e a imaginação nas aulas, na capella, nos recreios, no estudo, nos dias feriados.

²³ Passado o fervor inicial apostólico, a Companhia desejava perpetuar-se, “ambicionava enriquecer o seu patrimônio temporal com sólidos bens de raiz e não estava mais disposta a cedê-los a instituições autônomas que, com o correr dos tempos pudessem escapar à sua alçada.” Foi “o maior golpe contra o plano educacional que Nóbrega, com tanto empenho e carinho, vinha realizando.” Em 1554, a causa educacional do Brasil parecia estar perdida: Leonardo Nunes morre num naufrágio ao viajar a Portugal para defender a obra. Cinco anos mais tarde e muita luta, a causa defendida por Nóbrega triunfou, a tese dos recolhimentos e confrarias foi acolhida por Diogo Lainez, grande pedagogo e entusiasta da atuação educativa da Companhia (Alves de Mattos, 1958, p. 114-116).

Torna-se necessario dar á vida collegial um certo movimento, um conjucto de novidades periodicas, uma variedades de cousas interessantes, que attraiam a imaginação juvenis, de forma a não sobrar tempo e ensejo para penetrarem em seu coração sentimentos tristes ou sugestões menos dignas de pureza christã (Madureira, 1927, p. 508)

A respeito das medidas tomadas pelos jesuítas, observa Freyre (1998, p. 110):

Debaixo do ponto de vista da Igreja, os padres agiram com heroísmo, com admirável firmeza na sua ortodoxia; com lealdade aos seus ideais; toda crítica que se faça à interferência deles na vida e na cultura indígena na América – que foram os primeiros a degradarem sutil e sistematicamente – precisa de tomar em consideração aquele seu superior motivo de atividade moral e religiosa, sob outro ponto de vista, deletéria.

Prosseguindo, quando Nóbrega chegou à *Baía, Povoação de Pereira ou Vila Velha* (Serafim Leite, 1955, p. 54), havia quarenta ou cinqüenta moradores. Na primeira carta de Nóbrega escrita do Brasil poucos dias de chegar, em *10? de Abril de 1549*, ao P. Simão Rodrigues em Lisboa, relata:

A graça e amor de N. Senhor Jesu Christo seja sempre em nosso favor e ajuda. Amen. 1. Somente darey conta a V. R. de nossa chegada a esta terra, e do que nella fizemos e esperamos fazer em ho Senhor Nosso, deixando os fervores de nossa prospera viagem aos Irmãos que mais em particular notaram. Chegamos a esta Baya a 29 dias do mês de Março de 1549. Andamos na viagem oito semanas. Achamos a terra de paz e quarenta ou cinqüenta moradores na povoação que antes era. Receberam-nos com grande alegria; a achamos huma maneira de igreja, junto da qual logo nos apousentamos hos Padres e Irmãos em humas casas e par della, que nam foy pouca consolação para nós, para dizermos missas e confessarmos; e nisso nos ocupamos agora. Confessa-se toda haa gente da armada, digo a que vinha nos outros navios, porque os nossos determinamos de hos confessar na nao. 2. Ho primeiro domingo que dissemos missa foy a 4^a dominga da Quadragesima. Disse eu missa cedo e todos os Padres e Irmãos confirmamos os votos que tínhamos feitos e outros de novo com muita devação e conhecimento de N. Senhor, segundo pelo exterior He licito conhecer. (Serafim Leite, 1954, I, p. 109-110)

A sua preocupação primeira foi traduzir para a língua tupi as orações e algumas práticas religiosas, e, depois, organizar a vida religiosa no vasto território recém-descoberto para atender aos princípios da Companhia de Jesus.

Temos determinado ir viver com as Aldeas como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com elles a lingoa, e i-los doctrinando pouco a pouco. Trabalhey por tirar em sua lingoa as orações e algumas pratic[as de] N. Senhor, e nom posso achar lingoa que mo saiba dizer, porque sam elles tam brutos que [nem vocabulos tem]. (Carta de Nóbrega, in: Serafim Leite, 1955, p. 112)

Nóbrega não encontrou intérprete capaz²⁴. Com o encargo de resolver os casos da nova terra, atender ao Governo geral da Missão na qualidade de Superior, intérpretes eram-lhe necessários, até que aprendesse a língua. Contou, então, com a ajuda de *um homem que nesta terra se criou de moço*, Diogo Álvares, o Caramuru, e escreveu: *Spero de as tirar o melhor que poder com hum homem que nesta terra se criou de moço, ho qual agora anda muy occupado em o que ho Governador lhe manda e nom está aqui.* (Serafim Leite, 1955, p. 112). Com este, também, Nóbrega contava para os aldeamentos dos Índios.

Outros padres acompanharam Nóbrega em 1549, Leonardo Nunes, João de Azpilcueta Navarro, Antônio Pires e mais dois irmãos, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. E nos primeiros tempos, assim organizou as atribuições dos companheiros: P. Antonio Pires, padre desde 1548, ficou como seu coadjutor na nova cidade do Salvador da Baía, também mestre-de-obras, presidiu as primeiras construções materiais da Companhia de Jesus no Brasil, e era a pessoa de mais autoridade no Brasil para governar a Província no caso de faltarem os Padres Nóbrega e Luís de Grã (sucessor de Nóbrega depois de 1567); P. Juan de Azpicueta Navarro, Companheiro de Jesus desde 1545, dedicou-se ao propósito do estudo da língua brasílica e ocupou-se com os moradores da Vila Velha, era o “Missionário dos Índios”, um pregador espetacular, “o padre Azpicueta Navarro foi o primeiro a traduzir a *Suma Doutrina Cristã na Língua Tupi*. Nóbrega, gago, teve dificuldades e recorreu a intérpretes, mas incentivou os estudos” (Moreau, 2003, p. 60) - depois Navarro foi enviado a Porto Seguro, em novembro de 1549, porque Nóbrega considerou que, ali, era mais fácil haver bons intérpretes e menos trabalho para isso; Vicente Rodrigues, companheiro desde 1545, ordenou-se em 1553 no Brasil, foi o “Primeiro Mestre-Escola do Brasil”, aprendeu a

²⁴ Interessante o que Pieroni (2000, p. 22 a 26) escreve sobre os primeiros intérpretes: “desde os primeiros dias da chegada dos portugueses à costa do Brasil, a presença dos condenados inaugurou a efetiva posse da nova terra. Pedro Álvares Cabral, em 1500, deixou dois degredados na terra de Santa Cruz, o Pindorama dos Tupis, que mais tarde foi chamada de Brasil. Antes de partir novamente em direção às Índias, Cabral abandonou ‘os degredados que aqui hão de ficar’ para ‘aprenderem bem a sua fala (dos índios) e os entenderem’, como o registrou, em sua longa e bela carta de 1º de maio de 1500, Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada. Dois dos degredados que ficaram, um era servidor de João de Telo, chamado de Afonso Ribeiro, e o outro era um certo João de Thomar. (...) Entre lágrimas e pesares, os degredados ficaram entre os indígenas. (...) Em 1505, D. Manuel, numa carta ao rei Fernando, o Católico, escreve que, destes dois degredados, ‘voltou um que sabia a língua dos indígenas e nos informou de tudo’. (...) Além dos dois célebres degredados, cantados em verso e prosa, a historiografia refere-se também aos naufragos que chegaram nas imensas praias onde Portugal fincara a cruz, (...). Através do contato com os nativos, alguns desses naufragos conseguiram se adaptar e se tornaram muito úteis e apreciados pelo rei de Portugal. Martim Afonso, durante uma viagem à Bahia de Todos os Santos, encontrou Diogo Álvares, o Caramuru, que lhe ofereceu abrigo. (...) Caramuru prestou enormes serviços ao Capitão donatário, Francisco Pereira Coutinho, na Bahia de Todos os Santos. A pedido do rei D. João III, ele participou da instalação do Governo de Tomé de Sousa, em 1549.”

língua e coube a ele a escola de ler e escrever, o ensinamento da doutrina aos meninos, ainda era agricultor e aprendeu o ofício de tecelão para ensinar aos índios; P. Diogo Jácome aprendeu as artes de alpercateiro e de torneiro para ensinar aos índios, foi enviado a outras Capitânicas, Ilhéus, Porto Seguro e Pernambuco com P. Leonardo Nunes, ordenou-se no Brasil e revelou dotes de catequista - “para Ilhéus e Porto Seguro manda o P. Leonardo Nunes com o Ir. Diogo Jácome; para Pernambuco irão depois” (Serafim Leite, 1965, p. 53); P. Leonardo Nunes, já era padre, em Coimbra, quando ingressou na Companhia em 1548, era cantor e músico, tornou-se homem de confiança de Nóbrega que logo o enviou a outras Capitânicas com Diogo Jácome, e a São Vicente, em 6 de janeiro de 1550, onde fundou o Colégio e a vila - foi o primeiro jesuíta que esteve no campo de Piratininga.

Ao nomear os seus cinco companheiros e as respectivas ocupações, o superior redige de facto, o primeiro status ou catálogo da Missão brasileira (ibid., p. 3). Já em outubro de 1549, uma Igreja foi construída, e os Aldeamentos tinham começado com a ajuda do Caramuru.

O primeiro colégio fundado foi o da Bahia, um colégio de meninos, inicialmente, escola de ler e escrever que também foi centro de atendimento espiritual para os colonos, e, mais tarde foi elevado a colégio canônico, com o nome de Colégio de Jesus. O ato de criação foi por meio da Carta Régia, só em 20 de agosto de 1556. Lá viveu como aluno e como professor, no século XVII, o padre Antônio Vieira (*1608, em Portugal, +1697, no Colégio dos Jesuítas na Bahia), como se sabe, para exemplificar a importância cultural e educacional que o Colégio da Bahia teve.

Alves de Mattos (1958, p. 81) escreve que “Nóbrega impacientava-se por dar início aos novos colégios do Espírito Santo, Pôrto Seguro, Ilhéus e Olinda; esperava apenas novos reforços de Coimbra, e acrescentava, cheio de otimismo pela cadeia de instituições de ensino que se esboçava”.

E assim foi, os Colégios foram centros de irradiação da doutrina, por meio dos missionários, que percorreram centenas de quilômetros, visitaram não só aldeias indígenas, como pequenas aldeias perdidas no sertão, fazendas e engenhos. E, atendendo à determinação da Coroa que desejava preservar a posse do território, assegurar os direitos dos portugueses à terra, colaborar para a preservação do

povoamento, e impedir que qualquer tentativa de penetração para o sertão por parte de outros povos fosse tentada, a localização dos colégios era sempre no litoral.²⁵

Em março de 1550, chegou de Portugal a segunda expedição, a pedido de Nóbrega, com os padres Afonso Brás, Francisco Pires, Manuel de Paiva, Salvador Rodrigues e “sete meninos órfãos de Lisboa” (Serafim Leite, 1965, p. 5).

Em Roma não se poderão compreender bem as distâncias do Brasil. (...) Por isso é indispensável que o Padre Geral mande “três ou quatro Padres, e tais que sejam fortes colunas” para sustentar o começado. E os que hão de vir não basta que tenham alguma aparência de bondade: “em nenhuma partes são tão necessárias a prudência, fortaleza, ciência, espírito, e todas as outras virtudes como aqui”. (Serafim Leite, 1955, p. 115)

Em 1551, Nóbrega e P. António Pires foram a Pernambuco, Capitania de Duarte Coelho, em visita e em Missão: apaziguar desordens generalizadas e atritos com os nativos. Deixou aí o P. António Pires e voltou à Baía em 1552 com a intenção de seguir para S. Vicente. Observa Franzen (2003, p. 56) que

de todos os colégios do Brasil o que teve, inicialmente, melhores condições econômicas foi o de Pernambuco – o Colégio de Olinda. Para a sua subsistência, o colégio possuía, além do próprio solar, três lotes de terra, um oriundo de uma sesmaria, outro comprado e um terceiro doado. Além disso, a Coroa havia-lhe concedido direito às rendas do açúcar na região.

Ainda em 1552, Nóbrega recebeu, na *Baía*, alguns clérigos e o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, que pouco se agradou do *gentio analfabeto do Brasil* (Serafim Leite, 1965, p. 8), *desdenhou da Companhia de Jesus*, e *contrariou abertamente a Missão* que usava intérprete em confissões; trazia os gentios junto com os cristãos nas

²⁵ Mais tarde, quase cem anos depois, em 1640, num quadro de tensão e hostilidade, os jesuítas, missionários oficiais da cristianização, afastaram-se dos rumos da colonização, rumos que incluíam necessariamente a escravização dos indígenas, quando não sua própria eliminação e os colonos, impedidos de usar os indígenas como escravos, indignaram-se, pois “o rei dom João IV determinou que só aos jesuítas cabia contatar os indígenas”. Várias revoltas estouraram, logo que a lei foi posta em prática, em Santos, São Paulo, São Luís do Maranhão e outras localidades. “Os jesuítas foram atacados e expulsos, só retornando anos depois. (...) No alvará régio de 9 de abril de 1655, dom João IV reafirmava ser a Companhia de Jesus a única autoridade competente para tratar de assuntos referentes aos indígenas”(Priore, 2004, p.15).

Priore (2004, p. 16-17) ainda escreve que “em meio a essa crise, chegou ao Brasil em 1653 o notável pregador Antônio Vieira, na qualidade de visitador das missões do Brasil (...) e “a pressão sobre Vieira era tão forte que ele se vira obrigado a sair do Maranhão em 1654, voltando para defender os nativos apenas em 1658.” Em “1667 o governo luso decretou a completa liberdade dos indígenas, estabelecendo severas punições para os que não cumprissem.” (...) Mas “o ódio aos padres era proporcional ao desejo de escravizar e vender índios.” (...) E “todo o cuidado tomado em relação ao aldeamento dos índios não evitou inúmeros contratemplos aos jesuítas, que eram também atacados por outras ordens religiosas. Carmelitas, franciscanos e mercedários preferiam apoiar os colonos, mais por estarem incomodados com o prestígio da Companhia de Jesus do que por desamor aos índios.”

igrejas; usava cantos, músicas à maneira dos índios; e cortava os cabelos dos meninos dos Colégios como usavam os meninos da terra. *Nóbrega escreve ao provincial de Portugal que resolva ou faça resolver* (p. 9). O inesperado procedimento de D. Pedro Fernandes Sardinha não fez que reforçar em Nóbrega o velho propósito de *ir para onde se lhe inclinava o coração* (Serafim Leite, 1955, p. 81).

Em novembro, Nóbrega embarcou na armada do governador para S. Vicente. A armada correu toda a costa, dessa maneira, acompanhado de P. Francisco Pires e *meninos do Colégio*, órfãos vindos de Lisboa – *todos sabem que para crianças não há distinção de raças*, Nóbrega, então, utilizava-se de estratégias para *atrair e estimular os pequenos índios (curumins) no caminho da instrução*, as crianças órfãs estudavam *lado a lado com os curumin, foram os primeiros apóstolos lusobrasileiros* (Tito Lívio, 1969, p. 76) – visitou as vilas ao sul da Baía: *Ilhéus, Porto Seguro, Capitania do Espírito Santo e Guanabara. Aí fez Nóbrega a primeira catequese da Companhia de Jesus no Rio* (Serafim Leite, 1965, p. 10).

Quando chegou em S. Vicente organizou juridicamente o estabelecimento escolar, *instituiu a ‘Confraria do Menino Jesus e ordenou que se ensinasse também a ler e escrever aos meninos externos, com escola de canto e instrumentos*. Contou com a ajuda de Pero Correia, que vivia no Brasil, era morador da vila de São Vicente desde 1542, *data em que foi passada a carta de duas terras, uma diante da vila de S. Vicente, outra mais ao sul, em Peruíbe, as quais trespassará ele depois em 1553 à Confraria dos Meninos de Jesus da mesma vila* (ibid., p. 44) e, uma vez na Companhia como Irmão, deu-se à conversão dos índios.

Instalados em São Vicente, os jesuítas tiveram um papel importante na expansão pelo litoral sul do Brasil, alargando as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas.

João Ramalho, sustentado por sua enorme família de mamelucos destemidos, tornou-se o elo de união entre os colonos portugueses de São Vicente e as aldeias *guaianases* que se espalhavam pelo litoral daquela região e também ocupavam os campos de Piratininga, na terra adentro. Desde os primeiros tempos, João Ramalho foi figura importante para que a primeira experiência de colonização no Brasil, inaugurada por Martim Afonso de Sousa em São Vicente, pudesse ter êxito e prosperar (Kuhnen, 2005, p. 238).

O limite sul do território português correspondeu até região de Iguape e Cananéia. Em Itanhaém, em 1553, duas casas foram instaladas e serviram de pousada, e

foi estabelecida, ainda no século XVI, outra em *Iperuíbe*. *Várias expedições jesuíticas chegaram até o litoral de Santa Catarina em 1605 e 1607 e nas áreas do Rio do Prata, em 1680, instalando a Colônia do Sacramento* (Franzen, 2003, p. 12). Por motivo de segurança não se afastaram muito do litoral, abandonando a idéia dos aldeamentos no sertão. Ação semelhante foi exercida pelo Colégio do Rio de Janeiro. *Os Colégios*, salienta Franzen (2003, p. 70), *foram, também, utilizados como instrumento de manifestação de poder em frentes de conquista. Serviram para a consolidação da conquista. É o caso específico do Colégio do Rio de Janeiro (...) após a expulsão dos franceses.*

Em 1553 Nóbrega mandou P. Leonardo Nunes a Salvador, na Bahia, buscar mais jesuítas, para a casa de Piratininga. Entre eles havia chegado à Capital do Estado do Brasil, em 13 de julho de 1553, o Irmão José de Anchieta, *na flor dos seus dezenove anos de idade. Natural de Laguna, arquipélago das Canárias, vira a luz do dia 19 de março de 1534* (Tito Lívio, 1969, p. 31). Dessa maneira a atividade missionária intensificou-se.

O grande jesuíta, ao fundar a Aldeia de Piratininga, já dispunha dum bom grupo de Padres e Irmãos colaboradores seus em empresa de tamanha consequência. Uns vindos de Portugal, Leonardo Nunes, Manuel de Paiva, Francisco Pires, Diogo Jácome; outros recebidos na terra, Pedro Correia, Antônio Rodrigues, Manuel de Chaves, Mateus Nogueira e mais alguns destes chamados Irmãos “grandes” em contraposição dos que receberam em casa, sendo meninos, e se chamavam Irmãos “pequenos”. Esperava outros de Portugal, que pedira, e lhe anunciara Gonçalves da Câmara, e chegaram à Baía a 13 de julho de 1553 (Serafim Leite, 1953, p. 31).

Nóbrega fundou a aldeia de Piratininga onde já havia três aldeias pequenas de índios, hoje São Paulo, *a 2 léguas de Santo André*, em 1553, e seguiu para o sertão, *por terra firme à esquerda do rio Tiete* (Serafim Leite, 1965, p. 13). Anchieta, mestre em latim, foi o seu secretário particular e teve o encargo de redigir em latim as notícias locais.²⁶

²⁶ Segundo Serafim Leite (1953, p. 68), “Daqui provieram as duas Cartas Quadrimestres de Maio a Setembro de 1554 e de Setembro a Janeiro de 1555, a que o redactor uniu logo a Carta Trimestral de Janeiro a Março de 1555. Da primeira Quadrimestre (Maio-Setembro) existem duas cópias latinas, no Arquivo da Companhia, e uma terceira, igual com pequenas diferenças, quase no fim do Códice de São Roque, de Lisboa, hoje na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Esta cópia do Rio de Janeiro começou a conhecer-se na segunda metade do século XIX, traduzida em português, nem sempre bem, por Teixeira de Melo. A Quadrimestre de Setembro a Janeiro de 1555 não se publicou como está no texto latino e a Trimestral não se chegou a imprimir. Mas em Dezembro desse mesmo ano publicou-se em Lisboa uma

A pequena casa que o Padre Manuel da Nóbrega pediu aos índios de Piratininga que construíssem, em agosto de 1553, para abrigar os jesuítas que ali chegariam, (...) recebeu o nome de São Paulo em virtude de sua inauguração ter ocorrido em 25 de janeiro, com missa rezada pelos inacianos ali presentes (Franzen, 2003, p. 63).

E

Passadas as festas de Natal, Ano Bom e Reis, os Jesuítas sob o comando espiritual do Padre Manoel da Nóbrega sobem o planalto de Piratininga. Anoitecia quando chegaram ao rancho de pau-a-pique, sobre o Tamanduatei e o Anhangabaú onde o Irmão Antônio Rodrigues ensinava os curumins a ler, escrever e cantar, porque além de flautista tinha bela voz. Dos dez jesuítas companheiros de Nóbrega, apenas um Navarro, da Espanha. Todos os demais eram portugueses. Ali estavam: Padre Manoel da Nóbrega, doutor em Direito, Filosofia e Teologia, pela Universidade de Coimbra, depois de ter estudado quatro anos, na Universidade de Salamanca; Padre Luiz da Grã, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra; Irmão José de Anchieta, humanista, isto é, cursara os quatro anos de Humanidades, ou seja, Latim e Grego, no Real Colégio das Artes da Universidade de Coimbra; Padre Manoel de Paiva, primo de João Ramalho, a quem Nóbrega dera a incumbência de celebrar a missa de 25 de janeiro de 1554, e o irmão Antônio Rodrigues, já mestre-escola dos curumins planaltinos. Estão presentes, ainda, João Ramalho, Isabel Ramalho, Istoé, Bartira, André Ramalho, descendentes do Patriarca dos Bandeirantes; guaianás, tupiniquins e muiramorins e se agrupam em derredor dos respectivos caciques. A cena é simples. O cenário grandioso (Tito Lívio, 1969, p. 32).

Ainda em 1553 Nóbrega recebeu a patente de S. Inácio de primeiro provincial da Companhia de Jesus não só do Brasil, mas na América, isentando-o da obediência do Bispo, e depois,

enviou-lhe as normas gerais de como se haviam de escrever – diferente das de ofício – as cartas de edificação, e os assuntos que nelas se poderiam tratar: informação da terra, clima, gente, habitação, alimentação, vestido; residências dos Padres, quantos religiosos em cada qual, ocupações; e outras notícias semelhantes, de interesse até para pessoas de fora da Companhia que as pediam. Por essas normas se deviam reger os redactores das Quadrimestres, de qualquer parte que escrevessem (Serafim Leite, 1953, p. 68)

Em setembro de 1554 residiu Nóbrega em São Paulo de Piratininga. Coexistiam: a catequese dos Índios; a escola de ler, escrever e cantar; e a *Classe de Latim para os da Companhia ou prováveis candidatos a ela* - na casa de São Paulo de Piratininga em 1554, o Mestre era o Ir. José de Anchieta.

Tempo adiante, Anchieta refere-se ao Real Colégio de São Vicente, sustentado com grandíssimo trabalho pelo Padre Leonardo Nunes e pelos

versão espanhola resumida, sem data: e consta de parte da Quadrimestre de Maio a Setembro e de parte da Quadrimestre de Setembro a Janeiro.”

Irmãos, dizendo: “Até o ano de 1554, quando foram passados (os meninos) ao campo de Piratininga onde há muito mantimento. Este (Real Colégio de Piratininga) se pode chamar o primeiro colégio de catecúmenos que houve no Brasil, o qual Padre Manoel da Nóbrega, indo àquela Capitania (de São Vicente) no ano de 1553, levou por diante, isto é, fundara.” E Anchieta reafirma: “No ano de 1554, mudou o Padre Manoel da Nóbrega os filhos dos índios do campo (que estavam em São Vicente), a uma povoação nova chamada Piratininga, que os índios faziam por ordem do mesmo Padre para receberem a fê”. (Tito Lívio, 1969, p. 33-34)

Em 1556 Nóbrega *recebera de Roma e Lisboa a indicação de voltar à Baía, onde assistia o Governador Geral do Brasil* (Serafim Leite, 1953, p. 85). Foi com Antonio Rodrigues. A disciplina militar deste, acostumado a privações e duros trabalhos, o bom tratamento que dava aos índios, o conhecimento direto da língua brasileira na forma popular, ora chamada de tupi, ora tupi-guarani, transformou as Aldeias. Antonio Rodrigues foi o maior apóstolo de seu tempo, *ensinava os meninos a cantar e a tocar flauta e nestes grupos escolares sabia dar aos pais a natural satisfação de fazer que os filhos brilhassem em público nas festas da Aldeia e até nas mais solenes dos Colégios* (p.40).

Nóbrega *não se deixava demorar*, possuía todas as qualidades necessárias: *prudência, fortaleza, ciência, espírito, e todas as outras virtudes como aqui*, além de mando e boa esperança disposta no corpo e na alma para a conquista espiritual. Seguiu em peregrinação, reorganizando os estudos decaídos em sua ausência; mandava outros Companheiros adiante em missões e fundava novas aldeias, pensava em tantas outras, circunvizinhas a aldeias principais; rezava missas; realizava procissões e casamentos *na lei da graça* (Serafim Leite, 1953, p. 25); batizava solenemente os índios; confirmava a necessidade de cultivar as vocações no Brasil; travava amizades importantes que facilitassem os aldeamentos; realizava *missa cantada, oficiadas pelos meninos índios, grande festa, concluída com um banquete em que confraternizaram índios e portugueses* (p.25).

Serafim Leite (1953, p. 38-39) ressalta que, para a catequese, intervinham os jesuítas, conforme o conhecimento que tinham da língua, não havia mestre em particular. *E fazia-se parte em língua brasileira, parte em língua portuguesa.*

Em todas as Aldeias visitadas pelos Padres se fazia logo casa a modo de ermida, onde ‘posava’ o catequista um dia e às vezes mais, até uma semana. ‘O Padre Nóbrega prega todos os domingos e dias santos e às tardes faz uma prática à maneira de sermão; às sextas-feiras outra, aos disciplinantes, e é muito aceito a todos’ (Serafim Leite, 1955, p. 68-70).

Tratou de consolidar São Paulo, elevada, em junho de 1560, à vila com a *transferência da Câmara de Vereadores, população e pelourinho de Santo André da Borda do Campo, para junto do Colégio de Piratininga, a fim de salvar a catequese e a civilização portuguesa ameaçadas pelos Tamoios* (Tito Lívio, 1970, p. 104). Conforme Madureira (1927, p 125), em 1561, *doze anos depois* da vinda dos Jesuítas para o Brasil, *a Província jesuítica do Brasil contava já com 34.000 conversos reunidos em aldeamentos.*

Convém saber que o método de Nóbrega na catequese dos Índios consistia na pregação geral para todos; depois, dentre os que achava bem dispostos, procedia a uma primeira selecção (catecumenado); e por último, dentre estes, a uma selecção definitiva (batismo). E ainda continuava a doutrinação para assegurar a perseverança cristã, que no Brasil logo se revelou empresa árdua. (Serafi Leite, 1953, p. 83)

Realizou o primeiro Tratado de Paz das Américas quando foi a Iperoig com Anchieta, à época do episódio do ataque a São Paulo, pelos Tamoios em 1562, conforme previra; providenciou a expulsão dos franceses em Guanabara, depois de conseguir a ordem de Mem de Sá, terceiro Governador geral, em 1563²⁷; fundou, em 1567, o Real Colégio do Rio de Janeiro, residindo lá os últimos dias de sua vida - valorizando o Colégio, *como já fizera na Baía e em São Paulo* (Serafim Leite, 1955, p. 199).

Ao transferir-se em 1567, logo o povo construiu uma Igreja de taipa consagrada ao padroeiro S. Sebastião, que o Governador entregou à Companhia e de o que o Visitador, como Superior maior do Brasil, tomou posse em Agosto de 1567; e no segundo semestre deste ano a nova cidade, não contando os Índios, já tinha mais de 150 moradores quase todos com suas mulheres. (Serafim Leite, 1955, p. 197)

Segundo Holanda (2003, p. 142),

a partir de 1567, depois de tomarem posse da igreja de São Sebastião, começaram os padres a construir edifício capaz de abrigar os candidatos ao noviciado. (...) Com um sentido objetivo e oportuno das realidades do ambiente indígena, Nóbrega procurou desenvolver uma política de posse da terra e de escravos, política essa que poderia assegurar a continuidade dos trabalhos empreendidos pelos jesuítas. (...) As dificuldades de toda a ordem

²⁷ O primeiro Governador Geral foi Tomé de Sousa, que levava a incumbência régia de fundar, como fundou, a cidade de Salvador na Baía, para sede do novo Estado do Brasil. O primeiro Governador Geral favoreceu a Companhia quando esteve em sua mão, doou-lhe as primeiras terras, prestigiou os Padres. Entregou o cargo em 13 de julho de 1553 ao sucessor Governador D. Duarte da Costa. Assim escreve Serafim Leite (1955: 109): “na mesma armada, que levava o segundo Governador D. Duarte da Costa, e o P. Luís Grã, com seus companheiros, os Padres Brás Lourenço e Ambrósio Pires e os Irmãos José de Anchieta, João Gonçalves, António Blázquez e Gregório Serrão, voltou para Portugal o Governador Tomé de Sousa, sem haver tempo de apreciar o modo de proceder destes recém-chegados.”

com que se defrontaram os padres da Companhia de Jesus realçam de maneira especial a figura de Manuel da Nóbrega.

Nóbrega veria seus companheiros dos primeiros dias partirem, um a um: Salvador Rodrigues, o primeiro Padre da Companhia de Jesus que faleceu no Brasil, em 1553, chegado em 1550, e que cantava e dançava com os meninos índios; Leonardo Nunes, que naufragara a caminho de Lisboa em 1554; João de Azpilcueta Navarro, a quem assistira a morte na Baía em 1557; Antonio Rodrigues, em 1559, no Colégio do Rio de Janeiro, soldado responsável pela fundação de Buenos Aires, Assunção, São Paulo e Rio de Janeiro, Mestre de Meninos, cantor e músico, o maior apóstolo dos aldeamentos do seu tempo, segundo o testemunho de Anchieta; Pero Correia, com quem tanto contara em São Vicente; Diogo Jácome, a quem mandara ensinar a arte de torneiro e veio a falecer no Espírito Santo em 1565, já ordenado sacerdote *Padre João Gonçalves em Dezembro de 1558*.

O ano de 1570 seria o de Nóbrega, após se despedir como quem está de partida para a sua pátria, pressentindo

não há dúvida. Conheceu a hora de sua morte: e dois dias antes de S. Lucas se despediu pela Cidade de muitas pessoas, dizendo-lhes adeus. E perguntando-se-lhe para onde ia (porque no porto não estava navio) respondia: A minha ida, meus Irmãos, é para o céu – apontando-o com os olhos. (Serafim Leite, 1955, p. 199-200-205-206)

Até 1580, os jesuítas tiveram exclusividade na ação religiosa do Brasil, como missionários oficiais da Coroa, com setenta membros nessa data, todos portugueses. *Seriam em maior número se entre 1570 e 1571 dois navios não tivessem sido atacados por piratas franceses perto das ilhas Canárias. Alguns foram mortos e outros jogados ao mar* (Priore, 2004, p. 11).

Assim é que a religião iria exercer uma função moralizadora, que com todos os percalços arrostados deixara marcas profundas na sociedade colonial. Nesta, monopolizava sem concorrência tal função, dado o espírito do tempo e o pouco desenvolvimento institucional na indiferenciação axiológica e material. O português é o crente, mais do que o nacional. O que há de solidariedade social naquele período deve-se à religião. (Sousa Montenegro, 1972, p. 34)

Conforme Holanda (2003, p. 143) os cursos dos colégios da Companhia eram organizados segundo as disposições das *Constituições* e do *Ratio*. No Brasil, os colégios

seguiram mais de perto os programas do Colégio de Évora, que pertencia à Companhia de Jesus. O programa de 1563 desse Colégio

previa a seguinte distribuição das classes: “Retórica” – o 6º livro da *Eneida*, o 3º das *Odes*, *De Lege Agraria* e *De Oratore*, de Cícero; em grego, os *Diálogos* de Luciano; “Humanidades” – *De Oratore*, de Cícero, o 10º livro da *Eneida* e o estudo da gramática grega; “primeira classe de Gramática” – o 5º livro da *Eneida*, a *Retórica* do Padre Cipriano Soares, e o *Discurso Post Reditum*, de Cícero; “segunda classe de Gramática” – Cícero, *De Officiis*, e Ovídio, *De Ponto*; “terceira classe de Gramática” – Ovídio, *De Tristibus*, e *Cartas* de Cícero; “quarta classe de Gramática” – *Cartas Familiares* de Cícero e a 2ª parte da gramática latina; “quinta classe de Gramática” – rudimentos de gramática latina, com uma seleção das cartas de Cícero. (Hollanda, 2003, p. 143-144)

Em 1773, por decisão papal, extinguiu-se a Companhia de Jesus, mas desde 1759 a Companhia em Portugal foi suprimida e o decreto chegou ao Brasil por meio de uma ordem do marquês de Pombal, ministro de D. Jose I, para a expulsão dos jesuítas das colônias. Pombal atribuía à rebeldia jesuítica a feroz resistência indígena nas Guerras Guaraníticas, ao sul da Colônia, acusou-os publicamente de tentarem criar um império temporal na região das Missões, e *queixava-se o marquês de Pombal de que a Companhia de Jesus estava se tornando um Estado dentro do Estado português. (...) Saíram em 1760, entre filas de soldados bem armados, por terem desagradado a autoridades e colonos com sua atuação* (Priore, 2004, p. 18-19). Só voltariam ao Brasil em 1842, *83 anos depois da expulsão (1759-1842), (...) 28 após seu restabelecimento por Pio VII* (Madureira, 1927, p. 132).

A Corôa apoderara-se dos Collegios, das Egrejas e das casas dos Jesuítas, confiscando tudo ahi encontrou apprehendendo “*todos os livros e papeis, sem respeitar sequer os hospitaes, onde foram compelidos os doentes a deixar a cama, alguns em estado tal que expiraram no trajecto para outro abrigo. (...) Era o Rio de Janeiro o porto de embarque para todos os confrades do Sul. (...) Os Jesuítas préviamente remetidos para Lisboa, como presos de Estado, foram encarcerados, de modo que nunca mais se ouviu falar delles, até a morte do rei e á queda de Pombal; sendo, então, postos em liberdade, depois de uma prisão de dezoito anos! (...) Por mais cruel que fosse o governo hespanhol em relação à perseguida Ordem dos Jesuítas, foi o seu procedimento muito mais clemente, comparado com o de Pombal. Morreram muitos Padres nas cadeias e muitos de molestias resultantes do máo tratamento recebido a bordo; em poucos annos estavam quase extinctos os missionarios.* (Madureira, 1927, p. 112-113)

3.2 ONDE “NUNCA SE SENTE FRIO, NEM QUENTURA EXCESSIVA”²⁸

É preciso imaginar essas ilhas na véspera da chegada das primeiras caravelas. (...) A bem da verdade, nada sabemos da vida cotidiana dessas populações, de suas esperanças e de seus medos. Só nos restam migalhas de informações e as impressões recolhidas pelos europeus que se aventuraram por esse mundo a partir de outubro de 1492. As primeiras imagens são paradisíacas: uma vegetação exuberante, águas límpidas, aves raras, produtos cobiçados – aloés, canela -, criaturas nuas, bonitas e acolhedoras. Exagero de viajantes impressionados pela magia dos trópicos, clichês inspirados no Paraíso terrestre, essa “visão do paraíso” – para retomar o título do grande livro de Sérgio Buarque de Holanda – nasce nos anos 1490 nessas terras jamais vistas. (Gruzinski, 1999, p. 13-14)

O Brasil foi abordado pelo pensamento ainda medieval daquele que, pela primeira vez, observava a representação do *Jardim do Édem*²⁹ e cria que *Deus é a fonte da vida e a razão da existência da natureza é a de ser cultivada pelo homem, uma vez que Deus colocou suas criaturas num ‘paraíso de delícias, para que o cultivasse e guardasse* (Gên. 2:15 apud Assunção, 2000, p. 28).

São os portugueses que antes de quaisquer outros ocupar-se-ão do assunto. Os espanhóis, embora tivessem concorrido com eles nas primeiras viagens de exploração, abandonarão o campo em respeito ao tratado de Tordesilhas (1494) e à bula papal que dividira o mundo a se descobrir por uma linha imaginária entre as coroas portuguesa e espanhola. O mesmo não se deu com os franceses, cujo rei (Francisco I) afirmaria desconhecer a cláusula do testamento de Adão que reservara o mundo unicamente a portugueses e

²⁸ Holanda (1994, p. XIX) cita o “‘velho clichê’ retomado por Pero Magalhães Gandavo, quando diz que nesta província de Santa Cruz de tal maneira se comediou a natureza na temperatura dos ares, ‘que nunca se sente frio, nem quentura excessiva’. É como uma ressonância daquela visão do paraíso que, em fins do século XV ou no começo do seguinte, vemos aparecer no texto do *Orto do Esposto*, onde se lê, na mesma ordem em que aparecem as referências à temperatura em Isidoro de Sevilha, que ‘com elle nã há frio em quentura’. Outro tanto, apenas com maior prolixidade, dirá em uma das suas cartas José de Anchieta, que depois de sete anos de assistência no Brasil não conseguira desprender-se da chapa convencional. Parecem-lhe, com efeito, ao jesuíta, de tal maneira temperadas aqui as estações, que ‘não faltavam no tempo do inverno os calores do sol pra contrabalançar os rigores do frio, nem no estio para tornar mais agradáveis os sentimentos, as brandas aragens e os úmidos chiveiros’. (...) E outro padre, exatamente o de maior importância para o estabelecimento da Companhia no Brasil, ou seja, Nóbrega, já pudera escrever em 1549, na Bahia, que ali o inverno ‘não é nem frio nem quente’. E o verão, acrescentava embora mais quente, bem se pode sofrer. Outro tanto, posto que mais brevemente, escreverá mais tarde, e os exemplos ainda poderiam multiplicar-se indefinidamente, o padre Fernão Cardim, quando em um dos seus tratados escreve que a terra do Brasil ‘geralmente não tem frios nem calmas.’”

²⁹ “Mas Colombo não estava tão longe de certas concepções correntes da Idade Média acerca da realidade física do Éden, que descesse de sua existência em algum lugar do globo. E nada o desprendia da idéia, verdadeiramente obsessiva em seus escritos, de que precisamente as novas Índias, para onde o guiara a mão da Providência, se situavam na orla do Paraíso Terreal. Se à altura do Pária, chega ele a manifestar com mais veemência essa idéia, o fato é que muito antes, e desde o começo de suas viagens de descobrimento, a tópica das ‘visões do paraíso’ impregna todas as suas descrições daqueles sítios de magia e lenda” (Holanda, 1994, p. 15).

espanhóis. Assim eles virão também, e a concorrência só se resolveria pelas almas. (Prado Junior, 1994, p. 25)

Foi com essa mentalidade, salienta também Priore (2004, p. 9) que os portugueses instalaram no Brasil uma sociedade cristã. *O português considerava-se cristão por direito e por nascimento: o indígena era visto como pagão e infiel. Os costumes do primeiro eram civilizados e cristãos; os dos nativos, selvagens e bestiais.* A guerra santa estava decretada. A conversão dos gentios não amorteceu a *consequência desse modo de pensar: cristãos lutavam contra selvagens perigosos e incrédulos pagãos.* O português, que trazia no nome a origem cristã e o direito de assumir uma cruzada, delimitaria o território conquistado.

Importa fixar que, em Portugal, a religião, no século das descobertas marítimas, *era a expressão ardente da causa nacional, da independência e da missão do reino: elo que congregava não apenas o homem a Deus, mas o homem à pátria.* Mais do que uma obra de grupos, de empresa de interesses, a conquista se caracterizou como manifestação do capitalismo de Estado (Faoro, 1997, p. 56).

Dessa forma, o destino dos nativos do paraíso foi catastrófico. Passaram de uma hora para a outra a terem de conviver com Governadores Gerais do que não era deles, clérigos fundadores das novas igrejas na costa brasileira ³⁰, exploradores da riqueza local ³¹, comerciantes e corsários franceses ³², traficantes, humanistas missionários ³³ e

³⁰ Segundo Kuhn (2005, p. 489-491) “Os clérigos fundadores das novas igrejas na costa brasileira, enviados a acompanhar os primeiros povoadores, não eram membros de nenhuma ordem religiosa, como tradicionalmente sucedia, mas eram clérigos seculares. Exceto dois frades franciscanos que foram a Porto Seguro e ali permaneceram por um certo tempo, desempenhando a função de capelães, e que já não estavam mais lá quando os jesuítas visitaram pela primeira vez essa paróquia, em fins de 1549. Os outros eram padres seculares provenientes das diversas dioceses de Portugal de onde partiram as respectivas expedições colonizadoras. Sendo padres seculares, os proventos para o sustento deles deviam vir da fazenda régia, de acordo com os compromissos do regime de padroado. Eles recebiam um alvará régio, como todo funcionário público, no qual o rei estipulava o estipêndio anual dos padres.(...) Sem qualquer escrúpulo, e com aprovação dos alvarás régios, eles procuraram adquirir escravos e escravas, que foram aplicados nos trabalhos domésticos e na produção de alimentos; ou, em outros casos, esses sacerdotes adquiriam escravos indígenas para serem vendidos no reino, com a única finalidade de melhorar os seus rendimentos. (...) Desde 1532, os cristãos começaram a erigir diversas igrejas paroquiais ao longo da costa do Brasil, em cada uma das capitânicas que foram devidamente ocupadas por eles.”

³¹ Gilberto Freyre (1998, p. 17) observa que “o colonizador português do Brasil foi o primeiro dentre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza. Ainda que riqueza – a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas – à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-los.”

³² Holanda, (2003, p. 106) escreve que “vários comerciantes e também corsários franceses freqüentaram assiduamente águas brasileiras. Já em 1504 são assinaladas suas incursões. Nesse ano, com efeito, o navio *Espoir*, sob o mando do Capitão Paulmier de Gonneville, de Honfleur, alcançou nosso litoral, à altura, segundo parece, de Santa Catarina, onde seus homens permaneceram cerca de um semestre. Durante a viagem de regresso, o navio ainda escalou em outro ponto, provavelmente na região de Porto Seguro, de

com assassinos, ladrões, falsários, feiticeiras, sodomitas e heréticos de todos os tipos, os degredados portugueses ³⁴ - os primeiros foram deixados no litoral da Bahia para aí aprenderem línguas e costumes locais, para depois servirem de intérpretes. *Era a semente má que Portugal plantava no Brasil, terra nova e cheia de promessas, (...) os degredados embarcavam em Portugal em caravelas que partiam rumo ao Brasil; às vezes em número que excedia ao da tripulação e podia, como temia o governador de Pernambuco em 1546, dominar e tomar posse do barco. Os degredados eram em proporção maior que os bons colonos e, assim, era mais provável que se desenvolvesse mais a iniquidade que o bom exemplo* (Pieroni, 2000, p. 34-35).

Portugal, aparentemente, encontrou uma fórmula para povoar o Brasil, a população de portugueses era insuficiente em relação às necessidades colonizadoras das cidades nascentes, exerceriam, os degredados, certas funções em troca de perdões. Assim “funcionava a institucionalização do uso dos condenados como elementos de povoamento, colonização e manutenção do vasto império português” (Pieroni, 2000, p. 53).

O Estado português precisava se fortalecer, expandir fronteiras geográficas, dilatar a fé católica e uma série de concessões e licenças acabaram por moldar a mentalidade por meio da qual se fez a catequese no Brasil ³⁵.

No Brasil, o humanismo foi introduzido através da Cia. de Jesus, (...) com o objetivo específico da formação do homem cristão, dentro dos valores e doutrinas da Igreja Católica, preconizados pela Contra Reforma na América portuguesa e espanhola. A própria Cia. de Jesus foi criada para atender à difusão do catolicismo para povos que não o conheciam, evitando o avanço

onde seguiu para um lugar situado a cerca de cem léguas para o norte. Aqui se abasteceu de víveres e mercadorias antes de voltar à Europa.”

³³ Gilberto Freyre (1998, p. 23) “em oposição aos interesses da sociedade colonial, queriam os padres fundar no Brasil um sana república de ‘índios domesticados para Jesus’ como os do Paraguai; seráficos caboclos que só obedecessem aos ministros do Senhor e só trabalhassem nas suas hortas e roçados. Nenhuma individualidade nem autonomia pessoal ou de família. Fora o cacique, todos de camisola de menino dormir como num orfanato ou num internato. O traje dos homens igualzinho ao das mulheres e das crianças.”

³⁴ Ainda Gilberto Freyre (1998, p. 19) ressalta que a colonização foi “por indivíduos – soldados de fortuna, aventureiros, degredados, cristãos-novos fugidos à perseguição religiosa, náufragos, traficantes de escravos, de papagaios e de madeira – quase que não deixou traço na plástica econômica do Brasil. Ficou tão raso, tão à superfície e durou tão pouco que política e economicamente esse povoamento irregular e à-toa não chegou a definir-se em sistema colonizador.”

³⁵ Holanda (2003, p. 96) nota “como a influência dos jesuítas tem sido avaliada em termos escritos do horizonte intelectual do ‘colonizador’, (...) verifica-se que a influência dos jesuítas teve um teor destrutivo comparável ao das atividades dos colonos e da Coroa, apesar de sua forma branda e dos elevados motivos espirituais que a inspiravam. Coube-lhes desempenhar as funções de agentes de assimilação dos índios à *civilização cristã*. Em termos práticos, isso significa que os jesuítas conduziram a política de destribalização, entre os indígenas que optaram pela submissão aos portugueses e desfrutavam da regalia de ‘aliados’.”

do protestantismo e formando novos quadros para a Igreja Católica. (Tucci Leal, 1990, p. 60)

Muito cedo o entusiasmo religioso se transformou em epidemias e massacres, maus-tratos, exploração desenfreada dos sobreviventes, destruição do meio ambiente e dos modos de vida tradicionais, civilizações e gerações de indígenas jogadas no nada, sociedades inteiras engolidas, dizimadas, esquecidas... A passagem de um século a outro foi capaz de *destruir a fauna, a flora e os homens: os índios, mas também os europeus, dos quais uma parte sucumbe ao clima, às doenças – a sífilis, as febres – e às más condições de vida* (Gruzinski, 1999, p. 17). A conquista foi um desastre.

A taxa de depopulação durante os dois primeiros séculos da colonização foi brutal. As guerras, as expedições para captura de escravos e, principalmente, as epidemias e a fome dizimaram os Tupi-Guarani. Em 1562, por exemplo, uma epidemia consumiu, em três meses, cerca de 30 mil índios na Baía de Todos os Santos. No ano seguinte, a varíola completou o serviço, matando de 10 a 12 índios por dia; um terço da população aldeada pelos jesuítas sucumbiu. Em 1564, veio, por fim, a “fome geral”, pois nada se plantara nos anos anteriores. Ao findar a década de 1580, Anchieta constatava: “A gente que de 20 anos a esta parte é gastada nesta Baía, parece cousa, que não se pode crer.” A mesma história repetiu-se ao longo de toda a costa e nas matas do sul. Em 1597, os oficiais espanhóis escreviam a Sua Majestade, desde Assunção, dando conta de que “los índios [Guarani] que servían a esta ciudade están menoscabados, porque no hay ni la décima parte de los que debería haber, por várias causas y enfermedades, y también por los abusos de los españoles.” A depopulação no entorno das cidades conduzia a um círculo vicioso: a escassez de mão-de-obra nativa nas redondezas intensificava e interiorizava as expedições de apresamento de escravos – o que, por seu turno, expunha ainda mais as populações indígenas ao morticídio pelas armas e pelas epidemias. (Fausto, 2005, p. 70-71)

A dominação foi feita não só pelos *concertos de trombetas, gaitas de foles e tamborins e danças* do europeu: normandos, bretões, alemães, espanhóis ou portugueses freqüentavam a costa a procura do que poderia ser-lhes caro. Nada foi acidental: notícias de gemas verdes, autênticas esmeraldas, mandadas do Brasil eram examinadas no Reino (Holanda, 1994, p. 69).

Embora persista até nossos dias o *mito* de que os *aborígenes se limitaram a assistir à ocupação da terra pelos portugueses*, é urgente mencionar o heroísmo e a coragem não só dos *brancos*. *Os grupos tribais* foram, sem dúvida, inimigos duros e terríveis, que *lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente* (ibid., p. 72). O enfoque heróico é que foi outro, foi daquele que relatou a história e engrandeceu os feitos dos portugueses.

Depois que o Brasil é descoberto e povoado, têm os gentios mortos e comidos grande número de cristãos e tomadas muitas naus e navios e muita fazenda.(...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Lisboa, da Baía 8 de Maio de 1558, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 447).

Jamais exaltariam a *resistência organizada aos desígnios dos colonizadores* (Holanda, 2003, p. 72), ou observariam a importância da economia tribal, a divisão organizada do trabalho nas malocas, as relações sociais, a urbanidade. Nem as práticas de matrimônio preferencial para estabelecer aliança e solidariedade baseadas no parentesco e as conseqüentes obrigações contraídas: liames de dependência; a legitimidade igualitária de todos os filhos e o dever de alimentá-los; a polidez e o respeito mútuo – os Tupis ignoravam a exploração econômica do trabalho escravo, mesmo *seus cativos eram tratados como membros do nosso grupo*, pelo menos *até a data do sacrifício* (p.76); ou notariam o exemplo dos mais velhos imitados pelos jovens e as regras e normas estabelecidas para as situações já vividas, *aplicadas, com eficiência inalterável, às situações novas, em que se mantivesse a integridade estrutural e funcional da organização tribal* (p. 79); ou *a participação dos membros dos grupos locais vizinhos* e a retribuição dos serviços prestados quando da ajuda nas roças; e, *embora possuam alguns objetos e roças particulares, não têm o espírito de propriedade particular e qualquer um pode aproveitar-se de seus haveres livremente* (p. 76).

O pai, a mãe, o filho, a filha, o irmão, a irmã, a tia, o tio, todos sabiam o que esperar uns dos outros e como comportar-se nas mais variadas situações tribais de existência (ibid., p. 79), os vivos eram literalmente governados pelos modelos de conduta dos mortos, e uma opinião desfavorável poderia fazer cair uma proposta apresentada e aceita pela maioria. Enfim, *o estudo da evolução da situação de contato põe em evidência as condições dentro das quais o sistema organizatório tribal podia reagir construtivamente à presença dos brancos* (Holanda, 2003, p. 380). Mas *a presença do branco constituiu uma alteração dessa espécie, que não podia ser arrostada, entretanto, em condições favoráveis*. O sistema organizatório tribal logo passou a ressentir-se dos efeitos desintegradores, resultantes de sua incapacidade de reajustar-se a situações novas, impostas pelo contacto com o invasor branco.

Antes do verdadeiro pavor do branco diante do indígena, em virtude do estado de insegurança e de sobressalto em que precisavam viver constantemente (ibid., p. 82), o lugar do Brasil parecia bem discreto, distante das preocupações e das expedições, seria a ocupação portuguesa progressiva, a ainda *Ilha, a nova ilha da Cruz ou Vera*

Cruz, tocada por Américo Vespúcio na altura do Rio Grande do Norte, assistiria a sucessivas expedições discretas, tímidas.

Então o navegador florentino, Américo Vespúcio, que acompanhava a expedição de Cabral, *anunciou à Coroa a grande quantidade de pau-brasil que existia na Mata Atlântica. Este produto era conhecido desde as Cruzadas, sendo assim importado das Índias* (Pieroni, 2000, p. 28-29). Em 1501, foi concedido um contrato, a primeira concessão relativa ao pau-brasil, a Fernando de Noronha e a comerciantes cristãos-novos, os *mercadores judeo*, que incluiu, também, *algum tráfico de escravo*. A concessão era exclusiva e durou até 1504. *Depois dessa data, por motivos que não são conhecidos, não se concedeu mais a ninguém, com exclusividade, a exploração da madeira que passou a ser feita por vários traficantes* (Prado Junior, 1994, p. 26).

Foi rápida a decadência da exploração do pau-brasil. Em alguns decênios esgotara-se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore, e o negócio perdeu o interesse. A ocupação efetiva ocorreu no terceiro decênio do século XVI, o Rei de Portugal estava convencido que *nem seu direto sobre as terras brasileiras, fundado embora na soberania do Papa, nem o sistema, até então seguido, de simples guarda-costas volantes, era suficiente para afugentar os franceses que cada vez mais tomavam pé em suas possessões americanas* (p. 31).

O processo seguro e efetivo encontrado foi o povoamento e a colonização. O plano, em linhas gerais, consistiu em dividir a costa brasileira, o interior era ainda desconhecido, *em doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas* – légua é uma antiga medida portuguesa equivalente aproximadamente a 6 quilômetros. Esses setores chamaram-se de *capitanias*, e foram *doadas a titulares que gozariam de grandes regalias e poderes soberanos* (p. 32). O Rei conservou apenas direitos de suserania semelhantes aos da Europa feudal. Recursos foram levantados pelos donatários em Portugal e na Holanda, as primeiras empresas brasileiras exigiram somas relativamente grandes e os donatários não dispunham de grandes recursos próprios.

Em 1531, a colonização definitiva foi organizada quando o rei D. João III ordenou uma expedição comandada por Martim Afonso de Sousa em missão *de defender a costa contra ameaças estrangeiras, de determinar as fronteiras do Brasil e de organizar uma colonização permanente, de norte a sul, ao longo da costa* (Pieroni, 2000, p. 30). *Os alvos dos brancos só poderiam ser alcançados e satisfeitos pela expropriação territorial, pela escravidão e pela destribalização* (ou seja, pela

desorganização deliberada das instituições tribais, que pareciam garantir a autonomia dos nativos e eram vistas como ameaças à segurança dos brancos, como as instituições vinculadas à vida doméstica, ao xamanismo e à guerra. *O anseio de submeter o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante no mundo colonial lusitano* (Holanda, 2003, p. 83). Os primeiros anos do século XVI instauraram um esboço de exploração econômica e de colonização que acompanhou a história brasileira.

A perspectiva principal esteve no negócio da cultura de cana-de-açúcar por se tratar, à época, de um produto de grande valor comercial na Europa. Chegava da Sicília, das ilhas do Atlântico - Madeira e Cabo Verde, ocupadas e exploradas pelos portugueses desde o século anterior -, e do Oriente, por intermédio dos árabes e dos traficantes italianos do Mediterrâneo, que forneciam *em pequena quantidade* o produto. (Prado Junior, 1994, p. 32).

Estava previsto que a cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações e tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; quanto à mão-de-obra, contou-se a princípio com os indígenas que eram numerosos e aparentemente pacíficos no litoral. Mas verificou-se, mais tarde, que

isso não se fez sem lutas prolongadas, os nativos se defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta. A princípio fugiam para longe de centros coloniais; mas tiveram logo de fazer frente ao colono que ia buscá-lo em seus refúgios. Revidaram então à altura, indo assaltar os estabelecimentos dos colonos; e quando obtinham vitória, o que graças a seu elevado número relativamente aos poucos colonos era freqüente, não deixando pedra sobre pedra nos núcleos coloniais, destruindo tudo e todos que lhe caíam nas mãos. Foi este um período agitado da história brasileira. As guerras entre colonos e indígenas acrescentaram-se logo as intestinas destes últimos, fomentadas pelos brancos e estimuladas pelo ganho que dava a venda de prisioneiros capturados na luta. De toda esta agitação eram os índios naturalmente que levavam o pior; mas nem por isso os colonos deixaram de sofrer muito. (Prado Junior, 1994, p. 35)

E, também,

o clima a considerar é o cru e quase todo-poderoso aqui encontrado pelo português em 1500: clima irregular, palustre, perturbador do sistema digestivo; clima na sua relação com o solo desfavoráveis ao homem agrícola e particularmente ao europeu, por não permitir nem a prática de sua lavoura tradicional regulada pelas quatro estações do ano nem a cultura vantajosa daquelas plantas alimentares a que ele estava desde há muitos séculos habituado (Freyre, 1998, p. 14).

Mas o português no Brasil mudou quase radicalmente e adaptou-se ao desequilíbrio, a grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra. *O solo, excetuadas as manchas de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista* (Prado Junior, 1994, p. 15).

Foi dentro de condições físicas adversas que se exerceu o esforço colonizador dos portugueses nos trópicos e a monocultura ocupou, no Brasil, grandes propriedades; *a agricultura tropical teve por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial, e por isso altamente lucrativos* (Prado Junior, 1994, p. 34). A colônia exportou o aristocrático açúcar para a Europa e para as costas da África, onde serviu de escambo e aquisição de escravos.

Os bons engenhos, em geral, contavam com a moenda, a caldeira, a casa de purgar, a casa-grande e a senzala dos escravos, oficinas, estrebarias, terras reservadas para pastagens dos animais de trabalho, culturas alimentares para o pessoal numeroso, matas para o fornecimento de lenha e madeira de construção, um verdadeiro mundo em miniatura. Os engenhos remodelaram o cenário do *Paraíso Tropical*, nomearam o conjunto da propriedade com suas terras e culturas, e tornaram-se estabelecimentos complexos que podiam extrair da cana, além da vida do homem também castigada e moída, o açúcar e a aguardente.

Ao lado, houve atividades acessórias como a criação de gado, necessárias ao aumento dos engenhos e plantações, e a economia de subsistência, variáveis, incluídas nos próprios domínios da grande lavoura, nos engenhos e nas fazendas. Praticaram as culturas necessárias e viveram sempre num crônico estado de subnutrição, a população colonial menos abastada, os escravos destes, e os indígenas, que no seu estado nativo já praticavam alguma agricultura, embora muito rudimentar e seminômade, e que se foram fixando em torno dos núcleos coloniais, adotando uma vida sedentária. *A urbana naturalmente sofrerá mais; mas a rural também não deixará de sentir os efeitos da ação absorvente e monopolizadora da cana-de-açúcar que reservara para si as melhores terras disponíveis* (Prado Junior, 1994, p. 43). As atenções estavam na grande margem de lucro.

Vários grupos tribais etnicamente distintos habitavam o Brasil no período da conquista (Holanda, 2003). Antes, *os sistemas sociais indígenas estavam isolados, mas articulados local e regionalmente, vastas redes comerciais uniam áreas e povos*

distantes (Fausto, 2005, p. 9), as populações indígenas, de um modo mais intenso do que é hoje, articulavam-se por meio do comércio, guerras e as migrações.

Fausto (2005, p. 25) também relata que

A paisagem humana da Amazônia em 1500 d. C. pouco diferia, assim, daquela descrita pelos etnólogos do século XX, mais de quatrocentos anos depois do início da colonização. (...) As inúmeras escavações que foram realizadas parecem confirmar a hipótese de que a floresta tropical é o hábitat por excelência de sociedades simples, igualitárias e de pequeno porte. Assim, (...) nós não tínhamos o que os incas tinham porque o incremento e adensamento populacional nas terras baixas teriam esbarrado na pobreza de recursos naturais, o que inibia o desenvolvimento de formas sociopolíticas complexas. Alguns dados arqueológicos e etno-históricos, contudo, maculavam esse quadro. (...) Anna Rooselt, que coordenou um grande projeto arqueológico na região nos anos 1980, sugere que sobre os sítios maiores erguiam-se vilas de 1 a 5 mil habitantes, chegando a 10 mil onde havia múltiplos aterros articulados entre si – uma escala que seria definitivamente urbana. (...) Não são apenas os aterros, porém, que chamam a atenção dos arqueólogos. Há uma magnífica cerâmica marajoara, cujo refinamento e sofisticação não têm paralelo contemporâneo na Amazônia indígena.

Os índios foram encontrados dispersos ao longo da costa, quando os portugueses aqui chegaram, com ramificações profundas pelo interior, sempre acompanhando o vale dos rios. Dominavam a faixa litorânea os Tupinambá e os Guarani, que não formavam duas grandes unidades políticas regionais. Segundo Fausto, estavam aliados, e alguns divididos entre si até a morte.

Com base em algumas diferenças de língua e cultura, dois blocos podem-se distinguir subdividindo o conjunto tupi-guarani: ao sul, os Guarani ocupavam as bacias dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e o litoral, desde a Lagoa dos Patos até Cananéia (SP); ao norte, os Tupinambá dominavam a costa desde Iguape até, pelo menos, o Ceará, e os vales dos rios que deságuam no mar. No interior, a fronteira recairia entre os rios Tietê e Paranapanema.

Várias aldeias participavam de rituais comuns por estarem ligadas por laços de consangüinidade, e reuniam-se para expedições guerreiras de grande porte e defesa do território. As interações chegavam a formar nexos políticos como Tupiniquim, Tupinambá, Temomino. Fausto (2005, p. 77) assera que as ligações estão longe de serem esclarecidas, há poucos dados, ainda hoje, *sobre diferenças interétnicas, sinais diacríticos de identidade e distinções dialetais*, pois os cronistas preferiram enfatizar a unidade de costume e língua: *a gente de Castela tinha mania de províncias e cacicados, projetando reinos por onde quer que andasse*.

Os grandes xamãs tupi-guarani, os *karaí* ou *karaíba*, circulavam pela terra profetizando e curando, de aldeia em aldeia. A característica de chefia era difusa e nem sempre passava de pai para filho, a sucessão era conquistada, não atribuída. E tanto podia haver um só chefe, como as unidades sociais pequenas, as malocas, poderiam ter um *principal*. Os que alcançavam fama de temido e respeitado guerreiro, de orador eficaz, exerciam liderança em operações bélicas, envolvendo mais de mil guerreiros de cada lado. A adaptação ao meio era baseada na *agricultura de coivara, na pesca e na caça* - sabe-se que o ecossistema brasileiro sempre foi rico e diversificado. O cultivo de base dos Guarani era o milho, dos Tupinambás era a mandioca amarga para a produção de farinha, além de serem excelentes canoeiros, *ambos faziam uso intenso dos recursos fluviais e marítimos* (p. 69).

Todavia, a partir da instituição das donatarias o sistema organizatório tribal teve que corresponder a exigências sociais que provinham da formação de um sistema social mais complexo e absorvente, cuja estrutura interna impunha uma posição subordinada e dependente (Holanda, 2003). E com o auxílio e o inestimável apoio dos missionários religiosos, em que destacaremos os jesuítas, conseguiu o governador geral acudir as principais necessidades do período seguinte ao malogro dos primeiros donatários.

Quanto ao espiritual, dificilmente poderia assentar sobre bases mais mofinas. Óleo não existia aqui nem para ungir, nem para batizar. (...) Sobre esse caos e miséria tentavam os padres e irmãos da Companhia implantar alguma figura de ordem, mas o trabalho necessário era muito para tão pouca gente. (...) Só restava acreditar que a abastança proverbial de algumas dessas terras desse para suprir falhas que não se podiam prevenir. (Holanda, 2003, p. 113)

Assim, o esboço de Estado ia se instituindo na América lusitana, segundo o critério traçado pelos interesses e pela experiência ultramarina dos portugueses. *A longa persistência dessa casta de moradores que, tendo os pés no Brasil, mas à beira-mar, como se dele quisessem partir depressa, têm postos no Reino os corações e as vontades, é denunciada nas críticas que, por muito tempo ainda, vão merecer nos tratos da terra* (Holanda, 2003, p. 133).

Considerando o elemento colonizador português em massa, não em exceções como Duarte Coelho – tipo perfeito de grande agricultor – pode dizer-se que seu ruralismo no Brasil não foi espontâneo, mas de adoção, imposto pelas circunstâncias. Para os portugueses o ideal teria sido não uma colônia de plantação, mas outra Índia com que israelitamente comerciassem em especiarias e pedras preciosas: ou no México ou Peru donde pudessem extrair ouro e prata. Ideal semita. As circunstâncias americanas é que fizeram do povo colonizador de tendências menos rurais ou, pelo menos, com o sentido

agrário mais percertido pelo mercantilismo, o mais rural de todos. (Freyre, 1998, p. 23-24)

Foram esses os ensaios iniciais da colonização por indivíduos – *soldados da fortuna, aventureiros, degredados, cristãos-novos fugidos à perseguição religiosa, náufragos, traficantes de escravos, de papagaios e de madeira – quase que não deixou traço na plástica econômica do Brasil* (Freyre, 1998, p. 19). E, todos esses elementos, *a começar pelo cristianismo liricamente social, religião ou culto de família mais do que catedral ou de igreja, que desde o século XVI, a família patriarcal - sendo que nessas bandas acrescia a família de muito maior número de bastardos e dependentes em torno dos patriarcas – não o Estado, nem nenhuma companhia de comércio, foi o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.*

CAPÍTULO IV

A CARTA JESUÍTICA E A ARTICULAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XVI EXPOSTA NAS CARTAS DO PADRE MANUEL DA NÓBREGA

A Companhia de Jesus foi cuidadosa no seu próprio registro, reunindo em 80 volumes a *Monumenta Historica Societatis Jesu*, da qual faz parte a *Monumenta Brasilica*, editada pelo Padre Serafim Leite. As cartas jesuíticas do Brasil tinham como destinatário um superior da Ordem em Portugal ou Roma, informando sobre a nova terra e as ações cotidianas dos missionários. Através delas, o próprio Inácio de Loyola podia acompanhar e orientar a expansão da Ordem. (Moreau, 2003, p.52)

Hansen (1995, p. 88-119) esclarece que a carta jesuítica, em sua escrita, apropria-se dos esquemas gerais da técnica epistolar da *ars dictamis*, apresentando as três ou quatro partes definidas nas doutrinas antigas e medievais da mesma – *solutio*, *exordium (captatio)*, *narratio (argumentatio)*, *subscriptio*.

De modo geral, continua, a *carta* se diferencia de *epístola*, pois a carta é sempre particular, relaciona-se a um evento particular e refere uma circunstância específica para um destinatário também especificado, como *ao substituir uma visita pessoal, substitui o oral pela escrita, respondendo a uma necessidade do momento ou completando uma instrução qualquer sobre um ponto nitidamente determinado*. Quanto à epístola, não é individualizada, pois se dirige à coletividade de um público conhecido ou é genericamente pública, *tratando de questões gerais, teóricas ou doutrinárias, de modo dissertativo*. A conceituação implica, portanto, a distinção platônica de *diégese* e *mímese*: enquanto a carta é diegética, figurando a *pessoa própria* do destinador e destinatário, a epístola é mimética, admitindo a *impessoalidade* e mesmo *o anonimato de um discurso teórico, doutrinário ou didático*, que lança mão da dissertação. Mas no caso da correspondência jesuítica do século XVI, essa distinção não cabe, o discurso trata de matéria de informação, figurando-a com procedimentos familiares específicos da carta e, ao mesmo tempo, mescla-os com elementos doxológicos ou teórico-doutrinários de sua conceituação de epístola, *formando uma espécie de gênero misto refratário à sua classificação como carta ou epístola*.

E, no século XVI, as Cartas Jesuíticas eram de dois tipos: de *negócios* e de *edificação* (Gambini, 1988 apud Moreau, 2003, p.53). Somente as de edificação, que traziam notícias das viagens, das terras, características da região, do clima, dos índios, dos avanços sucessivos dos jesuítas em contato com novos índios, das missões, da edificação dos colégios, da catequese, dados estatísticos, atividades dos missionários, fundações de novas Aldeias, ensinamento da Doutrina, etc., foram traduzidas para as outras línguas faladas pelos jesuítas, e enviadas a *Casas e Colégios europeus, chegando até Goa, e confins do mundo oriental* (Serafim Leite, 1954, I, p. 53).

As cartas que traziam *questões de orientação e de fundo* eram assuntos reservados da Companhia. P. Inácio de Loyola, em carta de 8 de julho de 1553, instruiu Nóbrega para que os dois tipos não se misturassem:

No outro por ésta, sino que V. R. tenga forma de scriver y hazer que los suyos scriuan a Roma (ultra de lo que querrán scriver a Portugal), no solamente de cosas de edificacion, pero lo demás también, que conviene que sepa el Prepósito General; y las letras de edificación no contengan otros negocios. Vengan de por si. (Serafim Leite, 1954, I, p. 515)

Não será considerado, nesse trabalho, o reconhecimento dos tipos de cartas, se cartas de negócios ou edificação. Apenas o conteúdo delas será explorado, a fim de realmente se conhecer a riqueza contida nas Cartas escritas por Manuel da Nóbrega, fundador da Missão do Brasil, o primeiro Provincial, nomeado por S. Inácio em 1553³⁶. *Não apenas fervente apóstolo na catequese dos Índios e vida moral da terra, mas grande estadista na formação do Brasil até sob o aspecto territorial e político, assegurando a sua sobrevivência.*

As Cartas Jesuíticas do Brasil incluem-se na grande obra de Serafim Leite que realizou inigualável pesquisa e reunião das *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, em três volumes, e não mencionou, textualmente, o tipo delas, se de negócios ou de edificação. Preocupou-se em reunir esses documentos, extraindo das obras que contêm cartas, *quer sejam colecções gerais, quer colecções particulares, quer ainda outras obras ou revistas modernas que as publiquem de primeira mão* (Serafim Leite, 1954, I,

³⁶ Conforme “Carta-Patente do P. Inácio de Loyola ao P. Manuel da Nóbrega, Roma 9 de julho de 1553” e “Carta do P. Inácio de Loyola ao P. Manuel da Nóbrega, Roma 9 de julho de 1553”, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 506-509, que trazem os assuntos: “1. Patente do P. Manuel da Nóbrega para Provincial do Brasil e outras regiões mais além” e, na segunda carta, “1. Crescendo a Companhia de Jesus no Brasil pareceu necessário haver Prepósito Provincial e para esse cargo nomeia o P. Nóbrega. - 2. O P. Luís de Grã será o seu colateral. - 3. Também os Reitores dos Colégios terão colateral e conselheiros. - 4. Façam agora a profissão os Padres Nóbrega e Grã.”

p. 69), por se tratarem *da mais alta importância para a formação histórica da nação brasileira, e por os Padres da Companhia de Jesus se ligarem estreitamente à própria fundação da Cidade de São Paulo* (ibid., Razão deste Livro).

Em 1950, Serafim Leite havia concluído a obra *História da Companhia de Jesus no Brasil e, à época de 1952, quando convidado por Sérgio Buarque de Holanda, Diretor do Museu Paulista - em virtude da comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo - incumbiu-se em reunir os documentos-fontes com respectiva qualidade, a começar pelos autógrafos, originais e registros tais quais se conservam hoje nos Arquivos de Roma, Lisboa, Évora, Rio de Janeiro e Madrid. Os documentos parte são de origem brasileira parte de origem européia* (ibid., p. 61).³⁷

Mas, acresce-se a essa consideração, seu alerta na Introdução Geral, do Cap. III, *Expansão das Cartas do Brasil*, in: *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, I, p. 59:

Advertência que devem ter presente os que fazem história crítica. Já a advertiram e recomendaram os escritores de MHSI, referindo-se a Polanco, que revia, emendava e cortava os textos (...). O P. Maffei devia traduzir em latim a Carta de Luis de Almeida, de 25 de Outubro de 1565, em que se encontra a admirável descrição dos celeberrimos templos de Nara no Japão: Polanco cortou ao texto português 4 páginas e meia. E outros casos. Nos códices do Brasil, aquele em que patenteiam mais estas liberdades do P. Polanco é *Bras. 3-1*. O único recurso que resta hoje ao historiador – cujo fim é a pesquisa da verdade histórica acima de intuítos de edificação que justificavam a maior parte daqueles cortes – o único recurso, dizemos, é utilizar as traduções, tais como se apresentam, antes das emendas; e, quando não há originais, persuadir-se de que é sempre melhor a tradução do que a tradução da tradução. Nas versões antigas, o caminho – não sempre mas o mais comum – foi este: original português – tradução espanhola – tradução italiana – tradução latina.

Assim, são imagens contidas em cartas jesuíticas dispostas em ordem cronológica, organizadas e, quando preciso, traduzidas e anotadas por Serafim Leite; e de uma série de documentos, na sua maior parte inéditos, *sobre a vida económica*

³⁷ Não se pretende estudar o pesquisador Serafim Leite, nem suas obras, o que não seria má idéia, mas por meio de seu inacreditável trabalho de pesquisa e reunião, bem como método, forma e finalidade específicos dos volumes mencionados, tornou-se possível a análise de material tão instigante. É justa a homenagem que se faz, neste trabalho, ao historiador e profundo agradecimento, quer por sua natureza sistemática de pesquisa e reunião das Cartas, quer por seu valioso empenho na redação direta, tradução portuguesa dos documentos e anotações. Serafim Leite realizou uma obra extremamente rica para a reflexão de todos os interessados na verdadeira história do missionário jesuíta, contada por ele mesmo, por meio da correspondência, chave do sistema jesuíta.

brasileira (ibid., Razão deste Livro), que transportam o leitor a um mundo que custa a crer que um dia existiu.

No caso das cartas de Nóbrega (...) podem ser propostos pelo menos 4 grandes recortes temáticos: o primeiro, o do “índio”, tratado basicamente na 5ª carta, e extensivamente; o segundo, o do “colono” e da depravação de seus costumes; o terceiro, o do “Governo”, genericamente, referindo-se às iniciativas administrativas e militares de governadores, como Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá; o quarto, o do “clero secular”, geralmente figurado como de má qualidade, e o dos conflitos com o Bispo Pero Fernandes Sardinha. Mediando-os, encontram-se referências contínuas à própria Ordem. (Hansen, 1995, p. 91)

São os vestígios legítimos de um tempo feito por homens que *se identificam na obra sobre-humana de semear a cultura européia pelo Mundo* (Tito Lívio, 1966, p. 81) e no *preposito de aumentar a ffee chatolica* (frase de Nóbrega em carta a D. João III de Portugal, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 347); de um tempo em que *o Papa desejava alargar o domínio e o poder, desde o Cabo Bojador, na costa da África, até a Índia, na Ásia* (Tito Lívio, 1966, p.18); tempo em que *aparece em Lisboa o mapa de Lopo Homem, onde se desenha todo o litoral atlântico, da foz do Amazonas ao estuário do Rio Prata e abaixo, sob a abertura do Rio da Prata lê-se em maiúsculas: TERRA BRASILIS.*

Tempo de a Província de Santa Cruz, pertencente ao patrimônio da Ordem de Cristo, desde 22 de abril de 1500, ser governada pelos reis portugueses, sob a jurisdição da Monarquia Portuguesa; tempo do Rei Humanista, sucessor de seu pai, o Venturoso; tempo da primeira divisão administrativa da Província de Santa Cruz - *tempo adiante, em 1548, êle cria o ESTADO DO BRASIL*, província portuguesa ultramarina; tempo do surgimento das autoridades superiores: Governador-Geral, Ouvidor-mor, Provedor-mor; tempo em que a situação jurídica, política e administrativa do ESTADO do BRASIL é a mesma do *Estado de São Paulo*, do *Estado da Bahia*, do *Estado do Rio Grande do Sul*, do *Estado Amazonas*, ou de qualquer outro ESTADO componente da unidade nacional brasileira, isto é, PROVÍNCIA.

Tempo de o Regimento de Tomé de Sousa, dado por D. João III conter as diretrizes principais do Governo Geral: *o serviço de Deus e exalçamento da nossa santa fé; o serviço meu e proveito dos meus reinos e senhorios; o enobrecimento das Capitánias e povoações das Terras do Brasil e o proveito dos naturais delas* (Serafim Leite, 1954, I, p. 5).

A legitimidade da guerra justa contra os bárbaros do Brasil também pressupõe Deus. (...) No século XVI, Deus é o fundamento metafísico do Direito que regula a invasão e a conquista das novas terras. E isso é tudo: é porque Deus existe que tudo é permitido. (...) A universalidade alegada da religião cristã na base do Direito que então é aplicado inclui e domina *a priori* todas as razões da razão selvagem, classificando-as como falta de Bem, abominação e pecado, para os quais o padre fornece seu suplemento de alma. (Moreau, 2003, p.17)

Tempo de o *Regimento* expraiar-se *pelos meios mais adequados para assegurar* todos os aspectos da administração pública (Serafim Leite, 1954, I, p. 5); de o P. Superior da nova Missão, Manuel da Nóbrega, dar execução prática à catequese, aldeamento e ensino dos meninos, ao chegar ao Brasil na mesma armada do Governador Geral e, assim, principiar a *obra sem exemplo na história* de que fala Capistrano de Abreu.

Tempo de os *meios para a empresa do Brasil* (a *nossa empresa* de Nóbrega) serem *numericamente muito reduzidos, fundada pela província de Portugal, a Missão e ter em Lisboa a base originária de abastecimento, sob a responsabilidade dos seus sucessivos Provinciais* (id., 1954, III, p. 59).

Tempo do *governo do P. Simão Rodrigues e de saírem do Tejo* as duas primeiras expedições: uma, de quatro Padres e dois Irmãos, que depois se ordenaram – a expedição fundadora sob a obediência de Manuel da Nóbrega (1549); e outra, de quatro Padres, à frente dos quais ia Afonso Brás (1550). Tempo depois, *durante o governo do P. Diego Mirón seguiu a terceira expedição*, de que era Superior o P. Luis da Grã (1553), constituída por três Padres e quatro Irmãos, que também depois se ordenaram - *da primeira e da segunda perseveraram e faleceram todos no exercício da sua missão; da terceira só um voltou para Portugal*. E, depois, *a Mirón sucedeu no governo da Província de Portugal, o de P. Miguel de Torres, e apesar das repetidas instâncias do Brasil, não se mandou ninguém até 1559* (ibid., p. 59).

Tempo de iniciar-se o movimento de entradas na Companhia, de portugueses, quer dos que já viviam na terra e sabiam a língua tupi, quer de recém-vindos; e de organizar-se *a vida religiosa da comunidade, segundo a prática do Colégio de Coimbra, porque a Companhia ainda não tinha Constituições* (id., 1954, I, p. 8).

Tempo de Terras e de Empresas; de a Companhia cumprir ordens de D. João III; de o Monarca mandar Jesuíta ao ESTADO DO BRASIL, e a Goa, *centro irradiante do lusocristianismo*; tempo de a arte cristã definir unidade e segurança do reino contra inimigos internos e externos; tempo de criaturas do Senhor e uma época caracterizada

por conflitos e divisões dentro da Igreja, sendo a Reforma Protestante o principal deles; de a Companhia tentar dar uma resposta positiva: defesa e promoção da fé-cristã; tempo de *gente que habita nos matos* (Tito Lívio, 1966, p.28), com *buracos nos beiços e ventas dos narizes, e põem ossos neles, que parecem demônios*; tempo em que *esta terra é muito pobre e não se pode conversar êste gentio sem anzóis e facas para melhor os atrair* (p. 39).

Tempo de Nóbrega acender *o lume bendito do lusocristianismo, onde ardem a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judêo-cristã* (p. 34); tempo de *Colégio dos Meninos, dos brasilindiozinhos* (p. 39); de *pregações e cantigas de Nosso Senhor, pela língua que muito alvoroça a todos*; tempo de *idéia reveladora* de métodos pedagógicos e humanos postos em prática por Nóbrega, *a fim de verificar-lhe os resultados* (p. 39).

Das virtudes religiosas do P. Manuel da Nóbrega dão testemunho as suas cartas, as dos seus súditos e as dos que escreveram sobre ele; das virtudes cívicas tratam os mesmos documentos. (Serafim Leite, 1956, p. 35-36)

Tempo de Nóbrega falar de Índios Guayanases, Carijós, Gaimurés, Tupeniques, Tupinambás e a ordem com que cita parece indicar a linha Sul-Norte: Guayanases e Carijós na Capitania de S. Vicente (estendida como então era, mais extensa para o Sul do que o Estado de São Paulo que hoje apresenta), Guamurés ao norte do Espírito Santo, Tupeniques em Porto Seguro, e talvez Tupinambás na Baía (Serafim Leite, 1954, I, p. 13).

Tempo de *muitas tribos, repartidas por diversas áreas do actual território brasileiro e fora dele na América do Sul*. Tempo dos Tupinambás pertencentes à grande família tupi, ou, para englobar os Carijós (Guaranis) ao Grupo Tupi-Guarani, o mais importante dos grupos linguísticos do Brasil (p. 14) - *los que llaman Carijós, que es una generación muy grande que llega hasta el Perú* (Nóbrega in: Serafim Leite, 1954, II, p. 172).

Tempo de os *Tupinambás* desconhecerem *o uso do ferro, da leitura e da escrita* e de fazerem *guerras nus, uns pintados de negro, outros de vermelho* (id., 1954, I, p. 16) e:

Tupinambas, estos tienen casas de palmas muy grandes, y dellas en que posaron cincuenta Indios casados, con sus mugeres y hijos. Duermen en redes de algodón sobre sí junto de los fuegos, que en toda la noche tienen

acendidos assí por el frio, porque andan desnudos, como también por los demonios que dicen huyr el fuego, por la qual causa traen tições de noche, quando van fuera. (Informação das Terras do Brasil, na carta do P. Manuel da Nóbrega aos Padres e Irmãos de Coimbra, Bahía, Agosto de 1549, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 150)

Tempo de *os gentios porem sua bem-aventurança em matar os seus contrários e comer carne humana e ter muitas mulheres*; de fortes homens sem ídolos que enterram os que morrem, *sentados em covas redondas, com uma rede por cima e um prato de viandas, e se são principais, tudo coberto por uma choça* (id., 1954, I, 17).

Tempo de os filhos dos índios aprenderem *com nossos Padres (jesuítas) a ler, escrever, cantar e falar português e tudo tomam mui bem* (Tito Lívio, 1966, p. 45), e *daí o espírito de Nóbrega trabalhar, sem descanso, no lançamento das bases do ensino público e gratuito em todos os seus aspectos, segundo os planos e as ordens de D. João III* (p. 39) e de Nóbrega preocupar-se *com todos os problemas do Brasil-menino* (p. 44).

Tempo de determinações endereçadas ao padre Manuel da Nóbrega, *de fórmulas de profissão* (na Carta de P. Inácio, de Roma, a Nóbrega em 9 de julho de 1553, há o assunto *façam agora a profissão aos Padres Nóbrega e Grã*, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 509); de conselhos da Ordem, disposições sobre correspondências, especificações de como e quando as cartas devem ser escritas; tempo de *cautela, minúcia que esquadrinha o dia-a-dia das atividades da Ordem, de controle e obediência* (Hansen, 2003, p. 30-31); de correspondência jesuítica do século XVI a informar sobre o andamento da ação, tratando de negócios exteriores e interiores à Ordem, de captação de dados, por meio das correspondências, para realimentar os mecanismos de correção e aperfeiçoamento das missões.

Grave perda foi não se conservar toda a correspondência entre Nóbrega e D. João III, da maior importância histórica. Segundo o P. José de Anchieta, primeiro biógrafo de Nóbrega, “El-Rei escrevia-lhe mui familiarmente, encomendando-lhe a conversão do gentio, e o mais tocante ao bom governo do Brasil, e que o avisasse de tudo; e assim mais faziam por uma carta do Padre Nóbrega que por muitas outras informações e instrumentos”. (Serafim Leite, 1954, I, p. 31)

Tempo de El-Rei D. João III de Portugal ser *o pai de todos: pai dos Jesuítas, desde Loyola, e pai dos meninos matriculados nos Reais Colégios de Portugal e Lusobrasileiros* (Tito Lívio, 1966, p. 46), e por isso, em 1556, escreve a D. Duarte da Costa, segundo Governador Geral do Estado do Brasil, província portuguesa ultramarina:

D. Duarte da Costa. Amigo:

Eu El-Rei vos envio muito saudar. O fruto que os Padres de Jesus com sua doutrina, virtude e bom exemplo fazem em tôda coisa do Serviço de Nosso Senhor e Salvação das Almas é tão grande, que se deve estimar, granjear e favorecer sua Companhia (de Jesus) e conservação, porque os que estão nessas partes, tenho entendido que vão obrando e obram os mesmos efeitos, pareceu-me devida coisa encomendar-vos-los muito, pôsto que tenha por mui certo, que tereis disso muito cuidado, por ser coisa de tal qualidade e de tanto meu contentamento; pelo que vos encomendo muito, que assim o façais, e que vós, com o Bispo, trabalheis de fazer nessa cidade algum modo de Colégio, conforme ao desta cidade (Lisboa) que os Padres da Companhia (de Jesus) têm em Santo Antão, porque disso se pode seguir algum grande serviço de Nosso Senhor, para essas partes; e, que nisto fizerdes, me escrevereis. E, porque eles se queixam de lhes não ser inteiramente pago o que para suas despesas lhe tenho ordenado, receberei muito contentamento proverdes como se lhe faça disso o melhor pagamento, que puder ser. Escrita em Lisboa. Manoel de Aguiar a fêz em 21 dias do mês de março ou novembro de 1554. A qual asinada por Sua Alteza (D. João III) e selada com o sinete de suas armas. E eu Sebastião Alves, escrivão da Fazenda do dito Senhor a transladei aqui fielmente por mandado do Senhor Governador D. Duarte da Costa e lhe tornei a própria hoje 20 de agosto de 1556. – *Sebastião Alves*³⁸.

Tempo de a catequese dos Índios ir-se organizando *à roda das Casas da Companhia, na Baía, Porto Seguro, Espírito Santo e Capitania de S. Vicente, no Campo de Piratininga* (Serafim Leite, 1954, II, p. 49); de *a obra de evangelização ser mais intensa e mais defendida onde quer que o Provincial Manuel da Nóbrega vivesse e a animasse com a sua autoridade e zelo apostólico: de 1553 a 1556 na Capitania de S. Vicente (é a fundação de São Paulo), de 1556 em diante na Baía onde ficou até 1560 e ficando mais livre, ao passar o cargo ao P. Luis da Grã (...) deu-se em cheio à grave e urgente empresa do Rio de Janeiro, de 1560 a 1567; falecendo em 1570 com 53 anos de idade* (id., 1954, I, p. 36).

Tempo de *à roda dele, também os mais Padres e Irmãos cumprirem bem sua missão, segundo o talento e ofício de cada um, no próprio aproveitamento espiritual, na doutrina dos adultos e na educação dos meninos* (id., 1954, II: 49); tempo de remodelação interna com a chegada das Constituições, e, na vida externa em geral, um sentido de expectativa, que foi evoluindo até 1558, ano em que já se vislumbra o rumo definitivo de uma atividade sumamente eficaz para a formação histórica do Brasil com a estreita colaboração de Nóbrega e do terceiro Governador Mem de Sá.

Tempo da grande guerra de *PARAGUAÇU em agosto-setembro de 1559; pois houve três empresas menores contra esses índios em 1558, levadas a termo por Vasco*

³⁸ Transcrição de parte da Carta de El-Rei D. João III de Portugal, escrita pelo escrivão da Fazenda Sebastião Alves, enviada em 20 de agosto de 1556 ao segundo Governador Geral do Estado do Brasil, retirada da obra de Tito Lívio, *História da Educação Lusobrasileira*. São Paulo: Saraiva, 1966, p. 46.

Rodrigues de CALDAS, como consta das cartas de NÓBREGA, tempo das serras escarpadas e florestas dos Índios; a picada feita a foice e a machado, para chegarem até lá cavalos de guerra; (...) o incêndio de 160 aldeias e mil casas durante 15 dias; o pânico dos selvagens dispersos e escondidos na floresta, que matavam até os filhos pequenos, para não serem traídos pelo choro deles (Cardoso, 1986, p. 39) ³⁹:

Multos saeva fames silvis consumpsit in altis,
(Quodque nefas!) natum diro dedit ímpia leto
Dexta patris, fletu se sub nemora alta sequentem,
Ne se ploratu venienti proderet hosti:
Multus ubique pavor; luctus crudelis ubique,

Et lacrimae et planctus et plurima mortis imago.
Et iam quindena radiantes luce iugales
Oceano elicens alto cernebat Eous
Lustrantes nemora alta acies, et tecta cremantes,
Vastantes agros et multis cladibus hostem, ⁴⁰

Tempo de Cartas e, quando lidas, assim interpretadas: acontecimentos do Império Português propondo que todos os tempos vividos pelos homens são reais e têm historicidade própria; pois nenhuma das épocas históricas do passado se repete no presente, *a única Coisa que se repete absolutamente idêntica a Si mesma em todos os momentos da história humana é a identidade indeterminada de Deus*, como Causa Primeira que se orienta providencialmente também como sua Causa Final, fazendo-os semelhantes na sua diferença de seres criados (Hansen. 2003, p. 27).

A Companhia de Jesus, embora considere todo o mundo uma só patria, todo o genero humano uma só familia, comquanto não a inspire o espirito de nacionalismo e sim o de catholicismo (que significa universalidade). (Madureira, 1927, p. 599)

O que se pretende nesse capítulo, então, é a leitura das cartas brasileiras do Padre Manuel da Nóbrega, no século XVI. Mais diretamente, propõe-se o seguinte

³⁹ Pe. Cardoso redigiu a Introdução, versão e notas do Poema Épico do Pe. José de Anchieta, *DE GESTIS MENDI DE SAA*, São Paulo: Edições Loyola, 1986, em convênio com a VICE-POSTULAÇÃO DA CAUSA DE CANONIZAÇÃO DO BEATO JOSÉ DE ANCHIETA, e faz nota, na página 39, a respeito das informações provenientes de fonte oral, da guerra de 1559, colhidas por Anchieta “dos próprios lábios desses veteranos de MEM DE SÁ, que o seguiram em todas as campanhas, e depois da maior de todas, a do Rio, relataram em SÃO VICENTE êsses sucessos.”

⁴⁰ Tradução do Pe. Cardoso do Poema Épico *DE GESTIS MENDI DE SAA*, de Anchieta: “Morreram muitos à mingua perdidos na selva, e fato horroroso! Com as próprias mãos, pais deshumanos mataram os filhos que pelos bosques os seguiam chorando, para que o choro deles não atraísse o inimigo. O terror se estendeu, estendeu-se o luto profundo: tudo eram lágrimas, prantos e espetros de morte, Já há quinze dias, a estrela da manhã, ressurgindo do fundo oceano à frente do carro do sol resplandente, contemplava nosso exército a percorrerr densas matas, incendiar casas, talar campos, matar inimigos, (...)”.

recorte temático: a observação do que Manuel da Nóbrega expõe em suas Cartas - cartas extraídas da monumental obra de Serafim Leite ⁴¹ - a respeito da educação no Brasil. Como complementos do grande tema, considerar os subtemas: a ratificação geral da ação da Ordem, acima das diferenças individuais e locais; e, os resultados na visão do destinador das Cartas, observação apropriada para quem discute a educação jesuítica.

No tema educação, incluem-se: a educação dos meninos brasis, caminho da conversão do gentil, a ordenação de casas em todas as Capitanias para os filhos dos Índios se ensinarem e a manutenção dos Colégios da Companhia.

Quanto à ratificação geral da ação da Ordem, acima das diferenças individuais e locais, não se pode desprezar, evidentemente, a concepção de educação para o jesuíta, o humanista em missão civilizadora, unido *além dos vínculos da fraternidade religiosa, um traço comum de afinidade cultural* (Franca, 1952, p. 8) - assunto já, propositalmente, explorado no II Capítulo desse trabalho a justificar, entre outros motivos expansionistas, a disseminação do novo saber humanista de maneira tão vasta pelo mundo inteiro.

O humanista sentia-se *em condições de utilizar sua liberdade, de modo a fazer-se arquiteto e explorador de sua própria pessoa* e ambiente, e desenvolveu a idéia de que seria capaz de usar suas forças para transformar o mundo (Skinner, 2006, p. 119).

A civilização é vista no século XVI como um modo e aperfeiçoamento do ser humano, um conjunto de instrumentos que o esculpe e o lapida. Modela alguma coisa que, em princípio é rude, tosca, vulgar. O adjetivo mais freqüente para a natureza é bruta. E o ideal é que seja tocada, cinzelada, alterada e construída pelo cristianismo. (Baêta Neves, 1978, p. 50)

E

O movimento humanista, (...), teve um efeito evidente sobre a Companhia depois que esta foi fundada. Mesmo os membros do grupo original de dez tinham experimentado com intensidade diferente a influência humanista bem antes de entrar na Itália em 1537. Apesar de eles próprios e de muitos de seus recrutas estarem mais profundamente imbuídos da tradição escolástica da Idade Média, todos tinham aprendido a falar e a escrever em latim no estilo humanista e não ficaram imunes ao criticismo humanista à teologia escolástica e a seus praticantes. (O' Malley, 2004, p. 34-35)

Finalmente, essa dissertação conta com o relato da experiência daqueles padres que fizeram os primeiros contatos com as metáforas do índio e legalizaram o impensado. Por outras palavras, segundo Freyre, (1998, p.149, 152, 153):

⁴¹ Os assuntos extraídos das Cartas de Nóbrega a respeito da articulação educacional no Brasil do século XVI estão em anexo.

Um outro traço simpático, nas primeiras relações dos jesuítas com os cumulmins, para quem aprecie a obra missionária, não com os olhos devotos de apologeta ou sectário da Companhia, mas sob o ponto de vista brasileiro da confraternização das raças: a igualdade em que parece terem eles educado, nos seus colégios dos séculos XVI e XVII, índios e filhos de portugueses, europeus e mestiços, caboclos arrancados às tabas e meninos órfãos vindos de Lisboa. As crônicas não indicam nenhuma discriminação ou segregação inspirada por preconceito de cor ou de raça contra de fraternal mistura dos alunos. (...) Terá sido assim a vida nos colégios dos padres um processo de co-educação das duas raças – a conquistadora e a conquistada: um processo de reciprocidade cultural entre filhos da terra e meninos do reino. Terão sido os pátios de tais colégios um ponto de encontro e de amalgamento de tradições indígenas com as européias; de intercâmbio de brinquedos; de formação de palavras, jogos e superstições mestiças. O bodoque de caçar passarinho, dos meninos índios, o papagaio de papel, dos portugueses, a bola de borracha, as danças, etc., terão aí se encontrado, misturando-se. A carrapeta – forma brasileira de pião – deve ter resultado desse intercâmbio infantil. Também a gaita de canudo de mamão e talvez certos brinquedos com quenga de coco e castanha de caju. É pena que posteriormente, ou por deliberada orientação missionária, ou sob pressão irresistível das circunstâncias, os padres tivessem adotado o processo de rigorosa segregação dos indígenas em aldeias ou missões.

4.1 As CARTAS DOS JESUÍTAS DO SÉCULO XVI, MEIO DE INFORMAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS SOBRE O ANDAMENTO DA CATEQUESE E DO ENSINO EM TODAS AS MISSÕES

A partir de 1547, o Pe. Polanco, secretário do Pe. Inácio de Loyola, tinha determinado que todas as províncias da Ordem enviassem correspondência para Roma, relatando os sucessos das missões. A própria carta jesuítica, dirigida ao Provincial, ao Rei e a outras personalidades da aristocracia e do clero, era um elemento educativo no programa da *devotio moderna*. (Hansen, 2001, p.15)

Segundo Serafim Leite (1938, II, p. 532 e seguintes), as cartas dos Jesuítas são preciosas como fontes da história do Brasil, porque a maior parte delas, escritas sem preocupação de publicidade, são absolutamente sinceras e, tinham por fim, informar e edificar - *o bom governo e o proveito do espírito!* Algumas vezes, o autor das cartas eleva-se à grande altura na discussão de termos *jurídico-morais* como Nóbrega sobre a *liberdade dos Índios*, outros sobre o *casamento dos Índios do Brasil*.

As cartas convergiam a Lisboa de todas as partes do mundo. Do Brasil, a primeira carta dos Jesuítas foi naturalmente enviada pelo seu Superior, Manuel da Nóbrega. Outros escreveram logo e, em breve, o Superior do Brasil encarregava, a

algum Irmão estudante, o ofício de escrever. *Várias cartas redigiram-se por comissão dos Provinciais ou Reitores. Escolhia-se quem tivesse facilidade em escrever, sobretudo em latim, porque era a língua oficial. Anchieta foi um deles e o mais célebre.*

Continua escrevendo Serafim Leite, *começando-se a organizar o Arquivo da Companhia*, determinou-se, em 1574, *que nas cartas indicasse sempre o lugar, donde se escrevia, e o nome de quem escrevia, preocupação já de se utilizar a correspondência como fundamento da história.* Aliás, alguns anos antes, tinha-se dado esta recomendação expressa. Em 1571, *determina-se que se façam bem os catálogos e que se enviem com minúcias indispensáveis, incluindo os noviços.* Como se sabe, iam a Roma três catálogos, o primeiro com as informações gerais das pessoas, outro com suas qualidades e um terceiro com o estado econômico das casas. *Ordenou-se também, nesta ocasião, que se remetessem para o Arquivo as escrituras de compra, hoje fonte de informações; e torna-se a insistir na organização dos Colégios.*

As cartas de todas as províncias dirigidas a um Superior da Ordem ou a Roma que, imediatamente, providenciava uma resposta às expectativas e requerimentos diversos, orientando e *consolando* – benção, serenidade de julgamento, reforço da fé, um avançar tranqüilizador a garantir o bom andamento da Empresa espiritual no Novo Mundo – eram providências necessárias e tinham, segundo Hansen (2001), objetivos básicos: colher informações para controlar e reforçar internamente e externamente a Ordem.

Porque me quero consolar screvendo-vos, Charissimos Irmãos, screvo esta e não por ter novas que vos escrever, porque vossos Irmãos que cá estão tem esse cuidado. De cá vos estou contemplando e pollos cubiculos visitando e com ho coração amando, e somente em os ceos vos desejo ver e lá vos aguardar. E isto porque o Senhor Jesu Christo he bom e vós, Charissimos, muytas vezes lhe rogaes por mim: porque, segundo crecem meus peccados e descuidados, já tudo se perdera se tantos Moisés não tiverão de continuo cuidado de mim. (...) (Introdução da Carta do P. Manuel da Nóbrega aos Padres e Irmãos de Coimbra, Pernambuco 13 de Setembro de 1551. in: Serafim Leite, 1954, I, p. 284)

Depois de selecionadas e censuradas - referindo-se a Polanco ⁴², que *revia, emendava e cortava os textos antes da impressão* (Serafim Leite, 1954, I, p. 58) - as

⁴² Como já foi dito no Capítulo II, Alfonso Polanco traduzia oficialmente os documentos originais para o Latim. Era secretário de Inácio. Também cuidava da seleção e censura das correspondências a fim de transformá-las em leitura edificante para uma sociedade letrada. Serafim Leite (1954, I, p. 59) escreve que “nas versões antigas, o caminho – não sempre mas o mais comum – foi este: original português – tradução espanhola – tradução italiana – tradução latina. A idéia da tradução latina, que surgiu em último lugar, partiu ao que parece do P. Jerónimo Nadal, que de Innsbruck a 5 de Dezembro de 1562 insiste com o P. Francisco de Borja que se traduzam nessa língua as melhores cartas da Índia e se imprimam para se espalharem na Alemanha.”

cartas eram *traduzidas e remetidas para as províncias mundiais da Companhia* (Hansen, 2003, p. 30) e produziam *um valor de uso, o de uma leitura edificante* (id., 1995, p. 109). Serviam de leitura para os Jesuítas em solidão na empreitada perigosa e desconhecida e para uma elite europeia letrada, interessada nas novidades do Novo Mundo, nos relatos dos índios do litoral brasileiro e nos avanços da catequese.⁴³

Como os negócios das Missões ultramarinas da Companhia de Jesus se tratavam em Lisboa (até 1566 não houve outras missões ultramarinas senão as portuguesas), o Provincial de Portugal tinha a faculdade de abrir as cartas, menos as destinadas exclusivamente ao Geral (<solli>); e antes de as mandar para Roma era preciso copiá-las: as de notícias, para as repartir pelas casas, e as de negócios, para tratar de ministros régios do que tocava a cada missão, e pela cópia saber sempre os termos exactos dos requerimentos. (Serafim Leite, 1954, I, p. 57)

Embora uma carta do Brasil levasse quatro meses para chegar a Lisboa, seis meses a Roma, se não fosse perdida no caminho, a correspondência era uma forma de governo da Companhia, pois evitava deslocamentos inúteis, gastos desnecessários, *viajava mais rápido e a menor custo que um homem*. Era um *multiplicador de prescrições* e possibilitava a troca de informações, instruções na medida exata da expansão da ordem, desempenhando *um papel maior na difusão do modo de fazer jesuíta, fundamento de sua identidade* (Castelnau-L'Estoile, 2006, p. 73).

Como se vê na Carta do P. Inácio de Loyola, Roma, 7 de julho de 1550, ao P. Simão Rodrigues em Portugal e demais Superiores do Congo, Brasil e África (Tradução Portuguesa, Serafim Leite, 1954, I, p. 192-193):

+
I H S

Inácio de Loyola, Prepósito Geral da Companhia de Jesus:

Aos dilectos em Cristo irmãos Mestre Simão Rodrigues, Prepósito da mesma Companhia no Reino de Portugal e nas regiões ultramarinas exopto a Índia, sujeitas ao Sereníssimo Rei de Portugal, e aos outros Prepósitos particulares ou aos que têm encargo doutros, no reino do Congo e na Índia chamada Brasil e na África, postos pelo mesmo Simão, saúde sempiterna no Senhor.

Neste ano de 1550, dos ricos tesoiros de Nosso Senhor Jesus Cristo, da Igreja sua Esposa e da Sé Apostólica, estando concedida aos que visitam as quatro igrejas de Roma a graça do jubileu, isto é, a remissão pleníssima de todos os pecados; e, parecendo-nos que seria justo não excluir de tal graça os

⁴³ Serafim Leite (*Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, I, 1954, p. 504) reuniu e publicou um “texto como exemplo do modo como se faziam as traduções”, “são 4 parágrafos da carta do dia 15 traduzidos em espanhol do mesmo original perdido, mas em diversa forma. Na página 489 há o texto integral, embora também “cópia de uma del P. Manuel de Nóbrega del Brasil para el P. Luís Gonçalves, de XV de junio de 1553”.

Nossos e os outros cristãos, que não podem vir a esta venerável cidade, de que tanto distam por terra e mar: suplicamos e obtivemos do Santíssimo Senhor Júlio por divina providência Papa III, que se dignasse conceder a mesma graça a esses ausentes de corpo mas presentes pela devoção do espírito; e ele de motu próprio acrescentou, como condição, que os da nossa Companhia, que trabalham nas preditas regiões da vinha de Cristo, aí dispensassem com toda a autoridade da Sé Apostólica, esta graça àqueles a quem lhes parecer no Senhor, impondo-lhes as obrigações que julgarem. Nós portanto vos designamos a vós (em cuja prudência, que está em Cristo Jesus, muito confiamos) para escolherdes os outros; e, aqueles que escolherdes e puserdes superiores nos ditos lugares (não sem atender à virtude); ou aqueles da Companhia que de qualquer modo têm cuidado do próximo, nós os designamos para administrarem esta graça por si, ou por outros que eles julgarem idôneos; e declaramos que têm poder da Sé Apostólica de conceder o jubileu a todos – os que vivem sob a obediência da nossa Companhia, e aos moradores cristãos das ditas regiões que se converteram à fé, ou aos vindos de fora, ou aos que por qualquer motivo aí se encontrarem – que tendo-se confessado, fizerem o que vós lhes impuserdes; e exortamo-vos no Senhor a que vos mostreis dispensadores não só fiéis, mas também prudentes de tão grande tesouro para a glória de Deus e salvação das almas.

Dado em Roma, na casa da Companhia de Jesus, 7 de julho de 1550.

[*À margem:*] Concessão do jubileu para os Prepósitos da Índia, etc.

Os membros da Companhia se enlaçavam à cabeça – Roma - numa rede de informações de maneira precisa e orientada com tipo e estilo definidos, e determinada frequência no envio delas, *não havia liberdade de escrita na Companhia*: correspondência enviada de Roma a 13 de agosto de 1553, do P. Juan de Polanco por Comissão do P. Inácio de Loyola ao P. Manuel da Nóbrega, Brasil (Serafim Leite, 1954, I, p. 519-520):

Pax Christi.

Charíssimo Padre em Jesú Christo.

Hasta aquí tiéne informaciones muy imperfectas de las cosas de allá, parte porque se dexa a los que están em cada parte el cuydado de scrivir, y así unos lo hazen y otros no, que son los más, parte porque aún los que escriven dan información de algunas cosas, y déxanse otras que convendría se supiesen. Así que, para remediar esto, nuestro Padre M. Ignatio ordena a V. R., y a quien qu[i]era que tubiere cargo principal em esse collegio y los otros de la India, como Provincial o substituto del Provincial, que él tome cargo de ynbiar las letras de todos, y les haga scrivir alguns meses antes, porque no se falte. Y quando a las cosas de que han de scrivir diré aqui los puntos.

Em las letras mostrables se dirá em cuántas partes ay residentia de los de la Compañia, cuántos ay em cada uma, y em qué entienden, tocan lo que haze a edificati3n; asimesmo cómo andan vestidos, de qué es su comer y beber, y las camas em que duermen, y qué costa haze cada uno dellos. También, quanto a la regi3n donde stá, em qué clima, a cuántos grados, qué venzindad tiene la tierra, cómo andan vestidos, qué, comem, etc.; qué casas tienen, y quantas, según se dize, y qué costumbres; cuántos christianos puede [85r] aver, cuántos gentiles o moros; y finalmente, como a otros por curiosidad se exciven muy particulares informaciones, así se escrivan a nuestro Padre, porque mejor sepa cómo se há de proveer; y también

satisfazeres há muchos señores principales, devotos, que querían se scriviesse algo de lo que dicho.

Y si ubiesse alguna cosa que no dicesse aquella edificación, siendo scrita em modo que se entendiesse bien, no se dexa de scrivir, pero em letras de aparte. Finalmente nuestro Padre, como querría no faltar em proveer de lo que conviene, así no querría que se faltasse de Allá em informale por menudo de lo que importa se sepa.

De otras cosas se scrive por otras. Sea Jasú Christo em nuestras animas.

De Roma, 13 de Agosto de 1553.

Eram documentos remetidos, *relatórios, Catálogos, atas das Congregações provinciais, cartas dos superiores locais e até dos jesuítas comuns*, lidos e anotados pelo próprio geral do centro romano, pelo assistente ou por seu secretário. As cartas *solis* eram dirigidas diretamente ao geral (Castelnau-L'Estoile, 2006, p. 75).

O trabalho de cópias multiplicava-se com o aumento constante das missões, tanto as cartas que vinham, como das que da Europa se enviavam para lá; e da Índia pediam que se não enviasse uma cópia só, mas por quatro vias, isto é, por quatro navios diferentes, “porque indo por tres acaece no llegar Allá ninguna” escreve de Lisboa, a 30 de julho de 1566, o P. Leão Henriques ao P. Geral. (Serafim Leite, 1954, I, p. 57-58)

Os superiores, *razoavelmente, informados sobre os problemas da Ordem*, que iam desde a falta de roupas

Parece-me que nom podemos deixar de dar roupa que trouxemos a estes que querem ser christãos, repartindo-lha até ficarmos todos iguaes com elles, ao menos, por nom escandalizar aos meus Irmãos de Coimbra, se souberem que por falta de algumas siroulas deixa huma alma de ser christã e conhecer a seu Criador e Senhor e dar-lhe gloria” (Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa, Baía 10? de abril de 1549, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 113).

e alimentos e o pedido de livros até o desânimo ou martírio de algum padre, realimentavam a obediência, aperfeiçoavam a disciplina, confirmavam a caridade e a ação do missivista.

No simples ato de escrever a carta cumpria-se determinação superior (Hansen, 1995, p. 108), era um mecanismo de captação de dados que mantinha a unidade mundialmente. Serafim Leite (1938, II, p. 539) escreve do cuidado que a Companhia tinha com as cartas, porque

tais percalços, juntos com razões de prudência e resguardo, levaram os Jesuítas a usar, na sua correspondência, de cifras e selos para, ao ser interceptada ou violada, não prejudicar negócios e pessoas ou mesmo

assuntos de Estado, com informações de que pudessem utilizar-se os inimigos de Portugal ou da fê católica.(...) Também no século XVI se usaram algumas cifras. Uma por palavras com significação diferente. Assim: Papa = catedrático de prima; Rei = graduado; Rainha = a Senhora, etc., termos usados nos Colégios e estudos. Havia outra cifra de letras. A cada uma correspondia um número, simples, ou com sinal diacrítico; a = 4; b = 4; c = 4+; d = 7, etc. Como provàvelmente se divulgaram estas letras, escreveu-se ao lado: “outras servem agora”.

Do ponto de vista espiritual da correspondência, levava à comunhão, de forma intensa, dos membros da Companhia, no amor a Deus (Castelnau-L'Estoile, 2003):

Lembra-me muytas vezes aquelle dito Salomão: ‘Guay do soo que, se cair, não tem quem o levante’, posto que, na verdade, me não posso chamar soo, pois vós, Irmãos, me tendes a vós unido em spiritu, que me não deixais cair. (Carta do P. António Pires aos Padres e Irmãos de Coimbra, Pernambuco 4 de junho de 1552, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 323)

E do ponto de vista institucional da Companhia, toda ação terrena ocorria como desdobramento de uma ação essencial, o Drama da Salvação (Hansen, 1995).

O que se observa no final da Carta do P. Manuel da Nóbrega aos Padres e Irmãos de Coimbra, Pernambuco, 13 de setembro de 1551 (Serafim Leite, 1954, I: 288-289):

(...) Isto vos quis escrever así em breve para que vejaes, Charissimos, quanta necessidade cá temos de vossas orações.

Non solum vobis nati estis: hum corpo somos em Jesu Christo, se lá não sustentardes este vosso membro perecerá.

Com as novas e cartas que recebemos nos alegamos muyto no Senhor. Queira elle sempre augmentar o fervor com que se obra, pois hé por seu amor. Grande cousa hé a Índia e o fruto della, e eu em muyto tenho tambem o que se cá fará, se vós vierdes, Charissimos. Lá converter-se-ão muytos reynos e quá salvar-se-ão muytas almas, e das mais perdidas que Deus tem em todas as gerações. Até agora pouco podemos conversar ho gentio, porque os christãos estavam taes que nos occupão muyto suas confissões e negocios com elles. Das outras partes creo que vos terão scripto os Irmãos. Valet mi Frates.

Desta Capitania de Pernambuco, a XIII de Setembro de 1551.

Desde as primeiras experiências, a Companhia armazenou o andamento da catequese e do ensino, em todas as missões, para ser compartilhado sabiamente (Franca, 1952, p. 9). O encarregado pelas informações das colônias era o assistente de Inácio, Jerônimo Nadal, que arquivou resultados preciosos e acabou lançando as bases financeiras para os colégios jesuítas. E tudo o que no primeiro movimento até 1553 se aponta como já redigido, de acordo com as informações coletadas das missões

em língua brasílica pertence ainda à categoria catequética. Concomitantemente se iniciaram os vocabulários pessoais (a organização de vocabulários individuais é idéia elementar necessária aos primeiros encarregados de qualquer catequese com naturais de língua desconhecida e inculta como era a do Brasil), até que da Europa se começaram a pedir, impondo-se a utilidade dum vocabulário-tipo. A 14 de Outubro de 1565, manifesta-se de Roma ao P. Leão Henriques, Provincial de Portugal, o desejo do novo Padre Geral de que se escrevesse à Índia, ao Brasil e ao Japão, para mandarem de lá um vocabulário da língua mais comum, a fim de os missionários, destinados àquelas partes, a poderem estudar enquanto esperassem embarcação em Lisboa e durante a longa viagem. (Serafim Leite, 1954, II, p. 52)

Dessa maneira, os métodos de ensino eram comparados e adaptados a novas circunstâncias e regiões, considerando uma regra universal, válida para todos em todos os lugares: *pela sua organização e direcção, a Companhia de Jesus não é, segundo Ignacio, uma associação meramente científica, nem tem por principal objectivo a propagação da sciencia; é antes uma sociedade estritamente religiosa, que utiliza o ensino e a sciencia para promover a verdadeira religião.* A instrução, na pedagogia da Companhia, é meio de educação, como esta é meio de salvação das almas para a gloria de Deus, quando procurada e dirigida no sentido de aperfeiçoar as faculdades dos educandos (Madureira, 1927, p. 352).

Por meio de correspondências, visitas, exortações e meios semelhantes, líderes jesuítas como Inácio, Laínez e seus colaboradores mais chegados procuraram inculcar um *esprit de corps* em seus amigos jesuítas e comunicar-lhes uma compreensão adequada da Companhia e de seu modo de proceder. (O’ Malley, 2004, p. 505)

4.2 O “ENSINO PUBLICO DAS SCIENCIAS E LETRAS”

Na verdade, *nos seus primordios, a Companhia de Jesus não era para Ignacio uma associação destinada ao ensino publico das sciencias e letras* (Madureira, 1927, p. 350), os seus estabelecimentos de instrução visavam a ministrar a doutrina cristã – *eis a primeira fhase da obra de S. Ignacio: o Collegio é apenas um Seminario dos religiosos da Companhia* (p. 360).

A Instituição de colégios para estudantes não pertencentes à Ordem não entrava no plano primitivo de Inácio, *mas bem depressa se lhe impôs como uma necessidade quase indeclinável – mas, o ensino á mocidade não poderá constituir uma fôrma do*

Apostolado? - e um instrumento eficaz de renovação cristã muito em harmonia com as suas altas finalidades e com a inclinação espontânea de Inácio (Franca, 1952, p. 7).

Antes, é preciso aclarar segundo Alves de Mattos (1958, p. 41-42) que *o ideal democrático de uma ampla rede escolar para toda a massa da população ainda não começara a materializar-se*. Os planos e tentativas de organização de um sistema escolar extensivo a toda a população apenas começaram a surgir como um recurso estratégico idealizado por Lutero e Sturm na Alemanha (1536), Calvino em Genebra (1538), Santo Inácio de Loyola (1540) e o Concílio de Trento (1545), em função da tremenda luta religiosa que desde 1517 abalou a Europa. As primeiras idéias desse sistema escolar começaram a ser discutidas e ensaiadas na Alemanha, França, Suíça e norte da Itália. *Na pior das hipóteses diríamos, portanto, que Portugal, sob êsse aspecto, achava-se em atraso de uns 20 anos em relação a êsses países vanguardeiros*.

O analfabetismo dominava não somente as massas populares e a pequena burguesia portuguesa, mas se estendia até a alta nobreza e a família real. Saber ler e escrever era privilégio de poucos, na maioria confinados à classe sacerdotal e à alta administração pública. Os mosteiros e as catedrais eram quase que os únicos asilos das letras, tanto sagradas como profanas; mas, sua atuação era modesta e restrita à satisfação de suas necessidades internas; não tinham a consciência de estar cumprindo uma missão social.

Em meio a esta densa ignorância, brilhavam as cidades de Lisboa e Coimbra como os dois principais focos de cultura do reino. Coimbra, desde 1073, tinha seu seminário, instituído pelo conde Sisnando no mosteiro de Santa Cruz, onde se ministrava o ensino de humanidades, filosofia, teologia, direito canônico e medicina.

Em Outubro de 1384, Dom João I determinou que ninguém poderia exercer o magistério sem submeter-se a exames perante mestre ou doutor da Universidade de Coimbra, *ficando, em caso contrário, sujeito à multa de dez libras e, em caso de reincidência, de vinte libras, sendo nova infração castigada com perda do direito de ensinar*. Em 1450, El-Rei Dom Afonso criou em Coimbra o *estudo jeerall* para filhos da nobreza do reino e acrescentou em seu alvará: *pera os leentes teerem rezam de continuar a atuarem o dito estudo, praz-nos darmos treze mil reaes brancos em cada hum anno*. Era mesmo necessário algum incentivo para os lentes *aturarem o dito estudo*. Em 1456 fundou-se a *primeira escola municipal portuguesa, estabelecida em Évora, regida por um bacharel de Coimbra, que ensinava gramática latina e a escrita aos filhos d'algo dessa localidade* (Alves de Mattos, 1958, p. 37-38-39).

O princípio, isto é, o fermento do movimento pedagógico foi a IV parte das Constituições. Em 1541, provavelmente o Padre João Codurio, um dos primeiros Jesuítas italianos, redigiu um projecto para a fundação de Collegios, preocupando-se especialmente em delinear o escolástico ou estudante jesuita, sem referencia alguma aos estudantes seculares. (Madureira, 1927, p. 359)⁴⁴

Então, uma vez que os jesuítas haviam iniciado esse ministério⁴⁵ – o primeiro colégio clássico da Companhia, Inácio abriu-o em Messina, em 1548, *a pedido do Vice-Rei* e o modelo escolhido pelos Padres na organização foi o *modus parisiensis*⁴⁶ (Franca, 1952, p. 7) - imensos ajustes foram feitos no programa de estudos, ao longo do tempo, sempre visando à aprendizagem relacionada à *compreensão da sagrada escritura (...), matéria propedêutica tradicional para a filosofia, que provê uma introdução sólida para outros assuntos*, habilitando a pessoa a expressar melhor seus pensamentos, desenvolvendo *os talentos em comunicação que os ministérios jesuítas requeriam* e desenvolvendo também *a facilidade em aprender diferentes idiomas que o caráter internacional da Companhia exigia* (O’ Malley, 2004, p. 328). Antes de

⁴⁴ Madureira cita em sua obra *A Liberdade dos Índios, A Companhia de Jesus, Sua Pedagogia e seus resultados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, p. 357, que “Pedro Ribadeneira foi no Collegio de Padua o primeiro escolástico. Professor, pregador, missionario, prefeito dos estudos, Reitor, Provincial, Visitador, Assistente do Padre Geral e Embaixador, percorreu Ribadeneira todos os paizes da Europa e, na tarde de sua carreira, após 60 annos, lembrava ainda as palavras que lhe dirigira S. Ignacio, talvez para animar-o a emprehender o trabalho de um catalogo dos escriptores da Companhia, que num lance de reconhecimento entusiastico lhe inspirara: - ‘Pedro, disse-lhe, se vivermos ainda dez annos, veremos grandes cousas na Companhia’”.

⁴⁵ Já “em 1538, por ordem do Papa, os Padres Lefèvre (Fabro) e Laynez vão occupar na Universidade da “Sapienza”, em Roma, as cadeiras de S. Escripura e Theologia” (Madureira, 1927, p. 360).

⁴⁶ “Os primeiros companheiros de Inácio são homens de universidade. Não saíram de seminários ou de outras instituições religiosas; quase todos se diplomaram nas melhores universidades da Europa. Entre estas, por importância de influência, leva a palma incontestável a de Paris. Lá estudou e se graduou Mestre Inácio. Lá estudaram e se graduaram todos os seus primeiros companheiros que, em 1534, lançaram na colina de Montmartre os fundamentos da futura Companhia de Jesus. Como a ‘mãe dos nossos primeiros Padres’, referiu-se com razão e mais de uma vez o santo fundador à Alma Mater parisiense. Nadal e Ledesma que, em Messina e Roma, exerceram uma influência tão decisiva na orientação pedagógica da primeira geração de educadores da nova Ordem vieram também de Paris. E precisamente nesta época a grande Universidade, que era o centro mais brilhante de cultura na Europa, encontrava, por assim dizer, na grande corrente humanista do Renascimento. (...) Não é, pois, de maravilhar que a organização pedagógica da universidade parisiense influísse profundamente na orientação dos novos educadores que, estudantes, haviam respirado a sua atmosfera. (...) Na fundação do Colégio de Messina, se assentou explicitamente o predomínio de Paris ‘conformando il tutto al modo parisiense’. (...) E é precisamente na Universidade de Paris que se delineia um movimento vigoroso de restauração tomista. (...) Orientou-se, assim a nova Ordem, desde o seu nascer (...). Esta opção influenciou também decididamente na orientação pedagógica dos estudos superiores da Ordem. Aos seus professores proíbe o *Ratio* que se emaranhem em questiúnculas inúteis, e obsoletas, ou que se firmem em argumentos de autoridade com detrimento das razões internas. Aos seus escolásticos recomenda que desenvolvam o senso crítico, formulando contra as doutrinas ensinadas as objeções que ocorrerem e não descansando antes de as resolverem cabalmente. Com a sua decisiva intervenção contribuíram outrossim os jesuítas para a introdução definitiva da *Summa theologica* como livro de texto em substituição ao velho Pedro Lombardo, cujo *Livro das Sentenças* se comentou durante três séculos nas aulas de teologia.” (Franca, 1952, p. 28 e seguintes)

Messina, o primeiro colégio para externos foi aberto, em 1543, em Goa por S. Francisco Xavier.

Dahi o primeiro artigo de todos os Estatutos dos Collegios de Jesuítas: “*ministrar ao lado da instrução litteraria e scientifica a mais esmerada educação civil e religiosa*”. (Madureira, 1927, p. 355)

Em 1544, em Gandia, graças à doação de S. Francisco de Borja, então duque de Gandia, para a abertura nesta cidade de um colégio, transformado, em 1547, em Universidade ou *Studium generale*, enveredou a *nova Ordem* pelo caminho de sua *missão educativa* (Franca, 1952, p. 7). Em 1549, abriram-se as aulas de gramática frequentadas por 160 alunos. O colégio Romano foi aberto por Inácio, em princípios de 1551,

numa casa alugada em Via del Campidoglio lia-se, numa tabuleta, a seguinte inscrição: *Scuola di grammatica, d'humanità e di dottrina Cristiana*, gratis (p. 10). Antes do encerramento do primeiro ano os alunos já passavam de 300. (...). Em 1553 aos cursos de humanidades e retórica acrescentavam-se as faculdades de filosofia e teologia (p. 10). Oito anos mais tarde, em 1561, (...) matricularam-se 750 alunos; 368 nas aulas de gramática; 130 em humanidades e retórica, os demais em filosofia e teologia. Em 1561 subiam a mil e em 1587 a dois mil. Ao lado dos estudantes externos avultavam também os candidatos da Companhia que afluíam de quase todas as províncias da Ordem, Itália, Espanha, Portugal, Bélgica e Alemanha. O número de jesuítas que regiam as aulas de humanidades, filosofia e teologia de 43 em 1553 elevava-se dez anos mais tarde a 218 (p. 11). (...) Os colégios multiplicavam-se em número e avultavam em importância (p. 14). Muitos dentre eles, no curto prazo de poucos anos, tornavam-se os centros de cultura humanista mais reputados da cidade ou da região. Algumas cifras, apenas, para demonstrá-lo. O primeiro colégio da Companhia, na *França*, foi aberto em Billon, em 1556, com 500 alunos, três anos depois já contava 800 e quatro anos mais tarde, em 1563, 1600. O célebre Colégio de Clermont, em Paris, matriculara, em 1581, 1.200 alunos, e após cinco anos, 1.500. Na *Alemanha*, mesma expansão. Em 1581, Mongúcia contava 700 alunos, Treviri 1.000 e em Colônia as matriculas passavam de 560 em 1558 a 1.000 em 1581. *Portugal* não se deixou vencer pelas nações maiores. Em Lisboa os alunos passavam de 1.300 em 1575 a quase 2.000 em 1588; em Évora de 1.000 em 1575 cresciam a 1.600 em 1592, e em Coimbra os estudantes que frequentavam o Colégio das Artes regulavam por 1.000 em 1558 e em 1594 por 2.000! (Franca, 1952)

Em geral, o plano de estudos, elaborado em Messina e desenvolvido no Colégio Romano, *constituíra uma primeira norma orientadora das novas fundações* (Franca, 1952, p.15). Todavia, a diversidade dos costumes regionais e a variedade de homens não tardaram em introduzir-lhes alterações, houve numerosos problemas de organização e governo a serem resolvidos, as visitas de Comissários Gerais, *diríamos, hoje, de*

inspetores de ensino, não conseguiram manter a uniformidade de estrutura e desenvolver a eficiência da obra educativa da Ordem. P. Nadal, em 1552 e por mais 15 anos, desincumbiu-se desta tarefa.

Como todo homem ativo e organizador, Inácio observava e arquivava cuidadosamente as lições dos fatos. A oração, a razão e a experiência, diz Polanco, eram as três fontes principais em que se inspiravam as suas decisões. Um fato, apenas, entre muitos outros que revelam o critério prudente do santo. Tratava-se da fundação de um colégio em Ingolstadt. Inácio envia as instruções relativas a aulas, professores, relações com a cidade etc., mas logo acrescenta: “Achando-se aí Canísio, pela sua experiência e ofício procedam na organização das aulas como ele julgar conveniente. Autorizado nesta preposição, das instruções que seguem se poderá omitir ou mudar o que lhe parecer”. (Franca, 1952, p. 40)

A pedagogia codificada era a pedagogia vivida. Experiência pessoal, ampla e prolongada, enriquecida ainda pela experiência de outros professores, assim, neste espírito formou-se a orientação pedagógica da Companhia de Jesus. O plano de estudos da Ordem demorou mais de meio século para ser promulgado. Só em 1581, o novo Geral eleito, Acquaviva⁴⁷, empreendeu a Reforma dos estudos, organizou e promulgou um só código de ensino para toda a Companhia com a colaboração de seis padres – uma primeira Comissão nomeada de doze Padres, competentes na prática de ensino, não conseguiu apaziguar a controvérsia em torno do programa de estudos e não concluiu o trabalho.

A experiência das diversas casas de educação, fundadas em várias nações, as utilidades e os inconvenientes dos programas até ali postos em prática, conservando o que parecia bom dos métodos usados, cortando e acrescentando regras, visando sempre às Constituições de Santo Inácio, como lei fundamental da Companhia de Jesus, sintetizou-se num projeto de estudos, em agosto de 1585. Esclarece Franca (1952) que a primeira redação do Ratio aproveitou um imenso material pedagógico acumulado em dezenas de anos, críticas dos melhores pedagogos de todas as províncias européias da Ordem; a segunda redação, nova remessa às províncias que a submeteram à prova da vida real dos colégios.

⁴⁷ Inácio de Loyola “a 19 de abril de 1541 começou a governar a Companhia como Geral, ou Preposito Geral, eleito por votação unanime de seus companheiros. (...) Depois da morte de Sancto Ignacio, governou” Diogo Laynez “a Companhia”, de 1558 a 1565, “como Vigario até ser elle eleito Geral na 1ª Congregação a 2 de julho de 1558, pelos vogaes que de todas as Provincias da Europa se reuniram em Roma. N’esta Congregação geral foram definitivamente approvadas as Constituições ou Codigo de leis, exaradas pelo Fundador para ser por ellas dirigida a multiplice actividade da sua Ordem.” Francisco Borja foi Vigário Geral e, depois Geral, de 1565 a 1572. João Polanco, Vigario Geral de 1572 a 1573. Everaldo Mercuriano, Geral de 1573 a 1580. Oliverio Manare, Geral de 1580 a 1581. Claudio Acquaviva, “eleito Geral aos 37 annos de idade, regeu a Companhia durante 34 annos”, de 1581 a 1615, “no meio de grandes dificuldades e contradicções internas e extenas, com a prudencia, perspicacia e firmeza dos homens superiores”. (Madureira, 1927, p. 341- 342)

Com principios tão geraes, previa certamente o Fundador a dura e triste experiencia por que teriam de passar os Collegios quanto aos methodos de ensino. Mas seu bom senso comprehendeu que, legislando para Collegios de todo o mundo, era mais sábio pedir conselho á pratica e deixar que uma séria discussão e a experiencia elaborassem um methodo definitivo sobre o ensino nos Collegios. Ficaria confiada a redacção desse programa de ensino a um de seus successores no Generalato. Entretanto, cada collegio devia fixar um *plano provisorio*, segundo o modelo do Collegio Romano, como este já havia feito, servindo-se dos methodos experimentados em Messina. Para base do systema, traçou, com Penna de mestre, a IV parte das Constituições. Não foi esteril essa recommendação do Fundador. Puzeram os Collegios mãos á obra e esboçaram regulamentos sobre os livros dos auctores classicos, os horarios, os methodos, a disciplina, etc. Todos esses programas foram depois colleccionados e publicados, ultimamente, com o título de: "*Monumenta Paedagogica*" anteriores ao anno de 1586. (Madureira, 1927, p. 363-354)

Novos exames e remodelações do *Ratio*, em 1591, antes da última sanção, *quiz ainda Acquaviva pôl-o á prova*. Mandou o esboço do documento às Províncias e ordenou aos *Provinciaes que, dentro de tres annos, lhe mandassem a nota das modificações que julgassem convenientes e que em Roma seriam tomadas em conta para a Redacção final* (Madureira, 1927, p. 369). Não faltaram observações. Em 1598 foi impresso o *Ratio Studiorum* em Nápoles e promulgado em 1599: uma circular comunicava a todas as províncias a edição definitiva do *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu* (Franca, 1952, p. 22).

O *Ratio*, programa oficial de ensino, adaptado às formas pedagógicas em uso, após madura experiência, foi dividido este em três períodos: Curso de letras humanas, - Curso de Filosofia e ciências, chamado também de Curso de Artes, - Curso de Teologia e Ciências Sagradas. No curso de letras humanas – a gramática, as humanidades, a retórica, a história, as línguas latina, grega, hebraica, o chaldeu, o árabe, as línguas indianas e quantas pudessem ser proveitosas à evangelização; no curso de Artes, a filosofia, a matemática e as ciências naturais; no de Teologia, a escolástica (dogmática e moral), a positiva, a Sagrada Escritura e o direito canônico, menos a parte de foro contencioso.

Entretanto, o *Ratio* de 1599, com a mira na unidade do ensino e educação juvenil, formou o curso de letras com a Gramática, Humanidades e Retórica, além do estudo direto das duas línguas grega e latina, deixando ao professor o encargo de ir dando simultaneamente aos discípulos os demais conhecimentos, úteis e necessários, e reservando o hebraico para o tempo da teologia. O curso de *letras* foi dividido em tres classes: *Gramática, Humanidades, Retórica*. Esta divisão era tão rigorosamente mantida que, ao Provincial e ao Prefeito dos estudos, recomendava-se que não a multiplicassem,

podendo, porém, em caso de afluência de alunos, reparti-la em várias seções ou turmas. *Quanto á instrucção religiosa, caminha ella pari passu com as matérias do programma dos estudos. Não se deve confundir a instrucção religiosa, - o ensino da religião, - com a educação religiosa e os exercícos praticos da religião.* A estes dá o *Ratio* importância indiscutível (Madureira, 1927, p. 397- 398).

Todo código de educação espelha necessariamente a fisionomia da época em que nasceu. Educar não é formar um homem abstrato intemporal, é preparar o homem concreto para viver no cenário deste mundo. As mudanças profundas neste cenário, acentuando novas exigências e focalizando novos ideais, refletem-se nos métodos e nos programas destinados a preparar as gerações que sobem para as necessidades imperiosas da vida. Formulado na segunda metade do século XVI, o *Ratio Studiorum* traz indelével o cunho do Renascimento. (Franca, 1952, p. 75)

Ainda,

o *Ratio* em latim destinava-se, exclusivamente, aos directores e professores, aos quaes este idioma era familiar e cujo texto original necessariamente interessava mais e era preferido a qualquer tradução. (Madureira, 1927, p. 383)

De fato, o Ratio não é um tratado de pedagogia, não expõe sistemas nem discute princípios (Franca, 1952, p. 43). Com finalidade, eminentemente, prática, *preconiza métodos de ensino e orienta o professor na organização de sua aula, reconstrói linhas mestras de uma pedagogia, que, além do Ratio, tem outrossim – convém lembrá-lo – a sua expressão em outros documentos* (p. 44).

Convém ter diante dos olhos um índice do Ratio, exatamente como se figura e com a numeração das páginas entre parênteses, conforme reproduz Franca (1952, p. 45), apenas para saber dos assuntos que regulamenta:

O MÉTODO PEDAGÓGICO DOS JESUITAS

I –

- A. Regras do Provincial (1-40)
- B. Regras do Reitor (1-24)
- C. Regras do Prefeito de estudos superiores (1-30)

II –

- D. Regras comuns a todos os professores das Faculdades superiores (1-20)
- E. Regras particulares dos Professores das Faculdades Superiores
 - Ea – Professor de Escritura (1-20)
 - Eb – Professor de hebreu (1-5)
 - Ec – Professor de teologia (1-4)
 - Ed – Professor de teologia moral (1-10)

F. Regras dos Professores de Filosofia

Fa – Professor de Filosofia (1-20)
Fb – Professor de Filosofia moral (1-4)
Fc – Professor de Matemática (1-3)

III -

G. Regras do Prefeito de Estudos inferiores (1-50)
H. Regras dos exames escritos (1-16)
I. Normas para a distribuição de prêmios (1-13)
J. Regras comuns aos professores das classes inferiores (1-30)
L. Regras particulares dos Professores das classes inferiores
La – Retórica (1-20)
Lb – Humanidades (1-10)
Lc – Gramática superior (1-10)
Ld – Gramática média (1-10)
Le – Gramática inferior (1-9)

IV –

M. Regras dos estudantes da Companhia (1-11)
N. Regras dos que repetem a teologia (1-4)
O. Regras do bedel (1-7)
P. Regras dos estudantes externos (1-15)
Q. Regras das academias
Qa – Regras gerais (1-12)
Qb – Regras do Prefeito (1-5)
Qc – Academia de teologia e filosofia (1-11)
Qd – Regras do prefeito desta academia (1-4)
Qe – Academia de Retórica e Humanidades ((1-7)
Qf – Academia dos Gramáticos (1-8)

Para melhor entendimento das figuras dos Colégios, útil é descrever que a Companhia de Jesus era dividida em Províncias ou Circunscrições territoriais, que compreendiam várias casas e colégios da Ordem – como já abordado em Capítulo anterior. No que se refere às regras do método pedagógico, o Provincial ficava à frente de cada Província, e era responsável em nomear o Prefeito de Estudos e o Prefeito de Disciplina. Cabia ao Provincial *exercer alta vigilância sobre a observância exata das normas traçadas pelo Ratio e propor ao Geral as modificações sugeridas pelas circunstâncias de tempo e lugar, peculiares à sua província* (Franca, 1952, p. 46).

A autoridade no Colégio, depois do Provincial, era exercida pelo *Reitor*, que distribuía ofícios, convocava e dirigia as reuniões dos professores, e demais solenidades, e garantia a disciplina na observância das regras. O *Prefeito de Estudos* era o orientador pedagógico, o homem de doutrina que acompanhava de perto a execução do programa e dos regulamentos, visitava periodicamente as aulas, acompanhava de perto toda a vida escolar e sua continuidade no tempo. O *Prefeito principal*, e mais um auxiliar deste, o *Prefeito dos estudos inferiores* - ou mais, se o número de alunos exigisse, o *prefeito de disciplina* - auxiliavam o Prefeito de Estudos quando se

concentravam grandes estabelecimentos: *Faculdades Superiores e cursos de humanidades*. Ao Professor cabia a formação dos jovens:

Aos jovens confiados à educação da Companhia forme o Professor de modo que aprendam, com as letras, também os costumes dignos de um cristão. Concentre de modo especial a sua intenção, tanto nas aulas quando se oferecer o ensejo como fora delas, em moldar a alma plástica da juventude no serviço e no amor de Deus, bem como nas virtudes com que lhe devemos agradar. De modo particular observe o seguinte: oração antes da aula (...); nas classes de gramática principalmente e, se for mister, também nas outras, aprenda-se e recite-se de cor a doutrina cristã (...); haja também às sextas-feiras ou aos sábados, por meia hora, uma exortação espiritual ou explicação da doutrina (...); nas conversas particulares inculque também as práticas de piedade, de modo, porém, que não pareça querer aliciar alguém a entrar na nossa Ordem (...). (Franca, 1952, p. 181- 182)

A Metodologia é a parte mais interessante e mais desenvolvida do Ratio (p. 56), que tem como alvo levar o aluno a exprimir-se de maneira irrepreensível na linguagem de Cícero, subordinando os currículos: a gramática visa a expressão clara e correta; as humanidades, a expressão bela e elegante, a retórica, a expressão enérgica e convincente. Para a transmissão de conhecimentos, os processos didáticos adotados asseguravam o êxito do esforço educativo: tradição pedagógica da Ordem, estímulos pedagógicos em ação, espontaneidade indispensável ao trabalho delicado de formação das almas, ampla liberdade de opção adaptada à diversidade dos dons e à variedade das circunstâncias; largos poderes de iniciativa conferidos ao Mestre (p. 57) - embora Franca (1952, p 119) cite que, no Método Pedagógico dos Jesuítas, os professores e todos os escolásticos, tanto os que se acham no mesmo Colégio quanto os que porventura vivam em internatos ou seminários de alunos deveriam obedecer ao Prefeito Geral dos Estudos, com a devida humildade.

Ainda, as representações escolares eram, ao lado da instrução que desenvolvia a inteligência, o complemento recreativo incorporado à pedagogia jesuítica, pois visavam à formação cívica, moral e religiosa da juventude, além do papel importante que o teatro desempenhava na época. A Companhia de Jesus objetivava tirar o melhor partido possível de seus membros, pelo estudo que fazem os superiores das qualidades pessoais, das habilidades, inclinações e tendências de cada um, empregando-o naquele ofício que melhor lhe quadra. Ora, esse aproveitamento tão adequado dos indivíduos supõe o conhecimento e este o estudo dos que a Companhia aceita, educa e utiliza para a glória de Deus (Madureira, 1927, p. 386).

Se, de fato, os métodos punitivos não eram tidos em grande estima, é porque os jesuítas acordavam o sentimento de honra dos jovens alunos. A *Emulação* constitui no seu sistema uma das forças psicológicas mais ativas e eficientes. Os meninos experimentavam-lhes a cada passo os estímulos poderosos. (...) Os prêmios eram outro incentivo poderoso à emulação fecunda. (Franca, 1952, p. 64)

Sobre o assunto do *castigo corporal*, encontra-se em Madureira (1927, p. 577) passagens do *Chronicon* do Padre Polanco: *em Modena, o annalista do Collegio diz que, em 1553, os alumnos não faziam os progressos desejados, entre outros motivos, por falta de um corrector. Em Ferrara, por falta de um corrector, os professores não eram respeitados e obedecidos (...). São tempos em que difficilmente se concebia que pudesse funcionar normalmente qualquer collegio sem os bons officios de um corrector.*

Quanto ao sistema didático, o centro de gravidade do *Ratio* era a preleção – *prelectio* –

é uma lição antecipada, uma explicação do que o aluno deverá estudar. Seus métodos e aplicações variam com o nível intelectual dos estudantes. Nas classes elementares de gramática, após a leitura e o resumo do texto, o professor explica, resolve as dificuldades relativas ao vocabulário, à propriedade dos termos, ao sentido das metáforas, à gramática, à ordem e conexão das palavras. Mais tarde, à medida que as classes se aproximam da retórica, às questões da gramática elementar se sucedem as relativas à sintaxe, ao estilo, à arte de composição. Mais do que com as palavras ocupava-se o mestre com as idéias e sua expressão. O trecho estudado em confronto com trechos análogos do mesmo ou de outro autor. Para sua melhor compreensão subministravam-se os conhecimentos das *realia* indispensáveis. É o que o *Ratio* chama erudito (conhecimentos positivos). Sob este nome compreendem-se as noções de história, geografia, mitologia, etnologia, arqueologia e instituições da antiguidade greco-romana que podem elucidar o sentido do trecho analisado. A razão de ser, porém, da *eruditio* não é tanto aumentar a soma de conhecimentos quanto introduzir o aluno numa compreensão perfeita do autor. A preleção, na sua finalidade, é menos informativa do que formativa; não visava comunicar fatos mas desenvolver e ativar o espírito. (Franca, 1952, p. 57)

Um modelo - uma carta, uma descrição, um discurso - era estudado, vivamente, *Imitatio est anima prelectionis*, e o aluno esforçava-se por assimilá-lo e reproduzi-lo – ao trabalho do professor segue-se o do aluno. As idéias eram focalizadas e ordenadas; as palavras, frases, períodos eram escolhidos e articulados; os argumentos eram dispostos, numa tentativa fecunda de rivalizar com o modelo entrevisto (Franca, 1952, p. 58). O fim prático era a assimilação e realização da *síntese viva de tudo o que se aprende: regras de gramática, normas de estilística, conhecimentos positivos*. Também a

memória era exercitada, por meio do trabalho intelectual, mirando o enriquecimento do vocabulário e a formação estética do ouvido literário.

Os conhecimentos são adquiridos por meio da exercitação de modelos ou *auctoritates*, autoridades, cuja repetição, feita na forma de exemplos, acontece como treinamento constante da ação e para a ação. Os mesmos processos intelectuais e técnicos são generalizados para todos os cursos, divididos em *Estudos Inferiores*, gramática, humanidades e retórica, e *Faculdades Superiores*, filosofia e teologia. Ao todo, o currículo ordenado pelo *Ratio Studiorum* tem doze classes. A aprendizagem das matérias é graduada, considerando-se a idade dos alunos e o nível dos cursos. Desde a classe inferior de gramática, os alunos aprendem as cerimônias e os ritos cristãos, que são sistematizados doutrinária e teoricamente nos cursos de artes, ou filosofia, e teologia. (Hansen, 2001, p. 18)

Conforme contempla Madureira (1927, p. 413), *por mais sublime que fosse o ideal pedagógico, (...) por mais sabio que fosse o Código escolar do Ratio Studiorum*, tudo dependia do professor. E a Companhia se preocupava em formá-los, desde o seu ingresso até o Professorado definitivo, passando por fases, com duração de 17 anos ou mais: dois anos de educação ascética no Noviciado; dois anos de estudos litterarios no Juniorado; três anos de *Philosophia e de ciencias auxiliares*; quatro ou cinco anos de *exercicios pedagogicos praticos nos Collegios* (Magisterio inicial); quatro anos de *theologia e ciencias ecclesiasticas*; dois anos de *preparação para o ensino de Philosophia ou Theologia, Direito Cannonico, S. Escriptura ou linguas orientaes*; um ano de *escola de ministerios apostolicos e de estudo do Instituto da Companhia, com um mez inteiro de exercicios espirituales, como preparação para a solene profissão dos votos* (p. 414).

Dessa maneira, o programa de ensino da Companhia, formalizado na primeira edição do *Ratio studiorum*, de 1599, prescreveu a educação homogênea dos sacerdotes, e as várias disciplinas que *adestram a memória, a vontade e a inteligência do padre para moldá-lo como tipo apto a desempenhar os interesses da Companhia de Jesus, da Igreja e da Coroa nas coisas do grande teatro do mundo* (Hansen, 1997, p. 28).

Objetivo dos estudos da Companhia – Como um dos ministérios mais importantes da nossa Companhia é ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso (...). (Franca, 1952, p. 119)

Procuravam, os jesuítas, criar uma nova era, mas em muitos colégios a realidade era outra. Frequentemente, moços inexperientes e sem nenhuma formação pedagógica exerciam as funções de Professores e Prefeitos (Madureira, 1927, p. 584).

Segundo Hansen (2001, p. 28), *a partir do século XVI e ainda no XVII, passaram a ser recrutados nos grupos comerciantes, entre oficiais mecânicos e plebeus*, os missionários necessários para a conversão do gentio no Brasil. Além disso, também como decorrência imediata dos votos de pobreza dos anos iniciais da Companhia, parecia aos superiores da mesma que não seriam necessários estudos ou lições. Irmãos leigos não significavam ignorância nesse tempo de *formas orais de transmissão de saberes cuja primeira codificação é a escrita, como o direito canônico ensinado em Coimbra, a poesia e a prosa latinas, a filosofia aristotélico-escolástica que implicavam outra definição e ordenação do tempo, da memória e dos signos*.

Afinal, considerando a depravação dos costumes nas colônias, os bons exemplos de moralidade católica e vida virtuosa na Ordem bastavam para os Soldados de Cristo – *Cá nom sam necessarias letras mais que para entre os christãos nossos, porem virtude e zelo da honra de Nosso Senhor hé cá muy necessario* (Carta de Nóbrega ao Pe. Simão Rodrigues em 1549, in: Serafim Leite, 1954, I, p.114), ainda, *acá pocas letras bastam, porque es todo papel blanco y no ay más que escribir a plazer, empero la virtud es muy necessaria y el zelo q'estas criaturas conozcan a su Criador, y a Jesu Christo su Redemptor* (Carta de Nóbrega ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro em 1549, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 142).

4.3 AS CARTAS DE NÓBREGA

Como foi visto, o modo de funcionamento da Companhia repousava sobre uma vasta rede de correspondências e para governar, o geral e os assistentes precisavam de informações e recomendavam a redação de longas cartas dando conta da ação dos missionários. Os conhecimentos sobre a região, suas riquezas, suas condições de navegação, permitiram aos jesuítas estabelecer uma estratégia de implantação, adaptando seu modo de vida às necessidades locais.

Mal os jesuítas chegaram ao Brasil e

as primeiras cartas de Nóbrega do ano de 1549, depois de lidas em Portugal, já estavam em Roma no fim desse mesmo ano, e logo começou a sua distribuição pelas Casas e Colégios europeus, não tardando a seguir o rumo do mar até Goa e dali até os confins do mundo oriental, que os navios portugueses acabavam de pôr em contacto directo com Lisboa e o Ocidente. (Serafim Leite, 1954, I, p. 53)

Em carta ao P. Simão Rodrigues, Nóbrega dá conta da chegada, na primeira carta, escreve da primeira missa, da escola de ler e escrever, do ensinamento da doutrina, da gente que não tem ídolos e que tem desejos de aprender, das primeiras determinações a respeito do aprendizado da língua e que mandou Pe. Leonardo Nunez *aos Ilheos e Porto Seguro*. Também fala mal dos sacerdotes que encontrou no Brasil:

A graça e amor de N. Senhor Jesu Christo seja sempre em nosso favor e ajuda. Amen.

Somente darey conta a V.R. de nossa chegada a esta terra, e do que nella fizemos e esperamos fazer em ho Senhor Nosso, deixando os fervores de nossa prospera viagem aos Irmãos que mais em particular a notaram.

Chegamos a esta Baya a 29 dias do mês de Março de 1549. Andamos na viagem oito somanas. Achamos terra de paz e quarenta ou cinquenta moradores na povoação que antes era. Receberam-nos com grande alegria; e achamos huma maneira de igreja, junto da qual logo nos apouentamos hos Padres e Irmãos em humas casas a par della, (...).

Ho primeiro domindo dissems missa foy a 4^a dominga da Quadragessima. Disse eu missa cedo e todos os Padres e Irmãos confirmamos os votos (...).

Eu prego ao Governador e à sua gente na nova cidade que se começa, e o Pe. Navarro à gente da terra. (...)

Ho Irmão Vicente Rijo insina ha doutrina aos mininos cada dia, e também tem escola de ler e escrever; parece-me bom este trazer hos Indios desta terra, hos quaes tem grandes desejos de aprender e, preguntados se querem, mostraõ grandes desejos.

Desta maneira ir-lhe-ey insinando as orações e doutrinando-os na fé até serem habiles para o baptismo. (...)

Hé gente que nenhum conhecimento tem de Deus, nem ídolos, fazem tudo quanto lhe dizem. Trabalhamos de saber a lingua delles e nisto ho Pe. Navarro leva vantagem a todos. Temos determinado ir viver com as Aldeas como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com elles a lingoa, e i-los doutrinando pouco a pouco.

Também achamos hum principal delles já christão baptizado (...). (...)

Parece-me que nom podemos deixar de dar a roupa que truxemos a estes que querem ser christãos, repartindo-lha até ficarmos todos iguaes com elles, (...).

Certo ho Senhor quer ser conhecido destas gentes e comunicar com elles hos thesouros dos merecimentos da sua paixão, (...). Cá nom Sam necessárias letras mais que para entre os christãos nossos, porem virtude e zelo da honrra de Nosso Senhor hé cá muy necessario.

Ho Pe. Leonardo Nunez mando aos Ilheos e Porto Seguro a confessar aquella gente (...). Elle escreverá a V. R. de lá largo. Leva por companheiro a Diogo Jacome para insinar a doutrina aos mininos, (...). (...)

Dos sacerdotes ouço cousas feas. Parece-me que devia V. R. de lembrar a S. A. hum vigario geral, porque sey que mais moverá ho temor da justiça [que ho] amor do Senhor. (...)

A terra cá achamo-la boa e sam. Todos estamos de saude, (...).

Crie V. R. muitos filhos para cá que todos são necessários. (...) Muito há de dizer desta terra, mas deixo-o ao commento dos charissimos Irmãos.

Ho Governador hé escolhido de Deus para isto, faz tudo com muito tento e siso. (...)

Tu autem, Pater, ora pro omnibus et presertium pro filiis quos enutristi. Lance-nos a todos a benção de Christo Jesu dulcissimo.

Desta Baya, 1549.

Dando conta de várias interpretações das cartas jesuíticas, reportamo-nos, então, a Hansen (1995, p. 92) que analisa a Carta Jesuítica do século XVI, quanto à forma do discurso. O procedimento do discurso, nas cartas jesuíticas é familiar, quando trata de matéria de informação, específicos da carta e, ao mesmo tempo, conceituado de epístola, quando mesclados com elementos doxológicos ou teórico-doutrinários, formando uma espécie de gênero misto.

As cartas de Nóbrega abrem-se todas com uma *salutatio*, ou saudação breve, e, *como um diálogo, a carta formaliza o destinador e o destinatário segundo as adequações hierárquicas da Companhia e do Império*. Autorizado a escrever, o *eu da enunciação*, sempre atualizado *em diversos cargos e posições* do destinatário - Provincial, Geral, Secretário, Irmãos, nos negócios internos da Ordem; ou Rei e nobres, nos negócios relativos ao padroado - *põe em cena os códigos institucionais portugueses*.

Nesta carta ao P. Inácio de Loyola, Roma, de S. Vicente a 25 de Março de 1555, além de se observar a abertura da carta – *salutatio* – e a formalização do destinador e destinatário em diálogo, é interessante notar, no conteúdo da carta, que Nóbrega escreve sem saber do falecimento de Leonardo Nunes *num naufrágio a 30 de Junho de 1554* (Serafim Leite, 1954, II, p. 166). *Ainda se desconhecia em S. Vicente, como testemunha esta carta*, porque a circulação da correspondência era demorada. Também, nota-se a menção dada à grande empresa e poucos soldados hábeis para a grande conquista espiritual no Brasil:

+
IHS

La suma gratia de Christo nuestro señor sea siempre en nuestro continuo favor. Amen.

El año pasado de 1554 después de partido el P. Leonardo vinieron dos navios a este S. Vicente, onde ha dos años que resido, por los quales recebi una de V. P. escrita por dos vias, con la qual exultavit spiritus meus in Deo salutari meo, porque la charidad paternal que en ella conoscimos erat oleum effusum in cordibus nostris. En ella dava facultad y me mandava hazer mi tsn desseada profissión, de mi tan merescida, y de que siempre me reputé indigno, sed Dominus fecit mihi magna, qui potens est de lapide isto suscitare unum filium Abrahae. Mas no la e hecho hasta el presente por no aver persona en cuyas manos la haga. Esperamos aqui por el Obispo, y si no viniere yrloé yo a buscar a la Baía o donde estuviere.

Y porque de las cosas desta tierra V. P. será informado por el P. Leonardo Nunez, que para este effecto de quá mande el año passado, y por las más cartas que assí desta Capitania de S. Vicente como de las otras yrán, no me resta a mi dezir outra cosa, sino avisar a V. O. que tiene aquí mucha

obra esperando por la Compañia, de generationes sin cuento, muy aparejadas para todo bien, porque en tanto guardan la ley natural, que creo que a muchas poco más falta que conocer a Christo N. Señor. Empero yo hasta agora no ozo acometer tan grande empresa, quia hominen non habeo, ni tiene la Compañia acá hasta el presente soldados para tan grande conquista, porque los Hermanos que acá ay no son para más, que para se conversar juntos, en um cuerpo y aún con trabajo; y si se dividieren, como es necessario para hazer bien nuestro officio, algunos se perderán y Christo nuestro señor perderá su glória y la Compañia disminuirá su crédito. (...)

Em outra carta, para Padres e Irmãos, o destinador das cartas, Nóbrega, é menos formal: há saudação breve. E a intenção é descrever, em detalhes, a grandeza, o clima, a fertilidade e a abundância do Brasil:

La información que de aquestas partes del Brasil os puedo dar, Padres Y Hermanos charíssimos, es que tiene esta tierra mil leguas de costa toda poblada de gente, que anda desnuda assi mugeres, como hombres, tirando algunas partes muy lexos donde estoy, adonde las mugeres andam al traje de gitanas con paños de algodón, por la tierra ser más fría que esta, la qual aquí es muy templada. De tal maneira que el invierno no es frío, ni caliente, y el verano aunque sea más caliente, bien se puede sufrir; empero es tierra húmida, por las muchas águas, que llueve en todo tiempo a menudo. Por lo qual los arboledos e las yervas están siempre verdes, y por aquesto es la tierra muy fresca. En partes es muy áspera, por los montes y matos que siempre están verdes. Ay en ella diversas frutas, que comen los de la tierra, aunque no Sean tan buenas como las de allá, las quales también creo se darián acá, si se plantassem. Porque veo darse parras, uvas, y aún dos vezes en el año; empero son pocas, por causa das hormigas, que hazen mucho daño assí en esto, como en otras cosas. Cidras, naranjas, limones danse en mucha abundancia.; y higos tan buenos como los de allá. El mantenimiento común de la tierra es uma raíz de palo, que llamam mandioca, del qual hazen uma harina, de que comemos todos. Y da también millo, el qual mezclado con la harina haze un pan, que escusa lo de trigo. Ay mucho pescado; y también mucha caça de matos, y gansos que crían los Indios. Bueys, vacas, ovejas, cabras y gallinhas se Dan también en la tierra, y ay dellos mucha copia. (...)

Informação das Terras do Brasil de Manuel da Nóbrega aos Padres e Irmãos de Coimbra, da Baía Agosto ? de 1549, in: Serafim Leite, 1954, p. 145.

Outra abertura de carta – *salutatio* -, esta é ao Rei D. João III:

Há graça e amor de Christo Noso Senhor seja com V. Alteza sempre. Amen.

Logo que a esta Capitania de Duarte Coelho achegamos outro Padre e eu, escrevi a V. A. dando-lhe alguma enformação das coussas desta terra, e por ser novo nesta Capitania e nam ter tanta experiência dela me fiquaram por escrever algumas coussas que nesta surpirei. Nesta Capitania se vivia muito seguramente nos peccados de todo ho genero e tinhão ho pecar por lei e costume, hos mais ou quase todos nam comungavão e ha absolvição sacramental há recebiam perseverando em seus peccados. Hos eclesiasticos que achei, que são cinco ou seis, viviam a mesma vida e com mais escandalo, e alguns apostatas; e por todos asi viverem nam se estranha pecar.

(...) Carta de Manuel da Nóbrega a D. João III Rei de Portugal, de Olinda [Pernambuco] 14 de Setembro de 1551, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 289. .

Em carta ao P. Luís Gonçalves da Câmara, antigo Reitor do Colégio de Coimbra, nota-se a abertura da carta – *salutatio* – diferenciada e a temática da consolação recebida por carta:

+
Jesús

Pax Christi.

Este año de 53 véspera de Pascha llegó um navio a este S. Vicente en que venían cartas para el Pe. Leonardo Núñez y para los Hermanos y algunas para mym. Entre ellas venía uma de V. R. con la qual fuí muy consolado y por ventura más con ninguna outra que en estas partes uviesse de allá recebido, viniendo en ella cosas que parecian que devian mucho intristicer y hazer llorar mucho um corazón aún tan duro como el mio. Pater, non est discipulus super magistrum. (...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Luís Gonçalves da Câmara, Lisboa, de S. Vicente, 15 de Junho de 1553, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 489.

Observa-se a abertura da carta – *salutatio* - ao P. Diego Laynes e o modo de proceder de Nóbrega:

+
Jesús

La suma gratia y amor de Jesú Christo N. Senhor sea siempre en nuestro continuo favor. Amén.

El modo de proceder el tiempo que yo fui Provincial en esta Provincia del Brasil, se haa cariado de muchas maneras quanto a su gobierno, porque yo seguía um camino y duespués, por cartas y avisos que tuve de Portugal, y mucho más después de la venida del P. Luís de Grãa, por su consejo caminava por outro emn algunas cosas y en otras dudava y las communicava a Portugal, y dava la información que avía , y respondiame assí de Roma como de Portugal y aquel caminho seguía después. (...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Diego Laynes, Roma, de S. Vicente 12 de Junho de 1561, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 354.

Na abertura da carta – *salutatio* – a Tomé de Sousa, nota-se o pronome de tratamento *Vossa Mercê*. O assunto do início dessa carta é a consolação no envio e recebimento da correspondência. Sente-se indigno, não merecedor da comunicação:

+
Jesús

A pax e amor de Christo N. Senhor seja sempre em seu continuo favor e ajuda. Amen.

Rezão hé que, pois Vossa Mercê, por sua boa condição, se tanto communica comigo tam yndigno, e me dá conta con tanto amor de sy, de seus gostos e desgostos, por suas cartas, polas quais N. Senhor me muyto consola, que eu também não deixe cousa de consolação ou desconolação de que não dê parte. E, se for mais largo e prolixo do necessário, V. M. o atribua hà charidade com que ho amo, ha qual está muyt desejosa de se dilatar por carta, pois mais nam pode, sendo certo que ha muyta que em V. M. há, terá paciencia e folgará de ter carta prolixa, aynda que nisso se perqua algum tempo. (...) Carta de Manuel da Nóbrega a Tome de Sousa, Antigo Governador do Brasil, Lisboa, da Baía 5 de julho de 1559, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 67.

Nas cartas, geralmente, apresenta-se uma *mistura de matérias, sem unidade pela disposição variada dos temas e tempos dos assuntos tratados, a mistura recebe a unificação prescrita de um imenso sistema de interpretação* (Hansen, 1995, p. 99). Na mescla de assuntos, predominam os temas *negitiales*, mas ao mesmo tempo em que pede algo para solucionar e *evitar o mal* relata assuntos da terra. A falta de unidade temática e a *inépcia aparente da escrita* são justificadas *pela necessidade de se aproveitarem todas as ocasiões para o fornecimento de informações abundantes numa correspondência* que eram trocadas em intervalos longos e dependiam de improváveis chegadas e partidas de navios. Observe a abertura:

A paz e amor de Christo de nós há, escreverei a V^a. R^a. E a nosos dilectissimos Padres e Irmãos pera que, como verdadeiros dilectissimos Padres e irmãos pera que, como verdadeiros membros, se alegrem no Senhor connosco de nossa consolação e se compadeção também connosco de nossas tristezas e trabalhos.

Pelos derradeiros navios, que desta Bahia partirão ho anno passado, escrevi largo do que até àquele tempo passava, agora direy o que depois succedeo. E espanta-sse V. R. e meus Irmãos como tenho entendimento, nem mãos pera o fazer, por a desconolação que caa temos de não poderemos ter resposta das muytas cartas que são escritas, porque as que trazia este navio de João Gomez nam nos derão, porque o principal maço em que devião de vir se perdeo ou alguém as tomou, de maneira que não vierão a nossa mão; as que trazia o navio de Domingos Leitão tão pouco, porque o navio não aportou caa. Ha amrmada d'El-Rey, que esperamos, já tarda tanto que não se espera este anno, e por isso não poderey contar as cousas com todas suas circunstancias, mas contentar-me-ei com as dizer de qualquer maneira que poder. (...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres e Irmãos de Portugal, da Baía 5 de Julho de 1559, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 49).

Para se verificar *disposição variada dos temas*, carta de Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa, da *Baía 10 de Julho de 1552*: primeiramente, relata a chegada do Bispo

Huma recebi de Francisco Amriquez escripta por mandado de V. R. Alegrou-nos muito com as novas que dos irmãos soubemos.

Bespora da bespora de São João achegou ho Bispo a esta Baya con toda a nao e gente de saude, posto que trouxerão proluxa viagem, e quá

parecia a todos que não viria, de que a cidade hera muito triste, e muito tememos querer N. Senhor castigar os peccados desta terra com não-la trazer. Sed tristia nostra versa est in gradium, com ha trazer com tanto trabalho, que, como todos dizem, foi muito obra de N. Senhor. Ho Bispo veo pousar comnosco, até que lhe mercarão humas boas casas em que agora está. (...)

Pregou dia se S. Pedro e S. Paulo com muita edificação, com que muito ganhou os coraçõis de suas ovelhas. Eu trabalhei sempre por lhe obedecer em tudo, e elle não mandará cousa que perjuduque a nosso Instituto e bem da Comapnhia.

Ho Bispo detremina ocupar-nos na visitação das Capitánias, e agora neste navio encarrega ao Pe. Antonio Pirez, que está em Pernambuco, até elle hir, visitar. (...)

Depois, escreve sobre os colégios:

Este Collegio dos Meninos de Jesu vai em muito crescimento e fazem muito fructo, porque andão pellas Aldeias com pregaçõis e cantigas de Nosso Senhor polla lingoa que muito alvoraça a todos, do que largamente se escreverá por outra via. Ho mantimento e vestiaría que nos El-Rei dá todo lho damos a elles, e nós vivemos de esmolas e comemos pollas casas com os criados desta gente principal, ho que fazemos por que se não escandalizem de fazeremos roças e termos escravos, e pera saberem que tudo hé dos meninos. Ho Governador ordenou de dar a dez que viemos de Portugal hum crusado de ferro cada mes pera a mantença de cada hum e sinquo mil e seissentos reis pera vestir cada anno, (...). (...)

Continua escrevendo sobre os meninos da terra, *a primeira demonstração do Clero indígena no Brasil*, quer mandá-los a Portugal para a complementação dos estudos deles e, também, para demonstrar o fruto do trabalho a *El-Rey*. Nóbrega acreditava num intercâmbio de *ajuda* para o crescimento da Companhia de Jesus. Mas, Serafim Leite (1954, I, p. 353) assevera em nota de rodapé que *as circunstâncias mostraram-se logo adversas, tanto com o afastamento de Portugal do P. Simão Rodrigues, como com a atitude de D. Pedro Fernandes que se revelou menos favorável à criação dos Meninos*:

Eu tinha dous meninos da terra pera mandar a V. R., os quais serão muito pera a Companhia. Sabem bem ler e escrever e cantar, e são quá pregadores, e não há quá mais que aprender; e mandava-os pera aprenderem lá virtudes hum anno e algum pouquo de latim, pera se ordenarem como tiverem idade e folgara El-Rey muito de os ver por serem primitias desta terra. E, por não ter embarcassão boa e ser tarde e andarem os franceses, os não mandão este anno; (...). (...)

Nóbrega, agora, relata a atitude do Governador, o provedor da Companhia no Brasil, dos desejos que acalentava de entrar no sertão - acabou não penetrando no sertão

por motivo de segurança pessoal – e pede, como em várias cartas, que venha outra expedição de missionários para *dilatar a obra*:

Ho Governador Tomé de Sousa eu o tenho por tão virtuoso, e emtende tão bem ho spiritu da Companhia, que lhe falta pouquo pera ser della. (...) Muito desejosos andamos todos de hir pollo certão, porque a nenhuma parte hiremos onde não aja aparelho melhor pera se fazerem boos christãos que nas Capitánias, (...). (...)

O porque o dilatamos, hé por dar principio a estas casas da Capitánias omde fique fundamento da Companhia, a que nos matem e comão a todos os que foremos. Mande V. R. logo muitos pera que aja pera deixar nos colegios e levar dous ou tres; e, com elles e com o Bispo, teremos lugar a ir ganhando terra adiante, porque temos novas de gentios onde acharemos alguns escolhidos pera o reino dos ceos.

Seguindo, pede uma *igreja de mais dura*, a que havia era de taipa e palha:

Ha nossa igreja que fizemos se nos cae, porque hera de taipa de mão e de palha. Agora ajuntarei estes senhores mais honrrados que nos ajudem a repará-la até que Deus queira dar outra igreja de mais dura, se a V. R. parecer bem falar nisso a El-Rei; se não os Padres que vierem farrão outra, (...).

Termina relatando as cartas que recebeu para fundamentar o pedido de mais favores e missionários. O resultado desse pedido, comenta Serafim Leite (1954, I, p. 355), *ainda demorou porque já não estava na mão de Simão Rodrigues dar-lhe seguimento. Mas chegou daí a um ano a terceira expedição de que era Superior o P. Luís da Grã* :

(...)

Estando para cerrar ésta llego um barco de San Vicente que truxo cartas de los Padres y Hermanos, con que mucho nos alegramos y desperto my frieza. Hazen allá grandes cosas. Dizennos y requerennos que vamos allá todos y dexemos todo estotro por lá puerta que está ya abierta a los gentiles de la mar y del sertón. Tienen muchos trabajos, hazen mucho fructo. (...)

Pieden mucho socorro de Padres. Ellos devem screvir largo por su via. También vino con sus cartas uma de Coymbra con que no[s] alegramos mucho. (...)

Favorécalos Vuestra Reverencia a ellos y a nosotros de allá, ya que el Rey manda de vestyr açã a los de la Compañya, y se açã interpreta a los que de allá vinieron, no más. Aya Vuestra Reverencia también para los que açã se recyben, porque a todos yo tengo por de la Compañya según mesmo spiritu enseña. (...)

Ó Padre, véiome cercado de angustias por ver quán largo es nuestro Señor en favorecer este negocio de la conversión de sus escogidos y quantas puertas tiene abertas de mucho fructo y quán avariento es V. R. desos Hermanos que allá tiene. Bien creo que, si V. R. mandara algunos al Brasyl, ellos se cevaran tanto trabajos y en recoger tesoro para Christo, (...). V. R. mande quen sustente esto poco, porque quedará mui desemparado todo, y

vengan luego juntos los que na de venis. Lo más desta tierra sabra V. R. por la carta de Francico Anriquez y por las de los Hermanos de las Capitanyas. Et semper memento nostri.

Desta Baya a X de Julho 1552.

Nóbrega.

Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa, Baía 10 de Julho de 1552, in: Serafim Leite, 1954, p. 348.

Continuando, Hansen observa que a enunciação modela o destinatário *como ausente e ignorante dos temas locais tratados na narratio, e, simultaneamente, como presente e conhecedor dos códigos retórico-doutrinários que os interpretam* (p. 93). Este destinatário é um homem de Deus porque executa, com obediência, paciência e perseverança, as tarefas quotidianas de um missionário. A enunciação é validada pela unidade da *auctoritas, conceito de um verbo substancial revelado na Escritura, na natureza e na alma, como luz natural da Graça que proporciona atos e discursos do Bem* (p. 114).

Antes, é interessante ressaltar, sobre as cartas, que há, segundo a *doutrina substancialista que lhe informa a escrita*, a evidência de que a *Conquista* foi inscrita no *modelo da inteligibilidade das classes e categorias da sua gramática*, desde o momento da primeira carta em 1549, em que Nóbrega escreveu a Simão Rodrigues: *esta terra é nossa empresa* (Hansen, 1995, p. 118). Em carta ao P. Simão Rodrigues, Lisboa, da Baía 9 de Agosto de 1549 (Serafim Leite, 1954, I, p.118), Nóbrega narra temas locais e mostra-se conhecedor das regras discutando sobre o bem:

(...)

Entre outros saltos que nesta costa são feitos, hum se fez há dous annos muito cruel, que foy irem huns navios a hum gentio que chamão Charijos, que estão alem de S. Vicente, o qual todos dizem que hé o melhor gentio desta costa, e mais aparelhado para se fazer fruto. (...)

Esta terra hé nossa empresa, e o mais gentio do mundo. Nom deixe lá V. R. mais que huns poucos para aprender, os mais venhão. Tudo lá hé miseria quanto se faz; quando muito ganhão cem almas, posto que corrão todo ho Reyno; cá he grande manchea. (...)

(...); e asi tambem que as leis positivas nom obriguem ainda este gentio, até que vão aprendendo de nós por tempo, scilicet, jejuar, confessar cad'anno e outras cousas semelhantes; e asi tambem outras graças e indulgencias, e a Bulla Sacramento para esta Cidade da Baya, e que se possa communicar a todas as partes desta costa; e o mais que a V. R. parecer. (...).

E, em carta ao P. Miguel Torres, Lisboa, da Baía 8 de Maio de 1558 (Serafim Leite, 1954, II, p. 445), outro exemplo:

Primeiramente o gentio se deve sujeitar e fazê-lo viver como criaturas que são racionais, fazendo-lhe guardar a lei natural, como mais largamente já apontei a Dom Leão o ano passado.

Depois que o Brasil é descoberto e povoado, têm os gentios mortos e comidos grande número de cristãos e tomados muitas naus e navios e muita fazenda. (...)

Meninos do gentio não há agora em casa. A razão é porque os que havia eram já grandes e deram-se a ofícios, mas destes os mais fugiram para os seus; (...). (...) outros por não se poderem aqui sustentar por causa da fome, que há dias que anda por esta Baía (não por falta de terra nem dos tempos senão por falta de quem faça mantimentos e haver muitos ociosos para os comer), foram mandados para a Capitania do Espírito Santo. Não se tomaram outros, nem se fez por isso, por não se poderem sustentar; todavia já agora começaremos de ajuntar alguns de melhores habilidades nesta casa e tenho um homem muito conveniente para ter cuidado deles. (...)

Cá nos parece bem, além da superintendência espiritual dos moços, convir muito que o Provincial, ou o Reitor de nosso Colégio somente, tenha também a superintendência em todo o mais para ordenar as cousas, pondo e tirando e escolhendo quem deles tenha carrego e do seu, por que se de todo os alargarmos, em breve tempo será tudo tornado em nada, segundo a experiência nos tem ensinado; e não têm eles, nem sua casa, mais ser que quanto nós ajudamos, maiormente por serem filhos dos gentios de que a gente dessa terra tem mui pouco gosto, antes comumente se tem grande ódio a esta geração e o que lhes pode fazer maior mal é se cuidar que salva melhor [a] alma; e por isso se não escusa a superintendência que digo ou de todo alargá-los.

Minha tenção, quando se esta casa principiou, foi parecer-me que nunca meninos do gentio se apartariam de nós e de nossa administração e o que se adquiriu foi para eles e para nós. Dos moços órfãos de Portugal nunca foi minha tenção adquirir a eles nada nem fazer casa para eles, senão quanto fosse necessário para com eles ganhar os da terra para os doutrinar e estes haviam de ser somente os que para este fossem necessários e de cá se pedissem.

Torno a dizer que é tão grande o ódio, que a gente desta terra tem aos Índios, que por todas as vias os toma o inimigo de todo o bem por instrumentos de danarem e estorvarem a conversão do gentio; porque de Mem de Sá, Governador, ajuntar quatro Aldeias em uma e querer ajuntar outras em outra parte, não saberei dizer quanto o estorvam por todas as vias, mas neste caso parece-me bem o que faz Mem de Sá, e eu e D. Duarte assim lho aconselhamos, porque doutra maneira não se podem doutrinar nem sujeitar nem metê-los em ordem, e os Índios estão metendo-se no jugo de boa vontade, (...).

Revela Hansen que *o enunciado jesuítico propõe que é justo,*

(...)

E hé agora o mais conveniente tempo pera a todos sujeitarem e os emporem no que quizerem, e já agora a terra estava honestamente segura e chea de gente pera se poder fazer, se os Indios o quisessem contradizer, quanto mais que por certo se tem que assi huns como os outros, que dentro daquella geração de dez ou dose legoas estão, lhes virá já bem e folgarião aseitar qualquer sojeição moderada, antes que viverem nos trabalhos em que vivem. E porem os homens comumente vivem e buscam quae sua sunt nom quae Iesu Christi, (...) Carta de Manuel da Nóbrega a D. João III de Portugal, da Capitania de S. Vicente (Pitatinunga ?) Outubro de 1553.

que as portas da conversão se abrem por causa da subjeção do gentio: Carta de 1559 ao Diogo Laynes, Roma, da Baía 30 de Julho de 1559 (Serafim Leite, 1954, III, p. 113)

Yo más quisiera ayudar aquí al P. Luys de Grana, subiecto a tan Dulce y prudente Padre, asy porque aqui se abren las puertas de la conversión, por causa de la subiección en que se mete la gentilidad, (...).

e propõe, conforme analisa Hansen (1995, p. 116), que é justo *porque caridoso, capturar, domar, amestrar e também destruir a língua da falta.*

O enunciado lhe submete a língua escura ao hebraico, ao grego, ao latim, línguas da Revelação, e ao português e ao espanhol, que as emulam, como línguas em que a ordem proporcionada das idéias, como manifestação do verbo interior, espelha a Lei eterna refletida na ordenação teológico-política das leis positivas do Reino, segundo a contínua referência ao pecado de Cam e à língua adâmica.

Assim, o discurso de Nóbrega se abre e revela os resultados na visão do destinador das Cartas. No final, fundamenta o propósito da missão, *em todas as Capitánias se ordenão casas para os filhos do gentio se insinarem, de que se cree resultar grande fruto e para mais em breve o Senhor ajuntar seus escolhidos que nesta gentilidade tem:*

(...)

As indias forras, que há muyto que andão com os christãos em peccado, trabalhamos por remediar por nom se irem ao sertão já que são christãas, e lhes ordenamos huma casa à custa dos que as tinhão para nella as recolher e dali casarão com alguns homens trabalhadores pouco a pouco. Todas andão com grande fervor e querem emendar-se de seus peccados e se confissão já as mais entendidas e sabem[-se] muy bem accusar. Com se ganharem estas se ganha muyto, porque são mais de 400 s00 nesta povoação, afora mytas outras do sertão así já christãas como ainda gentias. Algumas destas mais antigas pregarão às outras. Temos feito huma delas meirinha, a qual hé tam diligente em chamar à doctrina, que hé para louvar a N. Senhor. Estas, depois de mais arreigadas no amor e conhecimento de Deus, ey-de ordenar que vão pregar pollas Aldeias de seus parentes, e certo que em algumas vejo claramente obrar a virtude [do Altissimo]. Ganhamos tambem que estas nos trarão meninos do gentio para ensinarmos e [criarmos] em huma casa que para isso se ordena, [e já se faz, e trabalha] nella com muyta pressa e fervor todo ho povo asi homens como molheres. (...)

Porem [de tudo o que me alegra mais o] spiritu hé ver por experiencia o fruto que se faz nos escravos dos christãos, os quaes com grande descuido de seus senhores vivião gentilicamente e em graves peccados. Agora ouvem missa cada domindo e festa, e tem doctrina e pregação na sua língua às tardes. Andão taes, que así festas como polla somana o tempo que podem furtar vem a que lhes insinemos as orações, e muytos antes de irem pescar ou a seus trabalhos am-de-ir rezar à ygreja e o mesmo da tornada antes que entrem em casa. (...)

Destes escravos e das pregações corre a fama às Aldeias dos Negros, de maneira que vem a nós de muy longe a ouvir nossa pratica. Dizemos-lhes que por seu respeito principalmente viemos a esta terra e não por os brancos. Mostrarão grande vontade e desejos de os conversarmos e insinarmos. (...)

Vinde, Charissimos Irmãos, ou choray tanto que N. Senhor vo-lo outorgue. Em todas as Capitánias se ordenão casas para os filhos do gentio se insinarem, de que se cree resultar grande fruto e para mais em breve o Senhor ajuntar seus escolhidos que nesta gentilidade tem. Eu prego domingos e festas duas vezes a toda a gente da Villa, que hé muyta, e às sextas-feiras tem pratica com disciplina com que se muyto aproveitão todos. (...) Carta de Manuel da Nóbrega aos Padres e Irmãos de Coimbra, de Pernambuco 13 de Setembro de 1551 (Serafim Leite, 1954, I, p. 283)

Quando se faz a leitura das cartas, inevitavelmente, participa *coisas humanas na Coisa divina*, dando conta do que *nella fizemos e esperamos fazer em ho Senhor Nosso*. É o que se pode observar no Diálogo Sobre A Conversão do Gentio de Manuel da Nóbrega (Baía 1556-1557, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 317).

Moreau (1997, p. 38) elucida que, além da *carta*, o *diálogo foi o único gênero desenvolvido por Nóbrega*. O gênero diálogo foi utilizado por autores como Petrarca e Maquiavel e a dialética é a dinâmica, havendo sempre contraposição às perguntas e respostas. No Diálogo, Nóbrega tira as duas personagens de colegas menos graduados da Companhia e coloca as questões da conversão e da profissão da fé.

Nóbrega introduz a falar um Irmão ferreiro e um Irmão intérprete e por meio do fio literário, apresenta o Índio com os costumes em que foi criado, mas com capacidade para se converter, pois *é homem como todos os outros e, com todos os outros, dentro da economia geral da graça, apto a recebê-la com a pregação do Evangelho quando chegar sua hora* (Serafim Leite, 1954, II, 56).

Porque me dá o tempo lugar pera me alargar, quero falar com meus Irmãos o que meu spirito sente, e tomarei por meus interlocutores ao meu Irmão Gonçalo Alvarez, a quem Deus deu a graça e talento pera ser trombeta de sua palavra na Capitania do Spiritu Sancto, e com meu Irmão Matheus Nugueira, ferreiro de Jesu Christo, o qual posto que com palavra nam prega, fã-lo com obras e com marteladas.

Entra logo ho Irmão Gonçalo Alvarez, tentado dos negros do Gato e de todos os outros e, meio desesperado de sua conversão, diga:

[Gonçalo Alvarez]: - Por demais hé trabalhar com estes; são tão bestiais, que não lhes entra no coração cousa de Deus; estão incarnicados em matar e comer, que nenhuma outra bem-aventurança sabem desejar; pregar a estes, hé pregar em deserto ha pedras.

Matheus Nugueira: - Se tiverem rei, poderão-se converter, ou se adoraram alguma cousa; mas, como nam sabem que cousa hé crer nem adorar, não podem entender ha pregação do Evangelho, pois ella se funda em fazer crer e adorar a hum soo Deus, e a esse só servir; e como este gentio nam adora nada, nem cree nada o que lhe dizeis se fica nada.

(...)

Nugueira: - Pois que remedio, emos de cansar de balde? A minha forija de dia e de noite, e o meu trabalho não me renderá nada entre elles pera levar diante de Christo quando nos vier julgar, pera que ao menos cu[209r]ta alguma parte de meus peccados muitos?...

Gonçalo Alvarez: - Disso, Irmão, estais seguro que vós não perdeis nada; se Christo promete por hum pucaro de agua fria, dado por seu amor o

reino dos ceos, como hé possível que percais vós tantas marteladas, tanto suor, tanta vigília, e a paga de tanta ferramenta como fazeis? As vossas fouces, machados, muito boons não para roçardes a mata de vossos peccados, na qual o Espiritu Sancto prantará muitas graças e does seus, se por seu amor trabalhaes.

(...)

Nugueira: - Pois digo-vos, Irmão meu, que me meteis em confusão. E como saberei eu que trabalho por seu amor, se eu vejo que trabalho pera quem não no ama, nem no conhece?

Gonçalo Alvarez: - Conhece logo o Senhor, por quem vós aveis de fazer que desejais vós que o conheção, amem e sirvão todos estes e todo o mundo.

No entanto, a liberdade da selva em que os índios viviam não se compaginava com o Evangelho: era preciso dar-lhes outra criação e sujeitá-los a uma lei comum. O grande movimento, assim, iniciou-se e o que mais preocupou o superior da missão jesuítica no Brasil foi a criação e manutenção dos colégios da Companhia de Jesus, para assegurar a catequese. Como escreve Nobrega:

(...)

(...) Na cidade reside o P. Antonio Pirez, como reitor da casa, com o P. Ambrosio Pirez, o qual agora tem cuidado de ler huma clace aos que mais sabem de latim, e tem tãobem a seu cargo as pregações da cidade; ficarão com Antonio Blasques os que menos sabião. Há na mesma casa, assi mesmo, escola de ler e alguns meninos do gentio, e com elles se ensinão outros da cidade, e de todos tem cuidado hum Irmam. Os estudantes de fora não são mais de tres ou quatro moços capelães da Sé, mas de casa onze ou doze, delles Irmãos, e outros orfãos, daqueles que pareceo mostrarem e terem melhor abilidade pera estudarem e melhores partes pera poderem ser da Companhia; todos os mais orfãos são dados a officios, salvo dous ou tres que nem são pera serem da Companhia, por não serem pera isso; a estes não vemos outro remedio, salvo torná-los lá a mandar.

(...)

A manança de todos agora hé as esmolos da Cidade, a qual tomou a cãrrego mantêre-nos até avêremos algum remedio com a vinda dos mais que esperamos, porque d'El-Rei não nos dão nada, nem há que dar: e se N. Senhor nam abrira este caminho, não sei que fora de nós, porque nem con vender os ornamentos e calices da igreja fora possível manter-se toda gente. (...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres, Lisboa, da Baía (Rio Vermelho) Agosto de 1557, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 396)

Em carta ao P. Miguel Torres, Lisboa, 1566, Nóbrega, também, relata:

Achegamos à Baya onde começamos de exercitar-nos com ho gentio e com os christãos, vivendo de esmolos. Ho anno logo seguinte vierão outros quatro Padres e, com estes, sete ou oito meninos orfãos da casa de Lixboa e, com huma preocupação do Padre Pedro Domenico, que delles tinha cuidado, pera eu poder fazer casas e confrarias da maneira que em Lixboa se fizeram, e com elles não veo nenhum aviso, mas estes vinhão encarregado[s] aos Padres. Vendo eu isso, detreminei-me, com os mais Padres e Irmãos que aqui nos achamos parecendo-nos ser cousa de que a Companhia se encarregava, a

fazer-lhes casa; e pedi terras ao Governador, ouve-lhes alguns escravos d'El-Rei e humas vaquas pera criação, detreminando, com aquelles que vierão, meter outros orfãos da terra, que avia muitos perdidos e faltos de criação e doutrina, e dos filhos do gentio quantos se podessem manter na casa. Entendendo-se nisso, achegou o P. Luís de Grã e os mais Padres e Irmãos que com elle vierão, com a vinda dos quais soubemos como se a Companhia lançara de ter carrego dos tais orfãos; todavia escreveu-me o P. Mirão que dos filhos do gentio, tivesemos como tinhamos até sabermos recado de V. P., e quanto aos orfãos, de que o P. Domenico tinha carrego, trabalharia que não mandassem mais. Todavia este anno passado de 555 cá mandarão dezoito ou vinte à Baya, que não foi piquena preção pera os Padres o que ahi estavam pera lhes buscarem a sustentação, porque o que elles tinham não lhes abastava. Agora que eu vou à Baya, trabalharei quanto for possivel pollos apartar a elles, e a outros da terra, dando carrego delles, e de seus bens temporais, a quem delles tenha cuidado, ficando-nos o ensiná-los e doutriná-los somente. (...)

Nesta Capitania de S. Vicente o Padre Leonardo Nunes fes o mesmo, ajuntou muitos meninos da terra, do gentio, que se doutrinavão nesta casa, e estavam de mestura com alguns Irmãos que elle recolheu nesta terra; a todos era muito dificultoso, e obrigávamos-nos a cousas que não eram de nosso Instituto, porque a manança delles, e na terra aver poucas esmolos pera tanta gente, foi-me forçado, dès que a esta Capitania vim, a passar os meninos a huma povoação de seus pais, donde erão a maior parte delles, e com elles passei alguns Irmãos e fizemos casa e igreja, e tivemos connosco somente alguns que erão de outras partes. Esta casa servia de doutrinar os filhos e os pais e mais, e outros alguns, como lugares de gentio que estão ao redor.

Nesta casa se lee gramatica a quatro ou sinquo da Companhia e lição de casos a todos, assi Padres como Irmãos e outros exercicios esperituaes.

Ha manança da casa, a principal hé o trabalho de hum Irmão ferreiro, que, por consertar as ferramentas dos Índios, lhe dão de seus mantimentos, e hé a boa industria de hum homem leigo que, com tres ou quatro escravos da casa e outros tantos seus, fas mantimentos, criação, com que matem a casa, e com algumas esmolos que alguns fazem à casa, e com a esmola que El-Rei dá. Tem tãobem esta casa humas poucas de vacas, as quais, por nossa contemplação, se derão aos meninos quando estavam em São Vicente, e do leite dellas se mantem a casa. A casa de S. Vicente se ficou pera se viver de esmolos, os que se nella podessem sustentar, que serão dous ou tres somente.

Desta maneira vivemos até agora nesta Capitania, onde estavam seis Padres de missa e quinze ou desasseis Irmãos por todos, e aos mais sustentava aquella casa de São Paulo de Piratinin com alguns meninos do gentio, sem se detreminar se era collegio da Companhia, se casa de meninos, porque nunca [199v] me responderão ha carta que escrevesse sobre isto, e nestes termos nos tomaram as Constituições, que este anno de 56 nos fez Nosso Senhor mercê de no-las mandar, pollas quais entendemos não deveremos ter carrego nem de gente pera doutrinar na fé; ao menos em nossa converção conhecemos tãobem não poderem os Irmãos ter bens temporais nenhuns, se não for collegio. Vemos que, pera se fazer aquella casa de São Paulo collegio, não em mais que a grangearia daquelles homens com escravos, os quais morrerão e nós não buscamos outros; assi mesmo o Irmão ferreiro hé doente e velho, não sei quanto durará; as vaquas forão adquiridas pera os meninos da terra e são duas; ha esmola d'El-Rei hé incerta. Pera não ser collegio, senão casa que viva de esmolos, hé impossivel poderem-se sustentar os Irmãos daquela casa en toda esta Capitania, nem com eu agora levar sinquo ou seis que himos, delles pera o Spiritu Sancto, delles pera a Baia, porque as povoações dos christãos são muito pobres. E se nesta casa de S. Vicente se não podem manter mais de dous ou tres, que há hé a principal vila, quanto mais nas outras partes.

Vendo-os, ho Padre Luis de Grã e eu, nesta perplexidade, dando conta aos Padres, que nos aqui achamos, nos pareceo escrever estas cousas todas a

V. P. e ao P. Mestre Ignatio, pera que com o que lá se asentar, se tomar resolução nas cousas seguintes:

Primeiramente, se nos convem que aquella casa de Piratinin seja de meninos. A nós quá parecia-nos que não, e que hé melhor andá-los doutrinando por suas povoações a pais e a filhos: e, se todavia El-Rei quizesse casa delles, e os quizesse manter, nós não teremos mais que a superintendencia espiritual sobre elles. E já que El-Rei os não queria manter, nem nos convenha tê-los se será boom fazermos daquella casa collegio da Companhia; e nisso ho nosso voto hé que, se S. A. quisesse dar àquella casa alguns dizimos de arroz e meunças, já que ali hão de estar Padres e Irmãos, applicando àquella casa pera sempre, e tirar de nós toda esmola que quá nos daa, que hera muito bem fazer-se co[200r]llegio, e se serviria muito Nosso Senhor delle, e a S. A. custaria menos do que lhe custa o que nos agora daa; e podia dar-nos alguns moios de arrôs do dizimo, e o dizimo da mandioqua da Villa de S. André, que creio que tudo hé menos do que nos quá dão, e a nós escusar-nos hia de mandarmos fazer mantimentos, nem teremos necessidade de ter escravos.

E com isto e com o mais que a casa tem seria colégio fixo, porque já tem casas e igrejas e cerqua, em muito boom sitio posto, o melhor da terra, de toda abastança que na terra pode aver, em meo de muitas povoações de Indios e perto da Villa de S. André, que hé christãos, e todos os christãos desejão hir aly viver se lhes dessem licença. Aly foi a primeira povoação de christãos, que nesta terra ouve em tempo de Martim Afonso de Sousa, e vierão-se a viver ao mar por rezão dos navios, de que agora todos se arepndem, e todavia a alguns deixarão lá hir viver. Assim tãobem ensina-se já ali gramatica a alguns estudantes nossos, e lição de Casos a todos: e sendo collegio, alargando-se de todo o cuidado dos meninos da terra, será necessario aver trespaçação do Nuncio ou de quem ho poder fazer pera aquelas vaquas, que são dos meninos, fiquarem ao collegio nosso, no qual não averá quá escandalo nenhum, porque, como se ouveram por contemplação do nosso Irmão Pero Correa, todos as tem por dos Irmãos, mas ellas, na verdade, a elles forão doadas com humas terras, assi mesmo do Ir. Pero Correa.

Na Baya, se El-Rei ordena de fazer collegio da Companhia, deve-lhe de dar cousa certa e dotar-lho pera sempre, que seja mantença, pera sertos estudantes da Companhia, e não deve aceitar V. P. dada de terras com escravos, que fação mantimentos pera o collegio senão cousa certa, ou dos dizimos, ou tanto cada anno de seu tizouro, salvo se lá acharem maneira com que nós em nada nos occupemos niso, o qual eu não sei como possa ser.

E ordene V. P. que não nos dem quá nada aos Padres que entemdemos com os proximos, porque parece que hé dar-nos renda e como salario de nossos trabalhos; mas ho que nos Sua Alteza avia de dar se devia repartir por estes dous collegios, scilicet, o da Baya e este de S. Paulo de [200v] Piratinin, que está principiado: de tal maeira que a maior parte fose pera a Baia, e os mais Padres que não estiverem nos collegios viveram d'esmolas. Nisto asentamos o P. Luis de Grã e eu. (...)

Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres, Lisboa, de S. Vicente Maio de 1556, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 278.

Portanto, são feitos revelados nas cartas, idéias reveladas nas palavras do homem Manuel da Nóbrega, o Jesuíta e Humanista⁴⁸ em busca da virtude com toda a evidência *cristã*, convicto da importância da educação e currículo ideal de estudos e que

⁴⁸ Reportar-se ao II Capítulo desse trabalho, em que traz a explicação do Pensamento Humanista e a questão das virtudes.

considerava no índio sua qualidade de homens e suas aptidões a tornarem-se civilizados e cristãos.

Verifique que Nóbrega considerava o propósito de *conversar*, isto é, conviver, um fim no amor de Deus e do próximo e o índio como homem que tem alma e entendimento:

(...)

Gonçalo: - (...) Mas tornemos ao proposito. Irmão Nugueira, por amor de N. Senhor que livremente e segundo o que entendeis diante de N. Senhor digais: que vos parece deste gentio segundo a experientia que tendes delle os annos que há que com elles conversais?

Nugueira: - Que aproveita conversar, que os não entendo? Ainda que, segundo me parece delles, pera este fim de se converterem e serem christãos não há mister muita intelligencia, porque as obras mostram quão poucas mostras elles tem de o poder vir a ser.

Gonçalo Alvarez: - Logo de que me aproveita a mim a minha lingoa?

Nugueira: - Ha, ha, ha... Sabeis de que me rio? De me preguntardes de que aproveita a vossa lingoa, porque vos pergunto: de que aproveita a vossa forija?

Gonçalo Alvarez: - Ya vos eu respondi a essa pregrunta.

Nugueira: - Tomai a mesma resposta.

Gonçalo Alvarez: - Não, que os officios são diferentes, porque o meu hé falar, o vosso fazer.

Nugueira: - Não hé logo diferente o fim, porque cada hum de nós á-de fazer o seu.

Gonçalo Alvarez: - E qual hé esse fim?

Nugueira: - A charidade ou amor de Deus e do proximo.

(...)

Gonçalo Alvarez: - Pois a pessoas mui avisadas ouvi dizer que estes não erão próximos, e porfião-no muito, nem tem pera si que estes são homens como nós.

Nugueira: - Bem! Se elles não são homens, não serão proximos, porque soos os homens, e todos, maos e boons, são próximos. Todo o homem hé huma mesma natureza, e todo pode conhecer a Deus e salvar a sua alma, e este ouvi eu dizer que era próximo. Prova-se no Evangelho do Samaritano, onde diz Christo N. S. que aquelle hé próximo que usa de misericordia.

(...)

Gonçalo Alvarez: - Estes tem alma como nós?

Nugueira: - Isso está claro, pois a alma tem tres potentias, entendimento, memoria, vontade, que de todos tem. Eu cuidei que vós ereis mestre já em Israel, e vós sabeis isso! Bem parece que as theologias que me dizeis arriba eram postigas do P. Brás Lourenço, e não vossas. Quero-vos dar hum desengano, meu Irmão Gonçalo Alvarez: que tão ruim entendimento tendes vós pera entender ho que vos queria dizer, como este gentio pera entender as cousas de nossa fé.

Gonçalo Alvarez: - Tendes muita rezão, e não he muito, porque eu ando n'agoa nos peixes bois e trato no mato com Brasil, não hé muito ser frio; e vós andais sempre no fogo, rezão hé que vos aqueteis, mas não deixeis de prosseguir adiante, pois huma das obras de misericordia hé ensinar aos ignorantes.

(...)

Diálogo Sobre A Conversão do Gentio de Manuel da Nóbrega, Baía 1556-1557, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 317.

Então, em meio a relatórios minuciosos ou temas *negotiales* (Hansen, 2003, p. 52), em meio a *calices de amargura e de angustia e cousas que mais tenho na alma*:

Des que nesta terra estou, que vim com VM., dous desejos me atormentarão sempre: hum, de ver os christãos destas partes reformados em bons costumes, e que fossem boa semente tresplantada nestas partes que desse cheiro de bom exemplo; e outro, ver disposição no gentio pera lhe poder pregar a palavra de Deus, e eles fazerem-se capaces da graça e entrarem na Ygreja de Deus, pois Christo N. Senhor por eles tãobem padeceo. Porque pera isso fuy com meus Yrmãos mandado a esta terra, e esta foy a yntenção de nosso Rey tan christianissimo que a estas partes nos mandou. E, porque pera ambas estas cousas eu via sempre por esta costa toda mau aparelho, é quantos calices de amargura e de angustia bibia a minha alma sempre! (Carta de Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa antigo Governador do Brasil, Lisboa, Baía 5 de Julho de 1559, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 71)

Como é versado, as cartas de Nóbrega revelam que os primeiros ensaios de sistematização geral dos materiais pedagógicos eram *meros ensaios animados pela experiência* quando Nóbrega chegou ao Brasil⁴⁹ para implantar a obra educativa da nascente instituição educacional da Companhia de Jesus. Como Inácio, *estava elle convencido de que a instrucção, sem a educação, longe de formar o homem, é um perigo para a sociedade. Por isso, a instrucção deve ser associada intimamente á educação* (Madureira, 1927, p. 354). *O grande plano (...) foi, portanto, de converter em meio efficacissimo de regeneração e formação moral o ministério do ensino* (p. 355).

⁴⁹Alves de Mattos (1958, p. 38-30-40-41) salienta que “em 1549 ainda era diminuto e embrionário o sistema escolar português, sobre o qual presumivelmente se calcaria o projetado sistema escolar brasileiro”. O ensino primário, chamado de “eschollas de leer e escrever”, não aparecia como estrutura própria e preparavam para as “eschollas de grammatica.” No século XVI, as escolas primárias “eram de dois tipos: a) *particulares*, mas devidamente autorizadas, reservadas aos filhos da nobreza que nelas se preparavam para os estudos superiores da universidade de Coimbra; b) “*eschollasdas misericordias*” que se destinavam a abrigar meninos órfãos e ‘*patifes*’, isto é, crianças abandonadas ou perdidas. *O ensino secundário*, ministrado nas ‘*eschollas de grammatica*’, assim designadas porque se limitavam ao ensino da morfologia e da sintaxe latinas, era de três tipos: a) *o oficial*, mantido pelo estado; resumia-se no recém-fundado Real Colégio das Artes de Coimbra, também chamado ‘*Colégio dos Nobres*’ pois nêle se reunia a fina flor da nobreza no reino; b) *o das ordens religiosas*, destinado aos candidatos à vida claustral e ao sacerdócio; ‘seminários menores’, diríamos hoje; uns oito ao todo, espalhados pelo reino; eram os únicos colégios abertos aos filhos das classes pobres; c) *o particular*; mantido por iniciativa particular e freqüentado por alunos pagantes; contavam apenas 4 ou 5 destes colégios em todo o reino. O ensino superior era desde 1537 objetivado na universidade de Coimbra, que se tornava assim a cúpula de todo o sistema escolar português e o principal foco de irradiação da cultura e das letras em Portugal. Para o ensino primário surgiam, por essa época, no reino, as primeiras cartilhas, com títulos pitorescos, tais como: - ‘*Cartilha para aprender a ler*’, por João de Barros, editada em Lisboa, em 1539. - ‘*Cartilha para ensinar a ler com as doutrinas da prudência, adjunta uma solfa de cantigas para atizar curiosidade*’, por Frei João Soares, também editada em 1539. - ‘*As regras de ensinar a maneira de escrever a orthographia portugueza*’, por Pedro de Magalhães. - ‘*Cartilha de linguagem portugueza*’, por Fernão de Oliveira. - ‘*Grammatica elementar da lingua*’, também por João de Barros. Foram, possivelmente, essas cartilhas que serviram de guia aos estudos dos primeiros escolares brasileiros, ofertadas pela munificência de D. João III e remetidas pelas caravelas à escola da Bahia e à de São Vicente.”

Animados pela experiência porque, conta Serafim Leite (1954, II, p. 49-50), *quando se fundou a Missão, em 1549, ainda não havia Constituições na Companhia.* O Superior do Brasil orientou-se pelas regras do Colégio de Coimbra, em grande parte incluídas depois do Instituto; e, como ideia-base de toda a política missionária de Nóbrega era a educação da juventude, ela teve uma primeira expressão nas Confrarias do Menino Jesus, à moda de Lisboa, para as quais se aceitaram bens de raiz. Primeira expressão de ensino, que durou pouco. A Companhia de Jesus não tardou em enviar a informação de que não tomava sobre si encargos de confrarias, *ao mesmo tempo que as Constituições, chegadas às mãos de Nóbrega em 1556, determinavam que nenhuma Casa possuísse bens se não fosse Colégio.*

Impunha-se, pois, a adaptação das Casas existentes a essa modalidade, segundo as normas das mesmas Constituições. Mas, de qualquer modo, *com Confrarias ou com Colégios, no Brasil, a esperança da conversão do gentio consistia sobretudo na educação dos meninos: ideia básica, dizemos, de que Nóbrega não desistia e à qual se deve a fundação da instrução pública no Brasil.*

Nóbrega escreve do Brasil ao P. Inácio de Loyola, Roma, em 25 de março de 1555, a respeito das Constituições que desconhecia: *Esperamos por las Constitutiones y por quien nos las declare, y quien nos reforme en mejor proceder en el servitio del Señor* (Serafim Leite, 1954, II, p. 167).

Lembra Serafim Leite - em nota na p. 283, 1954, v. II - que *as Constituições da Companhia de Jesus foram enviadas para Portugal, a título de experiência, em 1553 (e daí para o Brasil), e a aprovação em 1558 na 1ª Congregação Geral.* Em Carta de maio de 1556 ao P. Miguel de Torres, Lisboa, Nóbrega relata que não havia lei nem regras quando vieram para o Brasil, em 1549, abrir os Colégios, baseara-se no que havia visto no Colégio [nota de Serafim Leite: de Coimbra]:

Saberá V. P. como a estas partes me mandarão os Padres e Irmãos que viemos, e até agora vivemos sem lei nem regra, mais que trabalharemos de nos conformar com ho que aviamos visto no Collegio e, como nelle aviamos estado pouco, sabemos pouco. Achegamos à Baya onde começamos de exercitar-nos com ho gentio e com os christãos, vivendo de esmolos. Ho anno logo seguinte vierão outros quatro Padres [nota de Serafim Leite: com Nóbrega em 1549 tinham vindo cinco; em 1550 “outros” quatro, constituindo a 1ª e 2ª expedição] e, com estes, sete ou oito meninos orfãos da casa de Lixboa e, com huma preocupação do Padre Pedro Domenico [nota de Serafim Leite: Pedro (ou Pero) Doménech, fundador do Colégio dos Meninos Órfãos de Lisboa], que delles tinha cuidado, pera eu poder fazer casas e confrarias da maneira que em Lixboa se fizeram, e com elles não veo nenhum aviso, mas estes vinhão encarregado[s] aos Padres. Vendo eu isso, detreminei-me, com os mais Padres e Irmãos que aqui nos achamos

parecendo-nos ser cousa de que a Companhia se encarregava, a fazer-lhes casa; e pedi terras ao Governador [nota de Serafim Leite: Tomé de Sousa], ouve-lhes alguns escravos d'El-Rei e humas vaquas pera criação, detreminando, com aquelles que vierão, meter outros orfãos da terra, que avia muitos perdidos e faltos de criação e doutrina, e dos filhos do gentio quantos se podessem manter na casa” (Serafim Leite, 1954, II, p. 280).

Verifica-se, na mesma carta ao P. Miguel Torres, Portugal, em Maio de 1556, o assunto da falta no envio de determinações dos superiores da Companhia. Nóbrega reclama, mas usa esse argumento para justificar-se:

Desta maneira vivemos até agora nesta Capitania, onde estavamos seis Padres de missa e quinze ou desasseis Irmãos por todos, e aos mais sustentava aquella casa de São Paulo de Piratinin com alguns meninos do gentio, sem se detreminar se era collegio da Companhia, se casa de meninos, porque nunca me responderão ha carta que escrevesse sobre isto, e nestes termos nos tomaram as Constituições, que este anno de 56 nos fez Nosso Senhor mercê de no-las mandar, pollas quais entendemos não deveremos ter carrego nem de gente pera doutrinar na fê; ao menos em nossa converçação conhecemos tãoobem não poderem os Irmãos ter bens temporais nenhuns, se não for collegio. (In: Serafim Leite, 1054, II, p. 278)

Sobre o andamento da catequese, testemunhou então, em 18 de Julho de 1554, o Ir. Pero Correa de S. Vicente, em carta ao P. Brás Lourenço, Espírito Santo:

Tenemos agora um lugar de Yndios convertidos diez leguas por la tierra dentro, donde tenemos yglesia y están siempre dos Padres y muchos Hermanos. En este lugar tuvimos muchos combates del demonio y aun agora tenemos. La gente dél toda va a la yglesia a oyr misa, todos los domingos y dias sanctos: tienem siempre sermón y estación, asi como hazen en qualquier parroquia em Portugal. Acabada la estación, van todos a la ofrenda, y sálense los catecúmenos y valse para sus casas y los christianos quedan oyendo misa entera [Breve espaço em branco]. Todos los dias de la semana tienen doctrina dos vezes en la yglesia.

En el mismo lugar ay escuela de niños y un Hermano tiene cuidado de enseñarlos a ler y a escrever, y a algunos dellos a cantar. Y quando alguno es perezoso y no quiere venir a la escuela, el Hermano que tiene cargo dellos lo manda buscar por los otros, los quales lo traen preso y lo toman a cuestras con mucha alegria. Sus padres y sus madres huelgan mucho con esto; y son algunos destos moços tan vivos y tan buenos y tan atrevidos, que quiebran las tinajas llenas de vino a los suyos para que bevan. Va la cosa muy bien principiada, glória a nuestro Señor.

Estos dias pasados, quando les começaram de predicar la fe, dábanles certeza que si creyesen en Dios que no tan solamente les daria nuestro Señor las grandes cosas celestiales, que para los suyos tenia, mas que en este mundo en sus tierras y lugares les daria muchas cosas que estavan escondidas, que ellos conociesen porque no conocian al Criador dellas, (...). (In: Serafim Leite, 1954, II, p. 68-69)

O surpreendente é que, com modificações sugeridas pela prática, no Brasil, o *processo civilizador dos jesuítas consistiu principalmente nesta inversão: no filho*

educar o pai; no menino servir de exemplo ao homem; na criança trazer ao caminho do Senhor e dos europeus a gente grande (Freyre, 1998, p. 147).

Pois, *o fruto destas missões consistia em fazê-los de bárbaros homens, e de homens cristãos, e de cristãos perseverantes na fé* (Serafim Leite, 1954, I, p. 12). Em carta ao P. Simão Rodrigues, Lisboa, de Pernambuco 11 de Agosto de 1551, Nóbrega fundamenta seu trabalho missionário com a teoria das *virtudes*:

(...)

Con quantos gentiles tengo hablado en esta costa, en ninguna hallé repugancia a lo que le dezía: todos quieren y dessean ser christianos, pero deixar sus custumbres les parece áspero, (...).

Aunque trabajemos que todos vengam a conocimiento de nuestra fe, y a todos la enseñemos, que la quieren oyr, y della se aprovechar: principalmente pretendemos de enseñar bien los moços. Porque estos bien doctrinados y acostumbrados en virtud, serán firmes y constantes, los cuales sus padres dexan enseñar, y huelgan con esso. Y portanto nos repartimos por las Capitanías, y con las lenguas que nos acompañan nos ocupamos en esto, aprendiendo poco a poco la lengua, para que entremos por el sertón adentro, adonde aún no han llegado los christinianos. (In: Serafim Leite, 1954, I, p. 266)

O movimento de *unir à catequese a escola de ler e escrever português*, Nóbrega o implantou desde 1549 (Serafim Leite, 1954, III, p. 65) como uma escola de ensino primário obrigatório. Dois anos depois relata:

(...) Aunque trabajemos que todos vengam a conocimiento de nuestra fe, y a todos la enseñemos, que la quieren oyr, y della se aprovechar: principalmente pretendemos de enseñar bien los moços. Porque estos bien doctrinados y acostumbrados en virtud, serán firmes y constantes, los cuales sus padres dexan enseñar, y huelgan con esso. Y portanto nos repartimos por las Capitanías, y con las lenguas que nos acompañan nos ocupamos en esto, (...).

(...) Esto será lo primeiro que acometeremos, como V. R. mandare quien sustente est' otras partes, en las cuales por cada una de las Capitanias tengo ordenado hazerse casas para recoger y enseñar los moços de los gentiles y también de los christianos; y para en ellas recogermos algunas lenguas para este effecto. Los niños huérfanos que nos embiaron de Lisboa con sus cantares atraen a si los hijos de los gentiles y edifican mucho los christianos.

En esta Capitania de Pernambuco donde agora estoy, tengo esperança que se hará mucho provecho, porque, como es poblada de mucha gente, ay grandes males y pecados en ella. (...) Los gentiles aquí vienen de muy lexos a vernos por la fama, y todos muestran grandes desseos. Es mucho para holgar de los ver en la doctrina, e no contentos con la general, siempre nos están pidiendo en casa que los enseñemos, y muchos dellos con lágrimas en los ojos. (...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa, Pernambuco 11 de Agosto de 1551, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 266.

Aos meninos, ensinava-se a doutrina e a ler e escrever, a cantar em português e na língua brasílica, *dando a glória de Deus. Além dessa escola elementar, havia aula de gramática latina, freqüentada pelos mamelucos mais dextros* (Alves de Mattos, 1958, p. 68). Nas Cartas, nota-se que

sobre esses meninos tinha Nóbrega opinião formada. Achava que tanto os brasis como os mestiços eram capazes de seguir estudos, tratando de que alguns aprendessem já gramática ou latim; e até os achava suficientes para entrar na Companhia de Jesus, com a condição de se formarem em meio diverso daquele em que nasceram, não ainda bastante evoluído para nele cristalizarem vocações ao sacerdócio. (Serafim Leite, 1954, III, p. 66)

O programa escolar catequético, executou-o Nóbrega em todas as casas por ele fundadas – educação dos meninos brasis, caminho da conversão do gentio - e com características semelhantes: na Baía, Porto Seguro, S. Vicente, Pernanbuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, etc.

Os dois principais campos de actividade dos Jesuítas, nos primeiros tempos, foram a Capitania de S. Vicente e a Baía (Serafim Leite, 1938, II, p. 545), aldeamentos organizados pelos Governadores que facilitaram na conversão do gentio, como bem escreveu, em carta a Tomé de Sousa, 1559, sobre Dom Duarte da Costa e Mem de Sá. Os esforços, de Nóbrega e dos governadores, concentravam-se em seis pontos: *A lei que lhes hão-de dar é:*

I - Defender-lhes comer carne humana, e guerrear sem licença do Governador; II – Fazer-lhes ter uma só mulher; III – Vestirem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos; IV – Tirar-lhes os feiticeiros; V – Mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos: VI – Fazê-los viver quietos, sem se mudarem para outra parte, se não for para entre os cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem e com estes Padres da Companhia para os doutrinar.

Na carta mencionada:

(...)

Estando eu em Sant Vicente e sabendo a victoria dos christãos e sujeição do gentio e que ao Bispo mandavão yr, parecendo-me que já se poderia trabalhar com ho gentio e tirar algum fructo, me tornei a esta Cidade trazendo comigo alguns Hirmãos que soubessem a lingoa da terra. E antre outras cousas, que pedi a Dom Duarte governador pera bem da conversão, forão duas, scilicet, que ajuntasse algumas aldeãs em huma pooação, pera que menos de nós abastassem a ensinar a muytos, e tiresse ho comer carne

humana, ao menos àqueles que estavam sujeitos e ao redor da Cidade, tanto quanto seu poder se estendesse. (...)

E

(...)

Como Mem de Sá tomou a governança, começou a mostrar sua prudência, zelo e virtude, asy no boom governo dos christãos como no gentio, pondo tudo na ordem que N. Senhor lhe ensinou. (...)

Na conversão do gentio nos ajudou muyto, porque fez logo ajuntar quatro ou cinco Aldeas que estavam darredor da Cidade, em huma povoação junto ao Rio Vermelho, onde pareceo mais conveniente, pera que toda esta gente pudesse aproveitar-se das roças e mantimentos que tinham feitos, e aqui mandou fazer huma ygreja grande, em que coubesse toda esta gente, a que chamão Sant Paulo. (...) (Carta de Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa Antigo Governador do Brasil, Lisboa, da Baía 5 de julho de 1559, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 67)

Desde o início, chegado, Nóbrega, ao Novo Mundo – e, *parte considerável do Novo Mundo é o Brasil* (id., 1954, I, p. 10) - seguiu uma regra da Companhia, normatizada posteriormente quando da elaboração das Constituições, *que todos aprendam a língua da terra onde residem, se não virem que é mais útil a sua própria, assim a pregação na língua começou e verificaram as múltiplas vantagens para a catequese. A redução da língua tupi a regras ou Arte gramatical foi preocupação dos primeiros Padres* (id., 1938, II, p. 549). *Seria o primeiro esboço. Foi o fundamental. Reduzida a Arte a língua tupi, o resto foi questão de tempo. Daí despertou em todos de casa, grandes desejos de saberem a língua*⁵⁰. Dizia Nóbrega que era o latim da terra (p. 563).

Para ensinar *não havia mestre em particular: intervinham todos os Jesuítas, mais ou menos a capacidade de cada um e o conhecimento. E fazia-se parte em língua brasileira, parte em língua portuguesa* (Serafim Leite, 1953, p. 38). Os alunos eram os filhos dos portugueses e dos cruzamentos, a princípio com índias (mamalucos) e depois também com negras (moços pardos) *ou seus sucessivos derivados. O ensino começou*

⁵⁰ Segundo “o mais antigo ensaio da doutrina cristã em língua tupi data de 1549 com a primeira tradução das orações. Ao Ir. Pero Correia, em S. Vicente, que tão encarecidamente pedia livros de Portugal, se deve, por volta de 1552, a primeira *Suma da Doutrina Cristã*, ‘posta em estilo da língua natural da terra, pela qual ensinavam com fruto às almas’. Entretanto, o P. Luís da Grã, pouco antes de 1560, compôs, em português, o *Diálogo ou Suma da Fé*: na Baía ‘veem cada dia uma vez à escola, onde se lhes ensina a Doutrina e um *Diálogo*, onde está recopilada a *Suma da Fé*, que o P. Provincial ordenou e compôs, para que, perguntando e recomendando, com maior facilidade lhes ficasse na cabeça’. O *Diálogo* ou *Suma da Fé* generalizou-se pelas Aldeias em cópias manuscritas e, em 1566, já uma delas tinha sido enviada a Portugal. Sucedeu, neste meio tempo, que o P. Marcos Jorge, falecido em 1571, escreveu também e publicou, em Portugal, uma *Doutrina Cristã*, à maneira de *Diálogo*, para ensinar os meninos. É a mesma Cartilha da Santa Doutrina, remodelada depois pelo P. Mestre Inácio Martins e que ficou célebre. O P. Grã pediu-a, em 1564; e o P. Leonardo do Vale, que em 1572 era lente de tupi no Colégio da Baía, traduziu-a do português para a língua de que era professor, em 1574, para maior união e conformidade”.

com os mestiços da terra e órfãos de Lisboa, e destinava-se a receber e ensinar os filhos dos gentios novamente convertidos, isto é, os que seriam convertidos à doutrina cristã.

Para melhor compreensão, Alves de Mattos (1958, p. 85-86) esclarece que os curumins e mamelucos se iniciavam no estudo das primeiras letras e do catecismo da doutrina cristã, uma vez adquirido o domínio da língua portuguesa pelo convívio diário. E se apresentassem facilidade no aprendizado, estudavam canto orfônico e instrumentos musicais – os meninos, com seus instrumentos, *serviam como um valioso recurso para a catequese das aldeias vizinhas.*

Terminados os estudos elementares, a maioria dos alunos se encaminhava para o aprendizado de ofícios mecânicos, enquanto que os melhores dotados de inteligência, para os estudos de gramática latina, *que na época correspondia ao nosso ensino de estudos ginásial. Previa, portanto Nóbrega no seu plano de estudos, uma bifurcação de ensino profissional e ginásial, após a escola de ler e escrever* e para os que mais se distinguíssem nos estudos de gramática, a complementação da educação em colégios de Coimbra ou Espanha. O ensino religioso acompanhava o aluno desde o começo.

(...)

Tãobem recebi por concelho a dous mestiços da terra que tem boas partes, asi de criação como de boa habilidade pera estudar, esperãodo por resposta do Padre Geral se quer que os mande lá a Evora a elles e a alguns outros que pera isso parecerem aptos, como me ele quá escreveo. E quando laa não aprovarem isto, facilmente se poderão quá despidir sem escandolo, porque por entre tanto fazem sua povação e estudão.

Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres, Lisboa, de S. Vicente 14 de Abril de 1561, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 336.

Não se pode garantir, como bem ressalta Serafim Leite (1965, p. 40), *que não existisse aldeia sem escola, porque nem sempre havia missionários para residir em todas, mas procurou-se que a escola não faltasse onde fosse possível.* Em carta ao P. Diogo Laynes, Roma, da Baía 30 de Julho de 1559 (Serafim Leite, 1954, III, p. 113), Nóbrega escreve:

(...)

En este Collegio reside agora muy poca gente, porque los Padres y Hermanos están repartidos por las Yglesias que están entre la gentilidad haciendo su officio; solamente residen los que attienden al studio y doctrina desta ciudad. También están aqui en casa algunos yndiozicos de los gentiles, aunque pocos por aver falta provisión para su sustentación: pero en las Casas donde residen nuestros Hermanos ay muchos, y tan acrecentados en la fe y mandamientos y ley del Señor que es uma gloria ver-los. Yo he procurado mandar hazer muchos mantenimientos en las tierras deste Collegio por hum hombre casado, que allá fuera tiene cargo de los esclavos y de toda la más

gente desta Casa; y la causa por que ordené esto, fué para recoger aqui los moços de mejores yngenios y habilidades que se hallassen por nuestras Casas, y a estos enseñarles gramática y todo lo demás; y si andando el tyempo alguno mostrasse tener gracia para servir a N. Señor, mandarse a Espanha por spacio de algún tiempo para ver y deprender virtudes, aquellas que menestrer fuessen para hun buen operario en estas partes. (...)

Para este y para los niños tengo hecho una división de las casas entre ellos y los Hermanos, aunque por ellos ser hasta agora pocos y los Hermanos no muchos, y no aver quien a ellos y a nos sirva, no se ha podido del todo hazer apartamiento, antes nos ayudamos unos a otros. Comen todos en nuestro refitorio en mesas separadas, por causa de oyr la lición que se lee; todos tenemos um cozinero y uma despensa, porque no ha sydo possible aver aparejo para otra cosa hasta agora, pero en la habitación y exercicios están separados.

Quando al dispensar de las reglas, se guardará lo que manda. Yo no siento cosa en que las reglas y Constituciones de allá no se guarden también aquí, (...).

(...)

Quando al escogerse de la gente que nasce aquí para la Compañia, asy mestiços como brasiles, siempre me pareció que serião muy útiles operarios, por causa de la lengua y ser de los mismos naturales. Mas estos se devem escojer aquí y embiarse a Europa muchachos y allá ser por tyempo largo doctrinados en letras y virtudes primero que aquí buelvão, porque aquí, por lá mucha ocasión que tienen, tengo por muy difficultoso quajarse ninguno. (...)

Dizia-se Gramática, mas o ensino era de Latim, afinal, os primeiros jesuítas eram humanistas e criam no estudo assíduo dos clássicos greco-latinos (mais latinos que gregos), *com o objetivo de aprender deles, junto com a elegância do estilo, a sabedoria antiga no que ela tem de racional e de humano e, por isso, de assimilável por todos os cristãos* (Zagheni, 1999, p. 47).

Só em 1572, na Baía, *começou o primeiro curso de Artes (Filosofia e Ciências) no Brasil, sendo lente o P. Gonçalo Leite, recém-chegado de Portugal*. (Serafim Leite, 1938, I, p. 76). Curso mais elevado, escasseavam os estudantes, assim esperava-se, às vezes, algum tempo até haver número bastante. Mas a prática, mesmo, na época de Nóbrega era *ajuntar muitos meninos da terra, do gentio*, a Padres como Irmãos, *outros exercicios espirituas*:

(...) Nesta Capitania de S. Vicente o Padre Leonardo Nunes fes o mesmo, ajuntou muitos meninos da terra, do gentio, que se doutrinavão nesta casa, e estavão de mestura com alguns Irmãos que elle recolheu nesta terra; a todos era muito difficultoso, e obrigávamos-nos a cousas que não eram de nosso Instituto, porque a manença delles, e na terra aver poucas esmolos pera tanta gente, foi-me forçado, dès que a esta Capitania vim, a passar os meninos a huma povoação de seus pais, donde erão a maior parte delles, e com elles passei alguns Irmãos e ffizemos casa e igreja, e tivemos comnosco somente alguns que erão de outras partes. Esta casa servia de doutrinar os filhos e os pais e mais, e outros alguns, como lugares de gentio que estão ao redor.

Nesta casa se lee gramatica a quatro ou sinquo da Companhia e lição de casos a todos, assi Padres como Irmãos e outros exercicios espirituas.

(...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres, Lisboa, de S. Vicente, Maio de 1556, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 278.

Quanto ao teatro, aproveitaram *os jesuítas, o gosto inato das camadas populares para as representações cênicas* e, com suas alegorias de escopo moral ensinaram, *agradando e deleitando*, atraíram e tentaram regenerar o auditório, tanto indígena como colonial. *Por esta feição popular dos autos sacros se explica, até, com facilidade, a intervenção nêles de músicas, danças e cantares* (id., 1938, II, p. 599).

Segundo Serafim Leite (1938, II, p. 600), o teatro foi introduzido, no Brasil, pelos colonos antes da chegada dos jesuítas. A representação dos autos era nas igrejas, *à moda portuguesa, arranjados ali mesmo*. Quando os jesuítas chegaram, escreveram as primeiras peças conhecidas, em português, tupi e castelhano, com elementos indígenas, tirados da fauna, outros da etnologia. O latim veio depois. Em geral predominavam as tragédias, em português, ao gosto dos colonos e dos índios. *Os entremezes, proibiu-os o referido Visitador em 1610 e o Ratio Studiorum proibiu os papéis de mulher nestas peças. Mas fez-se exceção para as Santas Virgens*.

O primeiro mestre de Latim da Companhia foi contratado por Nóbrega, *um homem novo, gramático de Coimbra, vindo desterrado*, a que se refere Nóbrega em carta em 1553, não citando o nome:

En esta casa tienen los niños sus ejercicios bien ordenados, aprenden a leer y escrever y van muy avante, otros a cantar y tañer frautas, y otros mamalucos más diestros aprenden grammática; y enseñala um mancebo grammático de Coimbra que acá vino desterrado. (...) Carta de Manuel Nóbrega ao P. Luís Gonçalvez da Câmara, Lisboa, de S. Vicente 15 de Junho de 1553, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 489)

Depois foram nomeados *José de Anchieta, para a aldeia de Piratininga e António Blasquez*, em 1555, para a *Baía*. *O colégio passara, portanto, de elementar a secundário* (Serafim Leite, 1938, I, p. 45). Segundo Alves de Mattos (1958, p. 68), as aulas de gramática latina do Colégio de S. Vicente foram os primeiros e mais antigos ensaios de estudos latinos ou de grau secundário realizado no Brasil quinhentista. Nóbrega cita este acontecimento em carta de 15 de junho de 1553.

O ensino de latim era muito modesto por falta de livros e, mais ainda, por falta de alunos, e era disciplina particular para os Irmãos e algum Padre e talvez para algum daqueles filhos dos Gentios que viviam em casa como prováveis candidatos à

Companhia. Mesmo assim, Anchieta relata em carta de 1555 que ensinava gramática em *três classes diferentes, de pola manhã até à noite* (Serafim Leite, 1953, p. 53).

Em São Paulo, a *Escola de Meninos tinha duas lições, uma de manhã outra de tarde*. Havia a *doutrina (catecismo), de manhã e depois do almoço, começava a escola de ler, escrever e cantar*. Ainda com algum pequeno trabalho ou recreio intercalado (ibid., p. 52).

E começando em Sam Paulo, que foy a primeira, direy primeiramente ha ordem que teve e tem em proceder. Aquí há escola dos meninos, que são pera isso, cada dia huma só vez, porque tem o mar longe e vão pelas menhãs pescar pera sy e pera seus Paes. Que não se mantem douta cousa, e às tardes tem escola tres oras ou quatro. Destes ahi cento e vinte por rol, mas continuos sempre há de oitenta pera arriba. Estes sabem bem a doutrina e cousas de fee, lem e escrevem; já cantão e ajudão já alguns há missa. Estes são já todos baupuzados com todas as meninas da mesma ydade, e todos os innocentes e lactantes. Depois da escola há doutrina geral a toda gente, e acaba-sse com Salve cantada pólos meninos e as Ave Marias. Depois, huma hora de noite, se tanje o sino e os meninos tem cuydado de ensinarem ha doutrina a seus pais e mais velhos e velhas, os quais não podem tantas vezes ir hà igreja, e hé grande consolação ouvir por todas as casas louvar-se Nosso Senhor e dar-se gloria ao nome de Jesu.

Aos domindos e sanctos tem missa e pregação na sua lingoa e de continuo hé tanta a gente que não cabe na igreja, posto que hé grande; ali se toma conta dos que faltão ou dos que se ausentão e lhes fazem sua estação. Ho meirinho, que hé hum seu Principal delles, prega sempre aos domingos e festas polas casas de madrugada a seu modo. A obediencia que tem hé muyto pera louvar a Nosso Senhor, porque não vão fora pedir licença, porque lho temos asym mandado por sabêremos onde vão, pera que não vão comunicar, ou comer carne humana, ou embebedar-se a alguma Aldea longe; e se algum de desmanda, hé preso e castigado pelo seu meirinho, e o Governador faz delles justiça como de qualquer outro christão e com maior liberdade. (...)

(...)

Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres e Padres e Irmãos de Portugal, Baía 5 de julho de 1559, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 49.

Na Baía, Nóbrega dá a razão local, porque não tinha duas lições uma de manhã outra de tarde como era costume. Em carta de 1559 ao P. Miguel de Torres, Lisboa, escreve:

Aquí há escola dos meninos, que são pera isso, cada dia huma só vez, porque tem o mar longe e vão pelas menhãs pescar pera sy e pera seus paes, que não se mantem doutra cousa, e às tardes tem escola tres oras ou quatro. Destes ahi cento e vinte por rol, mas continuos sempre há de oitenta pera arriba. Estes sabem bem a doutrina e cousas da fee, lem e escrevem; já cantão e ajudão alguns hà missa. Estes são já todos baupuzados com todas as meninas da mesma ydade, e todos os innocentes e lactantes. Depois da escola há doutrina geral a toda gente, e acaba-sse com Salve cantada polos meninos e as Ave Marias. Despois, huma hora de noite, se tange o sino e os meninos tem cuydado de ensinarem ha doutrina a seus pais e mais velhos e velhas, os quais não podem tantas vezes ir hà igreja, e hé grande consolação ouvir por

todas as casas louvar-se Nosso Senhor e dar-se gloria ao nome de Jesu. Aos domindos e sanctos tem missa e pregação na sua lingoa e de continuo hé tanta a gente que não cabe na igreja, posto que hé grande; (...) (Serafim Leite, 1954, III, p. 51-52)

Em 1564, já o mestre Irmão Luís Carvalho ensinava a Eneida, de Virgílio, na Baía a onze estudantes e, em 1572, começou, também na Baía, o curso de Artes (não apenas Dialética mas toda a Filosofia e Ciências Naturais anexas. O curso durava de três a quatro anos (Serafim Leite, 1965, p. 43). Em 1587, lia-se uma lição da língua em Pernambuco.

O estudo das matemáticas no Brasil teve princípios muito humildes, como parte da escola de ler, escrever e algarismo, como se dizia em 1584 e, em 1605, lição de Aritmética. Já em Coimbra, em 1559, ao pé do curso das Artes, distinto dele, nomeia-se a cadeira de Matemática. Conexo andava o estudo da Física. A Física ensinada nas Universidades era a de Aristóteles, e por ela se pautavam algumas interpretações da Sagrada Escritura, grave embaraço para a aceitação das experiências do mundo físico à proporção que se iam estabelecendo desde Copérnico. Assim, uma após outras, as experiências físicas do mundo moderno desmoronaram as teorias do mundo físico de Aristóteles e de Ptolomeu (Serafim Leite, 1965, p. 47).

Na zona brasileira em que se iniciaram as escolas não havia correspondência com a Europa, o ensino público não se organizou de forma assentada. Era *sem lei nem regra* no princípio. Mais tarde, em 1559, obediente, depois de ter recebido *las reglas*, escreveu ao P. Diogo Laynes, Roma, da Baía em 30 de Julho: *quando al dispensar de las reglas, se guardará lo que manda. Yo no siento cosa en que las reglas y Constituciones de allá no se guarden también aquí, (...)*. Mas, ainda em 1556:

Saberá V. P. como a estas partes me mandarão os Padres e Irmãos que viemos, e até agora vivemos sem lei nem regra, mais que trabalharemos de nos conformar com ho que aviamos visto no Collegio e, como nelle aviamos estado pouco, sabiamos pouco. (...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres, Lisboa, de São Vicente Maio de 1556, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 280.

Os primeiros colégios no Brasil foram se adaptando pouco a pouco às realidades do meio social, ao número sempre cescente dos alunos e ao clima.

(...)

Minha tenção, quando se esta casa principiou, foi parecer-me que nunca meninos do gentio se apartariam de nós e de nossa administração e o que se adquiriu foi para eles e para nós. Dos moços órfãos de Portugal nunca

foi minha tenção adquirir a eles nada nem fazer casa para eles, senão quanto fosse necessário para com eles ganhar os da terra para os doutrinar e estes haviam de ser sòmente os que para este fossem necessários e de cá se pedissem.

Torno a dizer que é tão grande o ódio, que a gente desta terra tem aos Índios, que por todas as vias os toma o inimigo de todo o bem por instrumentos de danarem e estorvarem a conversão do gentio; (...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres, Lisboa, da Baía 8 de Maio de 1558, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 445.

A eficácia da educação e do ensino estava, exatamente, *no sistema de ordem moral (persuasão, emulação, repreensão), mas sem excluir os de ordem física*. Adaptou-se, *nas primeiríssimas escolas*, um sistema de *cadeias* para aqueles meninos aldeados que cometessem pequenos delitos ou que fugissem. *Em geral, os estudantes do Brasil não eram destituídos de talento; a aplicação ao estudo é que nem sempre andava à altura. Existia a vadiagem* (Serafim Leite, 1965, p. 55). Nas aldeias, recomendava:

(...)

Nem parece que para tanto gentio haverá mister muita gente, porquanto, segundo se já tem experiência dele por outras partes, poucos cristãos bastarão e pouco custo e porventura que, com pouco mais do que S. A. gasta em os trazer à fê por paz e amor e outros gastos desnecessários, bastaria para sujeitar toda a costa com ajuda dos moradores e de seus escravos e Índios amigos, como se usa em todas as partes desta qualidade.

Devia haver um Protector dos Índios para os fazer castigar quando o houvessem mister e defender dos agravos que lhe fizessem. Este devia ser bem salariado, escolhido pòlos Padres e aprovado pelo Governador. Se o Governador fosse zeloso bastaria ao presente. (...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres, Lisboa da Baía 8 de Maio de 1558, in: Serafim Leite, II, p. 450.

Em mesma carta, fala das fugas dos meninos crescidos, em outra comenta que *pera nós hé grande dor esta, porque, por medo dos cristãos, vemos que são forçados irem-se onde não poderemos ter conta com elles, e levão-nos os filhos que já estavam doutrinados*:

Meninos do gentio não há agora em casa. A razão é porque os que havia eram já grandes e deram-se a officios, mas destes os mais fugiram para os seus; (...). Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres, Lisboa da Baía 8 de Maio de 1558, in: Serafim Leite, II, p. 450.

A estabilidade pedagógica veio mais tarde, Nóbrega não a conheceu. Nem conheceu a edição definitiva dos estudos pedagógicos da Companhia de Jesus. Por isso, falar do método pedagógico dos jesuítas é falar após a data de 1598 quando foi impresso o *Ratio Studiorum* em Nápoles, promulgado em 1599 e, depois, comunicado a todas as províncias a edição definitiva do *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*.

(...) se fez algum fructo, posto que muyto á força de braço, porque N. Senhor favorecia a salvação de alguns predestinados que tinha, que outra ajuda nenhuma não tínhamos, porque geralmente nesta terra todos são pera estorvar o serviço de Nosso Senhor, e hum só se não acha pera favorecer ho negocio de salvar almas. (Carta de Nóbrega a Tomé de Sousa, em 5 de julho de 1559)

Os colégios, mal Nóbrega conseguiu sustentá-los: carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres, Lisboa, da Baía (Rio Vermelho) Agosto de 1557 (Serafim Leite, 1954, II, p. 396):

(...)

(...) Na cidade reside o P. Antonio Pirez, como reitor da casa, com o P. Ambrosio Pirez, o qual agora tem cuidado de ler huma clace aos que mais sabem de latim, e tem tãobem a seu cargo as pregações da cidade; ficarão com Antonio Blasques os que menos sabião. Há na mesma casa, assi mesmo, escola de ler e alguns meninos do gentio, e com elles se ensinão outros da cidade, e de todos tem cuidado hum Irmam. Os estudantes de fora não são mais de tres ou quatro moços capelães da Sé, mas de casa onze ou doze, delles Irmãos, e outros orfãos, daqueles que pareceo mostrarem e terem melhor habilidade pera estudarem e milhores partes pera poderem ser da Companhia; todos os mais orfãos são dados a officios, salvo dous ou tres que nem são pera serem da Companhia, por não serem pera isso; a estes não vemos outro remedio, salvo torná-los lá a mandar.

(...)

A mantença de todos agora hé as esmolos da Cidade, a qual tomou a cárrego mantêre-nos até avêremos algum remedio com a vinda dos mais que esperamos, porque d'El-Rei não nos dão nada, nem há que dar: e se N. Senhor nam abrirea este caminho, não sei que fora de nós, porque nem con vender os ornamentos e calices da igreja fora posivel manter-se toda gente. (...)

Com os christãos fazemos quá pouco, (...). Com o gentio tãobem se faz pouco, porque a maior parte delle, que erão freiguezes destas duas igrejas, fugirão. A causa disto foi tomarem-lhe os christãos as terras em que tem seus mantimentos, (...) dizendo-lhes que os hão-de matar (...).

(...) Pera nós hé grande dor esta, porque vemos que são forçados irem-se onde não poderemos ter conta com elles, e levão-nos os filhos que já estavão doutrinados, (...).

Com ha escravaria se faz muito agora mais fructo em sua doctrina e pregações na sua lingoa e confissões, (...)

(...) E considerar eu os muitos Irmãos que há em S. Vicente e o pouco que se faz ahí, (...). (...)

Portanto se deve lá trabalhar por nos mandarem socoro logo, ao menos de hum Provincial e dalguns Padres e irmãos que ajudem, porque a mim devem-me já de ter por morto, porque ao presente fiquo deitando muito sangue polla boca. O medico de quá hora que pode ser da cabeça: seja donde for, eu o que mais sinto hé ver a febre ir-me gastando pouco a pouco. (...).

A continuidade dos estudos era constantemente comprometida pela inconstância dos alunos, falta de missionários, recursos escassos, pouca assistência de Portugal, *depressão de ânimo por ocasião das epidemias* e constantes guerras entre os portugueses e os índios.

Saberá V. P. como me embarquo pera a Baya muito achegago à morte de huma infirmitade de que nesta terra não tenho visto escapar nenhum, que hé inchação do estamago. (...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Inácio de Loyola, Roma, de S. Vicente Maio de 1556, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 275)

E

(...) outros por não se poderem aqui sustentar por causa da fome, que há dias que anda por esta Baía (não por falta de terra nem dos tempos senão por falta de quem faça mantimentos e haver muitos ociosos para os comer), foram mandados para a Capitania do Espírito Santo. Não se tomaram outros, nem se fez por isso, por não se poderem sustentar; todavia já agora começaremos de ajuntar alguns de melhores habilidades nesta casa e tenho um homem muito conviniente para ter cuidado deles. (...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres, Lisboa da Baía 8 de Maio de 1558, in: Serafim Leite, II, p. 450.

Só em 1570 *teve em conta o parecer de Nóbrega, com a Lei de S. Sebastião, de 20 de Março, proibindo a maneira como no Brasil se faziam escravos, deixando apenas de pé o título de guerra justa contra os gentios. Nóbrega faleceu nesse mesmo ano* (Serafim Leite, 1965, p. 81).

O Brasil foi muitas vezes fustigado por grandes ‘pestes’, ‘epidemias’, ou doenças gerais’: ‘bexigas, prioizes, tabardilho, câmaras de sangue, tosse e catarro. Nestas ocasiões, os Padres não descansavam, e nisso gastavam a vida. Havia sarampão, a malária ou impaludismo, a que já alude Nóbrega em 1549. De impaludismo adoeceram alguns Padres. São terçãs ou quartãs renitentes, ‘as terríveis maleitas, as mais mortífera das epidemias nacionais, novidade velha de séculos. Estas manifestações maláricas eram o mais grave da patologia indígena. Outra epidemia, que causava mais vítimas: câmara de sangue ou desinteria hemorrágica. (...) De todas as epidemias, a que causou maiores estragos, e cuja existência é assinalada várias vezes, foi a varíola. Grassou de forma violenta em 1563. Morreram ’30.000, no espaço de 2 ou 3 meses’. Os Jesuítas assistiam aos doentes, curavam-nos; e ‘muitas vezes lhes ficava a pele e carne dos doentes pegada nas mãos; e o cheiro era tal, que se não podia sofrer’. (Serafim Leite, 1938, II, p. 574-575)

Mesmo assim, Nobrega conseguiu organizar um plano de estudos e concretizá-los nos colégios de S. Vicente e Bahia

(...)

Yo vine corriendo la costa con el Governador Thomé de Sosa visitando las capitánias e los Hermanos dellas, hasta llegar a ésta de S. Vicente, que es la última, adonde hallé una grande yglesia hecha, la mejor que en la costa ay, y muchos Hermanos y niños del gentio, pero la más pobre y más mal proveyda de todas por razón que la tierra también fué hasta aora de todos muy olvidada así del señor della como de los más.

(...)

En el Campo de aquí doze legoas se quieren ayuntar tres poblaciones en una para mejor aprender la doctrina christiana, y muestran grande fervor y desseo de aprender y de les predicar. (...)

En esta casa é hecho fruto con la gente de la tierra, scilicet hijos y hijas de christianos, mamalucos, qye ay muchos y con la esclavaria. (...) Todos saben la doctrina mejor que muchos viejos christianos de íoniõn, y cásanse muchos esclavos que estavan en pecado, otros se apartan, muchos se disciplinan con tan grande fervor que ponen confusión a los blancos.

En esta casa tienen los niños sus exercicios bien ordenados, aprenden a leer y escrevir y van muy avante, otros a cantar y tañer frautas, y otros mamalucos más diestros aprenden grammática; y enseñala um mancebo grammático de Coimbra que acá vino desterrado. Tienen sus plásticas de N. Señor y modos con que lo alaban, y mucho más se haría si ya uviesse muchos obreros, mas como solo Pero Correa es el predicador no puede hazer más. Estos que se crían na de ser los verdadeiros por la mucha esperança que nos Dan sus Buenos principios. De la Baya mandarán algunos de los que allá menos necessarios fueren, porque nos ayudan acá mucho y son las lengoas y los nuestros predicadores; y a algunos no les falta sino la autoridad y edad, porque el saber y el zelo dáselo nuestro Señor. (...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Luís Gonçalvez da Câmara, Lisboa. De S. Vicente 15 de Junho de 1553, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 489)

Serafim Leite considera que a pouca população do Brasil ainda não permitia cursos sem algum intervalo entre si, *mas o progresso da terra acentuava-se. Embora*, conforme cita Madureira (1927, p. 125), em 1561, *doze annos depois* da vinda dos Jesuítas para o Brasil, *a Província jesuítica do Brasil contava já com 34.000 conversos reunidos em aldeamentos.*

O fundamento do ensino era a cultura geral, mas o motivo próximo foi o de habilitar os eventuais alunos a serem padres, missionários que auxiliariam a obra. Só mesmo *em meados do século XVIII, os seminários começaram a ter o sentido moderno de preparação exclusiva para a carreira eclesiástica.*

Apesar das dificuldades relatadas nesta carta

Na Baía não se emtende agora com o gentio por falta de lingoas que não temos, somente se sustenta aquella casa e se doutrinão alguns moços, e assi tãobem porque andão elles agora todos trabalhados em tão crueis guerras, (...). Carta de Manuel da Nóbrega a D. João II de Portugal, da Capitania de S. Vicente (Piratininga ?) Outubro de 1553, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 13.

Nóbrega implementou, a partir do *modus parisiensis*, a divisão em classes (cada uma com seu próprio professor), ordenou a progressão de aula para aula conforme metas curriculares. Do método parisiense, ele tomou emprestada a insistência sobre a apropriação ativa das idéias e habilidades, que consistia não somente em composições escritas e repetições orais em sala de aula, mas também em peças, disputas e outros espetáculos abertos ao público.

Hasta La expulsión de sus miembros en 1759, la Compañía de Jesús gozó en el Brasil de un virtual monopolio de la educación. Su más alto objetivo fue el de preparar la flor y nata de la intelectualidad em sus escuelas superiores o colegios com vistas a la implementación de los principios religiosos y sociales enunciados por su fundador, San Ignacio de Loyola. Su escuelas de nivel primario fueron dedicadas a la evangelización de los indios utilizando para esa tarea la lengua propia de los convertidos; y para enseñar a estos a leer y escribir em portugués. A aquellos europeos que se colocaban bajo su égida, lo que solo ocurría circunstancialmente, los jesuitas les proporcionaban conocimientos básicos y nada más, excepto a aquellos jóvenes que ingresaban en los seminarios, en los cuales los miembros de la Compañía; de cualquier edad que fuere se congregaban, aislándose del exterior por algún tiempo, en ejercicios de perfección llamados recogimientos. (Weckmann, 1993, p. 214)

Por fim, nas palavras de Nóbrega, um resumo da atividade missionária, de 1549 até 1561, e os resultados na visão do destinador das Cartas, observação apropriada para quem discute a articulação educacional no Brasil do século XVI:

(...)

El año de 49 fui embiado por el Maestro Simón a estas partes con mis cinco compañeros, el qual me dió entre otros avisos esta, que si en estas partes oviesse deposición para aver collegios de nuestra Compañía, o recogimiento para hijos de los gentiles, que yo pidiesse tierras al Governador y escogiesse sitios y que de todo le aviasse. El primer año no me pude resolver en nada, mas solamente corri la costa y tomé los pulsos a la tierra.

Luego en el siguiente año mandaron quatro Padres con alguns mochachos hérfanos y esto me hizo creer mi opinión, y que N. Señor era servido de aver casa para mochachos de los gentiles, y aquellos venían para dar principio a outros muchos de acá de la tierra que se recogerían con ellos. Y comencé de adquirir algunos con mucho trabajo, por estar en aquel tiempo muy indómitos, y pedi sitios para casas y tierras al Governador, y uve algunos esclavos y entreguélos a um secular para con ellos hazer mantenimientos a esta gente.

Luego em el siguiente año vinieron más huérfanos con bullas para se ordenar cofradía, lo que luego se hizo en la Baya y en Capitania del Spíritu Sancto y en esta de S. Vicente, repartiendo los mochachos por las casas, los quales eram acceptos en la tierra a la gente portuguesa por causa de los officios divinos y doctrina que dezían. Y con estos se ayuntaran otros de los gentiles y huérfanos de la tierra, mestizos, para a todos remediar y dar vida.

Y desta manera caminamos hasta la venida del P. Luís de Grãa, del qual supe como en Portugal no se aprovava tener nosotros el assumto destes mochachos, y menos ordenar sus cofradías. Y con esto me vino una carta de Antonio de Quadros, escrita por commissión del Provincial, que en aquel tiempo era en Portugal, en que me avisava no se dever adquirir nada para mochachos, ni hazer dellos tanto caso, como en la verdad lo que se adquirió, assi de tierras como de vaccas, no fué mi intención ser solamente para mochachos, mas para lo que la Compañía dello dispusiesse como le pareciesse más gloria del Señor, aora fuesse en nuestros Collegios, aora en Casas de Mochachos, aora en todo junto; y por no aver estudiantes nuestros se gastava con los mochachos assi de la tierra como con los que embiaron de Portugal.

Y puesto que yo tenía contraria opinión, y me parecía que las causas por donde en Portugal se dexavan los mochachos no avían acá lugar, con todo comencé a desandar la rueda que tenía andado, y a poquentar los niños y quitar confradías, quanto puede sin scándalo, maiormente después que vinieron las Constitutiones, las quales en las reglas del Rector dezían que no

recibiessem en casa, ni aún infieles para doctrinar, e pareció al Padre Luís de Grãa, que en aquel tiempo era mi collateral, y a todos los más Padres, que avia aquello acá lugar también.

En esta Capitania de S. Vicente adquirió el P. Leonardo Nunez en aquel tiempo lo más moços de los Indios por mi mandado que en ninguna parte. Estos puse en casa de sus padres en Piratininga, onde por su contemplanción principalmente hize aquella Casa, para que nosotros los doctrinásemos y sus padres los sustentassen, y con ellos ganássemos a todos los más. Mas sucedió que suspad res como tienen de costumbre no vivir en una parte más de 4 o cinco años, e ellos crecieron, y ni estos ni otros se adquirieron, y así se perdió todo. Y aconteció a uno destes pedirnos con palabras de piedad no le apartássemos de nosotros, y todavía se aparto por obedecer, puesto que con assaz compassión mia y dolor, porque muchos hijos de los Indios sabían leer y escribir, y oficiavan las missas, que era mucha edification para todos, así Portugueses como Indios.

Lo mismo se hizo en las otras partes, (...).

En la baya también se diminúo todo. Los mochachos que dexé, se dierón a officios, y no se recogeron otros, así por esto, como por no aver sustentación para ellos, porque los esclavos que yo dexé y mantenimientos, todo fenesció y no procuraron otros. Y quando bolví allá desta Capitania de S. Vicente, onde residi por tres o quatro años, hallé que de Portugal avían embiado algunos veinte huérfanos, y con ellos recogió el P. Ambrosio Perez a otros de la tierra; y quede perplexo por parescer que tenían ya outro consejo, y por esso lo conservé hasta que tuve carta el P. Maestro Polanco, escrita por comisión de V. P., en que parecía aprovar la obra, y pedía que lo aviassem si se podrían criar hijos desta tierra en la Europa, lo que concordava con lo que de Portugal después me respondieron a mis cartas. Y con esto entre más de propósito y dime priessa a recoger mochacho, de buenas habilidades, de los Indios, y dí ordem a se hazer mantenimientos así para nuestro Collegio como para la Casa de los Mochachos, a los quales hize hazer um aposentamiento apartado de la habitación tanto quanto la pobreza de la tierra dava lugar.

Este año de 60, siéndome mandado de Portugal que residiese en este S. Vicente, onde estava el P. Luís de Grãa, y comunicándolo todo no le parece bien lo que se gasta con mochachos, ni la ocupación de mirar por ellos. Y algunas razones que del pude colligir porné aquí, el escribirá las más.

La primera. Estos mochachos después que crescen, buelven a la miesma vida de sus padres que antes tenían, en partes donde no tienen subjection, ni ay posibilidad en la tierra para se le dar, como es esta Capitania de S. Vicente; y adonde tienen subjection abasta enseñarlos en sus proprias poblaciones adonde tenemos yglesias, como se haze, y así en ninguna parte parece ser convenientes Casas de Mochachos.

Item. Estos mochachos, maxime los de los Indios, no son acceptos a la gente portuguesa, que mucho los querían para sus esclavos; y si nosotros no los sustentamos y miramos por ellos, así en lo temporal como en lo spiritual, se pierde la obra, y hazer esto nosotros es mucha inquietación, y se haze injuria a la sancta pobreza, porque se requiere buscar esclavos y tener hacienda, la qual aunque se gaste con ellos el nombre que tiene es ser nuestra.

Estas razones y todas las más no me concluyen mi entendimiento, porque aunque muchos mochachos buelven atraz a seguir las costumbres de sus padres (...) estrañan a sus padres, y en el entendimiento salen capaces y alumbrados para poder recibir la gratia y tener contritió de sus peccados estando en peligro de muerte, y saben procurar mejor su salvatió, como la experientia a mostrado en algunos, que es tener grande camino andado. (...)

(...)

Este modo sería también útil para a seguridad de la tierra, porque si los Indios tuviessen esta prenda de sus hijos en nuestro poder, no se temerian tanto los christianos dellos quando algunos se arruinassen, como aconteció este año en esta Capitania de S. Vicente, que parecía que querian los Indios dar guerra a los Portugueses.

En esta tierra, Padre, tenemos por delante mucho número de gentiles y gran falta de operarios, dévense abraçar todos los modos posibles de los buscar y perpetuar la Compañía en estas partes para remediar tanta perdition de ánimas. Y si acá es peligroso criarlos porque tienen más ocasiones para no guardar la castidad después que se hazen grandes, mándense antes deste tiempo a la Europa assí de los mestizos como los hijos de los gentiles, y de allá nos embiën quantos estudiantes moços pudieren para acá estudiar en nuestros collegios, porque en estos no ay tanto peligro, y estos juntamente van deprendiendo la lengua de latierra, que es la más principal scientia para acá necessaria. Y la experientia a mostrado ser este útil médio, porque algunos de los huérfanos que de Portugal embiaron, que después acá admitimos a la Compañía, son aora muy útils operarios. Esta trueca queria hazer al principio y embié algunos mestizos, y dellos uno está agora en Coimbra, mas fui avisado que no mandasse más. (...)

El P. Luís de Grãa parece querer llevar esto por outro espíritu muy diferente. (...)

Yo esto fué causa que, partiéndome yo desta Capitanía para la Baya (...).

Esta opinión del Padre me hizo mucho tiempo no firmar bien el pie em estas cosas, hasta que me resolvi y soy de opinión (salva siempre la determinación de la sancta obedientia) de todo lo contrario, y me parece que la Compañía deve tener y adquirir justamente, por medios que laa Conatituciones permittien, quanto pudiere para nuestros Colegios y Casas de Mochachos, y, por mucho que tengan, harta pobreza quedará a los que discurreren por diversas partes, y no devemos de querer que siempre el Rey nos provea, que no sabemos quanto esto durará, mas por todas vías se perpetue la Compañía em estas partes, de tal manera que los operários cresçam y no menguen.

Y aún si fuesse tanto, no tenía por desacertado adquirirse para casa de niñas de los gentiles, de que tuviessem cargo mugeres virtuosas, com las quales después casassem estos moços que doutrinássemos. Y temo que fuesse esta grande inventión del enemigo vestirse de la sancta pobreza para impedir la salvación de muchas animas.

Estamos en tierra tan pobre y miserable que nada se gana con ella, porque es la gente tan pobre, que por más pobre que seamos, somos más ricos que ellos. Nos es poderosa toda la gente del Brasil a sustentarnos, a los de la Compañía, de vestido, aunque sea más vil que de Frayles de S. Fancisco. Y si enferma uno de la Compañía, si no tiene remédio de Portugal, en la tierra no ay quien se lo dé, antes lo esperan todos de nosotros, y estos no solamente gentiles, sino también christianos. Acá no ay trigo, ni vino, ni azeite, ni vinagre, ni carnes, sino por milagro; lo que ay por la tierra que es pescado y mantenimiento de raíces, por mucho que se tenga, no dexaremos de ser pobres, y aún esto no lo ternemos si no se trabaja, porque ni destoa y limosnas que basten. Quien acá a de trabajar en la viña del Señor a menester sustentar el subjecto, porque los trabajos son muy maiores que en otras partes y los mantenimientos son muy flacos. Y puesto que la charidad y juventud hagan no sentirse tanto, todavia dévese tener respecto a les conservar la salud, y es grande pérfida perder uno de la Compañía la vida y salud com que mucho se sirve N. Senhor. (...) (Carta do P. Manuel da Nóbrega, S. Vicente, em 12 de Junho de 1561, ao P. Diego Laynes, Roma.)

CONCLUSÃO

Na mente de Nóbrega e na ordem dos fins, a *fê* tinha a primazia sobre o *império*, mas na ordem dos meios, o império, com a sujeição do gentio, era a condição prévia para o estabelecimento da *fê*, excepto casos individuais. Historicamente, no Brasil e por toda a parte, olhando o mapa das religiões do mundo moderno, este foi o caminho da cristandade (Serafim Leite, 1954, III, p. 58).

Têm-se os elementos, agora, para concluir sobre os primeiros ensaios de sistematização pedagógica expostos nas Cartas do P. Manuel da Nóbrega. Não se esquecendo de que se busca embasamento na História das Idéias lingüísticas, a fim de considerar o contexto em que Nóbrega se inseriu e por isso, à conclusão, unem-se considerações a respeito de sua mentalidade. Segundo Febvre

é inerente a cada civilização seu próprio dispositivo psicológico, ele corresponde às demandas de uma dada época e não está destinado nem à eternidade, nem ao gênero humano em geral, nem mesmo à evolução de uma civilização em particular (Guriêvitch, 2003, p. 29).

Em determinadas épocas, em cada sociedade existe uma imagem específica do mundo e, em particular, um quadro próprio da história (id.). Desta feita, é evidente que esse trabalho não ousou dar razões ou condenar Nóbrega, por ter sido a favor da subjeção e recolhimento do Índio, por ter usado a máquina governamental para assegurar os Aldeamentos ou tomar escravos da Guiné, enviados pela Coroa de Portugal num *prazo de dois anos, ficando fiador e, depois, concedeu-lhos El-Rei por esmola.*

Depois que vierão os escravos d'El-Rey, de Guiné a esta terra, tomarão os Padres fiados por dous annos tres escravos (...).

Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa, Baía Fins de Agosto de 1552, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 400.

A pesquisa procurou os vestígios do pensamento e da atividade humana numa época distante. Entrou em contato com o *psiquismo*, o *horizonte intelectual*, com os *interesses e paixões* de um homem, e tentou travar um diálogo. E, pode-se fixar, Nóbrega foi grande, talvez o mais importante jesuíta vindo ao Brasil, porque tinha um ideal e soube dar vida espiritual ao propósito educacional que perseguia.

O fim, com que os Jesuítas foram ao Brasil, foi a catequese (Serafim Leite, 1938, I, p.31). E Nóbrega expõe de modo explícito, nas cartas, *a ação catequética dos padres no Brasil com referências doxológicas, teórico-doutrinárias, da Igreja quinhentista* (Hansen, 1995, p. 88).

O discurso do destinador que *envia informações a um destinatário*, constituindo-se ambos, na escrita, como *Irmãos em Cristo*, expõe e discute a articulação educacional em detalhes: no Brasil, as *escolas de ler e escrever, para Meninos Índios, eram obrigatórias na catequese, que instituiu Nóbrega e continuou Luís de Grã* (Serafim Leite, 1953, p. 38). No geral, a *Escola era constituída fundamentalmente por Meninos Índios e, também, filhos de índia e de português, portanto mestiços, que no Brasil se chamavam mamalucos* (id, 1954, III, p. 65).

En esta casa tienen los niños sus ejercicios bien ordenados, aprenden a leer y escribir y van muy avante, otros a cantar y tañer flautas, y otros mamalucos más destros aprenden grammática; y enséñala um mancebo grammático de Coimbra que acá vino desterrado. Tienen sus platicas de N. Señor y modos con que lo ablan, (...) (Carta de Manuel da Nóbrega, S. Vicente 15 de junho de 1553 ao P. Luís Gonçalves da Câmara, Lisboa, in: Serafim Leite, 1954, I, p, 489)

Ainda, *com os moradores, a actividade da Companhia neste período era de menor intensidade do que com os Índios* (ibid., p. 63)⁵¹. Ao Governador cabia a questão da justiça punitiva – no entanto não acontecia -, e com referência ao pecado, daria conta um Bispo – *ho Bispo, posto que era muyto zelador da salvação dos christãos, fez pouco* - na luta perene do auto-controle das paixões e evangelização do colono. Em carta de 5 de julho de 1559 a Tomé de Sousa, que já estava em Lisboa, Nóbrega reafirmou, depois de dez anos, seus desejos e *os meio para que isto tivesse effeito*:

Des que nesta terra estou, que vim com V. M., dous desejos me artumentarão sempre: hum, de ver os christãos destas partes reformados em bons costumes, e que fossem boa semente tresplantada nestas partes que desse cheiro de bom exemplo; e outro, ver disposição no gentio pera se lhe poder pregar a palavra de Deus, e eles fazerem-se capaces da graça e entrarem na Ygreja de Deus, pois Christo N. Senhor por eles tãobem padeceo. Porque pera isso fuy com meus Yrmãos mandado a esta terra, e esta foy a yntenção de nosso Rey tam christianissimo que a estas partes nos mandou. (...) Destes dous desejos que

⁵¹ Sobre a atividade com os moradores e a moralidade pública, a fundação das cidades, regularização conjugal, isenção temporária das leis positivas da Igreja a favor dos neoconvertidos, liberdade contra o injusto cativo dos gentios, antropofagia dos Índios, desenvolvimento do culto eucarístico e da liturgia, pureza da fé contra as blasfêmias e pragas, hierarquia eclesíastica do Brasil, agricultura e indústria local, boa imigração, verificar Serafim Leite na obra *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil (Assistência de Portugal) 1549-1760*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

digo, me nação outros, que era desejar os meios para que isto tivesse effeito, e destes escolhia dous que me parecião milhores: hum, era desejar Bispo, tal qual V. M. e eu ho pintavamos quá pera reformar os christãos, e outro, ver o gentio sujeito e metido no jugo da obediencia dos christãos, pera se neles poder ymprimir tudo quanto quisesemos, porque hé ele de qualidade que domado se escreverá em seus entendimentos e vontades muyto bem a fé de Christo, (...). (Serafim Leite, 1954, III, p. 71-72)

Pode-se evidenciar nas Cartas de Nóbrega que o grande plano educacional deveria refletir a mais esmerada educação civil e religiosa, ao lado da instrução regular (literária e científica) inspirada no que *aviamos visto no Collegio de Coimbra*. E pode-se dizer que *a escrita de Nóbrega* firma um contrato de fidelidade com o ideal do *magistério á juventude*, instituído por S. Inácio, que transformou os processos pedagógicos *no exercicio da mais divina de todas as virtudes, que é a caridade, elevando-o á dignidade altíssima do mais divino apostolado, que é a salvação das almas* (Madureira, 1927, p.355).

Aunque trabajemos que todos vengan a conocimiento de nuestra fe, y a todos la enseñemos, que la quieren oyr, y della se aprovechar: principalmente pretendemos de enseñar bien los moços. Porque estos bien doctrinados y acostumbrados en vitrud, serán firmes y constantes (...). (Carta de Manuel da Nóbrega, de Pernambuco, ao P. Simão Rodrigues, Lisboa, 11 de Agosto de 1551, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 266)

Por vezes carta *familiaris*, por vezes *negotialis*, ou como mescla dos dois *gêneros*, a correspondência de Nóbrega passa a ser lida como texto que retrata a mentalidade de um homem animado, também, com espírito de reforma da Igreja, que preocupava então a Europa. Nóbrega era um Reformador e condenava, como se vê por estas ou outras frases, *os sacerdotes que acá estavam todos nos mesmos peccados dos leigos, muy publicos e escandalosos, que não comungavão quase todos por estarem amancebados e pollas Constituições ficavam excommungados* (Carta de Manuel da Nóbrega aos Padres e Irmãos de Coimbra, 1551, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 285).

Criticou severamente *El Bispo* D. Pedro Fernandes Sardinha que *no es letrado*, que veio com clérigos *amancebados com suas escravas*, e julgavam o gentio incapaz da doutrina *por sua bruteza e bestialidade* e morreu em poder deles: *que permittio que fogindo ele dos gentios e da terra, tendo poucos desejos de morrer em suas mãos, fosse comido deles* (Carta de Manuel da Nóbrega, em 1599, a Tomé de Sousa).

Nóbrega conclui: *Ho que eu nisto julgo, posto que não fuy conselheiro de N. Senhor, hé que quem isto fez, porventura quis pagar-lhe suas virtudes e bondade*

grande, e castigar-lhe juntamente o descuydo e pouco zelo que tinha da salvação do gentio (id., p. 73).

Mas como eles vierão, introduzirão na terra estarem clérigos e dignidades amancebados com suas escravas, que pera esse effeito escolhião as melhores e de mais preço que achavão, com achaque que avião de ter quem os servisse, e logo começarão a fazer filhos e fazer-se criação: porque convinha muyto ao Brasil aver quá este treslado de dignidades e cônegos, como os há em outras ygrejas da Christandade, e não sem muyto descuydo dos prelados, a quem N. Senhor castigará a seu tempo. (Carta de Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa, em 5 de julho de 1559, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 71-72)

Desde as primeiras linhas, os relatos são de que todos os Jesuítas intervinham como mestres, *mais ou menos e conforme a capacidade de cada um e o conhecimento que tinham da língua, segundo o parecer do Superior. E faziam parte em língua brasílica, parte em língua portuguesa*: língua brasílica, conforme ressalta Serafim Leite (1953, p. 39) sobre discussões envolvendo a nomenclatura, *ora se chama tupi, ora se chama tupi-guarani*. Cite-se *Antônio Rodrigues*, o primeiro Mestre-escola, autoridade em ensinar os meninos a ler, escrever, cantar e tocar flauta, que *aprendeu e usou a língua brasílica em ordem inversa. Começou por falar a modalidade guarani e só depois a tupi*.

Com muito esforço, Nóbrega e os primeiros jesuítas tentaram que coexistissem nas escolas de catequese: *1. A catequese dos Índios, feita pelos Jesuítas em geral; 2. A Escola de Meninos (ler, escrever e cantar); 3. A Classe de Latim para os da Companhia ou prováveis candidatos a ela* (id., p. 39). Só conseguiu em São Paulo, com os esforços de Leonardo Nunes, Antônio Rodrigues e José de Anchieta, Mestre em Latim. A escola de S. Paulo não se confundiu com a catequese geral.

No geral, o que Nóbrega salienta ao pedir sempre *socorro* nas cartas é que as casas da Companhia mal se sustentavam. Daí a articulação necessária de Nóbrega a garantir a educação iniciada no Brasil, sob sua administração. Eram ações isoladas no desamparo de recursos temporais e humanos.

(...) achegou o P. Luís de Grã e os mais Padres e Irmãos que com elle vierão, com a vinda dos quais soubemos como se a Companhia lançara de ter carrego dos tais orfãos; todavia escreveu-me o P. Mirão que dos filhos do gentio, tivesemos como tinhamos até sabermos recado de V. P., e quanto aos orfãos, de que o P. Domenico tinha carrego, trabalharia que não mandassem mais. Todavia este anno passado de 555 cá mandarão dezoito ou vinte à Baya, que não foi piquena preção pera os Padres o que ahi estão pera lhes buscarem a sustentação, porque o que elles tinham não lhes bastava. Agora

que eu vou à Baya, trabalharei quanto for possível pollos apartar a elles, e a outros da terra, dando carrego delles, e de seus bens temporais, a quem delles tenha cuidado, ficando-nos o ensiná-los e doutriná-los somente. (...) Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres, Lisboa, de S. Vicente Maio de 1556, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 278.

Mas como já foi mencionado, Nóbrega pertencia a uma corporação religiosa de voluntários, com liberdade inteligente como condição essencial para a validade de seus votos concentrada na obediência como meio de alcançar mais rápida e seguramente a perfeição evangélica: *ella reúne todas as forças do individuo e as concentra em um determinado objecto, que consiste em fazer o bem, realizar a perfeição com o maximo de acção e de intensidade. Era a aplicação da definição de Santo Agostinho: Homines sunt voluntates e, por meio da obediencia, faz todos os esforços para dar-lhes a realização mais perfeita* (Madureira, 1927, p. 433).

Decerto, sentia-se num drama universal da redenção, numa prefiguração profética da realização do reino de Deus no mundo e de sua atualização nas terras do Brasil (Hansen) e, por isso, nunca tenha desistido. Em 1559, Nóbrega escreve a Tomé de Sousa:

(...) E porque não aja peccado que nesta terra não aja, também topei cim opiniões luteranas e com quem as deffendesse, porque, já que não tínhamos que fazer com o gentio em lhe tirar suas erroneas por argumentos, tivessesmos hereses com que disputar e defender a fé catholica. (...)

E, referindo-se ao trabalho iniciado com a ajuda do antigo governador:

(...) Ó si entonces V. M. começara, quantas almas se ganharão! E Nosso Senhor favorecera e povoara a terra melhor do que ha povo[o]u, e levava tudo melhor fundamento, porque se fundarão na pedra viva, que hé Christo N. Senhor. Carta de Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa Antigo Governador do Brasil, Lisboa, da Baía 5 de Julho de 1559, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 67.

Preferiu a humildade das tarefas executadas no cotidiano da missão com obediência, perseverança, mas pouca paciência – as cartas demonstram uma personalidade inquieta, prática, dinâmica, empreendedora, crítica e que disputava, em direito, opiniões, mostrando *falsidade por todas as rezões que soube* (Carta de Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa, Junho de 1559, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 77) – à opulência dos cargos europeus, em Roma. Sabe-se que cultivava bons amigos na

nobreza e dentre aqueles que dirigiam a Ordem. Por exemplo, Nóbrega e seu ex-colega Simão Rodrigues, em Lisboa, ou seu professor, o Dr. Azpiculeta Navarro, em Coimbra. Ou o próprio D. João III, que o tratava com amizade nas cartas, Eram, ambos, Cristãos e Humanistas.

Mas, nota-se, não era oposto à obediência filial aos superiores hierárquicos como princípio de força extraordinária, desde o Geral até o último professor. Assim considerou a sujeição do gentio como meio seguro para alcançar o fim educacional almejado:

Em toda a obediência ha alguma coisa de *passivo* e de *activo*; o elemento passivo representa alguma *perda* da liberdade pessoal; o elemento activo é um acto da *liberdade pessoal*, aceitando esta perda: quanto maior a liberdade em aceitar esta perda, tanto menos passiva a obediência. (Orientação jesuítica citada por Madureira, 1927, p. 433).

Considerava que educar era uma missão que imprimia ao professor a importância que a dignidade do mestre cristão e a sublimidade do seu fim, justamente, requeriam: *o interesse superior da gloria de Deus e da salvação das almas, a honra e reputação da Companhia*.

A boa ordem é condição essencial dos estudos, da firmeza no fim e nos methodos; sem esse elemento, resultaria apenas o desmando de tentativas sobre tentativas, experiencias sobre experiencias; a disciplina emfim, que da parte do mestre impede toda a irregularidade; em summa, todas essas vantagens são realizadas nos Collegios de uma Companhia que se submete á lei da obediencia passiva e marcha como um regimento. (Madureira, 1927, p. 432)

E a respeito do modo de Nóbrega proceder como jesuíta:

El modo de proceder el tiempo que yo fui Provincial en esta Provincia del Brasil, se haa variado de muchas maneras quanto su governo, porque yo seguía un camino y después, por cartas y avisos que tuve de Portugal, y mucho más después de la venida del P, Luís de Grãa, por su consejo aminava por outro en algunas cosas y en otras dudava y las comunicava a Portugal, y dava la información que avía, y respondíanme assí de Roma como de Portugal y aquel camino seguía después. (Carta de Nóbrega ao P. Diego Laynes, Roma, S. Vicente 12 de junho de 1561, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 354)

Mas acrescente-se, ao estudar as cartas, a leitura da correspondência explicita que o relevo consistiu, mesmo, em Nóbrega imprimir seu caráter de erudito humanista nessa Missão. Formado em Direito, Filosofia e Teologia; influenciado pelos aspectos

técnicos do humanismo e *os tratados educacionais sistematizados, detalhando ao máximo a espécie de formação nos studia humanitatis* (Skinner, 2006, p. 232); e, inspirado pela autoridade do direito romano para fundamentar suas posições, não tardou em revelar seus dons de estadista de maneira a transformar *esta terra que hé tão pobre ainda agora* e cuidar que não *destrua isso pouquo que está feito*.

Sua erudição era tão respeitada que tinha a permissão de consultar os *letrados da Universidade* a respeito de suas dúvidas: *Isto e as mais duvidas que ho anno passado, escrevi, as quais ainda não me satisfizerão, faça V. R. pôr em disputa no Colegio de Coimbra e mande-me o parecer dos principais letrados da Universidade*. Em carta ao P. Simão Rodrigues, em fins de agosto de 1552, declarou-se contra as idéias do Bispo D. Pedro Fernandes, mas precisava consultar o que defendia, pois tinha dúvidas também, *acerqua*:

primeiramente, se se poderão confessar por interprete a gente dessa terra que não sabe falar nossa lingoa, porque parece coisa nova e não usada na christandade (...); Item. Há costume nestas partes de se permitirem os gentios nas igrejas há missa juntamente com os christãos e não os deitão fora por os não escandalizar: se se guardará o direito antigo, ou se se permitirá estarem todos de mestura; Item. Se nos abraçarmos com alguns costumes deste gentio, os quais não são contra nossa fee catholica, nem são ritos dedicados a idolos, como hé cantigas de Nosso Senhor em sua lingoa pello seu toom e tanger seus estromentos de musica que elles [usam] em suas festas quando matão contrairos e quando andão bêbados; (...) e assi pregar-lhes a seu modo em certo toom andando passeando e batendo nos peitos, como elles fazem quando querem persuadir alguma cousa e dizê-la com muita eficácia; e assi tosquiarm-se os meninos da terra, que em casa temos, a seu modo. Porque a semelhança é causa de amor. (...); Item. Como nos averemos acerqua dos gentios que vem nus a pedirem ho batismo e não tem camisas nem ropas pera se vestirem: se somente por rezão de andarem nus tendo o mais aparelhado lho negaremos o bautismo e a entrada na Igreja à missa e doutrina; porque parece que andar nu hé contra lei de natura e quem a não guarda pecca mortalmente, e o tal não hé capaz de receber sacramento; e, por outra parte, eu não sei quando tanto gentio se poderá vestir, pois tantos mil annos andou sempre nu, (...). (Serafim Leite, 1954, I, p. 407- 408)

Quanto a D. João III, decerto que Nóbrega se concentrava na autoridade da pessoa do Rei,

segundo o P. José de Anchieta, primeiro biógrafo de Nóbrega, El-Rei escrevia-lhe mui familiarmente, encomendando-lhe a conversão do gentio, e o mais tocante ao bom governo do Brasil, e que o avisasse de tudo; e assim mais faziam por uma carta do Padre Nóbrega que por muitas outras informações e instrumentos⁵²

⁵² “A última carta conhecida de Nóbrega para D. João III é do segundo semestre de 1553, cuja cláusula não foi conservada, assim como não foram conservadas as de El-Rei para Nóbrega, que é grande perda. Não sendo do P. Torres a indicação para o superior e Provincial do Brasil não escrever mais a El-Rei, deve ter sido de Diego Mirón, Provincial de Portugal de 1552 a 1555, ao qual ‘até agora tive obediencia’

Mas não se submetia à atrofia dos recursos reais para impor limitações institucionais a seus propósitos: *la casa de la Baya que hizimos para recoger y enseñar los moços va muy adelante, sin el Rey ayudar a ninguna cosa, solamente con las limosnas del Governador, y de otros hombres virtuosos* (Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rofrigues, em 11 de Agosto de 1551, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 271).

Depois, referindo-se a *Baía*, em 5 de julho de 1559, o mesmo sucedeu:

Nesta Capitania se fez algum fructo, posto que muyto à força de braço, porque N. Senhor favorecia a salvação de alguns predestinados que tinha, que outra ajuda nenhuma não tinhamos, porque geralmente nesta terra todos são pera estorvar o serviço de Nosso Senhor, e hum só se não acha pera favorecer ho negocio de salvar almas. (Serafim Leite, 1954, III, p. 76)

Extremamente defensor do que realizava aqui no Brasil, Nóbrega criticou inúmeras vezes a pouca diligência dispensada aos Colégios da Companhia. Em 1557 escreveu ao P. Miguel de Torres, Lisboa: *e com isto ver que a Companhia de Sant Vicente se vay pouco a pouco despovoando polo poco cuydado e diligencia que nisso El-Rey e Martim Afonso de Sousa tem* (Serafim Leite, 1954, II, p.412). Na mesma carta:

(...) por mais propitio que Dom Duarte nos seja, nem Thomé de Sousa, nem nenhum de quá am-de mover al Rey a que gaste de sua fazenda em nos fazer collegio, antes todos lhe am-de dezer que bem estamos, o que quá bem entendemos. (...) A rezão disto hé porque, posto que mostrem ser nossos devotos, não entra em seu entendimento dever-nos El-Rey fazer collegio estando a See por fazer, e assy hum yngenio que El-Rey mandou que se fizesse, que todos julgão ser muyto proveito da terra, e muytos ordenados por pagar (muytos deles escusados), que o fazer-se o collegio. E pera tudo isto não á acá com que se fazer, nem de lá se manda o terço do que pera tantos gastos hé necessario, alem doutos gastos de outras Capitancias, e todos julgão ser mais ymportantes, como são fazer fortaleza no Rio de Janeiro, na Birtioaga de S. Vicente, e socorrer ao Spiritu Sancto, que são todas cousas em que todos mais trazem os sentidos que em collegios nosos. (Serafim Leite, 1954, II, p. 407)

Desde o começo sua preocupação era edificar, com a ajuda dos moradores – *os moradores destas Capitancias ajudão com ho que podem ha fazerem-se estas cassas pera os meninos* –, ou dos homens da governança – *e mande ao Governador que faça cassas pera os meninos do gentio se criarem nelas, e será grande meio, e breve, pera ha conversão do gentio* (Carta de Manuel da Nóbrega a D, João III, em 14 de Setembro de 1551, in: Serafim Leite, 1954, I, p. 293). Defendeu sempre que as *Cassas de mininos*

diz o mesmo Nóbrega na carta de 25 de março de 1555 § 15 (supra, p. 172)”, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 419, em nota de rodapé n. 23.

nestas partes são muito necessarias: não se podem ter sem bens temporais e da maneira que esta casa está fundada; e, sendo assi, á-de aver estes e outros escandalos.

(...) me vino uma carta de Antonio de Quadros, escrita por commissão del Provincial, que en aquel tiempo era en Portugal, en que me avisava no se dever adquirir nada para mochachos, ni hazer dellos tanto caso, como en verdad lo que se adquirió, assi de tierras como de vaccas, no fué mi intención ser solamente para mochachos, mas para lo que la Compañia dello dispusiesse como le pareciesse más gloria del Senhor, aora fuesse en nuestros Collegios, aora en Casas de Mochachos, aora en todo junto; (...). Y puesto que yo tenía contraria opinión, y me parecia que las causas por donde en Portugal se dexavan los mochachos no avían acá tanto lugar, (...). El P. Luis de Grãa parece querer llevar esto por outro espírito muy diferente, e quiere edificar a la gente portoguesa destas partes por vía de pobreza, y converter esta gente de la misma manera que S. Pedro (...) y siempre a tenido escrúpulos, porque es él muy zelador de la sancta pobreza, la qual queria ver en no poseer nosotros nada, ni aver grangeerías, ni esclavos (...). (...) me resolví y soy de opinión (salva siempre la determinación de la sancta obediencia) de todo lo contrario, y me parece que la Compañia deve tener y adquirir justamente, por medios que las Constitutiones permiten, quanto pidiere para nuestros Colegios y Casas de Mochachos (...) (Carta de Manuel da Nóbrega ao O. Diogo Laynes, S. Vicente 12 de Junho de 1561, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 354).

Quando concretamente viu que os recursos, tanto financeiros quanto humanos, não chegariam aos seus propósitos educacionais, ou não dariam sequer para sustentar o feito, colocou em prática a melhor maneira, a seu ver, de as Casas se auto-sustentarem. Pois seu lema era *o autêntico cristão deve ser aquele que utiliza a razão recebida de Deus a fim de distinguir o bem do mal e que envida o máximo de esforços para evitar o mal e abraçar o bem* (Skinner, 2006, p. 250). O bem para Nóbrega era poder manter os Colégios e as Casas da Companhia.

Esqueceo-me de avisar a V. R. que me parecia que o melhor dote que se pode ajuntar nestas partes para os Collegios hé grande criação de vaquas, porque nesta terra custa pouco criá-las e multiplicão muito. (...) Esta hé a melhor fazenda sem trabalho que cá há; (...) mas eu não sey ho que faça porque conheço da vontade de meu Superior, o Padre Luís da Grãa, não ser esta, posto que tãobem me parece que lá Vossas R. R. serão diso contentes. (Carta de Manuel da Nóbrega ao O. Francisco Henriques, Lisboa de S. Vicente 12 de Junho de 1561, in: Serafim Leite, III, p. 347)

Também parece claro que Nóbrega sustentava uma idéia de povo que estabelece sociedades políticas para melhorar sua condição natural, quando identifica o bem do povo com a necessidade de assegurar o bem da terra. Já em princípios de julho 1552, pedia a D. João III Rei de Portugal, que madasse:

moradores que rompão e queirão bem à terra, e con tirar officiais, tantos e de tantos ordenados; os quais não querem mais que acabar seu tempo e ganhar seus ordenados, e terem alguma coisa auzão de irem importunar a V. A. E como este hé seu fim principal, não querem bem à terra, pois tem sua afeição em Portugal, nem trabalhão tanto pella favorecer como se aproveitarem de qualquer maneira que poderem. Isto é o geral, posto que antre elles averá alguns fora desta regra. (Serafim Leite, 1954, I, p. 345)

E, em relação à terra do Brasil, Serafim Leite (1954, III, p. 104) escreve que *toda a página*, da carta escrita a Tomé de Sousa, em 1559, *é um acto de amor à terra em perigo, para forçar a vir socorro, que de facto veio*:

Ho ano passado me escreverão que vierão os castelhanos a vingar a morte de alguns christãos e yndios carijós que os Tupis de S. Vicente avião morto, (...) e por isso determinarão de se vingarem nos portugueses de S. Vicente, e vinhão com determinação de matarem os christãos de Gerabatiba, e lá ouverão de yr tambem meus Irmãos de Pyratininga se N. Senhor não socorrera, (...). A gente de S. Vicente e Sanctos, ouvindo estas novas, mandarão lançar fama que era achegada huma caravela chea de castelhanos, que avião de yr por terra e outros aviam de ir do Paraguay e tomarião no meo a todos e os matarião. Ho que nisto pretendião era por meter medo ao gentio (...), de manera que aquela Capitania está em grande pendura, (...) hé toda triste e desarmada; (...). Peço-lhe, pola charidade de Christo N. Senhor com que sempre me amou, que a soberba e ygnorancia que nesta conhecerá, emende paternalmente; e, quando nele for, faça socorrer a este pobre Brasil (...). (Carta de Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa, em 5 de Julho de 1559, in: Serafim Leite, 1954, III, p. 104-105)

Outra grande desenquietação tratada nas cartas *se dá aos Yndios, por gente de mau viver, que anda antre eles, que lhes furtão o que tem e lhes dão pancadas e feridas polos caminhos, tomando-lhe seu peixe, furtando-lhe seus mantimentos*. Nóbrega denunciou, em julho de 1559, o Ouvidor Geral D. Pedro Borges que *não castiga nada, aynda que seja notorio polos Yndios, ha qual prova hé ympossivel aver-se* (Serafim Leite, 1954, III, p.89). Era o tempo da diminuição civil dos Índios e de guerras nas Capitánias; tempo de as gentes do Brasil quererem os Índios *divisos* e não *apremiados à doutrina, temendo que por isso se alevantem*; tempo de *gente desta terra que desejam a terra senhoreada e sujeita e terem serviço dos Índios, mas isto que seja sem eles aventurarem nem uma raiz de mandioca* (Serafim Leite, 1954, II, p. 453); tempo de Nóbrega, desconsolado, mas com muita autoridade, perguntar:

(...) também se devia de haver uma carta de Suas Altezas para a Câmara, em que declare quanto pretende a conversão do gentio, na qual não estorvem tanto; porque se isto vai como foi atéqui eu sou de voto que será escusado Colégio da Companhia e deviam-nos dar licença para ir ao Peru ou Paraguai, porque nem com cristão nem com gentios aproveitaremos nada desta maneira, ou se aqui aportar alguma nau da Índia passarmo-nos lá, porque há

doze anos que cada ano vem uma. (Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres, em 8 de maio de 1558, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 445)

Em mesma carta, muda de assunto, como que deixando claro que não desistiria do Brasil, e trata logo de negócios a fim poder para manter as casas da Companhia: *acerca do apartamento dos meninos feito antre eles e nós, posto que apertadamente*. E:

(...) a melhor cousa que se podia dar a este Colégio seria duas dúzias de escravos da Guiné, machos e fêmeas, para fazerem mantimentos em abastança para casa, outros andariam em um barco pescando, e estes podiam vir de mistura com os que El-Rei mandasse para o Engenho, porque muitas vezes manda aqui navios carregados deles.

Para os meninos se podia negociar sua manança segundo os quisessem ter. Eles têm agora trinta mil réis que abastarão a uma dúzia deles para se manterem, afora vestido que de lá deviam mandar desses alambéis e outros panos que lá se perdem. Afora esta dúzia quer o Governador Mem de Sá manter à sua custa outra dúzia deles e já os começo de ajuntar.

O que em todas as casas é já mui necessário é estanho lavado, tachos e caldeirões de cobre e alguidares de cobre para fazer farinha como o Padre dará menção.

Para a Igreja virá o sino aqui da Baía, e o relógio para São Vicene, campas para as Aldeias e os ornamentos convenientes como o Padre dirá ser cá necessário. – Deste pedido de Nóbrega e informação de Ambrósio Pires, resultou, na expedição de 1559 saída de Lisboa a 19 de Setembro na caravela “São João”, a remessa de diversos e importantes objectos destinados à Casa da Baía e às quatro Aldeias do distrito baiano, São Paulo, São João, Espírito Santo e Santiago. (Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres, em 8 de maio de 1558, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 455)

Diante das observações efetuadas nas Cartas escritas por Manuel da Nóbrega, pode-se constatar que, em nenhum momento, escreveu uma linha sequer de arrependimento por ter ficado no Brasil, cuidado dos Padres e dos órfãos que com ele perseveraram, e do fruto que se faria da educação das crianças. Mesmo desconsolado, pensando *no poder vivir mucho, porque hecha sangre por la boca y con ello tiene callentura*

Del Brasil tenemos cartas breves. Escribe el P. Nóbrega que piensa no poder vivir mucho porque hecha sangre por la boca y con ello tiene callentura: piede embien um Provincial.

Carta do P. Francisco Henriques, de Lisboa 3 de abril de 1558, ao P. Miguel de Torres, Roma, P. Francisco, in: Serafim Leite, 1954, II, p. 425)

aflito com as graves contradições surgidas no campo econômico e outras de fundo genérico e mais permanentes, encontrou meios de subsistência na terra, e não havia senão aqueles meios já descritos. Em carta do Ir. António Blásquez por Comissão do P.

Manuel da Nóbrega, na Baía último abril de 1558, ao P. Diego Laynes, Roma, Nóbrega reclama novamente:

(...) de manera que todos los medios humanos son contra nós, scilicet, los muchos escándalos de los malos christianos y tiranias que no llevan medio, y el mucho mal exemplo de sus vidas, y la justicia para castigar los delinquentes muy remisa; y alhém desto la poça desposición de la gentilidad, por no les dar ley de vida y sobieción onesta, metiéndolos nel jugo de Christo. (...) Deste mal se sigue outro muy grande, y es que como la conversación destes christianos perdidos que andan entre la gentilidad es abominación, con su exemplo van los Yndios imitándolos en el mal, y asi ajuntam su maldad con la que destes aprenden”. (Serafim Leite, 1954, II, p. 430)

Para terminar, ressalta-se que a última carta escrita por Nóbrega, reunida por Serafim Leite (1954, III, p. 354), foi de 12 de junho de 1561, enviada de S. Vicente ao P. Diogo Laynes. Nela Nóbrega, resumiu as razões por que viera ao Brasil em 49 – *veio mandado pelo P. Mestre Simão, e com indicações de fazer colégio ou recolhimento de filhos de gentios e arranjar terras* –; salientou como procedia quando foi Provincial e seguia o seu caminho, conforme os avisos que recebia de Portugal e de Roma; mencionou querer mandar os meninos melhores à Europa, *para voltarem formados e firmes* – Nóbrega pensava no fruto que se daria com a volta desses meninos -, desejou *promover Casas de meninas para casarem com os moços doutrinados*.

Reafirmou que se estivessem *os meninos com os Padres seria a segurança da terra*. Opinou sobre a razão que *começou a desandar a roda* do trabalho de catequese no Brasil, isto é, as razões que valiam para Portugal não tinham lugar no Brasil, sustentava opinião quanto dever-se *adquirir tudo o que puder* e as Constituições permitirem *para que os operários cresçam e não míngam*. E, ainda otimista, escreveu na mesma carta: *com os meninos educados nunca se perdeu o tempo para a civilização e religião, e a dificuldade dos gastos pode-se vencer*.

Nas palavras de Serafim Leite (1938, p. 38) Nóbrega

(...) resolveu, pois, levar adiante a sua obra; quis, porém mostrar ao povo, praticamente, que tudo era por causa dos meninos, começando a pedir até intervir de modo eficaz, contrariando regimentos dados em Portugal aos Governadores. Com firmeza e determinação lutou sempre sobre a forma de constituir Colégio, informação do tempo de S. Inácio que recomendava expressamente a necessidade, que há, de os fundar nas próprias terras para se prepararem nelas perpétuamente os obreiros da vinha de Cristo Nosso Senhor.

Enfim, é preciso grifar que, após o estudo das Cartas de Nóbrega, chegou-se à seguinte conclusão: na mente de Nóbrega a fé tinha primazia sobre o império e as piores dificuldades não impediram o erudito humanista de lutar pelo grande plano educacional que desejava. Nóbrega considerava-se o responsável pelo drama universal da redenção do reino de Deus nas terras do Brasil. E, quanto ao caminho usado pela cristandade para obter o que desejava, será tema de outro trabalho relevante.

Cada novo estudo das cartas de Nóbrega que surge penetra nos esconderijos da atividade pensante dos homens da sociedade estudada, *de modo mais atento, o vocabulário dessa época, assim como os rituais próprios desses homens, os quais revelam aspectos substanciais de seu comportamento e da sociedade que eles mesmos não contaram* (Febvre apud Guriêvitch, 2003, p. 13). Dessa maneira ganha um novo sentido o estudo dos testemunhos. *É preciso fazer as coisas mudas falarem para que elas contem a respeito dos homens que as criaram.*

Em carta de 1549 ao P. Simão Rodrigues, Nóbrega, *portador do que testemunhasse de vista* resumiu, num trecho, qual seria sua trajetória: ajudaria a disciplinar os que *estão em peccado mortal*

Polla I^a via escrevi a V. R. a aos Irmãos largo, e agora tornarey a repetir algumas cousas, ao menos em soma, porque o portador desta, como testemunha de vista; me escusará de me alargar muito, e algumas cousas mais se poderam ver polla carta que escrevo (...) nesta terra há um grande peccado (...). Agora vivemos de maneira que temos disciplina às sextas-feiras, e alguns nos ajudam a disciplinar: hé por os que estão em peccado mortal e conversão deste gentio, e por as almas do pugariorio, (...) (in: Serafim Leite, 1954, I, p. 119).

A perspectiva que se abre é a possibilidade de continuar explorando as cartas sob a visão dos demais jesuítas, companheiros de Nóbrega e, igualmente, testemunhas do momento histórico enfocado, em relação à articulação educacional do Brasil no século XVI. Este século teve reflexos visíveis em toda nossa história e cultura, talvez mais do que o século seguinte.

O resultado desta pesquisa foi o diálogo da atualidade com o passado, como comunicação entre os indivíduos no grande tempo. Nóbrega, ao deixar seu testemunho, abriu caminho a um enfoque conjunto e abrangente dos aspectos da história em que viveu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 5ª ed., Sociedade Capistrano de Abreu: Livraria Briguet, 1969.
- ANCHIETA S. I., José de. *DE GESTIS MENDI DE SAA. POEMA ÉPICO*. Introdução, versão e notas de Pe. Armando Cardoso, S. J. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *A terra dos brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume: 2000.
- AUROUX, S. *A revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- BRAUN, S. J., P. Bertoldo. *Santo Inácio de Loyola: Fundador da Companhia de Jesús*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1937.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- _____. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. in: *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARR, Edward H. *Que é História?* Trad. Lúcia Maurício de Alvarenga. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CHAUNU, Pierre. *A Civilização da Europa Clássica*. Vol. II, Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- _____. A Economia: Ultrapassagem e Prospectiva. in: *História: Novas Abordagens*. Direção Jacques Le Goff e Pierre Nora. 3ª ed. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed, 1988.
- CUNHA, Geraldo Ferreira da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- DOSSE, F. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1994.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronado Político Brasileiro*. Vol. 1, 12ª ed., São Pulo: Globo, 1997.
- FAUSTO, Carlos. *Os Índios antes de Cabral*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- FERNANDES, Francisco Assis Martins. *Comunicação da Pedagogia dos Jesuítas na Era Colonial*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

- FERNÁNDEZ RDZ, Jaime; DI VITA, Eduardo. *Presença dos Jesuítas no Mundo Científico*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- FERREIRA, Tito Lívio. *História da Educação LUSOBRASILEIRA*. São Paulo: Edição Saraiva, 1966.
- _____. Fundação de São Paulo; Obra Educativa da Companhia de Jesus. in: *Curso de História de São Paulo*. Chefe de Divisão do Arquivo Histórico: Eduardo de J. M. do Nascimento, Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria da Educação e Cultura – Departamento de Cultura – Divisão de Arquivo Histórico: Edição da Divisão do Arquivo, 1969.
- _____. *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga*. Edição Comemorativa do IV Centenário da Morte do Padre Manoel da Nóbrega, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- FRANCA S. J. , Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas: O Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.
- FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Jesuítas Portugueses e Espanhóis: no Sul do Brasil e Paraguai Coloniais*. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS: 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira Sob o Regime da Economia Patriarcal*. 34ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GARIN, Eugenio. O Homem Renascentista. in: *O Homem Renascentista*. Direção de Eugenio Garin. Trad: Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 1ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- GRUZINSK, Serge. *A Passagem do Século 1480-1520: as origens da globalização*. trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GURIÊVITCH, Aaron. *A Síntese Histórica e a Escola dos Anais*. Trad. Paulo Bezerra e Cristina Ayumi Futida. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- HANSEN, JOÃO A. O nu e a luz: Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil: Nóbrega (1549-1558). in: *Revista do Instituto de Estudo Brasileiros*. São Paulo, nº 38: 87-119, 1995.
- _____. Ratio Studiorum e Política Católica Ibérica no Século XVII. in: *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. Diana G. Vidal e Maria Lúcia Spedo (orgs.). São Paulo: EDUSP, 2001.
- _____. Cartas de Antônio Vieira (1626-1697). in: *Cartas do Brasil: 1626-1697. Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grã Pará*. São Paulo: Hedra, 2003.

- HERMANN, Jacqueline. *1580-1600: O Sonho da Salvação*. Coord. Laura de Mello e Souza, Lilia Moritz Schwarcz., São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. (direç.) *História Geral da Civilização Brasileira*. T. 1, Época Colonial, v. 1: do descobrimento à expansão territorial, por Aziz N. Ab'Saber...[et al.], 13ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUHNEN, Alceu. *As Origens da Igreja no Brasil: 1500 a 1552*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- LEAL, Hyrla Aparecida Tucci. *A evolução da Educação Humanista no Brasil: da Colônia à 1ª República: uma abordagem Histórico-Filosófica*. Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média: Conversas com Jean-Luc Pouthier*. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Em Busca da Idade Média*. Trad. Marcos de Castro. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. As Mentalidades. in: *História: Novos Objetos*. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LEITE S. I. , Serafim. *História da Companhia de Jesus*. Tomo I. (Século XVI – O Estabelecimento). Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- _____. *História da Companhia de Jesus*. Tomo II. (século XVI – A OBRA). Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- _____. *Nóbrega e a Fundação de São Paulo*. Lisboa: Instituto de Intercâmbio Luso-Brasileiro, 1953.
- _____. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil, I, (1538-1553)*, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- _____. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil, II, (1553-1558)*, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

- _____. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil, III, (1558-1563)*
Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- _____. *Breve Itinerário para uma Biografia do P. Manuel da Nóbrega: fundador da Província do Brasil e da Cidade de São Paulo (1517-1570)*. Porto: Tipografia Porto Médico, Ltda., 1955.
- _____. *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil*. (Assistência de Portugal) 1549-1760. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965
- MADUREIRA, José Manoel de. *A Liberdade dos Índios, A Companhia de Jesus, Sua Pedagogia e Seus Resultados*. 1º vol., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.
- MATTOS, Luiz Alves de. *Primórdios da Educação no Brasil: o período heróico (1549 a 1570)*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A presença do Brasil na Companhia de Jesus: 1549 – 1649*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975.
- MENDES, J. M. A. *História Económica e Social dos Séculos XV a XX*. 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 1992.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Evolução do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes LTDA., 1972.
- MOREAU, Filipe E. *Os Índios nas Cartas de Nóbrega e Anchieta*. São Paulo: Annablume, 2003.
- NEMÉSIO, Vitorino. *A Companhia de Jesus e o Plano Português do Brasil: O Campo de São Paulo*. 3ª ed., Lisboa: Editado pela Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1971.
- NEVES, Luís F. Baêta. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: Colonialismo e Repressão Cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil (1549-1650)*. Nota Preliminar de Afrânio Peixoto; Prefácio de Valle Cabral; Vida do Padre Manuel da Nóbrega, pelo padre Antônio Franco. Rio de Janeiro: Biblioteca de Cultura Nacional (Publicações da Academia Brasileira), 1931.
- ORLANDI, Eni P. (org.). *História das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e Construção da Língua Nacional*. São Paulo: Pontes, 2001.
- O'MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*. Trad. Domingos Armando Donida. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru: EDUSC, 2004.

- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 23ª ed., 7ª reimp. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- PIERONI, Geraldo. *Vadios e Ciganos, Heréticos e Bruxas: Os Degredados no Brasil-Colônia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Fundação Biblioteca Nacional, 2000.
- PRIORE, Mary Del. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: A Representação do Índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; São Paulo: FAPESP, 1996.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. 3ª reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- THAYER, Willy. *A Crise Não Moderna da Universidade Moderna (Epílogo de O Conflito das Faculdades)*. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- WECKMANN, Luis. *La Herencia Medieval del Brasil*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ZAGHENI, Guido. *A Idade Moderna: Curso de História da Igreja III*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999.

ANEXOS

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES, LISBOA
BAÍA [10? DE ABRIL] DE 1549”⁵³

(...)

Chegamos a esta Baya a 29 dias do mes de março de 1549. Andamos na viagem oito somanas. Achamos a terra de paz e quarenta ou cinquenta moradores na povoação que antes era. (...)

(...)

Ho Irmão Vicente Rijo insina ha doctrina aos mininos cada dia, e tambem tem escola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer hos Indios desta terra, hos quaes tem grandes desejos de aprender e, perguntados se querem, mostraõ grandes desejos.

Desta maneira ir-lhe-ey insinando as orações e doutrinando-os na fé até serem habiles para o baptismo. (...) e já hum dos principaes delles aprende a ler e toma lição cada dia com grande cuidado, e em dous dias soube ho ABC todo, e ho insinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos. (...)

(...) Trabalhamos de saber a lingua delles e nisto ho P. Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado ir viver com as Aldeas como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com elles a lingoa, e i-los doutrinando pouco a pouco. Trabalhey por tirar em sua lingoa as orações e algumas pratic[as de] N. Senhor, e nom posso achar lingoa que mo saiba dizer, porque sam elles tam brutos que [nem vocabulos tem]. (...).

Tambem achamos hum Principal delles já christão baptizado, (...). Nom tem ainda noticia de nossa fê, insinamos-lha; madrugua muyto cedo a tomar lição e depois vay aos moços a ajudá-los às obras. (...)

⁵³ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 109, o Texto trata: “1. Chegada à terra brasileira do P. Nóbrega e dos seus companheiros. - 2. Primeira missa do P. Nóbrega e confirmação dos votos de todos. - 3. Nóbrega Vigário interino e pregador dos Portugueses fundadores da nova cidade, Navarro pregador dos antigos moradores da terra. - 4. O Ir. Vicente Rodrigues, Mestre-Escola. - 5. Boa disposição dos Índios e ajuda dum português morador antigo da terra. - 7. Índio principal já cristão. - 8. Roupa para vestir os Índios. - 9. Que venham muitos Padres de Portugal. - 10. O Pe. Leonardo Nunes com o Ir. Diogo Jácome destinados a Porto Seguro. - 11. Os outros ficam na Baía. - 12. É preciso que venha de Portugal um Vigário Geral. - 13. A terra é sã. - 14. Insiste Nóbrega que venham mais Padres. - 15. O Governador, escolhido de Deus. - 16. Que o Provincial de Portugal abençõe a todos. ”

Ho Pe. Leonardo Nunez mando a Ilheos e Porto Seguro (...). Leva por companheiro Diogo Jacome para insinar a doutrina aos mininos, ho que elle sabe bem fazer; eu ho fiz ensayar na não, hé hum bom filho. (...)
(...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES, LISBOA
BAÍA [15 DE ABRIL DE] 1549”⁵⁴

(...)

Homtem, que foy Domindo de Ramos, apresentey ao Governador hum para se baptizar depois de doctrinado, ho qual era o mayor contrario que hos christão ategora teverão; (...).

Estão estes Negros muy spantados de nossos officios divinos. Estão na igreja, sem lhes ninguem insinar, mais devotos que hos nossos christãos. Finalmente perdem-se á mingoa.⁵⁵

Ho Governador nos tem escolhido hum bom Valle para nós; (...).

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES, LISBOA
BAÍA 9 DE AGOSTO DE 1549”⁵⁶

(...)

⁵⁴ Segundo Serafim Leite, 1954, I, p. 108, o Texto integral trata: “1. Devem-se enviar para o Brasil clérigos bons, não maus. – 2. Conversão dum índio principal. – 3. Lendas de S. Tomé e da origem do pão. – 4. Espanto e devoção dos Índios durante os officios divinos. – 5. Um bom vale para o futuro Colégio. – 6. É necessário um Vigário Geral. – 7. Cartas dos Irmãos.”

⁵⁵ Hansen, no artigo *O NU e a Luz: Cartas Jesuíticas do Brasil. Nóbrega – 1549 – 1558*. Rev. Inst. Est. Bras., SP, 38: 102, 1985, escreve que “no caso de Nóbrega, o uso constante de um termo como ‘negro’ para referir índios e africanos, por exemplo, é decorrência do pensamento analógico operante em sua teologia-política, que constitui em uns e outros a mesma carência de Bem, como ‘gentilidade’ herdeira do pecado de Cam e, ainda, de um critério jurídico, que para uns e outros postula o ‘naturalmente escravo’, como bárbaros interpretados através da *Política* aristotélica”.

⁵⁶ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 118, o Texto integral trata: “1. Cartas para Portugal. – 2. Faltam mulheres para os moradores se casarem e conviria que viessem do Reino. – 3. Em prol da família cristã. – 4. Contra os blasfemadores. – 5. Defesa da liberdade dos Índios. – 6. Libertação dos injustamente cativos. – 7. ‘Esta terra é nossa empresa’: que venham operários evangélicos. – 8. Pede a Bula do Santíssimo Sacramento e faculdades da Santa Sé, entre as quais a de levantar altares, fazer comutações e que as leis positivas não obriguem os Índios recém-convertidos. – 9. É preciso um Bispo ou pelo menos um Vigário Geral. – 10. Escolhe-se lugar apto para o Colégio fora da cerca da cidade, sem medo dos Índios. – 11. Terra fácil para viver; não para pagar a oficiais mecânicos que há poucos. – 12. ‘É mal empregada esta terra em degredados’. – 13. Necessita-se de roupa para vestir as mulheres índias. – 14. Da saúde e ocupações dos Padres. – 15. Festas solenes. – 16. Ornamentos; Nóbrega faz de Vigário. – 17. Os homens da governança, amigos e benfeitores. – 18. Ferramenta, sementes e livros. – 19. Vida espiritual.”

Alguns destes escravos me parece que seria bom juntá-los à sua terra, e ficar lá hum dos nossos para os insinar, porque por aqui se ordenaria grande entrada com todo este gentio. Entre outros saltos que nesta costa são feitos, hum se fez há dous annos muito cruel, que foy irem huns navios a hum gentio que chamão Charijos, que estão alem de S. Vicente, o qual todos dizem que hé o melhor gentio desta costa, e mais aparelhado para se fazer fruto. (...)

Esta terra hé nossa empresa, e o mais gentio do mundo. Nom deixe lá V. R. mais que huns poucos para aprender, os mais venhão. Tudo lá hé miseria quanto se faz; quando muito ganhão cem almas, posto que corraõ todo ho Reyno; cá he grande manchea. (...)

(...); e asi tambem que as leis positivas nom obriguem ainda este gentio, até que vão aprendendo de nós por tempo, scilicet, jejuar, confessar cad'anno e outras cousas semelhantes; e asi tambem outras graças e indulgencias, e a Bulla Sacramento para esta Cidade da Baya, e que se possa communicar a todas as partes desta costa; e o mais que a V. R. parecer. (...).

Eu trabalhey por escolher um bom lugar para ho nosso Collegio dentro na cerca e soamente achey hum, que lá vay por mostra a S.A., ho qual tem muitos incovenientes, porque fica muito junto da See e duas igrejas juntas nom hé bom, e hé pequeno, porque onde de há-de fazer a casa nom tem mais que X braças, posto que tenha ao cumprido da costa 40; e nom tem onde se possa fazer horta, nem outra cousa, por ser tudo costa muy ingrime e com muita sujeição da Cidade. (...), e está logo hi huma Aldeia perto, onde nós começamos a baptizar, em qual já temos nossa habitação. Está sobre o mar, tem agoa ao redor do Collégio, e dentro tem muito lugar para hortas e pomares; hé perto dos christãos asi velhos como novos. Somente me põem hum incoveniente o Governador: nom ficar dentro na Cidade e poder aver guerra com ho gentio, ho que me parece que nom convence porque os que am-d'estar no Collegio am-de ser filhos de todo este [4v] gentio, que nós nom temos necessidade de casa, e posto que aja guerra nom lhes pode fazer mal.(...)

A mais custa hé fazer a casa por causa dos officiaes que am-de vir de lá, porque a mantença dos estudantes, ainda que sejam 200, hé muyto pouco, porque com terem cinco escravos que prantem mantimento e outros que pesquem com barco e redes, com pouco se manteram; e para se vestir faram hum algodoal que há ca muito. (...) Faremos nossa igreja, onde insinemos os nossos novos christãos, e aos domindos e festas visitarey a Cidade e pregarey. (...)

Tambem peça V.R. algum petitorio para roupa, para entretanto cubrirmos estes novos convertidos, ao menos huma camisa a cada molher, polla honestamente da religião christã, porque vem todos a esta Cidade à missa aos domingos e festas, que faz muita devaçãõ, e vem rezando as orações que lhe insinamos, e nom parece honesto estarem nuas entre os christãos na igreja, e quando as insinamos. (...)

Leonardo Nunez mandei aos Ilheos, huma povoação daqui perto, onde dá muito exemplo de si e faz muito fruito, e todos se spantão de sua vida e doutrina. Foi com elle Diogo Jácome, que faz muito fruito em insinar os moços e escravos. (...)

Antonio Pires pede a V. R. alguma ferramenta de carpinteiro, porque elle hé nosso official de tudo; Vicente Rodrigues, porque elle hé hermitão pede muitas sementes; ho P. Navarro e eu, os livros que já lá pedi, porque no fazem muita mingoa para duvidas que cá há, que todas se perguntão a mym. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO DR. MARTÍN DE AZPILCUETA
NAVARRO, COIMBRA

SALVADOR [BAÍA] 10 DE AGOSTO DE 1549”⁵⁷

(...)

Començamos a visitar sus aldeas quatro
compañeros que somos; y conversar com ellos

⁵⁷ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 132, o Texto integral trata: “1. O que Nóbrega pensa de si mesmo. – 2. Fundação da Cidade de Salvador [Baía] e louvor da terra. – 3. Religião do gentio do Brasil. – 4. Começa a evangelização dos Índios, cujos filhos aprendem a ler e escrever. – 5. Trabalhos do P. João de Azpilcueta Navarro que aprende a língua brasilica [tupi]. – 6. Aldeia ao pé da Cidade [Monte Calvário], onde está um da Companhia. – 7. A terra do Brasil dá esperanças de muito fruto, mas faltam operários. – 8. Um gentio mata um cristão e é castigado. – 9. Prega-se o nome de Jesus nas Aldeias dos Índios. – 10. Um feiticeiro quer ser baptizado. – 11. Nóbrega pede o conselho e a bênção do Dr. Martin seu mestre.”

familiarmente, presentándole el reyno del cielo si hizieren lo que le enseñáremos. Estos son acá nuestros pregones adonde nos hallamos, conbidando a los muchachos a leer y escribir, y desta maneira les enseñamos la doctrina y les predicamos, porque com la misma arte com que el enemigo de la humana generación venció al hombre, cin esa misma sea vencido; (...). Spántanse ellos mucho de saber [29v] nosotros leer y escribir, de lo qual tienen grande imbidia y deseo de aprender, y desean ser christianos como nosotros, (...). Adonde llegamos somos recibidos com mucho amor, mayormente de los niños a quien enseñamos. Ya sabem muchos las oraciones y las enseñan unos a otros, de manera que os que halamos más seguros bautizamos ya cien personas poço más o menos, (...). Y avrá bien seiscientos o setecientos catecúminos para bautizar presto, los quales aprendem todo muy bien, y algunos andam ya trás nosotros por los caminos perguntándonos cuándo loa vemos de bautizar com grande deseo, prometiendo de bivar como nosotros le dezimos. (...).

Estando um dia el Padre Joán de Azpilcueta, a quien acá llamamos Navarro, por la difficultosa pronunciación que tiene, enseñando los niños a leer y a santiguarse, los quales todos trahen unas piedras de colores en los beços forados que ellos mucho estiman, las quales hazian impidimento a la pronunciación del santiguarse; y porque el Padre le dió a entender aquel ympidimento, vino la madre de uno de aquellos y quitó a su hijo aquella piedra y hechóla por los tejados, y luego los otros hizieron outro tanto. Esto fué luego en el principio que começamos a los enseñar. (...) Ya sabe la lengua de manera que se entiende com ellos ya todos nos haze ventaja, porque esta lengua parece mucho a la bizcayna. (...) Tiene tres o quatro aldeas de que tiene cuidado, y em dos de las principales le hazen casa donde biva y enseñe los catecúmi[n]os.

En outra aldea desta Ciudad tenemos ya hecha una casa a manera de hermita donde está uno de nosotros que tiene cuidado de enseñar y predicar a los nuevamente bautizados, y otros muchos catecúminos que en ella biven.(...)

De muchas partes somos llamados que los vamos a enseñar las cosas de Dios y no podemos acudir a todos, porque somos pocos, (...). Acá pocas letras bastam, porque es todo papel blanco y no ay más que escribir a plazer, empero la virtud es muy necessaria y el zelo q'estas criaturas conozcan a su Criador, y a Jesu Christo su Redemptor. (...)

“INFORMAÇÃO DAS TERRAS DO BRASIL DO P. MANUEL DA NÓBREGA [AOS PADRES E IRMÃOS DE COIMBRA]

[BAÍA AGOSTO? DE 1549]”⁵⁸

(...)

Tienen muy pocos vocablos para les poder bien declarar nuestra fe, mas com todo dámossela a entender lo mejor que podemos y algunas cosas le declaramos por rodeos. Están muy apegados con las cosas sensuales, muchas vezes me preguntam si Dios tiene cabeça, y cuerpo, y muger, y si come, y de qué de viste, y otras cosas semejantes. (...)

1550

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES, LISBOA PORTO SEGURO 6 DE JANEIRO DE 1550”⁵⁹

⁵⁸ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 145, o Texto integral trata: “1. Grandeza, clima, fertilidade e abundância do Brasil. – 2. Índios ‘Guayanases, Carijós, Gaimurés, Tupeniques, Tupinambás’, suas moradias e costumes. – 3. Religião, ‘Tupana’, cerimônias e feiticeiros. – 4. Rito antropológico da morte do guerreiro. – 5. Rito e vida social e familiar. – 7. Tradição do Dilúvio. – 8. Dificuldade na propagação da fé. – 9. O que se diz de S. Tomé e das suas pegadas. – 10. De outras coisas escreverá depois quando tiver mais conhecimento delas.”

⁵⁹ Conforme Serafim Leite, 1954, I: 155, o Texto integral trata: “1. Cartas que escreveu para Portugal. – 2. O P. Navarro ensina a doutrina aos Índios nas Aldeias. – 3. Nóbrega dispõe as coisas para que Diogo Álvares [Caramuru] seja pai e governador dos Índios. – 4. Perturbações e mortes feitas por Índios contrários. – 5. Os Irmãos Vicente Rodrigues e Simão Gonçalves numa Aldeia de Índios amigos. – 6. O p. António Pires trabalha na Cidade. – 7. O P. Navarro aprende a língua dos Índios e trabalha com eles. – 8. Os Padres contra a antropofagia dos Índios. – 9. O P. Leonardo Nunes e Ir. Diogo Jácome em Porti Seguro. – 10. Pazes em Porto Seguro. – 11. O P. Leonardo Nunes cai para São Vicente. – 12. Nóbrega fica em Porto Seguro e com ele o Ir. Diogo Jácome. – 13. Aldeias de Tupinaquins e esperança de lhes ensinar os filhos. – 14. Os cristãos dão maus exemplos e escândalos aos Gentios. – 15. Dois Religiosos de Santo António que andaram em Porto Seguro. – 16- Zelo do Padre Nóbrega pelo resgate dos meninos e pela moralização cristã. – 17. Pede de Portugal órfãs e mulheres para os homens do Brasil se casarem. – 18. Pede que El-Rei proíba o cativo iníquo. – 19. São precisas faculdades especiais da Santa Sé e que venha um Bispo ou ao menos um Vigário Geral. – 20. Recebeu os livros e ornamentos que vieram de Portugal e pede mais. – 21. Sobre a fundação do Colégio da Baía. – 22. As faculdades para ouvir confissões que venham por escrito. – 23. A terra é sã. A água é boa, os alimentos não são fáceis de digerir, mas há uma erva 9tabaco0 que ajuda a digestão. – 24. É preciso que venham muitos moradores,

(...)

Il P. Navarro stava (come sta anchora) nelli suoi castelli predicando alli grandi et insegnando a leggere et fare oratione a piccoli et aiutando alcuni huomini et cathecumini a infiamarsi nel'amor di Dio (...)

Haviamo fatto fare in um loco più conveniente uma Chiesa dove li christiani sentono messa et appresso uma casa dove il Fratelo Vincentio Rodrigues et Simon Gonzalez insegnato li putti, et fra la citta et um Castello appresso um fiume, um luogo secondo il parere di tutti li Fratelli molto a proposito et conviniente per farci um Collegio, (...).

Il P. Antonio Perez sta nella città in um'altra casa che haviamo et ha cura insegnare la dottrina christiana et di poveri nelli hospitali et dice messa e confessa, (...).

Nella língua di questo paese siamo alcumi di noi molto rudi, ma il P. Navarro ha speciale grazia da Nostro Signore i questa parte, perché andando per questi casteli delli negri in puocchi giorni che ci sta s'intende con loro et predica nella medesima lingua, (...).

Il P. Leonardo Nunez ha fatto molto frutto in Isleos insieme col P. Diego Jacome si in prediche como in insegnare li putti. (...)

Aspettiano etiam risposta da V. R. per cominciare il Collegio del Salvatore in Baia nel quale non ci andrà tanta spesa como pensate, ma con 100 scudi si potranno fare stantie di terra che bastino in questo principio. Li scolari con puoco si manteranno. Si potrà anche far di pietra si parà a V. R. perchè ci sara della calcina molto buona. (...)

1551

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES
PERNAMBUCO 11 DE AGOSTO DE 1551”⁶⁰

porque há poucos e não fazem lavouras por temer que os Índios as destruam. – 25. Fala-se de minas de oiro e de pedras preciosas, mas o cristãos são poucos para ir descobrir e também as almas. – 26. Os Irmãos estão de saúde e recebeu dois em Porto Seguro, mas é preciso que venham mais a plantar esta vinha do Senhor.”

⁶⁰ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 266, O Texto integral trata: “1. A conversão do Gentio. – 2. Está principalmente na educação dos meninos nos Colégios que hão-de fundar em todas as Capitánias. – 3.

(...)

Con quantos gentiles tengo hablado en esta costa, en ninguna hallé repugancia a lo que le dezía: todos quieren y dessean ser christianos, pero deixar sus custumbres les parece áspero, (...).

Aunque trabajemos que todos vengam a conocimiento de nuestra fe, y a todos la enseñemos, que la quieren oyr, y della se aprovechar: principalmente pretendemos de enseñar bien los moços. Porque estos bien doctrinados y acostumbrados en virtud, serán firmes y constantes, los quales sus padres dexan enseñar, y huelgan con esso. Y portanto nos repartimos por las Capitanías, y con las lenguas que nos acompañan nos ocupamos en esto, aprendiendo poco a poco la lengua, para que entremos por el sertón adentro, adonde aún no han llegado los christinianos. Y tengo sabido de um hombre gentil que está en esta tierra, que biven en obediencia de quien los rige, y no comen carne humana. Andan vestidos de pieles. Lo qual todo es uma disposición para más facilmente se convertir y sustentar. Esto será lo primeiro que acometeremos, como V. R. mandare quien sustente est' otras partes, en las quales por cada uma de las Capitanias tengo ordenado hazerse casas para recoger y enseñar los moços de los gentiles y también de los christianos; y para en ellas recogermos algunas lenguas para este effecto. Los niños huérfanos que nos embiaron de Lisboa con sus cantares atraen a si los hijos de los gentiles y edifican mucho los christianos.

En esta Capitania de Pernambuco donde agora estoy, tengo esperança que se hará mucho provecho, porque, como es poblada de mucha gente, ay grandes males y pecados en ella. (...) Los gentiles aquí vienen de muy lexos a vernos por la fama, y todos muestran grandes desseos. Es mucho para holgar de los ver en la doctrina, e no contentos con la general, siempre nos están pidiendo en casa que los enseñemos, y muchos dellos con lágrimas en los ojos. (...)

(...) El Rey nuestro señor escrevió al Governador que le escreviesse se avia ya Padres en todas, las quales

Também se espera grande fruto em Pernambuco. – 4. O Rei de Portugal deseja que os Padres estejam em todas as Capitánias – 5. Clérigos de mau exemplo. – 6. O Colégio da Baía.”

sin quedar ninguna tenemos visitadas y en todas están Padres si no en ésta, en que al presente estoy, llamada de Pernambuco, que es la principal y más poblada, y donde más abierta está la puerta, a la qual hast'aquí no aviamos venido por falta d'embarcación, y por sermos pocos. (...)

La casa de la Baya que hizimos para recoger y enseñar los moços va muy adelante, sin el Rey ayudar a ninguna cosa, solamente con las limosnas del Governador, y de otros hombres virtuosos. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AOS PADRES E IRMÃOS DE COIMBRA
PERNAMBUCO, 13 DE SETEMBRO DE 1551”⁶¹

(...)

As índias forras, que há muyto que andão com os christãos em peccado, trabalhamos por remediar por nom se irem ao sertão já que são christãs, e lhes ordenamos huma casa à custa dos que as tinham para nella as recolher e dali casarão com alguns homens trabalhadores pouco a pouco. Todas andão com grande fervor e querem emendar-se de seus peccados e se confissão já as mais entendidas e sabem[-se] muy bem accusar. Com se ganharem estas se ganha muyto, porque são mais de 400 s00 nesta povoação, afora mytas outras do sertão asi já christãs como ainda gentias. Algumas destas mais antigas pregarão às outras. Temos feito huma delas meirinha, a qual hé tam diligente em chamar à doctrina, que hé para louvar a N. Senhor. Estas, depois de mais arreigadas no amor e conhecimento de Deus, ey-de ordenar que vão pregar pollas Aldeias de seus parentes, e certo que em algumas vejo claramente obrar a virtude [do Altissimo]. Ganhamos tambem que estas nos trarão meninos do gentio para ensinarmos e [criarmos] em huma casa que para isso se ordena, [e já se faz, e trabalha] nella com muyta pressa e fervor todo ho povo asi homens como molheres. (...)

⁶¹ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 283, O Texto integral trata: “1. Chega a Pernambuco com o P. António Pires. – 2. Faz que os Portugueses casem com mulheres Índias. – 3. Os Clérigos uns procedem bem, outros não. – 4. Funda duas casas uma para recolhimento de mulheres e outra para educar meninos. – 5. Fervor dos Índios. – 6. Ordenam-se casas para meninos em todas as Capitánias, mas faltam Padres. – 7. Grande coisa é a Índia, mas o Brasil não será menos se vierem Padres.”

Porem [de tudo o que me alegra mais o] spiritu hé ver por experiencia o fruto que se faz nos escravos dos christãos, os quaes com grande descuido de seus senhores vivem gentilicemente e em graves peccados. Agora ouvem missa cada domingo e festa, e tem doutrina e pregação na sua lingua às tardes. Andão taes, que asi festas como polla somana o tempo que podem furtar vem a que lhes insinemos as orações, e muytos antes de irem pescar ou a seus trabalhos am-de-ir rezar à ygreja e o mesmo da tornada antes que entrem em casa. (...)

Destes escravos e das pregações corre a fama às Aldeias dos Negros, de maneira que vem a nós de muy longe a ouvir nossa pratica. Dizemos-lhes que por seu respeito principalmente viemos a esta terra e não por os brancos. Mostrarão grande vontade e desejos de os conversarmos e insinarmos. (...)

Vinde, Charissimos Irmãos, ou choray tanto que N. Senhor vo-lo outorgue. Em todas as Capitancias se ordenão casas para os filhos do gentio se insinarem, de que se cree resultar grande fruto e para mais em breve o Senhor ajuntar seus escolhidos que nesta gentilidade tem. Eu prego domingos e festas duas vezes a toda a gente da Villa, que hé muyta, e às sextas-feiras tem pratica com disciplina com que se muyto aproveitão todos. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA A D. JOÃO III REI DE PORTUGAL
OLINDA [PERNANBUCO] 14 DE SETEMBRO DE 1551”⁶²

(...)

(...) Das pregações e douctrina que lhes fazem corre ha fama ha todo o gentio da terra e muitos nos vem ver e ouvir ho que de Christo lhe dizemos; (...). Este gentio está mui aparelhado e se nele fructificar por estar já mais domestico e ter ha terra capitão que nam

⁶² Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 289, o Texto integral trata: “1. Estado da Capitania de Pernambuco em costumes e religião cristã. – 2. Começa a reforma dos costumes. – 3. Os Donatários são virtuosos, mas a jurisdição de todo o Brasil devia ser de El-Rei. – 4. Os índios estão bem dispostos, mas faltam Padres para os doutrinar. – 5. Ordenam-se duas casas, uma para recolhimento de mulheres outra para educar meninos. – 6. Homens casados em Portugal. – 7. O casamento cristão de escravos. – 8. Os portugueses do Brasil ajudam quanto podem a que se façam casas para educar meninos. – 9. O Colégio da Baía deve ser real e ser ajudado mais eficazmente por El-Rei. – 10. Devem vir órfãs portuguesas para se casarem no Brasil. – 11. Prepara-se uma expedição para descobrir minas. - 12. Está-se à espera de Bispo e de Padres.”

consentio fazerem-lhe agravos como nas outras partes. Ho converter todo este gentio hé mui facil coussa, mas ho sustentá-lo em boons costumes nam pode ser senam com muitos obreiros, porque em coussa nenhuma crem, e estão papel branco pera nelles escrever há vontade, se com exemplo e continua conversação os sustentarem. (...)

Damos ordem a que se faça huma cassa pera recolher todas as moças e molheres do gentio da terra que há muitos annos que vivem antre os christãos, e sam christãs e tem filhos dos homeins branquos; e os mesmos homeins que as tinhão ordenão esta cassa, porque ali douctrinadas e governadas por algumas velhas delas mesmas, pollo tempo em diante muitas casarão e ao menos viverão com menos occasiom de peccados; e heste hé ho melhor meio que nos pareceo por se nam tornarem ao gentio. Antre estas há muitas de muito conhecimento, e se confessão e sabem bem conhecer os peccados em que viverão; e as que mais fervor tem pregão às outras. E asi destas como dos escravos somos importunados de continuo pera os ensinar, de maneira que asi os meninos orfãos, que conosco temos, como nós, ho principal exercicio hé ensiná-los. Com estas forras se ganharão muitas já christãs que polo sertão andão, e [2v] asi muitos meninos seus parentes do gentio, pera em nosa cassa se ensinarem, alem de outros muitos proveitos que disto hà gloria de Noso Senhor resultarã[o]; e ha terra se povoará em temor e conhecimento do Criador. (...)

Ho Colegio da Baia seja de V. A. pera o favorecer, porque está já bem prenciado e averá nelle vinte meninos pouquo mais ou menos. E mande o Governador que faça cassas pera os meninos, porque as que tem sam feitas por nossas mãos e são de pouqua [3r] dura, e mande dar alguns escravos de G[u]iné há cassa pera fazerem mantimentos, porque a terra hé tam fértil, que facilmente se manterão e vestirão muitos meninos, se tiverem alguns escravos que fação roças de mantimenos e algodoais; e pera nós nam hé necessario nada, porque ha terra hé tal que hum soo morador hé poderoso ha manter a hum de nós.

Pera as outras Capitania mande V. A. molheres orfãas, porque todas casarão. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AOS MORADORES DE PERNAMBUCO
BAÍA [5 DE JUNHO DE 1552]”⁶³

(...)

Muito me alegrei no mesmo Senhor que caminhavão bem muitos pera a vida eterna, e não lhes esqueceo logo de todo ha doutrina que por boca deste peccador pobre ouvirão. Quererá o Senhor dar graça pera se acabar, pois ha deu para se começar halgum fructo. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA A D. JOÃO III DE PORTUGAL
[BAÍA PRINCÍPIOS DE JULHO DE 1552]”⁶⁴

(...)

Ho que me a mi ocorre pera dizer hé que vai tudo en crescimento, assi no espiritual como no temporal, Alguns se fazem christãos despois de muito provados, e vai-sse pondo em custume de, ou serem boons christãos, ou apartarem-se de todo da nossa converçação. E os que se agora bautizão os apartamos em huma Aldea, onde estão os christãos, e tem huma igreja e casa nossa, onde os emsinão, porque não nos parece bem bautizar muitos em multidão, porque a esperientia ensina que poucos vem a lume, e hé maior condenação sua e pouca reverentia do sacramento do bautismo.

(...)

(...) Pera mim tenho averiguado que, se vierem moradores, que este gentio se senhareará facilmente, e

⁶³ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 328, o Texto integral trata: “1. Escreve a todos colectivamente por não poder a cada um em particular. – 2. Alegrou-se em saber que andam muitos no caminho do Senhor mas importa que perseverem para a vida eterna em união de caridade, - 3. Isto é o que é necessário. - 4. Com Cristo crucificado e ressuscitado e com a graça abundante do Espírito Santo. – 5. O P. António Pires vos dirá tudo isto. – 6. Mas Nóbrega deseja saber que fruto tiram da confissão frequente e receber cartas deles. - 7. Outra vez as línguas de fogo do Espírito Santo, sem o qual não há conversão das gentes. – 8. E que sejam mercadores da cidade de Deus. – 9. Espera Bispo e Padres da Companhia.[sic]”

⁶⁴ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 343, o Texto integral trata: “1. Chega o Bispo. – 2. Nóbrega pede a El-Rei que mande órfãs e outras mulheres portuguesas de que a terra precisa. -3. E que mande homens de trabalho e não para empregos públicos, que há demais. – 4. Sugere que dê uma comenda ao Bispo ou ao Cabido. -5. Louva o Governador Tomé de Sousa e teme que não venha outro tão bom. – 6. Nóbrega quer entrar ao sertão, mas só depois de deixar bem fundadas as casas das Capitánias. – 7. A terra cresce no temporal e no espiritual e os Índios já começam a reunir-se numa Aldeia. – 8. Mas, para a terra crescer mais, é preciso que venham muitos moradores. – 9. Esperanças que tem o Bispo. – 10. Que o Rei favoreça o Brasil.”

serão todos christãos se, vindo elles, se defender resgatar com os gentios, permitindo-se somente resgatar com os christãos e catecuminos que viverem apartados dos outros, debaixo da obediencia de hum pai que os reja, e de hum Padre que os doutrine (...).

(...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES, LISBOA
BAÍA 10 DE JULHO DE 1552”⁶⁵

(...)

Este Collegio dos Meninos de Jesu vai em muito crescimento e fazem muito fructo, porque andão pellas Aldeas com pregações e cantigas de Nosso Senhor polla lingua que muito alvoraça a todos, do que largamente se escreverá por outra via. Ho mantimento e vestaria que nos El-Rei dá todo lho damos a elles, e nós vivemos de esmolas e comemos pollas casas com os criados desta gente principal, ho que fazemos por que se não escandalizem de fazeremos roças e termos escravos, e pera saberem que tudo hé dos meninos.

Ho Governador ordenou de dar a dez que viemos de Portugal hum crusado em ferro cada mês pera a manutenção de cada hum e sinquo mil e seissentos reis pera vestir cada anno, com o qual nenhuma roupa se poderá fazer nesta terra, e porem eu não lhe pus grossa porque nem ainda esse merecemos.

Já tenho escripto sobre os escravos que se tomarão, dos quais hum morreo logo, como morrerão outros muitos que vinhão já doentes do mar. Tãobem tomei doze vaquinhas pera criação e pera os meninos terem leite, que hé grande mantimento. (...)

E tãobem os outros collegios das Capitánias querem fazer os moradores, e escrevem-me cartas

⁶⁵ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 348, o Texto integral trata: “1. Chega o Bispo que se mostra amigo. – 2. O Bispo quer que os Padres da Companhia sejam visitantes. – 3. O Colégio dos meninos de Jesus está florescente e os Padres aplicam a ele o subsídio régio, vivendo eles de esmola. – 4. O que os Padres recebem por mandado de El-Rei. – 5. Três escravos e 12 vacas emprestadas. – 6. Novos Colégios da Baía. – 7. Aumento do Colégio da Baía. – 8. Não perdeu nenhum dos da Companhia que vieram de Portugal e cujos nomes e actividade própria menciona. – 9. Dois filhos da terra que quer mandar para Portugal para que estudem e sejam Padres. – 10. Louva o Governador Tomé de Sousa que gostaria de ficar no Brasil. – 11. Deseja ir ao sertão, mas é preciso que venham mais Padres antes de ir. – 12. A igreja da Baía precisa ser reconstruída. – 13. Boas notícias de São Vicente, que pede reforços. – 14. O subsídio real devia ser para todos os Padres e Irmãos do Brasil. – 15. Prepara-se para visitar as Capitánias: venham Padres.”

sobre isso e querem dar escravos e muita ajuda. Daqui a dous meses irá o Governador correr a costa e irei com elle visitando as casas e darei ordem como me Nosso Senhor ensinar pera que se comessem a fazer, posto que algumas estão já bem principiadas. Mande V. R. Padres e com elles alguns meninos de bom exemplo e boas falas pera lhes darem bom principio. Nesta terra custa muiyo pouquo fazer-se hum collegio e sustentar-se porque ha terra hé muito farta e os meninos da terra sustentão-se com muito pouquo, e os moradores muito afeiçoados a isso, e as terras não custão dinheiro. (...)

Eu tinha dous meninos da terra pera mandar a V. R., os quais serão muito pera a Companhia. Sabem bem ler e escrever e cantar, e são quá pregadores, e não há quá mais que aprender; e mandava-os pera aprenderem lá virtudes hum anno e algum pouquo de latim, pera se ordenarem como tiverem idade e folgara El-Rei muito de os ver por serem primitas desta terra. E, por não ter embarcação boa e ser já tarde e andarem franceses, os não mando este anno; (...)

(...)

Muito desejosos andamos todos de hir pollo certão, porque a nenhuma parte hiremos onde não aja aparelho melhor pera se fazerem boos christãos que nas Capitánias, (...).

Mande V. R. logo muitos pera que aja pera deixar nos colégios e levar dous ou tres; e, com elles e com o Bispo, teremos lugar a ir ganhando terá adiante, porque temos novas de gentios onde acharemos alguns escolhidos pera o reino dos ceos.

(...)

Estando para cerrar ésta llegó um barco de San Vicente que truxo cartas de los Padres y Hermanos, con que mucho nos alegramos y desperto my frieza. Hazen allá gandes cosas. (...) Tienen cinquenta o sessenta personas entre Hermanos, servidores y niños, assy mamalucos como hijos de principales de la tierra, de maneira que Lionardo Núñez [48r] y Diego Jácome fecerunt fructum alius centesimum alius sexagesimum. Piden mucho socorro de Padres. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES, LISBOA
[BAÍA FINS E JULHO DE 1552]”⁶⁶

(...)

Nesta terra estão meninos da terra feytos aa nossa mão, com os quaes confessamos alguma gente da terra que nom entende a nossa fala, nem nós a sua, e asi escravos dos brancos e os novamente convertidos, e a molher e filhas de Diogo Alvarez Charamelu, que nom sabem nossa fala, no qual a experiencia nos insina aver-se feyto fruto muyto e nenhum prejuízo ao sigillo da confissão. (...) Contrariou-nos isto muyto o Bispo; dizendo que era cousa nova e que na Ygreja de Deus se nom acostuma. Acabay con elle que o escrevesse lá e que por determinação de lá estivessemos. Esta hé cousa muy proveitosa e de muyta importantia nesta terra, entretanto que nom há muytos Padres que saibão bem a lingoa, e parece grande meyo para socorrer a almas que porventura nom tem contrição perfeita pera serem perdoados e tem attrição, a qual com a virtude do sacramento se faz contrição: e privá-los da graça do sacramento por nom saberem a lingua e da gloria por nom terem contrição bastante, e outros respeitos que lá bem saberam, devia-se bem de olhar. (...)

(...)

Nesta Casa de Mininos de Jesu há disciplina muytas sextas-feiras do anno, scilicet, Quaresma, Advento e depois de Corpus Christi até a Assunção de N. Senhora. Faz muyta devação ao povo. Disciplinão-se muytos homens e toa esta casa com Padres e Irmãos e mininos. Nom vêm a Ella senão homens, que ninguem conhece quando se disciplinão. Não pareceo bem ao Bispo. (...)

Os escravos desta cidade tinhão missa e pregação nesta casa nossa aos domingos e à tarde doutrina.

⁶⁶ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 367, o Texto integral trata: “1. O Bispo manifesta-se contra os Padres da Companhia. – 2. Reprova a confissão dos Índios por intérprete. – 3. Nóbrega espera a resposta do Doutor Navarro sobre o cativo dos Índios que o Bispo parece aprovar. – 4. O Bispo reprova a prática das disciplinas públicas que edificam o povo. – 5. O pregador do bispo parece aprovar as mancebias públicas. – 6. O Bispo suprimiu a missa, pregações e doutrina dos Escravos feita pelos Padres da Companhia. – 7. O Bispo não sabe fugir a questões com o seu Cabido, que aliás não edifica o povo. – 8. O Bispo reprova que se cante e toque à maneira dos Índios, tendo-o por rito gentílico. – 9. Não ajuda a educação dos meninos. 10- Não estima a companhia e fala mal dela quando quer e pode. – 11. Nóbrega vai aproveitar o facto para ir ao sertão como é preciso e todos desejam. – 12. Tudo isto faz mal ao Bispo do que à Companhia, que todos amam. – 13. Ainda que ao princípio aceitou dar ao bispo visitantes da Companhia, agora já vê perigo: consola-se com Cristo que padeceu maiores contradições.”

Fazia-se muyto fruto. Desde que veo nos escusou disto. (...) Andão os escravos muy desconsolados; vêm-se aa nossa igreja aqueixando-se; hé pera mym grande dor. Disse-o ao Bispo: diz que proverá; nom sey o que seraa.

Os mininos desta casa acostumavão cantar pelo mesmo toom dos Indios, e com seus instrmentos, cantigas na lingua em louvor de N. Senhor, com que se muyto athrahião os corações dos Indios, e asi alguns mininos da terra trazião o cabelo cortado à maneira dos Indios, que tem muyto pouca diferença do nosso costume, e fazião tudo para todos ganharem. Estranhou-o muyto o Bispo e na primeira pregação falou nos costumes dos gentios muyto largo, por donde todo o auditorio o tomou por isso. E foy assi, porque a mym o reprehendeo muy asperamente, nem aproveitou escusar-me que nom erão ritos nem costumes dedicados a idolos, nem que prejudicassem a fee catholica. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES, LISBOA
[BAÍA FINS DE AGOSTO DE 1552]”⁶⁷

(...)

Já tenho escripto por vezes a V. R. como nestas partes pretendiamos criar meninos do gentio por ser elle muito e nós poucos, e sabermos-lhe mal falar em sua lingoa, e elles de tantos mil annos criados e abituados em perversos costumes; e, por este nos parecer meio tão necessario hà conversão do gentio,

⁶⁷ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 400, o Texto integral trata: “1. A esperança da conversão do gentio está na educação dos filhos e para isso vieram órfãos de Portugal. – 2. Para os sustentar Nóbrega adquiriu terras e ajuda-o o Governador. – 3. Alvará régio para sustento dos Padres da Companhia. – 4. Para sustento dos meninos comprou 12 vacas e outras coisas. – 5. Escravos necessários para o Colégio. – 6. Carijós injustamente cativos a quem se dá liberdade e ficam no Espírito Santo. – 7. Dizimos do peixe e outras coisas do sustento dos Meninos. – 8. Para não dar pasto a murmurações os Padres vivem de esmolas e comem uma vez por dia com os criados do Governados. – 9. O Bispo dá ouvidos aos murmuradores, mas Nóbrega, com o conselho do Governador e amigos, não desiste do Colégio começado. – 10. Os Colégios de meninos são absolutamente necessários no Brasil. - 11. O Bispo é zeloso, mas velho, e por isso para ele ou para o Cabido se deve arranjar alguma comenda em Portugal até a terra poder mais. – 12. Dúvidas que se puseram com a chegada do Bispo. – 13. Confissões por intérprete. – 14. A estada na Igreja dos Índios gentios com os cristãos. – 15. Costumes dos Índios que não são contra a fé cristã. – 16. A nudez dos Índios que pedem o baptismo, - 17. A guerra cativoiro dos Índios. – 18. O Bispo nomeou Diogo Álvarez [Caramuru] pai da conversão do gentio e Nóbrega pede para ele algum ordenado régio.”

trabalhamos por dar principio a cassas que fiquem pera emquanto o mundo durar, (...).

O que tudo praticando co[m] o Governador e vendo a dificuldade de manter os meninos que de llá vierão, por rezão da terra ser nova e pouqua gente nella que lhes podesse dar esmolas, por serem os mais degradados e outra gente pobre e miseravel, asentamos, com ho parecer dos mais Padres nossos, de tomaremos terra e ordenaremos cassa de meninos. E logo assi nós por nossas mãos, como rogando aos Indios da terra, como os escravos dos branquos, e elles mesmos por sua devação, começamos a roçar e fazer mantimentos aos meninos; (...).

(...)

Casas de mininos nestas partes [196r] são muito necessarias: não se podem ter sem bens temporais e da maneira que esta casa está fundada; (...).

Com a vinda do Bispo se moverão algumas duvidas, nas quais eu não duvidava (...).

Primeiramente, se se poerão confessar por interprete a gente dessa terra que não sabe falar nossa lingoa, (...).

Item. Há custuma nestas partes de se permitirem os gentios nas igrejas há missa juntamente com os christãos e não os deitão fora por os não escandalizar: se se guardará o direito antigo, ou se se pirmitirá estarem todos de mestura.

Item. Se abraçarmos com alguns costumes deste gentio, os quais não são contra nossa fee catholica, nem são ritos dedicados a idolos, como hé cantar cantigas de Nosso Senhor em sua lingoa pello seu toom e tanger seus estromentos de musica que elles [usam] em suas festas quando matão contrairos e quando estão bebados; e isto pera os atrahir a deixarem os outros costumes esentiais e, permitindo-lhes e aprovando-lhes estes, trabalhar por lhe tirar os outros; e assi o pregar-lhes a seu modo em certo toom andando passeando e batendo nos peitos, como elles fazem quando querem persuadir alguma cousa e dizê-la com muita eficacia; e assi trosquiarem-se os meninos da terra, que em casa temos [197r] a seu modo. Porque a semelhança é causa de amor. (...)

Item. Como nos averemos acerca dos gentios que vem nus a pedirem ho baptismo e não tem camisas nem ropas pera se vestirem: se somente por rezão de andarem nus tendo o mais aparelhado lhe negaremos o bautismo e a entrada na Igreja à missa e dictrina; porque parece que andar nu hé contra lei de natura e quem a não guarda pecca mortalmente, e o tal não hé capaz de receber sacramento; e, por outra parte, eu não sei quando tanto gentio se podrá vestir, pois tantos mil annos andou sempre nu, nam negando ser boom persuadir-lhes e pregar-lhes que se vistão e metê-los nisso quanto pode ser.

Item. Se hé licito fazer guerra a este gentio e cativá-los hoc nomine et titulo, (...).

Isto e as mais duvidas que ho anno passado, escrevi, as quais ainda me não satisfizerão, faça V. R. pôr em disputa no Colegio de Coimbra e mande-me o parecer dos principais letrados da Universidade, (...).

(...)

1553

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES, LISBOA
S. VICENTE 12 DE FEVEREIRO DE 1553”⁶⁸

(...)

Allé grande casa y muy buena yglesia, a lo menos en Portugal no la tenemos aún tan buena. Hallé 7 Hermanos grandes y muchos niños huérfanos, y oyros hijos de los gentiles, de los quales no queremos ya tomar sino hijos de los grandes y principales por no tenermos con qué los mantener, que quando al vestido súffresse los niños andaren nudos. (...)

Desta Capitania se deve se hazer más fundamento que de ninguna, por quanto por esta gentilidad nos podremos extender por la tierra adentro,

⁶⁸ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 419, o Texto integral trata: “1. Não recebeu resposta de cartas que lhe escreveu. - 2. Achou na Vila de São Vicente grande casa e igreja com sete Irmãos e muitos meninos. - 3. Resolveu entrar ao sertão. - 4. A Capitania de S. Vicente é a porta do sertão e por isso nela se deve fazer mais fundamento do que nas outras. - 5. Modo de proceder do Bispo e dos seus clérigos e visitador, mas o povo ama a Companhia excepto os que não podem ser absolvidos dos seus pecados. - 6. Devia vir um Padre da Companhia feito bispo de anel só para ordenar os Irmãos e crismar. - 7. Deseja saber como há-de proceder com os que saem da Companhia. - Bens temporais. - 9. O Ir. Pero Correia. - 10. Herança de Álvaro de Magalhães. - 11. Esmola para a mãe do Ir. João de Sousa. - 12. Luís de Góis e a sua mulher.”

y poe esso, viniendo Hemanos, a sta Capitania devrían venir, porque en las otras ya creo que se hará poco más que ensiñar niños. (...)

(...)

El Hermano Pero Correa es acá grande instrumento para poer él N. Señor obrar mucho, porque es virtuoso y sábio, y la mejor lengua del Brasil. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES, LISBOA
SÃO VICENTE [10 DE MARÇO?] 1553”⁶⁹

(...)

(...) Y, según nuestro parecer y experiencia que de la tierra tenemos, speramos hazer mucho fructo, porque tenemos por cierto que quando mais apartados de los blancos, tanto mais crédito nos tienen los Indios, y somos cada dia importunados dellos: que cómo tardamos tanto de los ir a enseñar.

(...)

Dízemos el Governador que podemos ir a predicar el Evangelho y volver a las Capitancias y poblaciones de los christianos. Esta gentilidad no tiene la calidad de la gentilidad de la primitiva Iglesia, los quales o maltratavam o matavam lurgo a quien les predicava contra sus ídolos, o creían en el Evangelio, de maneira que se aprajavan a morir por Christo; pero esta gentilidad como no tiene ídolos por quien mueran, todo quanto les dizen creen, solamente la dificultad está en quitales todos sus malas costumbres, mudándolas en otras buenas según Christo, lo qual pide continuación entr’ellos, y que vean Buenos exemplos, y que vivamos con ellos y les criemos los hijos dea pequeños en doctrina y buenas costumbres, y por esta manera

⁶⁹ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p.448, o Texto integral trata: “1. Deliberação de Nóbrega para entrar no sertão. – 2. Razões do Governador para que Nóbrega não vá. – 3. Boatos de minas de ouro e prata que também impedem a ida. – 4. O Governador não deixa entrar pelas Capitancias senão com intenção de ir e voltar para a costa marítima. – 5. Mas os Índios do Brasil não são para se converterem e ficarem logo abandonados a si-mesmos no sertão. – 6. Os cristãos à exceção dalguns não ajudam a conversão do gentio – 7. O Bispo e o seu Visitador não fazem recta administração da justiça. – 8. O Governador é bom, mas nem sempre o são seus conselheiros no que toca à liberdade dos Índios. – 9. E uma justa liberdade até às coisas temporais serviria. – 10.) cativoiro dos Índios é uma dor de coração. - 11. Recurso a El-Rei de Portugal; e se não se permite ir ao sertão pouco há que fazer na costa, a não ser a educação de meninos dos Colégios. – 12. Nóbrega pensa em voltar à Baía e em levar consigo os Irmãos recebidos em São Vicente. – 13. A Casa de São Vicente deve ser ajudada pelo Rei pois o que se dá para dez nem para três basta.”

tenemos por cierto que todos serán christianos y mejores que los blancos que acá ai. (...)

Entre los christinianos ia se hizo el fructo que se podia hazer, y creo que se hallaron los que dellos N. S. tiene predestinados; em los otros a entrado tanta dureza, que se sentaron en los pecados, e manera que sus esclavos y indias de la tierra por la doctrina que oien se quieren apartar del pecado, y se vienen para nosotros diziendo que tenen a Dios, y los señores son tales que unos les mandan que no vengan a la doctrina, y otros les dizen que no ai más que vivir a la voluntad en este mundo, que en el outro la alma no siente. Otros les dizen que nosotros no savemos lo que les dezimos, que ellos son los verdaderos que les hablan la verdad; otros les dizen muchos vituperios nuestros para nos desacrediar con toda la gentilidad, lo que por muchas vezes acontece, como tengo mandado al Hermano Pero Correa que scriva a V. R., por lo qual no solo entr'ellos ho hazemos nada, mas aún perdemos el crédito entre los Indios y gentiles, y esto más es en esta Capitania que en las otras.

La razón creo es porque la gente desta tierra es flaca en el entender, y de mala creación y de mucho tiempo habituada em granes maldades, y gente de menos calidad que toda. (...) De manera que si alguna cosa aora hazemos, es enseñar niños indios en las Casas de las Capitancias, y criarlos y a los sclavos y sclavas, aunque con tanta contradición de los blancos no se puede hazer nada más que desacreditar cada vez nuestro ministerio. (...)

Los hombres desta costa, y principalmente desta Capitania, lo más tienen indios forçados, los quales reclaman livertad y no saven más del judicial que venirse a nós como padres y valedores acogiéndose a la Iglesia, y nós, porque estamos ia scarmentaos y no queremos mover scándalos ní que nos apedreen, no les podemos valer, ni aún lo osamos a predicar.

De manera que por falta de justicia ellos quedan captivos y sus señores en pecado mortal, y nos perdemos el crédito entre toda la gentilidad por lo que speravan. Dixe al Governador que proveyese en ello (...).

El Governador me dió sperança de le aver de S. A. el diezmo del arós desta Capitanía y que le rende poco, y será mucha provisión para esta casa y para sustentación de muchos niños, (...).

(...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. LUÍS GONÇALVES DA CÂMARA,
LISBOA

S. VICENTE 15 DE JUNHO E 1553”⁷⁰

(...)

Yo vine corriendo la costa con el Governador Thomé de Sosa visitando las capitánias e los Hermanos dellas, hasta llegar a ésta de S. Vicente, que es la última, adonde hallé una grande yglesia hecha, la mejor que en la costa ay, y muchos Hermanos y niños del gentio, pero la más pobre y más mal aproveyda de todas por razón que la tierra también fué hasta aora de todos muy olvidada así del señor della como de los más.

(...)

En el Campo de aquí doze legoas se quieren ayuntar tres poblaciones en una para mejor aprender la doctrina christiana, y muestran grande fervor y desseo de aprender y de les predicar. (...)

En esta casa é hecho fruto con la gente d la tierra, scilicet hijos y hijas de christianos, mamalucos, qye ay muchos y con la esclavaría. (...) Todos saben la doctrina mejor que muchos viejos christianos de ionión, y cásanse muchos esclavos que estavan en

⁷⁰ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 489, o Texto integral trata: “1. Cartas recebidas de Portugal. – 2. A sua chegada à Capitania de São Vicente. – 4. O Governador impediu a ida ao sertão. – 4. Noticias de Índios do sertão e também das Amazonas. – 5. Nóbrega fica em São Vicente e insiste na ida ao sertão. – 6. Da cidade do Paraguai que está na demarcação do Brasil, e se ficar para El-Rei de Portugal, que se proveja de justiça. – 7. A Capitania de São Vicente também devia de ser jurisdição real por ser porta do sertão. – 8. No Campo há três Aldeias que desejam reunir-se numa para aprender a doutrina cristã. – 9. Ministérios dos Padres na Vila de São Vicente. – 10. Educação e instrução dos Meninos no Colégio de São Vicente. – 11. A Confraria do Menino de Jesus para as coisas temporais. – 12. João Ramalho, os seus filhos, e um motivo de escândalo que Nóbrega suprimiu. – 13. Esperam-se Padres de Portugal. – 14. Nóbrega pede sucessor ou pelo menos visitados. – 15. Pobreza da casa de São Vicente. – 16. Nóbrega termina amigavelmente uma demanda com Brás Cubas. – 17. Cartas de que não teve resposta incluindo a do Dr. Navarro. – 18. Casas que se devem fundar ao menos entre os Índios mais próximos. – 19. Modo de proceder do Bispo e do Clero. – 20. Pede ferro para o Ir. Ferreiro. – 21. Oficiais mecânicos. – 22. Espera o P. Luís Gonçalves da Câmara. – 23. Leonardo Nunes voltou da Lagoa dos Patos e está doente. – 24. A Capitania de São Vicente, entre todas as do Brasil, é a mais sã.”

pecado, otros se apartan, muchos se disciplinan con tan grande fervor que ponen confusión a los blancos.

En esta casa tienen los niños sus ejercicios bien ordenados, aprenden a leer y escrevir y van muy avante, otros a cantar y tañer frautas, y otros mamalucos más diestros aprenden grammática; y enseñala um mancebo grammático de Coimbra que acá vino desterrado. Tienen sus plásticas de N. Señor y modos con que lo alaban, y mucho más se haría si ya uviesse muchos obreros, mas como solo Pero Correa es el predicador no puede hazer más. Estos que se crían na de ser los verdadeiros por la mucha esperança que nos Dan sus Buenos principios. De la Baya mandarán algunos de los que allá menos necesarios fueren, porque nos ayudan acá mucho y son las lengoas y los nuestros predicadores; y a algunos no les falta sino la autoridad y edad, porque el saber y el zelo dáselo nuestro Señor.

Quando llegué a esta Capitania hallé unas indias, dellas forras y libres y dellas esclavas, solteras y algunas casadas, las quales servían la casa y trayan lenha y agoa, y hazían mantenimientos para los niños. (...) Yo todavia des que llegué, ordene la Confradía del Niño Jesús y entregué todo lo temporal para la sustentación y servicio desta casa. Ay dos mayordomos y um proveedor. Ella tiene toda la gente que a esta casa sirve para que quedemos libres de inconvenientes, y solamente nosotros nos ocupamos en lo spiritual, enseñando y doctrinando a los niños así los de casa como quantos quieren aprender, porque esta tierra está tan estragada, que es necessario llevar alicerces de nuevo. (...)

(...) Por amor de N. Señor que cesse ya la custumbre de mandar a estas partes de infieles el rebotalho como yo, porque más importa a N. S. Jesús Christo hazerse acá una casa de paja adonde se enseñe la doctrina a X moços, que no en Portugal muy sumptuosos collegios (...)

Mando enseñar algunos moços de la tierra para el sertón a ferreiros e a tesselões, y de allá devian de mandar dos niños huérfanos enseñados a officiaes para acá, porque esto hallamos ser en esta tierra una gran parte para la conversión destes infieles. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. LUÍS GONÇALVES DA CÂMARA,
LISBOA

DO SERTÃO DE S. VICENTE, ÚLTIMO DE AGOSTO DE 1553”⁷¹

(...)

Haier, que fué fiesta de la degollación de San Joán, viniendo a estar en uma Aldea donde se aiuntan nuevamente y apartan los que se convierten, adonde tengo puestos dos Hermanos para doctrina dellos, hyze solennemente alguns 50 catecúminos de los quales uma buena sperança que serán buenos chryntianos y que merecerán el batismo; será monstrada por obras la fe que toman ahora.

Yo voime adelante a buscar algunos escogidos que N. Senhor tendrá entre estos gentiles. Allá andaré hasta tener nuevas de la Baía de los Padres que creo que serán venidos. (...) Llevo todos los modos con que más nos parece que ganaremos las voluntades de los gentiles. Los moços principalmente vienense para nosotros de todas las partes.

(...)

En este campo está um Joán Ramallo el más antiguo hombre que hay en esta tierra. Tiene muchos hyjos e muy aparentados en todo este sertán, (...) speramos tener um grande médio para conversión destes gentiles. (...)

(...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA A D. JOÃO III DE PORTUGAL

[CAPITANIA DE SÃO VICENTE (PIRATININGA?)OUTUBRO DE 1553]”⁷²

⁷¹ Conforme Serafim Leite, 1954, I, p. 521, o Texto integral trata: “1. Escreve do sertão da Capitania de S. Vicente. – 2. Na Aldeia [de Piratininga] fez 50 catecúmenos no dia 29 de Agosto. – 3. Agora segue adiante e já antes seguira Pero Correia. – 4. No Campo vive João Ramalho parente do P. Paiva, homem principal entre todos, que deseja casar-se com a mulher com quem vive e cujo filho mais velho Nóbrega leva consigo. – 5. Saiba o P. Luís Gonçalves se ainda vive a mulher que João Ramalho deixou em Portugal há 40 anos ou mais. – 6. Dispensas do Papa para os Cristãos se poderem casar e devia alcanças um indulto geral. – 7. Se houver gastos João Ramalho pagará em açúcar. – 8. Correspondência com Portugal, donde é mais fácil chegar notícias a S. Vicente do que da Baía.”

⁷² Conforme Serafim Leite, 1956, II, p. 13, o Texto integral trata: “1. Reside na Capitania de S. Vicente o maior grupo da Companhia por ser mais apta para a conversão do gentio, que não têm guerra com os Portugueses, e é a porta do sertão. – 2. Está principiado um Colégio na ‘povoação’ de S. Vicente, onde se recolheram alguns órfãos e filhos dos gentios. – 3. E em Piratininga ajuntamos os Índios e faz-se uma ‘fermosa povoação’ e os filhos destes são os que se doutrinam no Colégio de S. Vicente. – 4. Na Baía não se trata agora da conversão dos Índios, porque faltam línguas e os Índios ardem em guerras entre si. – 5. Seria tempo de se reduzirem os Índios da Baía, se os Portugueses cuidassem disso nem permitissem que

(...) somente lhe darei alguma comta desta Capitania de São Vicente, omde maior parte da Companhia residimos por ser ella terra mais aparelhada pera conversão do gentio que nenhuma das outras, porque nunca tiverão guerra com os christãos (...).

(...) Polla qual rezão nos obriga Nosso Senhor a mais presto lhes socorremos, maiormente que nesta Capitania nos proveo de instrumentos pera isso, que são alguns Irmãos lingoas, e por estas rezóis nesta Capitania nos ocupamos mais que nas outras. Está principiada huma casa na povoação de S. Vicente, onde se recolherão alguns órfãos da terra e filhos do gentio.

E do mar dez legoas pouquo mais ou menos, duas legoas de huma povoação de João Ramalho, que se chama Piratinim, onde Martin Afonso de Sousa primeiro povoou, ajuntamos todos os que Nosso Senhor quer trazer à sua Igreja e [194r] aquelles que sua palavra e evangelho engendra polla pregação. E estes de todo deixão seus costumes e se vão estremando dos outros, e muita esperança temos de serem verdadeiros filhos da Igreja; e vai-sse fazendo huma hermosa povoação, e os filhos destes são os que se adoutrinão no collegio de S. Vicente.

Na Baía não se emtende agora com o gentio por falta de lingoas que não temos, somente se sustenta aquella casa e se doutrinão alguns moços, e assi tãoobem porque andão elles agora todos trabalhados em tão crueis guerras, (...).

(...)

1555

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. INÁCIO DE LOYOLA, ROMA
SÃO VICENTE 25 DE MARÇO DE 1555”⁷³

junto da Cidade os Índios se matassem e comessem contra a lei de Cristo e desonra da nobreza portuguesa. – 6. Parece razão deixarmos esta parte e quinhão ao Bispo e a seus Padres, o qual quer levar outro estilo diferente do nosso.”

⁷³ Conforme Serafim Leite, 1954, II, p. 164, o Texto integral trata: “1. Ainda não pode fazer a sua profissão. – 2. Grande obra a da conversão do gentio, mas faltam Padres para Superiores. – 3. Luís da Grã reside na Baía e assim convém até virem de Portugal mais Padres. – 4. A terra é muito sã, descubrem-se metais e podem-se fazer Colégios que sejam como enfermarias de todas as Casas da Companhia. – 5. Também se poderão ordenar Casas grandes para moços dos gentios segundo determinarem o P. Geral e o Rei de Portugal. – 6. Os Padres e Irmãos que vierem devem ser de grande virtude. – 7. A Cidade do

(...)

(...) no me resta a mí dezir outra cosa, sino avisar a V. P., que tiene aquí mucha obra esperando por la Compañía, de generationes sin cuento, muy aparejadas para todo bien, porque en tanto guardan la ley natural, que creo que a muchas poco más falta que conescer a Christo N. Señor. Empero vo hasta agora no ozo acometer tan grande empresa, quia hominem non habeo, ni tiene la Campaña acá hasta el presente soldados para tan grande conquista, porque los Hermanos que acá ay no son para más, que para se conversar juntos, en un cuerpo y aún con trabajo; y si se dividieren, como necessario para hazer nuestro officio, algunos se perderán y Christo nuestro Señor perderá su gloria y la compañía disminuirá su crédito; (...)

Y sepa V. P. que hasta agora no tengo a quien encomiende estos Hermanos para que pueda yr a visitar las otras Capitánias (...). Y portanto es necessario que V. P. provea de tres o quatro Padres, y tales que sean fuertes columnas que puedan sostener este flaquio edificio destes hijos de la Compañía que V. P. acá tiene. (...) Esperamos por las Constitutiones y por quien nos las declare, y quien nos reforme en mejor proceder en el servitio del Señor.

Estas partes todas son muy aparejadas para hazerse collegios de la Compañía, y se sustentan más facilmente que en ninguna parte muchos Hermanos por la bondad de la tierra [135v] y ser muy sana; y a lo menos devían hazerse acá collegios que serviessem de enfermerías de todas as casas de la Compañía y esto sy la tierra se poblare de buena gente, como esperamos que será, pues nuestro Señor en ella descubre metales, como todos afirman, y con favor de los principes assí de Portugal como de Castilla.

Paraguai, de Castelhanos, onde pensa ir ou por si por outrem. – 8. Quando chegou à Capitania de São Vicente, achou alguns escândalos; tirada a causa já vivem em paz. – 9. Votos de obediência de leigos casados que não convém aceitar. – 10. Mamalucos que envia para o Colégio de Coimbra. – 11. É necessário haver uma grande casa da Companhia no Paraguai, que tenha comunicação com as do Brasil. – 12. Sem dispensa de todo o direito positivo matrimonial pouco fruto se fará nesta terra. – 13. Meninos índios impedidos de ir para o Colégio de Coimbra: é preciso que venham melhores povoadores do que os desterados que têm vindo. – 14. No Paraguai os Índios Carijós já estão sujeitos. - 15. Nóbrega pede que o libertem de ser superior.”

También se pueden ordenar casas grandes de moços de los gentiles, cathecúminos, onde se enseñen en la doctrina y buenas costumbres. El modo y órden destas cosas nuestro Señor lo mostrará y descubrirá a V. P., y con la enformación, que tuviere desta tierra, y de la voluntad de los príncipes, principalmente del Rey de Portugal, nos avisará de lo que devemos fazer e pretender.

Hasta agora se acostumbró mandar a estas partes los Padres y Hermanos que en el collegio eran para menos, con les ver qualquier apparentia de bondad, lo qual podrá jugar, pues me mandaron a mí por pastor dellos, (...). Tal costumbre haga V. P., quitar, porque en ningunas partes son tan necessarias la prudentia, fortaleza, scientia, spiritu y todas las otras virtudes como aquí para el negotio de la conversión de los infieles, porque de contino suceden cosas que requierem hombre undequaque perfectum, empero para estar en casas y colegios recogidos en compañía de otros, menos es necessario. (...)

Esta Capitania de S. Vicente a ciento y cinquenta leguas poco más o menos está edificada una ciudad de castellanos llamada Paraguai, los quales tienen sujugado cien léguas a la redonda mucho número de gentiles de diversas generationes. Este es el más maduro fructo para se recoger que ay agora en estas partes, (...). Yo soy importunado cada día assí de los hespañoles por cartas que me mandan, como de los mesmos Indios que vienen de muy lexos con grandes peligos a buscarnos, Hasta agora por no tener persona suficiente y por otros respectos no he mandado.(...)

De algunos mestizos de la tierra que en esta Capitania de S. Vicente se recibieron, esgogi uno o dos deste año y los mando al collegio de Coimbra, de los quales tengo alguna esperança que serán de nuestro Señor, y que serán provechosos para nuestra Compañia si encharen buenas raíces en las virtudes. Y para este effecto los mando, y para aprender, si esto allá assí pareciere, (...) y assí se hará trueco, que del collegio nos mandarán los mal dispuestos de los cuerpos, y de acá los del alma.

De todo nos avise V. P., y la manera que ternemos, si algunas casas se fundaren de la

Compañia, principalmente en la ciudad del Paraguai, (...). Y allí es necessario y muy conveniente hazerse uma grande casa, de que manem a todas las partes que están ya conquistadas, y muy aparejadas para recibir la palabra del Señor. Mas será necessario que sea favorecida aquella casa y que tenga calor por via se Sevilla del Consejo de las Indias, y del Príncipe por ser en outro reyno, y que de allá sea visitada de la Compañia de tiempo en tiempo, y terna comunicação con estas casas del Brasil. (...)

1556

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. INÁCIO DE LOYOLA, ROMA
[SÃO VICENTE MAIO DE 1556]”⁷⁴

Depois de ter escrito a V. P. o anno passado de 555 [197v] por duas, veio ho P. Luís de Grã no mes de Maio, com cuja vinda nos alegramos todos e tomamos novo fevor e esforço para o Serviço do Senhor, e eu me detreminei com seu conselho em algumas duvidas que tinha.

(...)

Da Baia tenho novas estarem os gentios subjugados por guerra e mui aptos pera receberem la doutrina. Levo de quá alguns Irmaos pera nisso se estender de proposito, e ho mesmo crerá N. Senhor que seja por toda a costa. (...)

Saberá V. P. como me embarquo pera a Baya muito achegago à morte de huma infirmitade de que nesta terra não tenho visto escapar nenhum, que hé inchação do estamago. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. MIGUEL DE TORRES, LISBOA
[SÃO VICENTE MAIO DE 1556]”⁷⁵

⁷⁴ Conforme Serafim Leite, 1954, II, p. 275, o Texto integral trata: “1. Chegada de Luís de Grã a São Vicente. – 2. Fazem Profissão solene os Padres Nóbrega e Grã. – 3. A Bafa bem disposta para a conversão. – 4. Parentesco dos Índios, impedimentos matrimoniais para os quais deseja dispensa de todo o direito positivo. – 5. Nóbrega vai para a Baía, está doente, e espera achar lá novo Provincial.”

⁷⁵ Conforme Serafim Leite, 1954, II, p. 278, o Texto integral trata: “1. Até então trabalhou pelo que havia visto no Colégio [de Coimbra]. – 2. História dos Meninos Órfãos e das suas Confrarias do Brasil. – 3. Os meninos do Colégio de São Vicente passou-os Nóbrega a uma povoação de seus pais [Piratinga]. –

Saberá V. P. como a estas partes me mandarão os Padres e Irmãos que viemos, e até agora vivemos sem lei nem regra, mais que trabalháremos de nos conformar com ho que aviamos viso no Collegio e, como nelle aviamos estado pouco, sabiamos pouco.

Achegamos à Baya onde começamos de exercitar-nos com ho gentio e com os christãos, vivendo de esmolas. Ho anno logo seguinte vierão outros quatro Padres e, com estes, sete ou oito meninos orfãos da casa de Lixboa e, com huma preocupação do Padre Pedro Domenico, que delles tinha cuidado, pera eu poder fazer casas e confrarias da maneira que em Lixboa se fizeram, e com elles não veo nenhum aviso, mas estes vinhão encarregado[s] aos Padres. Vendo eu isso, detreminei-me, com os mais Padres e Irmãos que aqui nos achamos parecendo-nos ser cousa de que a Companhia se encarregava, a fazer-lhes casa; e pedi terras ao Governador, ouve-lhes alguns escravos d'El-Rei e humas vaquas pera criação, detreminando, com aquelles que vierão, meter outros orfãos da terra, que avia muitos perdidos e faltos de criação e doutrina, e dos filhos do gentio quantos se podessem manter na casa. Entendendo-se nisso, achegou o P. Luís de Grã e os mais Padres e Irmãos que com elle vierão, com a vinda dos quais soubemos como se a Companhia lançara de ter carregos dos tais orfãos; todavia escreveu-me o P. Mirão que dos filhos do gentio, tivesemos como tinhamos até sabermos recado de V. P., e quanto aos orfãos, de que o P. Domenico tinha carregos, trabalharia que não mandassem mais. Todavia este anno passado de 555 cá mandarão dezoito ou vinte à Baya, que não foi piquena preção pera os Padres o que ahí estavam pera lhes buscarem a sustentação, porque o que elles tinham não lhes abastava. Agora que eu vou à Baya, trabalharei quanto for possivel pollos apartar a elles, e a outros da terra, dando carregos delles, e de

4. Estudos e formação religiosa. – 5. Manutença da Casa de São Paulo e da de São Vicente. – 6. Se a casa de São Paulo de Piratininga há-de continuar a ser Casa de Meninos ou Colégio da Companhia. – 7. Pede esclarecimentos sobre várias matérias. – 8. Para São Paulo ser Colégio El-Rei podia dar o dízimo do arroz e das miunças e o da mandioca da Vila de Santo André. – 9. A posição de São Paulo e o seu estado neste ano e como se poderia fazer Colégio fixo. – 10. Para se fazer Colégio na Baía também s lhe deve dar manutenção certa ou do dízimo ou do tesouro real. – 11. E que se não dê nada que pareça salário; e tudo se devia repartir pelos Colégios da Baía e de São Paulo.”

seus bens temporais, a quem delles tenha cuidado, ficando-nos o ensiná-los e doutriná-los somente. (...)

Nesta Capitania de S. Vicente o Padre Leonardo Nunes fes o mesmo, ajuntou muitos meninos da terra, do gentio, que se doutrinavão nesta casa, e estavão de mestura com alguns Irmãos que elle recolheu nesta terra; a todos era muito dificultoso, e obrigávamos-nos a cousas que não eram de nosso Instituto, porque a manutenção delles, e na terra aver poucas esmolas pera tanta gente, foi-me forçado, dès que a esta Capitania vim, a passar os meninos a huma povoação de seus pais, donde erão a maior parte delles, e com elles passei alguns Irmãos e ffizemos casa e igreja, e tivemos comnosco somente alguns que erão de outras partes. Esta casa servia de doutrinar os filhos e os pais e mais, e outros alguns, como lugares de gentio que estão ao redor.

Nesta casa se lee gramatica a quatro ou sinquo da Companhia e lição de casos a todos, assi Padres como Irmãos e outros exercicios esperituaes.

Ha manutenção da casa, a principal hé o trabalho de hum Irmão ferreiro, que, por consertar as ferramentas dos Índios, lhe dão de seus mantimentos, e hé a boa industria de hum homem leigo que, com tres ou quatro escravos da casa e outros tantos seus, fas mantimentos, criação, com que matem a casa, e com algumas esmolas que alguns fazem à casa, e com a esmola que El-Rei dá. Tem tãobem esta casa humas poucas de vacas, as quais, por nossa contemplação, se derão aos meninos quando estavão em São Vicente, e do leite dellas se mantem a casa. A casa de S. Vicente se ficou pera se viver de esmolas, os que se nella podessem sustentar, que serão dous ou tres somente.

Desta maneira vivemos até agora nesta Capitania, onde estavamos seis Padres de missa e quinze ou desasseis Irmãos por todos, e aos mais sustentava aquella casa de São Paulo de Piratinin com alguns meninos do gentio, sem se detreminar se era collegio da Companhia, se casa de meninos, porque nunca [199v] me responderão ha carta que escrevesse sobre isto, e nestes termos nos tomaram as Constituições, que este anno de 56 nos fez Nosso Senhor mercê de no-las mandar, pollas quais entendemos não deveremos ter

carrego nem de gente pera doutrinar na fé; ao menos em nossa converção conhecemos tãobem não poderem os Irmãos ter bens temporais nenhuns, se não for collegio. Vemos que, pera se fazer aquella casa de São Paulo collegio, não em mais que a grangearia daquelles homens com escravos, os quais morrerão e nós não buscamos outros; assi mesmo o Irmão ferreiro hé doente e velho, não sei quanto durará; as vaquas forão adquiridas pera os meninos da terra e são duas; ha esmola d'El-Rei hé incerta. Pera não ser collegio, senão casa que viva de esmolas, hé imposivel poderem-se sustentar os Irmãos daquella casa em toda esta Capitania, nem com eu agora levar sinquo ou seis que himos, delles pera o Spiritu Sancto, delles pera a Baia, porque as povoações dos christãos são muito pobres. E se nesta casa de S. Vicente se não podem manter mais de dous ou tres, que há hé a principal vila, quanto mais nas outras partes.

Vendo-os, ho Padre Luis de Grã e eu, nesta perplexidade, dando conta aos Padres, que nos aqui achamos, nos pareceo escrever estas cousas todas a V. P. e ao P. Mestre Ignatio, pera que com o que lá se asentar, se tomar resolução nas cousas seguintes:

Primeiramente, se nos convem que aquella casa de Piratinin seja de meninos. A nós quá parecia-nos que não, e que hé melhor andá-los doutrinando por suas povoações a pais e a filhos: e, se todavia El-Rei quizesse casa delles, e os quizesse manter, nós não teremos mais que a superintendencia espiritual sobre elles. E já que El-Rei os não queria manter, nem nos convenha tê-los se será boom fazermos daquella casa collegio da Companhia; e nisso ho nosso voto hé que, se S. A. quisese dar àquella casa alguns dizimos de arroz e meunças, já que ali hão de estar Padres e Irmãos, applicando àquella casa pera sempre, e tirar de nós toda esmola que quá nos daa, que hera muito bem fazer-se co[200r]llegio, e se serviria muito Nosso Senhor delle, e a S. A. custaria menos do que lhe custa o que nos agora daa; e podia dar-nos alguns moios de arrôs do dizimo, e o dizimo da mandioqua da Villa de S. André, que creo que tudo hé menos do que nos quá dão, e a nós escusar-nos hia de mandarmos fazer mantimentos, nem teremos necessidade de ter escravos.

E com isto e com o mais que a casa tem seria colégio fixo, porque já tem casas e igrejas e cerca, em muito bom sitio posto, o melhor da terra, de toda abundância que na terra pode aver, em meio de muitas povoações de Índios e perto da Villa de S. André, que hé christãos, e todos os christãos desejão hir aly viver se lhes dessem licença. Aly foi a primeira povoação de christãos, que nesta terra ouve em tempo de Martim Afonso de Sousa, e vierão-se a viver ao mar por rezão dos navios, de que agora todos se arrependem, e todavia a alguns deixarão lá hir viver. Assim também ensina-se já ali gramática a alguns estudantes nossos, e lição de Casos a todos: e sendo collegio, alargando-se de todo o cuidado dos meninos da terra, será necessario aver trespassação do Nuncio ou de quem ho poder fazer para aquelas vaquas, que são dos meninos, fiquem ao collegio nosso, no qual não averá quão escandalo nenhum, porque, como se ouveram por contemplação do nosso Irmão Pero Correa, todos as tem por dos Irmãos, mas ellas, na verdade, a elles forão doadas com humas terras, assi mesmo do Ir. Pero Correa.

Na Baya, se El-Rei ordena de fazer collegio da Companhia, deve-lhe de dar cousa certa e dotar-lho para sempre, que seja mantença, para certos estudantes da Companhia, e não deve aceitar V. P. dada de terras com escravos, que fação mantimentos para o collegio senão cousa certa, ou dos dizimos, ou tanto cada anno de seu tizouro, salvo se lá acharem maneira com que nós em nada nos occupemos niso, o qual eu não sei como possa ser.

E ordene V. P. que não nos dem quão nada aos Padres que entendemos com os proximos, porque parece que hé dar-nos renda e como salario de nossos trabalhos; mas ho que nos Sua Alteza avia de dar se devia repartir por estes dous collegios, scilicet, o da Baya e este de S. Paulo de [200v] Piratinin, que está principiado: de tal maneira que a maior parte fosse para a Baia, e os mais Padres que não estiverem nos collegios viverem d'esmolas. Nisto asentamos o P. Luis de Grã e eu.

(...)

“DIÁLOGO SOBRE A CONVERSÃO DO GENTIO DO PADRE MANUEL
DA NÓBREGA

[BAÍA 1556-1557]”⁷⁶

Porque me dá o tempo lugar pera me alargar, quero falar com meus Irmãos o que meu spirito sente, e tomarei por meus interlocutores ao meu Irmão Gonçalo Alvarez, a quem Deus deu a graça e talento pera ser trombeta de sua palavra na Capitania do Spiritu Sancto, e com meu Irmão Matheus Nugueira, ferreiro de Jesu Christo, o qual posto que com palavra nam prega, fá-lo com obras e com marteladas.

Entra logo ho Irmão Gonçalo Alvarez, tentado dos negros do Gato e de todos os outros e, meio desesperado de sua conversão, diga:

[Gonçalo Alvarez]: - Por demais hé trabalhar com estes; são tão bestiais, que não lhes entra no coração cousa de Deus; estão incarnizados em matar e comer, que nenhuma outra bem-aventurança sabem desejar; pregar a estes, hé pregar em deserto ha pedras.

Matheus Nugueira: - Se tiverem rei, poderão-se converter, ou se adoraram alguma cousa; mas, como nam sabem que cousa hé crer nem adorar, não podem entender ha pregação do Evangelho, pois ella se funda

⁷⁶ Conforme Serafim Leite, 1954, II, p. 317, o Texto integral trata: “1. Apresentação dos interlocutores. – 2. Condições dos Índios, opostas à conversão cristã. – 3. Mas deve-se trabalhar por amor de Deus, porque eles também são nossos próximos. – 4. E homens como nós. – 5. Opiniões correntes sobre a conversão dos Índios. – 6. A sujeição dos Índios facilitará a educação dos filhos e netos. – 7. Mas há-de se fazer sem zelo indiscreto. – 8. Também a alma dos Índios foi criada por Deus para a sua glória, e portanto também eles são capazes dela. – 9. Efeitos do Pecado Original. – 10. Diversidade dos homens. – 11. Mas diversidade de criação e meio ambiente, não de natureza, igual em todos os homens. – 12. A conversão cristã, porém, não se opera sem a graça de Deus. – 13. E a isso ajudará a santidade de vida dos evangelizadores. 14. Já há Índios convertidos. – 15. E se converterão os outros quando chegar a sua hora, que está nas mãos de Deus. – 16. E os Índios têm menos impedimentos que os romanos que afinal se converteram.” Serafim Leite escreve no Prefácio: “Este Diálogo, pelo gênero, é o primeiro documento verdadeiramente literário escrito no Brasil. Tema de missiologia fundamental, a capacidade dos Índios para se converterem. Os Índios, não obstante a antiga condição em que vivem e se criaram, são capazes de se converter: em direito, porque são homens; e, de facto: porque já muitos se converteram. Mas importa criar novas condições, extrínsecas aos Índios, aptas a facilitar a conversão: umas, da parte dos missionários, que devem tender cada vez mais à perfeição de evangelizadores; outras da parte dos Índios, com uma sujeição moderada. Com a santidade de vida, os missionários atrairão de Deus a graça da conversão dos Gentios; com a sujeição, facilita-se a reeducação dos adultos com a aprendizagem e prática da lei cristã, na medida do possível (sempre foi difícil em todas as partes do mundo a conversão de adultos), e promove-se a educação cristã dos filhos sob um regime de autoridade paterna. (...) Se fosse de pura literatura ou doutrina, este nobilíssimo documento não teria cabida numa coleção como esta; mas encerra elementos de história positiva, em particular no ponto em que fala dos Índios, que de facto já se converteram, razão bastante para a sua inclusão em MHSI ” (p. 317-318).

em fazer crer e adorar a hum soo Deus, e a esse só servir; e como este gentio nam adora nada, nem cree nada o que lhe dizeis se fica nada.

(...)

Nugueira: - Pois que remedio, emos de cansar debalde? A minha forija de dia e de noite, e o meu trabalho não me renderá nada entre elles pera levar diante de Christo quando nos vier julgar, pera que ao menos cu[209r]ta alguma parte de meus peccados muitos?...

Gonçalo Alvarez: - Disso, Irmão, estais seguro que vós não perdeis nada; se Christo promete por hum pucaro de agua fria, dado por seu amor o reino dos ceos, como hé possivel que percais vós tantas marteladas, tanto suor, tanta vigilia, e a paga de tanta ferramenta como fazeis? As vossas fouces, machados, muito boons não para roçardes a mata de vossos peccados, na qual o Espiritu Sancto prantará muitas graças e does seus, se por seu amor trabalhaes.

(...)

Nugueira: - Pois digo-vos, Irmão meu, que me meteis em confusão. E como saberei eu que trabalho por seu amor, se eu vejo que trabalho pera quem não no ama, nem no conhece?

Gonçalo Alvarez: - Conhece logo o Senhor, por quem vós aveis de fazer que desejais vós que o conheção, amem e sirvão todos estes e todo o mundo.

Nugueira: - Desejo serto, e sempre lhe pesso que elle seja sanctificado, de todos conhecido e amado, pois hé muita rezão que a criatura conheça a seu Criador, pois todo o ser e perfeição elle lhe comunicou, e a criatura rational sobre todas o conheça e honre; pera ella forão criadas e feitas todas as cousas, e hé obrigada a ser a boca de todas pera louvar a Deus, por tamanho bem, que de tudo o fez senhor.

Gonçalo Alvarez: - Pois, meu irmão, isso me parece que basta pera se Deus contentar de vosso serviço ou sacrificio; chamo-lhe assi porque esse vosso officio parece que vos faz sacrificio que na Lei Velha se chamava holocausto, que ardia todo e nada se dava a ninguem delle.

(...)

Gonçalo: - (...) Mas tornemos ao proposito. Irmão Nogueira, por amor de N. Senhor que livremente e segundo o que entendeis diante de N. Senhor digais: que vos parece deste gentio segundo a experientia que tendes delle os annos que há que com elles conversais?

Nogueira: - Que aproveita conversar, que os não entendo? Ainda que, segundo me parece delles, pera este fim de se converterem e serem christãos não há mister muita intelligencia, porque as obras mostram quão poucas mostras elles tem de o poder vir a ser.

Gonçalo Alvarez: - Logo de que me aproveita a mim a minha lingoa?

Nogueira: - Ha, ha, ha... Sabeis de que me rio? De me preguntardes de que aproveita a vossa lingoa, porque vos pergunto: de que aproveita a vossa forija?

Gonçalo Alvarez: - Ya vos eu respondi a essa pergunta.

Nogueira: - Tomai a mesma resposta.

Gonçalo Alvarez: - Não, que os officios são diferentes, porque o meu hé falar, o vosso fazer.

Nogueira: - Não hé logo diferente o fim, porque cada hum de nós á-de fazer o seu.

Gonçalo Alvarez: - E qual hé esse fim?

Nogueira: - A charidade ou amor de Deus e do proximo.

(...)

Gonçalo Alvarez: - Pois a pessoas mui avisadas ouvi dixer que estes não erão próximos, e porfião-no muito, nem tem pera si que estes são homens como nós.

Nogueira: - Bem! Se elles não são homens, não serão proximos, porque soos os homens, e todos, maos e boons, são próximos. Todo o homem hé huma mesma natureza, e todo pode conhecer a Deus e salvar a sua alma, e este ouvi eu dizer que era próximo. Prova-se no Evangelho do Samaritano, onde diz Christo N. S. que aquelle hé próximo que usa de misericordia.

(...)

Gonçalo Alvarez: - Estes tem alma como nós?

Nogueira: - Isso está claro, pois a alma tem tres potentias, entendimento, memoria, vontade, que de todos tem. Eu cuidei que vós ereis mestre já em Israel,

e vós sabeis isso! Bem parece que as theologias que me dizeis arriba eram postičas do P. Brás Lourenço, e não vossas. Quero-vos dar hum desengano, meu Irmão Gonçalo Alvarez: que tão ruim entendimento tendes vós pera entender ho que vos queria dizer, como este gentio pera entender as cousas de nossa fé.

Gonçalo Alvarez: - Tendes muita rezão, e não he muito, porque eu ando n'agoa nos peixes bois e trato no mato com Brasil, não hé muito ser frio; e vós andais sempre no fogo, rezão hé que vos aqueteis, mas não deixeis de prosseguir adiante, pois huma das obras de misericordia hé ensinar aos ignorantes.

(...)

1557

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. MIGUEL DE TORRES, LISBOA

[BAÍA (RIO VERMELHO) AGOSTO DE 1557”⁷⁷

(...)

(...) Na cidade reside o P. Antonio Pirez, como reitor da casa, com o P. Ambrosio Pirez, o qual agora tem cuidado de ler huma clace aos que mais sabem de latim, e tem tãobem a seu cargo as pregações da cidade; fiquarão com Antonio Blasques os que menos sabião. Há na mesma casa, assi mesmo, escola de ler e alguns meninos do gentio, e com elles se ensinão outros da cidade, e de todos tem cuidado hum Irmam. Os estudantes de fora não são mais de tres ou quatro moços capelães da Sé, mas de casa onze ou doze, delles Irmãos, e outros orfãos, daqueles que pareceo mostrarem e terem melhor abilidade pera estudarem e milhores partes pera poderem ser da Companhia; todos os mais orfãos são dados a officios, salvo dous ou tres que nem são pera serem da Companhia, por não serem

⁷⁷ Conforme Serafim Leite, 1954, II, p. 396, o Texto integral trata: “1. Cartas que escreveu para Portugal. - 2. Espera-se a armada com Mem de Sá. - 3. O Colégio da Baía e os seus estudos. - 4. Nóbrega na Casa do Rio Vermelho. - 5. Não há outra mantença senão as esmolos da Cidade. - 6. Pouco fruto com cristãos e gentios, - 7. O gentio foge com medo de que os juntem para os matar. - 8. Agravos dos cristãos contra o gentio. - 9. É preciso defender e fazer favores aos Índios para que se ganhem sujeitem ao jugo da razão. - 10. Ministérios com a escravaria e os meninos. - 11. Em São Vicente e no Espírito Santo trabalham o que podem. - 12. A empresa do Paraguai e motivos para lá ir ou mandar. - 13. Deixa ao P. Luís de Grã o cuidado de ir ao Paraguai se lhe parecer conveniente. - 14. Dispõe-se o P. Grã a essa viagem e a levar o Ir. Chaves para lá se ordenar. - 15. Nóbrega pede socorro e novo Provincial porque deita sangue pela boca.”

pera isso; a estes não vemos outro remedio, salvo torná-los lá a mandar.

(...)

A manança de todos agora hé as esmoladas da Cidade, a qual tomou a cárrego mantêre-nos até avêremos algum remedio com a vinda dos mais que esperamos, porque d'El-Rei não nos dão nada, nem há que dar: e se N. Senhor nam abrija este caminho, não sei que fora de nós, porque nem con vender os ornamentos e calices da igreja fora posivel manter-se toda gente. (...)

Com os christãos fazemos quá pouco, (...). Com o gentio tãobem se faz pouco, porque a maior parte delle, que erão freigueses destas duas igrejas, fugirão. A causa disto foi tomarem-lhe os christãos as terras em que tem seus mantimentos, (...) dizendo-lhes que os hão-de matar (...).

(...) Pera nós hé grande dor esta, porque vemos que são forçados irem-se onde não poderemos ter conta com elles, e levão-nos os filhos que já estavão doutrinados, (...).

Com ha escravaria se faz muito agora mais fructo em sua doutrina e pregações na sua lingoa e confissões, (...)

(...) E considerar eu os muitos Irmãos que há em S. Vicente e o pouco que se faz ahi, (...). (...)

Portanto se deve lá trabalhar por nos mandarem socoro logo, ao menos de hum Provincial e dalguns Padres e irmãos que ajudem, porque a mim devem-me já de ter por morto, porque ao presente fiquo deitando muito sangue polla boca. O medico de quá hora que pode ser da cabeça: seja donde for, eu o que mais sinto hé ver a febre ir-me gastando pouco a pouco. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. MIGUEL DE TORRES, LISBOA
BAÍA, 2 DE SETEMBRO DE 1557”⁷⁸

⁷⁸ Conforme Serafim Leite, 1954, II, p. 404, o Texto integral trata: “1. Ainda não chegou a armada de Mem de Sá. – 2. Demasiada mudança dos procuradores do Brasil em Lisboa. – 3. Ninguém no Brasil fará o Colégio se El-Rei de Portugal o não fizer. – 4. Para fazer apartamento de Moços seria preciso romper os muros da Cidade. – 5. Casas da Companhia na Baía. – 6. Os Moços deviam ficar nas casas existentes e dar-se aos Padres outro sítio da banda de fora do muro. – 7. Que a superintendência dos Moços fique ao

(...)

Acerca do apartamento dos moços pratiquei cá com os Padres he no que mais comumente nos resolvemos forão as seguintes concrusões. A primeira hé que por mais propriio que Dom Duarte nos seja, nem Thomé de Sousa, nem nenhum de quá am-de mover al Rey a que gaste de sua fazenda em nos fazer collegio, antes todos lhe am-de dezer que bem estamos, o que quá bem entendemos. A rezão disto hé porque, posto que mostrem ser nossos devotos, não entra em seu entendimento dever-nos El-Rey fazer collegio estando a See por fazer, e asy hum yngenio que El-Rey mandou que se fizesse, que todos julgão ser muyto proveito da terra, e muytos ordenados por pagar (muytos deles escusados), que o fazer-se o collegio. E pera tudo isto não á acá com se fazer, nem de lá se manda o terço do que pera tantos gastos de outras Capitánias, e todos julgão ser mais ymportantes, como são fazer fortaleza no Rio de Janeiro, na Bitioga de S. Vicente, e socorrer ao Spiritu Sancto, que são todas cousas em que todos mais trazem os sentidos que em collegios nosos.

A segunda concrusão hé que as casas que temos não lhe vemos maneira pera nós e moços [41v] estáremos nelas apartados, salvo se rompêremos o muro da Cidade e fizéremos algumas casas da vanda de fora no sitio que pera o Collegio está deputado. E pera isto não temos possibilidade pera as fazer, nem sei se nos darão licença pera romper o muro.

Provincial ou Reitor para que não torne tudo em nada. – 8. Manutenção dos Moços e terras para o Colégio. – 9. Igreja começada e não concluía, mas espera que se faça outra menos pegada à Sé. – 10. Como se pode ordenar na Baía o dote do Colégio com os dízimos de El-Rei. – 11. Terras, criações, alguns escravos da Guiné e um braço. – 12. Escravos da terra não convém tê-los e a manança da casa da Baía tem sido muito trabalhosa. – 13. A empresa do Paraguai e os motivos para lá ir ou mandar. – 14. Deixa o P. Luis de Grã, o cuidado de ir ao Paraguai se lhe parecer conveniente. – 15. Dispõe-se o P. Grã a ir ao Paraguai levando o Ir. Chaves para se ordenar. – 16. Nóbrega pede socorro novo Provincial porque deita muito sangue pela boca. – 17. Pede terras para o Colégio de Piratininga, que é a melhor coisa que há no campo. – 18. Devia-se dar licença aos homens de Santo André para se juntarem no Rio de Piratininga. – 19. Os do mar vivem com mais trabalho e são perseguidos dos Índios contrários. – 20. Os contrários de Bertioga devem ser dominados e povoar-se o Rio de Janeiro com brevidade, se não perder-se-á a capitania de São Vicente. – 21. No Espírito Santo vai-se fazendo fruto, mas também ali chegam os mesmos contrários que vão a São Vicente, e os franceses. – 22. Ainda não foi nenhum navio da Baía para Portugal este ano. – 23. Informação dos Padres e Irmãos e insiste em que venha novo Provincial e não basta que venha só. – 24. Os padres que vieram de Portugal. – 25. Os que se receberam no Brasil. – 26. Dos mais novos e dos estudantes não há ainda para que falar. – 27. Vai escrever a El-Rei, deixara de escrever porque lhe tinham dito que o não fizesse e talvez El-Rei estranhasse. ”

As casas que agora temos são estas, sciliet, huma casa grande se setenta e nove palmos de comprido e vinte e nove de largo. Fizemos nela as seguintes repartições, scilicet, hum estudo e hum dormitorio e hum corredor, e huma sacristia por rezão que outra casa que está no mesmo andar e da mesma grandura nos serve de ygreja por nunca depois que estamos nesta terra sermos poderosos pera a fazer, o que foy causa de sempre dezermos missas em nossas casas. Neste dormitorio dormimos todos, asi Padres como Irmãos, asaz apretados. Fizemos huma cozinha e hum refitorio e huma despensa que serve a nós e aos moços. Da outra parte está outro lanço de casas da mesma compridão, em huma delas dormem os moços, em outra se Lee gramatica, em outra se ensina a ler e escrever; todas estas casas asy humas como outras são térreas; tudo isto está em quadra.

O chão que fica entre nós e os moços não hé bastante pera que repartindo-sse eles e nós fiquemos agasalhados, mayormente se nele lhes ouvessem de fazer refitorio, despensa e cozinha como será necessario. Todas as mais casas necessarias a huma comunidade nos faltão a nós e a eles, como são humas necessarias, casa d'agua e de lenha, e outras desta maneira que quá são muy necessarias, e no sytio não há maneira pera se fazer, e sobretudo não lhe fica servintia pera a fonte e cousas necessarias ultra de não terem ygreja senão a nossa.

A terceira hé que nos parece que, repartindo-nos, não faltará quem diga al Rey que bem estamos, e asy nunca nem nós nem eles estaremos agasalhados como convem. Polo qual nos parece que se devia de dezer a Sua Alteza como estamos apertados e que não hé possivel cabêremos neste chão, portanto a eles ou a nós dê agasalhado. Pera nós agora abastar-nos-yão estas casas que nós com muyto trabalho nosso (...).

A quarta hé que nos parece bem, alem da superintendencia spiritual dos moços, convir muito que o Provincial, ou Rector de nosso Collegio somente, tenha também a superioridade em ho mais pera pôr e tirar e ordenar as cousas dos moços escolhendo quem deles tenha cuydado e do seu, e esse tirando e pondo quando lhe parecer. Porque se de todo os alargáremos

em breve tempo será tudo tornado em nada segundo que por experiencia alcançamos, e não tem eles mais ser e vida nem sua cassa que quanto nós asopramos, mayormente sendo os mais ou todos moços do gentio de quem a gente desta terra tem muy pouco gosto [42r] e devação polo muyto odio que comunmente se tem a esta geração. (...)

O que os moços quá tem pera sua mantença são quorenta mil reis cada ano bem mal pagos, e todo o mais que nós lhe quiséremos dar. Minha intenção, quando esta casa se principiou, foy parecer-me que nunca meninos do gentio se apartarão de nós e de nossa administração, e o que se adquire foy pera nós e pera eles. Dos moços orfãos de Portugal nunca foy minha yntenção adquirir a eles nada, nem fazer casas pera elles, senão quando fosse necessario pera com eles ganhar os da terra, e os ensinar e doutrinar, e esses avião de ser somente os que pera este effeito fossem mais necessários e da quá se pidissem. E todavia nos parece bem dar-lhes as terras, porque, porque se pedirão pera os mininos do gentio, por não aver escandalo e dizerem que com titolo de moços adquirimos pera nós. E pera o nosso Collegio se devia pedir al Rey huma légua ou duas de terra onde nos melhor parecer, em parte onde não for aynda dada, posto que já agora não pode ser senão longe por ser tudo dado; e bastará escrever S. A. ao Governador que onde for mais conveniente as dê.

Huma ygreja temos principiada á tres ou quatro annos e por esperar recado d'El-Rey, e tãobem por não seremos poderosos pera acabar, nem nos paguarem quá nossa esmola, não se acabou, (...).

Quanto ao que diz o P. Francisco Anriquez, que mande certa e larga ynformação do que se pode ordenar pera dote e mantimento das Casas: quanto a esta Capitania, digo que El-Rey tem nela de renda os dizmos o seguinte, scilicet, as meunças rendem cento e vinte mil reis; nisto andão arrendadas em cada hum ano; o peixe, mandioca e algodão, que andão arendados sobre sy, rendem setenta ou oitenta mil reis em dinheiro; o açúcar de hum yngenio, que até agora não á outro na terra, anda em cento e cimcoenta arobas de açúcar que Val a cruzado a aroba. Todos estos dizimos

se espera que vão crescendo segundo terra se for povoando. Daqui podia El-Rey dar o que quisesse, contanto que fosse perpetuo; (...)

De Sant Vicente escrevi, conformando-me com o Padre Luys da Grãa, que nos parecia não se aver de aceitar d'El-Rey terras nem escra-[42v]vos pera grangeria. Agora, conformando-me com o que de lá escrevem e com o parecer dos Padres de aqui, digo que se aceite tudo ata palhas; e digo que se S. A. nos quisesse mandar dar huma boa dada de terras, onde aynda não for dado, com alguns escravos de Guiné, que fação mantimentos pera esta Casa e criem criações, e asy pera andarem em hum barquo pescando e buscando o necessario, seria muyto acertado, e seria a mais certa maneira de mantimento desta Casa.

Escravos da terra não nos parece bem tê-los por alguns incovinientes. Desses escravos de Guiné manda ele trazer muytos à terra. Podia-se aver provisão pera que dos primeiros que viesse nos desse os que Sua Alteza quisesse, porque huns tres ou quatro, que nos mandou dar á certos annos, todos são já mortos, salvo huma negra que serve esta Casa de lavar roupa, que ainda que não o faz muyto bem, excusa-nos muytos trabalhos. (...)

Des que fuy entendendo por experiencia o pouco que se podia fazer nesta terra na conversão do gentio por falta de não serem sujeitos, e ela ser huma maneira de gente de condição mais de feras bravas que de gente racional, e ser gente servil que se quer por medo e subjeição, e com juntamente ver a pouca esperança da terra se ensonherear, e ver a pouca ajuda e os muytos estorvos dos christãos destas terras, cuyo escandalo e mau exemplo abastara pera se não converter, posto que fora gente de outra calidade, sempre me dixee o coração que devia de mandar aos carixós, os quais estan senhoreados e sujeitos dos castelhanos do Paraguay e muy despostos pera se neles frutificar, e em outras gerações que tãobem conquistão os castelhanos; e jntamente com isto fazerem-me de lá instancia grande por muytas vezes, scilicet, o capitão e os principaes da terra prometendo todo o favor e ajuda necessaria pera bem empregar nossos trabalhos asi antre os christãos como antre os gentios. Tive tãobem

cartas de pessoas que esperavão nossa yda com desejos de servirem a Nosso Senhor nesta Companhia, de muyto boas partes pera isso; e com isto ver que a Capitania de Sant Vicente se vay pouco a pouco despovoando polo poco cuydado e diligencia que nisso El-Rey e Martin Afonso de Sousa tem, e se vão lá passando ao Paraguay pouco a pouco; e considerar eu os muytos Irmãos que há em Sant Vicente e o pouco que se faz ahy, e parecer-me que seria bom ter lá a Companhia hum ninho onde se recolhesse quando de todo Sant Vicente se despovoasse. (...).

1558

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. MIGUEL DE TORRES, LISBOA
BAÍA 8 DE MAIO DE 1558”⁷⁹

⁷⁹ Conforme Serafim Leite, 1954, II, p. 445, o Texto integral trata: “1. É preciso sujeitar o gentio e fazê-lo guardar a lei natural. – 2. Sem sujeição, os gentios continuam a matar e comer corpos humanos sem excepção de pessoas. – 3. A experiência mostra que não se pode povoar e valorizar a terra enquanto o gentio não for senhoreado ou despejado. – 4. A qualidade deste gentio não é para se levar por bem senão por sujeição e é o que se faz por outras partes de terras novas. – 5. Podem-se castigar os que mataram a gente da nau do Bispo e sujeitar todos os que estão apregoados por inimigos dos cristãos. – 6. Senhoreada a Baía é fácil senhorear as outras Capitánias. – 7. E assim deixarão de ser comidos os que perdem em barcos e navios. – 8. Este parece melhor meio de se povoar a terra que virem povoadores pobres que não se poderão manter. – 9. Com pouco mais do que El-Rei gasta para trazer o gentio à fé, e com a ajuda dos moradores e dos Índios amigos, se poderá sujeitar toda a costa. – 10. Deve haver um Protector dos Índios para os castigos quando merecerem e para os defender quando os agravarem. – 11. Lei que se deve dar aos Índios. – 12. O que fez D. Duarte da Costa e o que fez Mem de Sá. – 13. Os meninos do gentio. – 14. Se os Padres se não ocuparem dos moços dos gentios tudo tornará em nada, porque a gente desta terra tem deles pouco gosto. – 15. Quando Nóbrega fundou a Casa dos Meninos da Baía tinha em mente os meninos do gentio e não órfãos de Portugal. – 16. Para facilitar a catequese estão-se a aldear de boa vontade os índios da Baía com o favor do Governador Mem de Sá mas com a oposição da gente da terra. – 17. O Governador proíbe que os Índios da Baía se guerreiem e comam. – 18. A experiência do que se faz no Peru e Paraguai onde poucos homens sujeitaram a muitos e fazem os Índios amigos uns dos outros. – 19. A sujeição dos Índios da Baía não oferece nenhum perigo nem próximo nem remoto. – 20. Devia de vir carta régia para a Câmara não estorvar a conversão dos Índios, senão é escusado Colégio e que dêem licença aos Padres de se passarem ao Paraguai ou à Índia. – 21. Os Meninos já têm apartamento separado dos Padres, mas falta o comer para lhes dar. – 22. Se a terra não for em maior aumento não é urgente a dotação do Colégio. – 23. Que renda tem El-Rei na Baía. – 24. A melhor e imediata ajuda de El-Rei poderiam ser duas dúzias de escravos da Guiné para fazer mantimentos e pescar. – 25. A manança actual dá para doze meninos; o Governador quer manter outros doze. – 26. Utensílios necessários de estanho e cobre. – 27. Sino, relógio e objectos da igreja. – 28. A doutrina da Cidade está com o vigário. – 29. O legado de Diogo Álvares Caramuru à Companhia e os Clérigos da Sé. – 30. Fazendo-se conta de haver Colégio é também preciso haver conservador para tratar das suas causas. – 31. A empresa do Paraguai e motivos para lá ir ou mandar. – 32. Deixa ao P. Luís da Grã o cuidado de ir ao Paraguai se lhe parecer conveniente. – 33. Disponha-se o P. Grã a ir, e também para se ordenarem lá cinco ou seis Irmãos de São Vicente, mas não tem certeza se foi. – 34. Roças dos Índios da Vila de S. Paulo da Baía em terras do Conde da Castanheira. – 35. Rodrigo de Freitas, escrivão do Tesouro, quer ser da Companhia e tem cargo dos Meninos.”

Primeiramente o gentio se deve sujeitar e fazê-lo viver como criaturas que são racionais, fazendo-lhe guardar a lei natural, como mais largamente já apontei a Dom Leão o ano passado.

Depois que o Brasil é descoberto e povoado, têm os gentios mortos e comidos grande número de cristãos e tomados muitas naus e navios e muita fazenda. (...)

Meninos do gentio não há agora em casa. A razão é porque os que havia eram já grandes e deram-se a ofícios, mas destes os mais fugiram para os seus; (...). (...) outros por não se poderem aqui sustentar por causa da fome, que há dias que anda por esta Baía (não por falta de terra nem dos tempos senão por falta de quem faça mantimentos e haver muitos ociosos para os comer), foram mandados para a Capitania do Espírito Santo. Não se tomaram outros, nem se fez por isso, por não se poderem sustentar; todavia já agora começaremos de ajuntar alguns de melhores habilidades nesta casa e tenho um homem muito conviniente para ter cuidado deles. (...)

Cá nos parece bem, além da superintendência espiritual dos moços, convir muito que o Provincial, ou o Reitor de nosso Colégio sòmente, tenha também a superintendência em todo o mais para ordenar as cousas, pondo e tirando e escolhendo quem deles tenha carrego e do seu, por que se de todo os alargarmos, em breve tempo será tudo tornado em nada, segundo a experiência nos tem ensinado; e não têm eles, nem sua casa, mais ser que quanto nós ajudamos, maiormente por serem filhos dos gentios de que a gente dessa terra tem mui pouco gosto, antes comumente se tem grande ódio a esta geração e o que lhes pode fazer maior mal é se cuidar que salva melhor [a] alma; e por isso se não escusa a superintendência que digo ou de todo alargá-los.

Minha tenção, quando se esta casa principiou, foi parecer-me que nunca meninos do gentio se apartariam de nós e de nossa administração e o que se adquiriu foi para eles e para nós. Dos moços órfãos de Portugal nunca foi minha tenção adquirir a eles nada nem fazer casa para eles, senão quanto fosse necessário para com eles ganhar os da terra para os doutrinar e estes haviam

de ser sòmente os que para este fossem necessários e de cá se pedissem.

Torno a dizer que é tão grande o ódio, que a gente desta terra tem aos Índios, que por todas as vias os toma o inimigo de todo o bem por instrumentos de danarem e estorvarem a conversão do gentio; porque de Mem de Sá, Governador, ajuntar quatro Aldeias em uma e querer ajuntar outras em outra parte, não saberei dizer quanto o estorvam por todas as vias, mas neste caso parece-me bem o que faz Mem de Sá, e eu e D. Duarte assim lho aconselhamos, porque doutra maneira não se podem doutrinar nem sujeitar nem metê-los em ordem, e os Índios estão metendo-se no jugo de boa vontade, (...).

Duas gerações estão aqui junto, as quais de pouco tempo para cá se comem depois de cá somos estão tão junto de nós e perto uns dos outros que é impossível poderem-se doutrinar nenhum deles e todos sujeitos ao que o Governador lhes quer mandar e sofreram atégora grandes agravos dos cristãos até lhes tomarem filhas e mulheres e os matarem; (...).

(...)

Também se devia de haver uma carta de Suas Altezas para a Câmara, em que declare quanto pretende a conversão do gentio, na qual não estorvem tanto; porque se isto vai como foi atéqui eu sou de voto que será escusado Colégio da Companhia e deviam-nos dar licença para ir ao Peru ou Paraguai, (...).

Não me parece bem apertar agora muito por Colégio, porque, por mais propício que D. Duarte vá, há-de dizer que se acuda a outras maiores necessidades da terra e que nós estamos bem agasalhados; e na verdade se a terra não for em maior crescimento, eles têm razão; e para os Padres e Irmãos que houver, haverá bem honesto agasalhado, maiormente que hão-de residir nas povoações dos Índios os que não estudarem. Estes quatro anos, que dura a provisão, parece bem que não se deve lá pedir vestiaria, qual cá se não paga como verão pela certidão do escrivão da fazenda; e mandarem-nos uma esmola de pano e o mais como mandaram este ano e sufficit nobis; salvo, se lá virem tão boa conjunção que haja algum dote perpétuo para o Colégio ou de dízimos ou de que parecer, (...).

A renda, que El-Rei cá tem nesta Baía, é esta, scilicet: as miunças que rendem cento e vinte mil réis em que andam arrendadas; o peixe e mandioca e algodão andam em cento e trinta mil réis; pagos em odenado, que é um terço menos, pode valer em dinheiro oitenta mil réis, o açúcar do Engenho anda em cento e cinquenta cruzados. Nestas rendas manda El-Rei pagar aos cônegos da Sé seus ordenados.

A melhor cousa que se podia dar a este Colégio seria duas dúzias de escrevos da Guiné, machos e fêmeas, para fazerem mantimentos em abastança para a casa, (...).

Para os meninos se podia negociar sua mantença segundo os quisessem ter. Eles têm agora trinta mil réis que abastarão a uma dúzia deles para se manterem, afora vestido que de lá deviam mandar desses alambéis e outros panos que lá se perdem. Afora esta dúzia quer o Governador Mem de Sá manter à sua custa outra dúzia deles e já os começo de ajudar.

O que em todas as casas é já mui necessário é estanho lavrado, tachos e caldeirões de cobre e alguidares de cobre para fazer farinha como o Padre dará a menção.

Para a Igreja virá o sino aqui da Baía, e o relógio para São Vicente, campas para as Aldeias e os ornamentos convenientes como o Padre dirá ser necessário.

A doutrina da cidade nos tirou o Vigário, não por se lá fazer melhor, nem por ser maior glória de Nosso Senhor, porque cá, além da doutrina, tinham práticas e declarações na sua língua, que eram de que se mais aproveitavam, o que agora se não pode fazer tão comodamente. O mesmo usou o Bispo, que Deus haja, conosco e veio tudo a tanta frieza que a largaram; nós agora se eles a largarem torná-la-emos a tomar.

(...)

Muito necessário nos será cá um conservador nosso, porque pois cá fazem conta de Colégios, não podem deixar de nascer cousas por onde ele seja muito necessário; e porque cá não sabemos o estilo que nisto se deve ter, mandem-nos disto larga informação.

Depois que fui entendendo por experiência o pouco que se podia fazer nesta terra na conversão do

gentio, por falta de não serem sujeitos, e pouca esperança de se a terra senhorear por ver os cristãos desta terra como sujeitos ao mais triste e vil gentio de todo o mundo, e ver a pouca ajuda e os muitos estorvos dos cristãos destas partes, cujo escândalo e mau exemplo é bastante para não se converterem posto que fôra o melhor gentio do mundo, sempre me disse o coração que devia mandar aos Carijós, os quais estão senhoreados e sujeitos dos castelhanos no Paraguai e mui dispostos para se neles frutificar (...).

(...)

1559

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. MIGUEL DE TORRES E PADRES
E IRMÃOS DE PORTUGAL

BAÍA 5 DE JULHO DE 1559”⁸⁰

(...)

Depois da vinda de Mem de Sá, Guovernador, se fizerão tres igrejas em tres povoações de Indios e muytas mais se fizerão se ouvera Padres e Irmãos pera nellas residirem; outras (duas ou tres) Aldeias de Indios estão juntas esperando por Padres pera doutrinarem (...). A primeira igreja que se fez, ha huma legoa desta cidade, chama-se Sam Paulo; [52r] a segunda, Sam João, tres legoas; a outra Sancti Spiritus, sete legoas.

E começando em Sam Paulo, que foy a primeira, direy primeiramente ha ordem que teve e tem em proceder. Aqui há escola dos meninos, que são pera isso, cada dia huma só vez, porque tem o mar longe e

⁸⁰ Conforme Serafím Leite, 1954, III, p. 49, o Texto integral trata: “1. Correspondência: consolações e tristezas. – 2. Depois da vinda de Mem de Sá fizeram-se três Igrejas. – 3. Aldeia de São Paulo e o seu método de catequese e ensino. – 4. Doutrina e disciplina aldeã. - 5. Direito penal na Aldeia e penitências. – 6. A semana Santa na Aldeia e contradição do cabido. – 7. A festa da Páscoa. – 8. A festa e procissão do Corpo de Deus e a boa correspondência dos Índios. – 9. Vai acabando o costume de comer carne humana e castiga-se quem a come. – 10. Vai-se sujeitando o gentio, e os próprios Índios ajudam. – 11. Na Aldeia de São João procede-se como na de São Paulo. – 12. Dia de S. António, procissão em acção de graças pelas vitórias dos Ilhéus. - 13. Outra Aldeia que se ajunta. - 14. A Igreja do Espírito Santo. – 15. Doença, morte e funeral do P. João Gonçalves. – 16. A falta que faz. – 17. Outras doenças de vários Padres incluindo Nóbrega. – 18. Continua o assunto da Aldeia do Espírito Santo e casos dela. – 19. A Aldeia do Chorão. – 20. Os feiticeiros em acção e um castigo simulado. – 21. Fechou-se a porta da confissão por causa dos escravos e amancebados. – 22. Escola de ler e escrever. Espera-se Bispo. – 23 Novas das Capitánias de São Vicente e do Espírito Santo.”

vão pelas menhãs pescar pera sy e pera seus Paes. Que não se mantem douta cousa, e às tardes tem escola tres oras ou quatro. Destes ahi cento e vinte por rol, mas contínuos sempre há de oitenta pera arriba. Estes sabem bem a doutrina e cousas de fee, lem e escrevem; já cantão e ajudão já alguns há missa. Estes são já todos baupuzados com todas as meninas da mesma ydade, e todos os inocentes e lactantes. Depois da escola há doutrina geral a toda gente, e acaba-sse com Salve cantada póllos meninos e as Ave Marias. Depois, huma hora de noite, se tanje o sino e os meninos tem cuydado de ensinarem ha doutrina a seus pais e mais velhos e velhas, os quais não podem tantas vezes ir hà igreja, e hé grande consolação ouvir por todas as casas louvar-se Nosso Senhor e dar-se gloria ao nome de Jesu.

Aos domindos e sanctos tem missa e pregação na sua lingoa e de continuo hé tanta a gente que não cabe na igreja, posto que hé grande; ali se toma conta dos que faltão ou dos que se ausentão e lhes fazem sua estação. Ho meirinho, que hé hum seu Principal delles, prega sempre aos dominguos e festas polas casas de madrugada a seu modo. A obediencia que tem hé muyto pera louvar a Nosso Senhor, porque não vão fora pedir licença, porque lho temos asym mandado por sabêremos onde vão, pera que não vão comunicar, ou comer carne humana, ou embebedar-se a alguma Aldea longe; e se algum de desmanda, hé preso e castigado pelo seu meirinho, e o Governador faz delles justiça como de qualquer outro christão e com maior liberdade. (...)

(...)

Passando nós por huma Aldeia onde nunca se ensinou, achamos hum menino muyto doente e na casa onde estava muitas feiticeirias e laços armados pera prender a morte se aly viesse. E falando de Nosso Senhor, não queria o pay nem a mãy que lhe bautizasem seu filho, porque hum feiticeiro seu que ali estava dizia que não; fiz o chamar, e perguntando por manha quem lhe ensinara a sciencia, disse que seu pay, e começou-se a vangloriar de sua sciencia, e que dava saude aos doentes. (...)

Escola de leer e escrever se tem em casa; estudo
ouve muyto tempo, até que os estudantes, que era gente
da See, não quizerão vir. Espera-sse polo Bispo pera
pôr tudo em seu lugar. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA A TOMÉ DE SOUSA ANTIGO
GOVERNADOR DO BRASIL, LISBOA
BAÍA 5 DE JULHO DE 1559”⁸¹

⁸¹ Conforme Serafim Leite, 1954, III, p. 67, o Texto integral trata: “1. Correspondência epistolar e afectuosa com o antigo Governador do Brasil Tomé de Sousa. – 2. Esta terra está castigada e espera maiores castigos. – 3. Dois desejos sempre me atormentaram: melhorar os cristãos e converter os Índios. – 4. E dois meios: para os cristãos bom Bispo, para o gentio sujeição, sem a qual a experiência ensina que não consegue fruto. – 5. O Bispo D. Pedro Fernandes julgava o gentio incapaz da doutrina e morreu em poder dele. – 6. O Bispo pôde fazer pouco, porque os clérigos que trouxe deram mau exemplo e autorizaram os escândalos públicos. – 7. Os clérigos começaram a dispensar os sacramentos e generalizaram-se os pecados mortais em matéria de honestidade pública e outros pecados. – 8. Por isso Nóbrega desabriu mão de tudo e foi para São Vicente. – 9. Deixou-se ficar em São Vicente por achar muitos meninos do gentio, o gentio menos escandalizado e Irmãos línguas. – 10. Em São Vicente Deus favoreceu a salvação dalguns predestinados. – 11. Além dos mais pecados, há em todas as Capitánias um que é ódio ao gentio. – 12. Tem-se geralmente e aprovam-no capitães e prelados que é serviço de Deus fazer que os gentios se travem e se comam uns aos outros. – 13. Há cristãos que matam em terreiro à maneira dos Índios e não o fazem só baixos e mamalucos, mas o mesmo capitão. – 14. Nóbrega disputou em direito e mostrou a falsidade disto no ano precedente. – 15. Não há compaixão com o gentio quando, por ser como é, devia de haver para com ele maior, para o ajudar a sair da sua miséria. – 16. Outro pecado infernal, ensinam os cristãos ao gentio que é furtarem-se a si mesmos e venderem-se por escravos. – 17. Não o fazem os Tupinaquins de São Vicente, mas já o fazem os do gentio do Gato em Pernambuco. – 18. Na Baía introduziu-se no tempo de Dom Duarte e em Ilhéus e Porto Seguro se pratica com o gentio do sertão, que vem fazer sal ao mar. – 19. Nóbrega cerrou a porta das confissões, mas toda a outra cleresia os absolve e aprova. – 20. Dão-se pouco os cristãos com a salvação dos escravos, porque só lhes interessa o seu serviço. – 21. E para cúmulo até já há opiniões luteranas com que é preciso disputar. – 22. Os que praticam as tiranias contra os Índios sobretudo na Baía, não olham que a intenção de El-Rei de Portugal não foi tanto por interesse temporal como pela exaltação da fê e conversão das almas. – 23. Lembrados os pecados da terá, agora os castigos, e tem o primeiro lugar a Capitania do Espírito Santo em guerras onde morreram os seus homens principais. – 24. A Baía tem o segundo lugar. – 25. E também Pernambuco. – 26. São Vicente, é a mais unida, mas cercada de contrários e de franceses. – 27. Ilhéus e Porto Seguro, mas destas tornará a falar mais abaixo. – 28. Açoite geral é a perda de barcos e a sua gente comida de Índios. – 29. Outro açoite, as guerras civis entre o Bispo e o Governador. – 30. Mas também houve misericórdia, porque o gentio não prevaleceu contra os cristãos. – 31. Voltando de São Vicente à Baía, tratou com o Governador Dom Duarte sobre a conversão do gentio. – 32. Chega Mem de Sá com Regimento mais espreço sobre a conversão do gentio e o que praticou logo no começo da sua governança com os cristãos e na cidade. – 33. Começam os Aldeamentos dos Índios, Rio Vermelho, São Paulo, S. João Evangelista, com o gentio de Mirangaoba, e Espírito Santo. – 34. Casos particulares os manda Nóbrega escrever pelos Irmãos. – 35. Nas Aldeias há escolas de meninos, e baptismos de meninos e adultos, e se guarda justiça. – 36. Há outras Aldeias ainda sem Igreja por não ter Padres para elas, mas está tudo bem disposto e Nóbrega começa a ressuscitar. – 37. A oposição agora é dos maus cristãos que começam a desinquietar tomando as terras dos Índios de São Paulo. – 38. E fazem-lhes outros agravos que o Ouvidor Geral não castiga porque só aceita o testemunho dos cristãos. – 39. Antiga divisão dos Índios da Baía, os do Tubarão e Mirangaoba, ficando contrários entre si: agora o Governador proibiu que se guerreassem e comessem entre si e se doutrinam. – 40. Mas a gente do Brasil murmura cuidando que é melhor que os Índios estejam divididos. – 41. Divididos estavam os Índios do Espírito Santo e uniram-se entre si contra os cristãos e mataram os principais. – 42. Também há murmuradores contra os Padres, porque por um lado apertam os Índios a viver bem e por outro lado os tratam e defendem e lhes mostram entranhas de amor. – 43. O Governador proibiu que se comesse carne humana e há maliciosos que

(...)

Des que nesta terra estou, que vim com V. M., dous desejos me atormentarão sempre: hum, de ver os christãos destas partes reformados em bons costumes, e que fossem boa semente tresplanteda nestas partes que desse cheiro de bom exemplo; e outro, ver disposição no gentio pera se lhe pregar a palavra de Deus, e eles fazerem-se capaces da graça e entrarem na Ygreja de Deus, pois Christo N. Senhor por eles tãobem padeceo. Porque pera isso fuy com meus Yrmãos mandado a esta terra, e esta foy a yntenção de nosso Rey tam christianissimo que a estas partes nos mandou. (...)

(...)

Estando eu em Sant Vicente e sabendo a victoria dos christãos e sujeição do gentio e que ao Bispo mandavão yr, parecendo-me que já se poderia trabalhar com ho gentio e tirar algum fructo, me tornei a esta Cidade trazendo comigo alguns Hirmãos que soubessem a lingua da terra. E antre outras cousas, que pedi a Dom Duarte governador pera bem da conversão, forão duas, scilicet, que ajuntasse algumas aldeãs em huma pooação, pera que menos de nós abastassem a ensinar a muytos, e tiresse ho comer carne humana, ao menos àqueles que estavam sujeitos e ao derredor da Cidade, tanto quanto seu poder se extendesse. (...)

Nós, por ter que fazer alguma cousa, ensinavamos a doutrina; avia escola de mininos em cada huma destas duas ygrejas; pregavamos ho Evangelho com

murmuram e tentam desconsolar quando podem o Governador. – 44. Todos começam a aborrecer o Governador, por cortar abusos e principalmente por defender os Índios. – 45. A Câmara pediu que o Governador repartisse os Índios pelos moradores, como se faz nas Antilhas e no Peru, mas o Governador negou-o por não haver motivo justo. – 46. E se houvessem de se repartir, eram obrigados a ter Padre para os doutrinar e não há possibilidades disso, porque nem das suas próprias almas cuidam. – 47. Bem parecia conquistar-se a terra e repartir-se os Índios, com a obrigação de os doutrinar; mas o que agora querem é os índios que já estão nas Aldeias sem custar o sangue dos moradores. – 48. E como o Governador nisto de glória de Deus, bem das almas e proveito da terra, se rege pelos Padres, murmuram dos Padres e do Governador. – 49. Garcia de Ávila, amigo de Nóbrega, não cumpriu a promessa de deixar ir os meninos índios à Escola de São Paulo e os Índios à doutrina aos domingos e agora está contra Nóbrega. – 50. Ocasão e guerra do Paraaçu, quebrando-se esse desencantamento que trazia medrosa a toda a gente da Baía. – 51. O mesmo se poderia ter feito antes, mas o medo que ficou das guerras de Francisco Pereira e do Espírito Santo o impediu. – 52. Guerra dos Ilhéus e Porto Seguro, e vitória do Governador, e já todos os Índios pedem pazes. – 53. O mesmo se poderá fazer nas outras Capitánias, onde ainda estão as fazendas e as vidas nas mãos dos Índios, sem utilidade para os Índios, que se não podem fazer cristãos, nem para a terra. – 54. Em São Vicente há gente para senhorear a terra, mas não se resolve a isso. – 55. Matança de Tupis pelos Castelhanos e ameaças dos Tupis contra os cristãos de Geraibatiba. – 56. Como os deteve o boato duma caravela de castelhanos, mas o perigo continua, acrescido agora dos franceses. – 57. Que Tomé de Sousa faça socorrer a este pobre Brasil para que se não apague a fásca da fé que começa no coração do gentio. ”

muyta descon[so]lação, pedindo a Nosso Senhor que alguma ora tivesse bem que nosos trabalhos não fossem sem fructo. (...)

Como Mem de Sá tomou a governança, começou a mostrar sua prudência, zelo e virtude, asy no boom governo dos christãos como do gentio, pondo tudo na ordem que N. Senhor lhe ensinou. (...)

Na conversão do gentio nos ajudou muyto, porque fez logo ajuntar quatro ou cinco aldeias que estavam darredor da Cidade, em huma povoação junto ao Rio Vermelho, onde pareceo mais conveniente, pera que toda esta ente podesse aproveitar-se das roças e mantimentos que tinhão feitos, e aqui mandou fazer huma ygreja grande, em que coubesse toda esta gente, a que chamão Sant Paulo. (...) Outra ygreja mandou logo fazer, de S. Joam Evangelista, quatro ou cinco legoas da Cidade onde se ajuntarão outras tantas Aldeas do gentio de Mirangoaba. A terceira mandou fazer onde chamão o Rio de Joanne, esta se chama Sant Spiritus; aqui há mais gente junta que em todas (...).

En todas há escola de muytos meninos; pequeno nem grande morre sem ser de nós examinado se deve ser baptizado, e asy N. Senhor vay gahando gente pera povoar sua gloria e a terra se vai pondo em sujeição de Deus e do Governador, o qual os faz viver em justiça e rezão, castigando os delinqüentes com muyta moderação, com tanta liberdade como aos mesmos christãos. E cada povoação destas tem seus meirinhos, os Principais delas, os quais por mandado do Governado prendem e lhe trazem os delinquentes, e asi lhes tira a liberdade de mal viver e os favorece no bem. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. DIOGO LAYNES, ROMA
BAÍA 30 DE JULHO DE 1559”⁸²

⁸² Conforme Serafim Leite, 1954, III, p. 113, o Texto integral trata: “1. Regozija-se com a sua eleição para Geral da Companhia. – 2. Mandava-lhe o P. Laynes que continuasse a ser Provincial, mas deram-lhe sucessor e que vá residir em São Vicente, para onde partirá quando houver embarcação. – 3. Como encheu as Casas da Companhia de meninos índios para escolher os melhores, ensinar-lhes gramática e ver se, andando o tempo, poderiam servir a Deus e ser bons operários no Brasil. – 4. Tem cargo dos meninos um homem que teve officio de El-Rei e que ser da Companhia e estuda latim. – 5. Os meninos já têm habitação e exercícios separados dos Padres. – 6. O que há sobre dispensa de regras e eleição de consultores. – 7. As graças impetradas chegaram a mui bom tempo, e dão remédio a muitas almas. – 8.

(...)

Yo más quisiera ayudar aquí al P. Luys de Grana, subiecto a tan Dulce y prudente Padre, asy porque aqui se abren las puertas de la conversión, por causa de la subiección en que se mete la gentilidad, (...).

En este Collegio reside agora muy poca gente, porque los Padres y Hermanos están repartidos por las Yglesias que están entre la gentilidad haziendo su officio; solamente residen los que atienden al studio y doctrina desta ciudad. También están aqui en casa algunos yndiozicos de los gentiles, aunque pocos por aver falta provisión para su sustentación: pero en las [64v] Casas donde residen nuestros Hermanos ay muchos, y tan acrecentados en la fe y mandamientos y ley del Señor que es uma gloria ver-los. Yo he procurado mandar hazer muchos mantenimientos en las tierras deste Collegio por hum hombre casado, que allá fuera tiene cargo de los esclavos y de toda la más gente desta Casa; y la causa por que ordené esto, fué para recoger aqui los moços de mejores yngenios y habilidades que se hallassen por nuestras Casas, y a estos enseñarles gramática y todo lo demás; y si andando el tyempo alguno mostrasse tener gracia para servir a N. Señor, mandarse a Espanha por spacio de algún tiempo para ver y deprender virtudes, aquellas que menestrer fuessen para hun buen operario en estas partes. (...)

Para este y para los niños tengo hecho una división de las casas entre ellos y los Hermanos, aunque por ellos ser hasta agora pocos y los Hermanos no muchos, y no aver quien a ellos y a nos sirva, no se ha podido del todo hazer apartamiento, antes nos ayudamos unos a otros. Comen todos en nuestro refitorio en mesas separadas, por causa de oyr la lición que se lee; todos tenemos um cozinero y uma despensa, porque no ha sydo possible aver aparejo para otra cosa hasta agora, pero en la habitación y exercicios están separados.

Quando al dispensar de las reglas, se guardará lo que manda. Yo no siento cosa en que las reglas y

Sempre achou que seriam úteis para a Companhia os meninos mestiços e brasis, mas a condição de se formarem bem na Europa. – 9. Entretanto, deve o Padre Geral mandar prover de operários o Brasil, porque são poucos e a messe muita.”

Constituciones de allá no se guarden también aquí,
(...).

(...)

Quanto al escogerse de la gente que nasce aquí para la Compañia, asy mestiços como brasiles, siempre me pareció que serião muy útiles operarios, por causa de la lengua y ser de los mismos naturales. Mas estos se devem escojer aquí y embiarse a Europa muchachos y allá ser por tyempo largo doctrinados en letras y virtudes primero que aquí buelvão, porque aquí, por lá mucha ocasión que tienen, tengo por muy dificultoso quajarse ninguno. (...)

1560

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO CARDEAL INFANTE D. HENRIQUE
DE PORTUGAL

S. VICENTE 1 DE JUNHO DE 1560”⁸³

(...)

E pois assi mo manda lhe darei conta do que V. A. mais folgará de saber que hé da conversão do gentio, a qual, depois da vinda deste Governador Men de Saa, creceo tanto que, por falta de operarios muytos, deixamos de fazer muyto fruyto. E todavia com esses poucos que somos se fizerão quatro igrejas em povoações grandes, onde se ajuntou numero de gentio pela boa ordem que a isso deu Men de Saa com os quais se faz muyto fruyto, pola sogeição e obediencia

⁸³ Conforme Serafim Leite, 1954, III, p. 237, o Texto integral trata: “1. Responde ao Infante e vai falar do que Mem de Sá tem feito a bem da conversão do Gentio. – 2. O Governador venceu a contradição dos cristãos e impôs a ordem e a lei cristã a todos. – 3. Mas custou-lhe descontentar a muitos e ganhar inimigos. – 4. Guerra dos Ilhéus e vitória do Governador. – 5. Guerra do Paraguaçu e sujeição do gentio. – 6. Já se poderia doutrinar se houvesse operários. – 7. O Governador preparava-se para vingar a morte do Bispo quando chegou a armada. – 8. E com ela se determinou ir livrar o Rio de Janeiro dos franceses luteranos e de passo animar a Capitania do Espírito Santo. – 9. Resolveu-se atacar de noite, mas o guia não acertou e a armada ancorou longe do porto. – 10. Tomou-se uma nau francesa e o conselho achava impossível tomar-se a fortaleza. – 11. Os Capitães da armada estavam pouco unidos com o Governador por ter inimigos no Reino. – 12. Mas o Governador era prudente e foi ganhando as vontades de todos e Nóbrega sabe disto porque lhe passavam as coisas pela mão. – 13. Combate-se a fortaleza dois dias e os franceses e Índios a desamparam e se acolhem a terra. – 14. Estes franceses seguiam as heresias da Alemanha e mandavam os meninos do gentio a Calvino em Genebra e levou alguns Villegaignon. – 15. E dizia-se que se o rei de França o não favorecesse se aliaria ao Turco para atacar as naus da Índia e a própria Índia. – 16. Esta gente francesa ficou entre os Índios, espera socorro e diz-se que estava aí para descobrir metais. – 17. Parece necessário povoar-se o Rio e fazer aí uma Cidade como a da Baía e ficará tudo guardado. – 18. Mas é preciso mandar mais moradores que soldados. – 19. Depois de tomada a fortaleza o Governador atacou uma Aldeia e a armada seguiu para São Vicente onde Nobrega fica.”

que tem so Governador; e emmentes durar o zelo delle se irão ganhando muytos, mas cessando, em breve se cabará tudo, ao menos entretanto que não tem ainda lançadas boas raizes na fee e bons costumes. (...)

1561

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. MIGUEL DE TORRES, LISBOA
S. VICENTE 14 DE ABRIL DE 1561”⁸⁴

(...)

O que resta pera nesta dar conta a V. R. he fazer-lhe saber como neste ano entrou na Companhia nesta Capitania de São Vicente hum homem de mediócs partes pero nosso Instituto por nome Simão Jorge (...).

(...) Sabe lingoa da terra honestamente e sabe pera se poder ordenar, e ser clerigo que abaste pera esta terra. (...)

Tãobem recebi por concelho a dous mestiços da terra que tem boas partes, asi de criação como de boa habilidade pera estudar, esperãodo por resposta do Padre Geral se quer que os mande lá a Evora a elles e a alguns outros que pera isso parecerem aptos, como me ele quá escreveo. E quando laa não aprovarem isto, facilmente se poderão quá despindir sem escandolo, porque por entre tanto fazem sua povação e estudão.

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. FRANCISCO HENRIQUES,
LISBOA

S. VICENTE 12 DE JUNHO DE 1561”⁸⁵

(...)

Esqueceo-me de avisar a V. R. que me parecia que o melhor dote que se pode ajuntar nstas partes para os Collegios hé grande criação de vaquas, porque nesta

⁸⁴ Conforme Serafim Leite, 1954, III, p. 336, o Texto integral trata: “1. Correspondência sua e do Irmão José. – 2. Recebeu na Companhia Simão Jorge, unido por matrimônio não consumado, expõe o caso e pede dispensa. – 3. Também recebeu dois mestiços que poderão ir estudar a Évora. [sic]”

⁸⁵ Conforme Serafim Leite, 1954, III, p. 347, o Texto integral trata: “1. O melhor dote para o Colégio é grande criação de vacas. – 2. Dão carnes, couro, leite e queijos. – 3. O mesmo poderá ser na Baía, mas lá haverá mais dificuldade. - 4. Na Capitania de São Vicente os reideiros de El-Rei folgarão em pagá-lo nos dízimos de gado.”

terra custa pouco criá-las e multiplicação muito. Este Collegio tem cem cabeças agora, de sete ou oito que ouve, e muitas mais podera aver se ho Padre Luis da Grã me não fora sempre à mão a isso. Ho Collegio da Baya terá outras tantas de seis novillas que lá tomey das que El-Rey mandou.

Esta hé a melhor fazenda sem trabalho que cá há; e dam carnes e couros e leite e queijos que, sendo muitas, poderão abastar a muita gente. Se me a mim derem licença que tome a esmola d’El-Rey en gado, estes annos qye se dará, ellas multiplicarão tanto que abaste a prover ho Collegio, ainda que não aja outra cousa d’El-Rey; mas eu não sey ho que faça porque conheço da vontade de meu Superior, o Padre Luis da Grãa, não ser esta, (...).

(...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. FRANCISCO HENRIQUES,
LISBOA

S. VICENTE 12 DE JUNHO DE 1561”⁸⁶

(...)

Eu, segundo sou pouco escrupuloso nisto, não tivera de ver com ho escandolo, se algem ho tomara, por mandar de quá não somente para os Irmãos emfermos de lá, mas tãobem pera com ele se mercar lá coussas pera os emfermos de quá, (...).(…)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. FRANCISCO HENRIQUES,
LISBOA

S. VICENTE 12 DE JUNHO DE 1561”⁸⁷

Hum Irmão novo entrou agora na Baya que tem nesta Capitania boa fazenda e não tem mais que hum

⁸⁶ Conforme Serafim Leite, 1954, III, p. 350, o Texto integral trata: “1. Manda conservas de ananases, marmeladas de ibás, camucis, araçás e abóbora para os doentes. – 2. Açúcar não o permitiu o P. Luís da Grã, mas também pode ir. – 3. Nóbrega não tem escrúpulos de o mandar, porque em Portugal há doentes, e no Brasil a moeda que corre é o açúcar e nele pagam a esmola de El-Rei. [sic]”

⁸⁷ Conforme Serafim Leite, 1954, III, p. 352, o Texto integral trata: “1. Um Irmão, antes de ser da Companhia, pediu uma terá que o seu procurador tomara para si. – 2. Se o Donatário a puder dar em direito, que a dê. – 3. E servirá para a criação de gado que é a melhor sustentação para renda de Colégios. – 4. E o mesmo se devia dar ao Colégio da Baía para se não diminuir essa criação. – 5. A sesmaria a pedir a Martim Afonso de Sousa seria ao longo do Rio de Iguape.”

filho, que lhe aqui temos, o qual elle deseja que tambem sirva a Nosso Senhor, e que fique tudo a este Collegio de São Vicente. Este deixou emcomendado aqui ao seu procurador que lhe pedisse huma terra para trazer seu gado, (...), eu disto ao Capitão, (...), me aconselhou que a mandasse pedir a Martim Afonso nesta forma:

Que a dese, se a podia dar por direito, e que este que a tem não a pode agora nem dentro do tempo da sesmaria aproveitar por estar longe daquy, adonde se não permite ninguem morar por temor dos Indios.

Mas se for nosa, asi por rezão que não se perderá por não fazer bemfeitura, pois temos alvará pera iso, como porque poderemos lá logo trazer o gado, pois nos hé licito andar antre os Indios, nos ficará esta terra pera as criações do gado do Collegio, porque a melhor cousa de que quá se vaquas, que multiplicão muito e dão pouco trabalho; porque ater-sse tudo a El-Rey não sey quanto durará ou se bastará pera mãoter tanta gente, como a conversão de tanta gentelidade requiere.

E o mesmo aviso se devia dar há Baya ao Pade Luís da Grãa para que acrecente e não demenua ha criação do gado que lá deixey.

E ha terra que á-de pedir a Martim Afonso hé esta: scilicet, ao longo do mar do Rio de Yguape até o Rio de Ubay, legoa e meia pouco mais ou menos de costa, e pera o sertão 3 ou 4 legoas; e se Martim Afonso for propicio podem pedir mais, scilicet, do Rio de Iguape tres ou quatro legoas ao longo do mar, e outras tantas para o sertão de largura. (...)

“DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. DIOGO LAYNES, ROMA
S. VICENTE 12 DE JUNHO DE 1561”⁸⁸

⁸⁸ Conforme Serafim Leite, 1954, III, p. 354, o Texto integral trata: “1. Como procedia quando foi Provincial e seguia o seu caminho, conforme os avisos que recebia de Portugal e de Roma. – 2. Ao P. Grã não satisfazem as determinações vindas de lá e acha que seria bom vir Visitador ou Comissário. – 3. Pareceu-lhe que o P. Geral gostaria também de ter a sua informação do que se passou desde que veio. – 4. No ano de 49 veio mandado pelo P. Mestre Simão, e com indicação de fazer colégio ou recolhimento de filhos de gentios e arranjar terras. – 5. Em 50 vieram Padres e órfãos e confirmou-se na opinião de que Deus queria Casas de Rapazes índios e começou a juntá-los. – 6. Em 51 vieram mais órfãos e bulas para se ordenar confraria e logo se fez na Baía, Espírito Santo e São Vicente. – 7. Com a vinda de Grã soube como se não aprovava ter Casas de Rapazes e o Provincial de Portugal (Diego Mirón) o avisava de que não recebesse nada para meninos, como sua intenção foi de não ser só para eles desasociados da

(...)

El año de 49 fui embiado por el Maestro Simón a estas partes con mis cinco compañeros, el qual me dió entre otros avisos esta, que si en estas partes oviesse depositión para aver collegios de nuestra Compañia, o recogimiento para hijos de los gentiles, que yo pidiesse tierras al Governador y escogiesse sítios y que de todo le aviasse. El primer año no me pude resolver en nada, mas solamente corri la costa y tomé los pulsos a la tierra.

Luego en el siguiente año mandaron quatro Padres con alguns mochachos hérfanos y esto me hizo creer mi opinión, y que N. Señor era servido de aver casa para mochachos de los gentiles, y aquellos venían para dar principio a outros muchos de acá de la tierra que se recogerían con ellos. Y comencé de adquirir algunos con mucho trabajo, por estar en aquel tiempo muy indómitos, y pedi sitios para casas y tierras al Governador, y uve algunos esclavos y entreguélos a um secular para con ellos hazer mantenimientos a esta gente.

Luego em el siguiente año vinieron más huérfanos con bullas para se ordenar cofradia, lo que luego se hizo en la Baya y en Capitania del Spíritu Sancto y en esta de S. Vicente, repartiendo los mochachos por las casas, los quales eram acceptos en la tierra a la gente portoguesa por causa de los officios divinos y doctrina que dezían. Y con estos se ayuntaran otros de los

Companhia. – 8. A opinião de Nóbrega era que as razões que valiam para Portugal não tinham lugar no Brasil, mas começou a desandar a roda. – 9. Na Capitania de São Vicente havia mais meninos índios e para eles fez a Casa de Piratininga, mas os meninos cresceram e foram-se e tiraram-se as confrarias, exepcto no Espírito Santo, que ainda durou algum tempo. – 10. Ao voltar à Baía achou mais órfãos de Portugal e outros da terra e carta de Roma em que parece já tinham outro parecer acerca dos rapazes e começou de novo a juntá-los fazendo para eles Casa separada. – 11. No ano de 60 voltou a S. Vicente e viu que o P. Grã não achava bem o que se gastava com rapazes. – 12. Dá as razões do Padre Grã. – 13. E responde: com os meninos educados não se perdeu tempo para a civilização e religião. – 14. E a dificuldade dos gastos pode-se vencer. – 15. Os meninos melhores podiam-se mandar à Europa, para voltaren formados e firmes. – 16. Estando os meninos com os Padres seria a segurança da terra. – 17. Em vez dos que se mandavam, poderiam vir outros da Europa novos para aprenderem a língua, senão muito devagar irá a conversão da gentilidade. – 18. O Padre Grã quer edificar a gente portoguesa por meio da pobreza, diminuindo tudo. – 19. Nóbrega é de opinião contrária e deve-se adquirir tudo o que puder e as Constituições permitam para que os operários cresçam e não mínguem. – 20. E também se deviam promeover Casas de Meninas para casarem com os moços doutrinados. – 21. Toda a gente do Brasil não é poderosa para fazer Colégio e sempre assaz de pobreza fica aos da Companhia, nem há esmolas que bastem, nem se deve pôr em perigo a saúde dos que servem a Deus. – 22. Chegaram as graças e faculdades, mas ficou uma dúvida sobre o casamento dos mestiços. ”

gentiles y huérfanos de la tierra, mestizos, para a todos remediar y dar vida.

Y desta manera caminamos hasta la venida del P. Luís de Grãa, del qual supe como en Portugal no se aprovava tener nosotros el assumto destes mochachos, y menos ordenar sus cofradias. Y con esto me vino una carta de Antonio de Quadros, scritta por commissión del Provincial, que en aquel tiempo era en Portugal, en que me avisava no se dever adquirir nada para mochachos, ni hazer dellos tanto caso, como en la verdad lo que se adquirió, assi de tierras como de vaccas, no fué mi intención ser solamente para mochachos, mas para lo que [116v] la Compañia dello dispusiesse como le pareciesse más gloria del Señor, aora fuesse en nuestros Collegios, aora en Casas de Mochachos, aora en todo junto; y por no aver estudiantes nuestros se gastava con los mochachos assí de la tierra como con los que embiaron de Portugal.

Y puesto que yo tenía contraria opinión, y me parecía que las causas por donde en Portugal se dexavan los mochachos no avían acá lugar, con todo comencé a desandar la rueda que tenía andado, y a poquentar los niños y quitar confradías, quanto puede sin scándalo, maiormente después que vinieron las Constitutiones, las quales en las reglas del Rector dezían que no recibiessem en casa, ni aún infieles para doctrinar, e pareció al Padre Luís de Grãa, que en aquel tiempo era mi collateral, y a todos los más Padres, que avia aquello acá lugar también.

En esta Capitania de S. Vicente adquirió el P. Leonardo Nunez en aquel tiempo lo más moços de los Indios por mi mandado que en ninguna parte. Estos puse en casa de sus padres en Piratininga, onde por su contenplatió principalmente hize aquella Casa, para que nosotros los doctrinásemos y sus padres los sustentassen, y con ellos ganássemos a todos los más. Mas sucedió que suspad res como tienen de costumbre no vivir en una parte más de 4 o cinco años, e ellos crecieron, y ni estos ni otros se adquirieron, y assí se perdió todo. Y aconteció a uno destes pedirnos con palabras de piedad no le apartássemos de nosotros, y todavía se aparto por obedescer, puesto que con assaz compassiõ mia y

dolor, porque muchos hijos de los Indios sabían leer y escribir, y oficiaban las missas, que era mucha edificación para todos, assí Portugueses como Indios.

Lo mismo se hizo en las otras partes, (...).

En la baya también se disminuyó todo. Los mochachos que dexé, se dieron a officios, y no se recogieron otros, assí por esto, como por no aver sustentación para ellos, porque los esclavos que yo dexé y mantenimientos, todo fenesció y no procuraron otros. Y quando bolví allá desta Capitanía de S. Vicente, onde residi por tres o quatro años, hallé que de Portugal avían embiado algunos veinte huérfanos, y con ellos recogió el P. Ambrosio Perez a otros de la tierra; y quede perplexo por parecer que tenían ya outro consejo, y por esso lo conservé hasta que tuve carta el P. Maestro Polanco, escrita por commissión de V. P., en que parecía aprovar la obra, y pedia que lo aviassem si se podrían criar hijos desta tierra en la Europa, lo que concordava con lo que de Portugal después me respondieron a mis cartas. Y con esto entre más de propósito y dime priessa a recoger mochacho, de buenas habilidades, de los Indios, y dí ordem a se hazer mantenimientos assí para nuestro Collegio como para la Casa de los Mochachos, a los quales hize hazer um aposentamiento apartado de la habitación tanto quanto la pobresa de la tierra dava lugar.

Este año de 60, siéndome mandado de Portugal que residiese en este S. Vicente, onde estava el P. Luís de Grãa, y communicándolo todo no le parece bien lo que se gasta con mochachos, ni la ocupación de mirar por ellos. Y algunas razones que del pude colligir porné aqui, el escribirá las más.

La primera. Estos mochachos después que crescen, buelven a la miesma vida de sus padres que antes tenían, en partes donde no tienen subjección, ni ay posibilidad en la tierra para se le dar, como es esta Capitanía de S. Vicente; y adonde tienen subjección abasta enseñarlos en sus proprias poblaciones adonde tenemos yglesias, como se haze, y assí en ninguna parte parece ser convenientes Casas de Mochachos.

Item. Estos mochachos, maxime los de los Indios, no son acceptos a la gente portoguesa, que mucho los querían para sus esclavos; y si nosotros no los

sustentamos y miramos por ellos, assí en lo temporal como en lo spiritual, se pierde la obra, y hazer esto nosotros es mucha inquietati3n, y se haze injuria a la sancta pobreza, porque se requiere buscar esclavos y tener hazienda, la qual aunque se gaste con ellos el nombre que tiene es ser nuestra.

Estas razones y todas las m3s no me concluyen mi entendimiento, porque aunque muchos mochachos buelven atraz a seguir las costumbres de sus padres (...) estrañan a sus padres, y en el entendimiento salen capaces y alumbrados para poder recibir la gratia y tener contriti3n de sus peccados estando en peligro de muerte, y saben procurar mejor su salvati3n, como la experientia a mostrado en algunos, que es tener grande camino andado. (...)

(...)

Este modo ser3a tambi3n 3til para a seguridad de la tierra, porque si los Indios tuviessen esta prenda de sus hijos en nuestro poder, no se temer3an tanto los christianos dellos quando algunos se arruinassem, como aconteci3 este a3o en esta Capitania de S. Vicente, que parescia que querian los Indios dar guerra a los Portugueses.

En esta tierra, Padre, tenemos por delante mucho n3mero de gentiles y gran falta de operarios, d3vense abraçar todos los modos posibles de los buscar y perpetuar la Compa3a en estas partes para remediar tanta perdit3n de 3nimas. Y si ac3a es peligroso criarlos porque tienen m3s ocasiones para no guardar la castidad despu3s que se hazen grandes, m3ndense antes deste tiempo a la Europa ass3 de los mestizos como los hijos de los gentiles, y de all3 nos embi3n quantos estudiantes moços pudieren para ac3a estudiar en nuestros collegios, porque en estos no ay tanto peligro, y estos juntamente van deprendiendo la lengua de latierra, que es la m3s principal scientia para ac3a necessaria. Y la experientia a mostrado ser este 3til m3dio, porque algunos de los hu3rfanos que de Portugal embiaron, que despu3s ac3a admitimos a la Compa3a, son aora muy 3tiles operarios. Esta trueca queria hazer al principio y embi3 algunos mestizos, y dellos uno est3 agora en Coimbra, mas fui avisado que no mandasse m3s. (...)

El P. Luís de Grãa parece querer llevar esto por outro spíritu muy differente, (...).

Yo esto fué causa que, partiéndome yo desta Capitanía para la Baya (...).

(...)

Estamos en tierra tan pobre y miserable que nada se gana con ella, porque es la gente tan pobre, que por más pobre que seamos, somos más ricos que ellos. Nos es poderosa toda la gente del Brasil a sustentarnos, a los de la Compañía, de vestido, aunque sea más vil que de Frayles de S. Francisco. Y si enferma uno de la Compañía, si no tiene remedio de Portugal, en la tierra no ay quien se lo dé, antes lo esperan todos de nosotros, y estos no solamente gentiles, sino también christianos. Acá no ay trigo, ni vino, ni azeite, ni vinagre, ni carnes, sino por milagro; lo que ay por la tierra que es pescado y mantenimiento de raíces, por mucho que se tenga, no dexaremos de ser pobres, y aún esto no lo ternemos si no se trabaja, porque ni destoa y limosnas que basten. Quien acá a de trabajar en la viña del Señor a menester sustentar el subjecto, porque los trabajos son muy maiores que en otras partes y los mantenimientos son muy flacos. (...)